



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS

CLEIDSON PEREIRA MARINHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA: Identidade, re-existência e protagonismo na revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, Terra Arariboia, Maranhão

IMPERATRIZ
2022

CLEIDSON PEREIRA MARINHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA: Identidade, re-existência e protagonismo na revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, Terra Arariboia, Maranhão.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas.

Orientador: Dr. Witembergue Gomes Zaparoli.

Coorientadora: Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva.

IMPERATRIZ

2022

CLEIDSON PEREIRA MARINHO

EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA:

Identidade, re-existência e protagonismo na revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, Terra Arariboia, Maranhão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Formação Docente em Práticas Educativas do Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de Mestre em Formação Docente em Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Witembergue Gomes Zapparoli.
Coorientadora: Profa. Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva.

BANCA EXAMINADORA

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Witembergue Gomes Zapparoli (Orientador)

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva (Coorientadora)

Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL)

Prof. Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva (Membro Titular Externo)

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Raimundo Nonato de Pádua Cândia (Membro Titular Interno)

Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT)

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Pereira Marinho, Cleidson.

EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA: Identidade, re-existência e protagonismo na revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, Terra Arariboia, Maranhão / Cleidson Pereira Marinho. - 2022.

123 p.

Coorientador(a): Ilma Maria de Oliveira Silva.

Orientador(a): Witembergue Gomes Zaparoli.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas/ccim, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz MA, 2022.

1. Educação Escolar Indígena. 2. Interculturalidade.
3. Projeto Político Pedagógico. 4. Tentehar-Guajajara.
I. de Oliveira Silva., Ilma Maria. II. Gomes Zaparoli.,
Witembergue. III. Título.

A Pedro Marizê Riwara, (*in memoriam*). Pai e liderança Tentehar.

AGRADECIMENTOS

A lista de agradecimentos é grande, pois trata-se de um trabalho fruto de um coletivo de engajamentos, andanças, discussões, reflexões e pensamentos. Dessa forma, gostaria de deixar registrado o meu agradecimento a todos.

Agradeço a *Tupán* e *Maíra* pelo dom da vida e à *Ka'a zar* (dono da mata), *Y'zar* (dona das águas), *Miar'i'zar* (dono das caças), *Wira'zar* (dono das árvores) e a *Pitun'zar* (dono da noite) pela proteção e o privilégio de nascer e crescer entre os Tentehar-Guajajara da Terra Indígena Arariboia, com quem convivo e partilho lutas, labutas e alegrias.

Agradeço às lideranças do nosso povo em nome do Cacique Zezé Zaphy Guajajara.

Agradeço aos professores do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori em nome do Diretor José Amorim Filho Guajajara.

Agradeço a todos os cantores das festas tradicionais tentehar em nome de Antônio Gomes Guajajara e Cíntia Santana Guajajara.

Agradeço aos meus orientadores Professor Dr. Witembergue Gomes Zaparoli e Professora Dra. Ilma Maria de Oliveira Silva pela condução da escrita e por toda contribuição dada no decorrer do projeto e aos Professores Dr. Raimundo Nonato de Pádua Cândia e Dr. Paulo de Tássio Borges da Silva pela colaboração.

Agradeço à Direção Geral do IFMA Campus Avançado Porto Franco pela sensibilidade e apoio, aos colegas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena- NEABI, do Programa de Pós-graduação em Formação em Práticas Educativas - PPGFOPRED-UFMA e da Unidade Regional de Educação - URE Imperatriz, pelas trocas e aprendizados e, em especial, agradeço aos meus amigos que sempre estiveram me apoiando nessa caminhada: Lucineia Marinho, “Neia”, Carlos Alves Viana, “Carlão”, Aline Tenetehara e Suely Cardoso, a “Bruxa”.

Agradeço imensamente a Maria Nasaret Machado Moraes Segunda pelo companheirismo, paciência e compreensão.

Um último agradecimento mais que especial a minha família, a minha mãe Ana Cleide Pereira Marinho pelo apoio, acolhida, força e guia.

“A tocha da ancestralidade deve ser trabalhada dentro de cada um de nós, pois ela é riquíssima em conhecimentos, sejamos indígenas, negros, amarelos ou brancos”.

Eliane Potiguara

RESUMO

Nome do autor: Cleidson Pereira Marinho.

Título do trabalho: EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA: Identidade, re-existência e protagonismo na Revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, Terra Arariboia, Maranhão.

Linha de pesquisa: Pluriculturalidade, interculturalidade e práticas educativas interdisciplinares.

Este estudo teve como objetivo central analisar o processo de revisão do Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Gianni Sartori, na aldeia Juçaral, Terra Indígena Arariboia, em Amarante do Maranhão, e sua contribuição para a promoção do diálogo intercultural e para a transmissão e continuidade da cultura na comunidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa por meio de uma pesquisa-ação realizada com lideranças indígenas, pais e estudantes indígenas, e professores indígenas e não indígenas da mesma escola. Os dados foram construídos por meio de rodas de conversa as quais foram gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Nos encontros de pesquisas foram feitas considerações e reflexões sobre as dimensões do significado de educação para os Tentehar-Guajajara, discutindo sobre os elementos constituintes da educação indígena e da educação escolar indígena, e como esses elementos são essenciais para a afirmação da identidade, da cultura, da tradição e protagonismo de nosso povo. Através desta pesquisa, pudemos observar o quanto ainda é necessário a sociedade brasileira avançar nas discussões sobre a questão indígena numa perspectiva intercultural, valorizando a diversidade que caracteriza nosso país pelos mais diversos povos presentes no nosso território. O trabalho está alicerçado principalmente no aporte teórico de Baniwa (2006; 2019), Melià (1979; 1999), Vasconcellos (2002) e Candau (2011; 2021). Conclui-se nesse trabalho dissertativo que o processo de revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori traz à baila uma interpretação de como os processos identitários dos povos indígenas são plurais e que os princípios da especificidade, do bilinguismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade que fundamentam a educação escolar diferenciada será garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial se contar com a participação efetiva de tais povos e suas organizações próprias.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Escolar Indígena. Interculturalidade. Projeto Político Pedagógico. Tentehar-Guajajara.

ABSTRACT

The central objective of this study was to analyze the process of revision of the Political Pedagogical Project of the Gianni Sartori Indigenous School Teaching Center, in the Juçaral village, Arariboia Indigenous Land, in Amarante do Maranhão, and its contribution to the promotion of intercultural dialogue and to the transmission and continuity of culture in the community. This is a qualitative study conducted with indigenous leaders, parents, indigenous students, and indigenous and non-indigenous teachers from the same school. The data was constructed by means of conversation rounds, which were audio recorded and later transcribed. In the research meetings, considerations and reflections were made about the dimensions of the meaning of education for the Tentehar-Guajajara, discussing the constituent elements of indigenous education and indigenous school education and how these elements are essential for the affirmation of the identity, culture, tradition, and protagonism of our people. Through this research, we could observe how necessary it is for Brazilian society to advance in discussions about indigenous issues from an intercultural perspective, valuing the diversity that characterizes our country through the many different peoples present in our territory. The work is based mainly on the theoretical contributions of Baniwa (2006; 2019), Melià (1979; 1999), Vasconcellos (2002), and Candau (2011; 2021). We conclude in this dissertation that the process of revision of the PPP of CEEI Geanni Sartori brings to light an interpretation of how the identity processes of indigenous peoples are plural and that the principles of specificity, bilingualism and multilingualism, community organization, and interculturality that underlie differentiated school education will be guaranteed to indigenous communities with social quality and pedagogical, cultural, linguistic, environmental, and territorial pertinence if it relies on the effective participation of such peoples and their own organizations.

KEYWORDS: Indigenous School Education. Interculturality. Pedagogical Political Project. Tentehar-Guajajara.

IMUWAIKWERA'I PYRER

Ko zemu'e awer heta amo mo e hexax katu haw iapo katu pyràm, ma'e iapo pyràm imupyahu haw zemu'e haw pupe. Akwez zemu e haw Gianni Sartori Zyha-tyw pe har pupe ararimoz ywy rehe, ipurupytywà wer haw zemugetahaw rehe amo wama'e kwaw haw imume'u haw heraha wi pà zanerekohaw zaneimuromo. Umume'u ma'e ikatuahy ma'e waiko puramuapo awer rehe Tenteharer waimuromomo iapo pyher, uzemomo'og waiko uzemugeta pà wà akwez uze'egwer ipyhykar pà ipyhyk haw rehe wà nezewe re ukar mono mamer rehe imuapyk pà wà kury. Uzemomo'ogaw pupe wexax tue uzepy'a mugeta haw rupi uma'e kwaw haw rupi zemu'e haw uhua'u haw Tenteharer wamupe kuri. Uzemugeta waiko akwez ma'e ikatuahy rehe zane zemu'e haw rehe wà. Nezewe wexax ikatuahy haw weko haw rehe wà kury tueharupi wwkohaw rehe ma'e wemiapo rehe wà kury. Ta'e ikàg wekohaw rehe a'e wà ko puramuapo awer rehe wexax tue na kwez màzàn upumer we ma'e ikatu iapo haw purupytywà haw wà. Zanereko haw pupe a'e wà. Amo wama'e amo wama'e kwaw paw herur haw rehe a'e wà. Nakwez umuetekatu zaneroko haw amo waimuromo no ta'e heta we amo ànàm tetea'u amo ywy nànanar a'e wà no. Upaw rupi zane iwy rehe no.

ZE'EG IAPYTE'YW: Tentehar wazemu'e haw amo wazemu'e haw rehe. Ma'e iapo pyràm imupyahu haw zemu'e haw pupe. Tentehar-Guajajara.

Lista de Quadros

<i>Quadro 1: Dissertações selecionadas</i>	29
<i>Quadro 2: Educação Indígena x Educação para o indígena</i>	55
<i>Quadro 3: Instrumentos legais internacionais da UNESCO sobre cultura</i>	69

Lista de Figuras

<i>Figura 1: Ana Cleide Pereira Marinho (Mãe)</i>	15
<i>Figura 2: Meu pai, Pedro Marizê, liderança indígena</i>	16
<i>Figura 3: Meu tio, Abraão Guajajara, liderança indígena e cantor das festas tradicionais</i>	16
<i>Figura 4: Livros de autoria de Claudio Zannoni</i>	17
<i>Figura 5: Zezinho Baiano (liderança camponesa e Presidente da Associação das Famílias Agricultoras da Casa Familiar Rural de Amarante do Maranhão - MA)</i>	19
<i>Figura 6: Livros sobre a vida e engajamento de Manoel da Conceição</i>	21
<i>Figura 7: Livro Zahy - Tatá</i>	23
<i>Figura 8: Mapa - Presença Tentehar no Maranhão</i>	27
<i>Figura 9: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori</i>	78
<i>Figura 10: Mapa: Terra Indígena Arariboia</i>	79
<i>Figura 11: Mapa: Mosaico Gurupi</i>	80
<i>Figura 12: Mapa de Etnorregiões da Terra Arariboia – Maranhão</i>	83
<i>Figura 13: Capa do PGTA da TI Arariboia</i>	84
<i>Figura 14: Elementos constituintes e integradores da educação Tentehar-Guajajara</i>	90
<i>Figura 15: Festa da Menina Moça ou Moqueado na aldeia juçaral</i>	93
<i>Figura 16: Roça de consorciada de mandioca e arroz e o preparo da farinha</i>	98
<i>Figura 17: Lago Branco – TI Arariboia</i>	98
<i>Figura 18: Pulseiras de tiririca e rede de algodão na aldeia juçaral</i>	99
<i>Figura 19: Caminhão madeireiro e combate ao fogo na TI Arariboia</i>	100
<i>Figura 20: Mandala Jabuti - Pilares centrais, eixos e temáticas</i>	103
<i>Figura 21: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori</i>	107
<i>Figura 22: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori</i>	108
<i>Figura 23: Trabalhos em grupos</i>	109
<i>Figura 24: Posters de divulgação do Encontro da Juventude e Festa do Moqueado</i>	111
<i>Figura 25: Capa do PPP do CEEI Geanni Sartori</i>	112

Lista de abreviaturas e siglas

ANARA -	Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária
APIB -	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
APIB -	Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATL -	Acampamento Terra Livre
BNCC -	Base Nacional Comum Curricular
CAPES-	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAMA - Maranhão	Central de Cooperativas Agroextrativistas do Sul e Oeste do Maranhão
CCOCALITIA - Arariboia	Comissão de Caciques de Lideranças da Terra Indígena Arariboia
CEEI -	Centro de Educação Escolar Indígena
CEMEAAR - Socioambiental	Centro Maranhense de Estudos Rurais e Assessoria Socioambiental
CEMEAR - Rural	Centro Maranhense de Estudos Socioambientais e Assessoria Rural
CENTRU-MA -	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CGEEI -	Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena
CIMI -	Conselho Indigenista Missionário
CNE/CEB -	Conselho Nacional de Educação
COAPIMA - Indígenas do Maranhão	Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão
COOPRAMA - Maranhão	Cooperativa dos Pequenos Agroextrativistas de Amarante do Maranhão
E EI -	Educação Escolar Indígena
FUNAI -	Fundação Nacional do Índio
IFMA - Maranhão	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISPN -	Instituto Sociedade, População e Natureza
LDB -	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEB -	Movimento de Educação de Base
MEC-	Ministério da Educação
MLST -	Movimento de Libertação dos Sem Terra
NEABI -	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indíodescendentes
NEABI -	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indíodescendentes
NEABI/IFMA -	Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indíodescendente
OIT-	Organização Internacional do Trabalho
PGTA -	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PGTA -	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PGTA -	Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PPGFOPRED/UFMA - Educativas	Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas
PPP -	Projeto Político Pedagógico
RCNEI -	Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas
SECAD - Diversidade	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e
SEE -	Secretarias de Estado da Educação
STTR -	Sindicado dos Trabalhadores e Trabalhadores Rurais
TI -	Terra Indígena
UEMA -	Universidade Estadual do Maranhão
URE -	Unidade Regional de Educação

SUMÁRIO

FILHO DE MAÍRA: o chão e o horizonte de minhas andanças	14
1 INTRODUÇÃO	25
2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CAMINHOS, CONQUISTAS E OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS.....	45
2.1 Uma breve história da EEI e conquistas no país	45
2.2 Educação Indígena e Educação Escolar Indígena: diferenças e aproximações	52
2.3 Projeto Político-Pedagógico: cultura, diversidade e a especificidade	57
3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: AUTONOMIA E INTERCULTU-RALIDADE.....	64
3.1 A Interculturalidade e a perspectiva da Educação Escolar Indígena	67
4 HISTÓRIA, PROTAGONISMO E IDENTIDADE: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS INTERCULTURAIS DO POVO TENTEHAR-GUAJAJARA	77
4.1 A Educação Escolar Indígena como forma de (re)existência no CEEI Geanni Sartori: Cultura, tradição, língua e território	87
4.2 Produto da pesquisa.....	106
4.2.1 O processo: movimento indígena, autonomia e aliados	106
4.2.2 Estrutura: Concepções e práticas	111
5 CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXO 1	124
APÊNDICE A.....	203
APÊNDICE B.....	294

FILHO DE MAÍRA: o chão e o horizonte de minhas andanças

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.

Paulo Freire

Quando inicio a escrita sobre minha trajetória de vida, me pego a pensar em como os horizontes de outrora continuam na dimensão poética e da utopia, refletidos agora pela força dos nossos encantados. No entanto, quando se trata de rememorar o passado, alguns pontos de referência que estruturam a memória se manifestam pelas nossas lembranças, outros são silenciados, ficam na fronteira entre o sonho vivido e a se viver e a materialidade das coisas e dos acontecimentos. Segundo Pollak (1989), trata-se também de uma imagem de si, para si e para os outros, e por meio desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e sua relação com os outros.

Era o mês das festas tradicionais do povo Tentehar¹, especialmente às relacionadas aos ritos de passagem², como a do moqueado (ou menina moça) e as dos rapazes. As paisagens enchiam-se de cores, frutos, flores e jardins vívidos. Mudanças nos comportamentos de alguns animais que saem da hibernação, mudanças também nos polinizadores, como os beija-flores e as abelhas, dado o florescimento de espécies vegetais. A casinha de minha avó, feita de taipa e coberta por ramos de pés de maracujá, onde se ouvia, cotidianamente, o zumbir da mamangava³, é nesse lugar que após longo desprendimento de força física de minha mãe e espiritual da parteira, se dá o meu nascer para esse mundo, às oito horas do dia 11 de setembro, do ano de 1979.

Diante desse cenário, ou seja, as décadas de 1970 e 1980, a porção amazônica do Maranhão é tomada pelo ciclo do arroz e a abertura das matas para as pastagens. Aliado a isso, a grilagem de terras, com a expulsão de um enorme contingente de famílias camponesas de seus centros de produção e vida. É o desencontro das frentes pioneiras e expansão em sua face mais “sangrenta”, encabeçada pelo processo de implantação do “Projeto Grande

¹ Ao longo do texto utilizo os termos Tentehar e tentehar. O primeiro diz respeito ao nome do povo; obedecendo às normas da gramática portuguesa, grafo com letra maiúscula, por exemplo “os Tentehar” e com letra minúscula a palavra “tentehar” quando é adjetivo, por exemplo, a cultura tentehar. No que diz respeito à grafia do nome dos povos indígenas, adoto a Convenção da Associação Brasileira de Antropologia, sem flexionar o nome dos povos

² Rituais da tradição tentehar que marcam a passagem de uma fase da vida a outra, como da infância à puberdade (moça).

³ Abelha que se caracteriza como a principal responsável pela polinização do maracujá.

Carajás”⁴. Mega empreendimento econômico que fora pautada na exploração mineral durante as décadas de 1970 e 1980, nas mais variadas regiões de terras em que a fatura mineral era significativa, projeto este, empreendido pela Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD). É nesse período também que povos indígenas situados historicamente na região, travam uma verdadeira luta pela demarcação e homologação de seus territórios⁵.

Logo após o meu nascimento, minha mãe casou com uma liderança Tentehar, e passou a residir na aldeia Zyhatyw (Juçaral), onde até hoje vive, com uma grande família constituída por mais quatro filhos(as), genros, nora, netos e bisnetos. E aos cinco anos de idade se dá minhas primeiras idas e vindas à aldeia, entre a casa de minha avó na cidade de Amarante do Maranhão (MA) e a Terra Indígena Arariboia, onde já foi possível observar o extrativismo vegetal que naquele período incidia sobre o território do povo Tentehar, visível pelo tráfego diário de “toyotas” abarrotadas de sacos da folha do jaborandi⁶.

Figura 1: Ana Cleide Pereira Marinho (Mãe)



Fonte: Arquivo pessoal

⁴ Projeto de exploração mineral, iniciado nas décadas de 1970 e 1980, nas mais ricas áreas minerais do planeta, pela Vale (antiga CVRD).

⁵ Nesta dissertação, compreendemos o território pela multiplicidade de poderes nele incorporado através dos múltiplos sujeitos/agentes envolvidos, corroborando Dominique Gallois que afirma que a noção de “Terra Indígena” diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

⁶ Planta utilizada amplamente na indústria de cosméticos.

Outra onda impactante social e ambiental abateu-se sobre este mesmo território no início da década de 1990, prolongando-se, sobretudo, suas consequências nefastas, até os dias atuais. Trata-se da abertura da Terra Indígena Arariboia a uma desregulada exploração madeireira e, o que na prática aconteceu, visto a olho nu, foi um verdadeiro saque aos recursos naturais. Caminhões madeireiros rodavam 24 horas ininterruptas, deixando um rastro de destruição, que ficou conhecido como o ciclo da madeira na Região Tocantina.

Foi nesse contexto, que passo a participar de encontros e reuniões com lideranças indígenas, aos doze anos de idade, sempre levado pelo meu pai Pedro Marizê (Figura 2), para tomar notas dos assuntos tratados, registrar em cadernos e leituras de documentos, como atas, requerimentos e abaixo assinados encaminhados pelas comunidades e famílias representadas por ele, seu irmão Abraão Guajajara (Figura 3), o Cacique Salomé e o ancião Ataliba, visto que o analfabetismo era realidade presente tanto entre os indígenas, como entre os camponeses. Como exemplo, minha avó, conhecida como Eva do Julião, sustentava a família com a venda de comidas, uma pequena “banca” de restaurante e por ser analfabeta, anotava as refeições encomendadas por meio de riscos na parede da cozinha com um pedaço de carvão. Assim se deu o meu contato com o universo e campo político dos Tentehar, suas lideranças, suas lutas e organizações.

Figura 2: Meu pai, Pedro Marizê, liderança indígena.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3: Meu tio, Abraão Guajajara, liderança indígena e cantor das festas tradicionais



Fonte: Arquivo pessoal

É nesse universo que conheço o Padre Cláudio Zannoni, coordenando o Conselho Indigenista Missionário – CIMI⁷ no estado, pois o mesmo se hospedava em nossa casa e era muito amigo e querido da família. Eu, juntamente com meu pai, acompanhava o padre nas suas incursões pelo nosso território Arariboia, na participação em encontros com lideranças, na realização de casamentos e batizados pelas aldeias ao longo de uns dez anos de atuação junto ao povo Tentehar-Guajajara. Pe. Zannoni, que posteriormente se torna professor da UFMA, desenvolvia também um trabalho de registro das narrativas tentehar, especialmente do mito de Maíra⁸, quando então publica o hoje clássico livro “Conflito e coesão: o dinamismo Tenethar” (Figura 4), de 1999, revisado e publicado no ano de 2021 com o título “O dinamismo social do povo Tentehar” (Figura 5), com prefácio da nossa professora Cíntia Santana Guajajara. As publicações do CIMI, como o *Jornal Poratim*, eram minhas leituras diárias, desejava saber e compreender como se dava a realidade de outros povos indígenas no país.

Figura 4: Livros de autoria de Claudio Zannoni



Fonte: Arquivo pessoal

⁷ Órgão ligado à Igreja Católica com atuação nas causas indígenas do país.

⁸ Narrativa tentehar sobre o demiurgo *Maíra* e a saga do herói mítico *Mair'yr* e seu irmão gêmeo.

Dessa forma, a partir das vivências e durezas enfrentadas pelas lideranças indígenas do nosso povo como um todo, fui tomando consciência da importância da escolarização, dos estudos, da apropriação dos códigos da sociedade envolvente, em seus diversos segmentos e do Estado em suas diversas instâncias.

Assim, consegui me alfabetizar por meio do método da “cartilha”⁹ com uma professora paga pela minha avó. Tratava-se de dona Bibia, uma personalidade amarantina de renome e respeito pelo seu carisma, caridade e religiosidade ligada ao Espiritismo. O dinheiro ganho com aulas particulares, dona Bibia empregava em lanches e brinquedos às crianças menos abastadas da cidade. Os momentos de distribuição de lanches e brinquedos era a alegria estampada nos rostos das crianças e fazem uma imagem e memória muito presente em mim até hoje.

Iniciei a lida entre os estudos e o trabalho logo aos dez anos de idade, por meio da venda de pães na padaria do seu Gervásio e picolé na sorveteria do seu Chico da Sorvelanches e, assim, consegui concluir o antigo 1º Grau, como então, era denominado o Ensino Fundamental. Nesse período, em Amarante do Maranhão (MA), o 2º Grau só era ofertado no turno vespertino, por meio do curso de Magistério, e isso me tirava o sono, isso me impossibilitaria prosseguir os estudos, haja vista o meu trabalho diurno, pois aos quinze anos passei a trabalhar durante o dia todo numa marcenaria, com a produção de portas e janelas. Foi quando a então Prefeita Municipal implementou o curso Técnico em Administração, em parceria com a Escola Ebenézer de Imperatriz, no turno noturno, na Escola Municipal Sousandrade e assim foi possível cursá-lo.

Vale ressaltar que nesse momento, tenho contato com os trabalhadores da indústria madeireira, pais de famílias submetidos a trabalhos exaustivos e sem garantias legais, próximo a analogia à escravidão, desde a abertura de ramais para o corte da madeira até o beneficiamento, pois a marcenaria em que trabalhara era ligada a uma serraria. Acidentes ocasionados pela insuficiência ou mesmo ausência de segurança e a própria rotina do trabalho eram constantes entre essa massa de jovens e pais de famílias necessitados do “ganha pão” cotidiano.

Eu mesmo tive um corte na mão direita, na qual perdi o movimento de dois dedos. Em face da ausência de políticas públicas voltadas para um expressivo número de famílias migrantes de outras cidades e regiões, a violência é aumentada. Por essa e outras razões, como

⁹ Método de alfabetização que se utiliza palavras-chave e sílabas geradoras, o famoso método do “bá-bé-bi-bó-bu”.

a poluição causada pela atividade madeireira, houve nesse momento um movimento da Igreja Católica local, por meio da Pastoral da Juventude, para barrar a atividade madeireira ilegal no município de Amarante do Maranhão. Neste caminho, conheço o então Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Amarante do Maranhão (STTR), Zezinho Baiano (Figura 5), que liderava a retomada pela terra por meio do processo de Reforma Agrária no município, iniciada em meados dos anos de 1990.

Figura 5: Zezinho Baiano (liderança camponesa e Presidente da Associação das Famílias Agricultoras da Casa Familiar Rural de Amarante do Maranhão - MA)



Fonte: Arquivo pessoal

Fui convidado a fazer um curso de datilografia pago pelo STTR de Amarante do Maranhão, e assim ajudar na secretaria do mesmo, onde datilografei a Ata de Fundação da Cooperativa dos Pequenos Agroextrativistas de Amarante do Maranhão (COOPRAMA). O município já contava com cerca de diversas áreas de assentamentos, famílias de agricultores camponeses com a posse e uso da terra para produção e autossustento. Fazia-se necessário organizar essa produção e a alternativa apresentada era o cooperativismo. A partir desse envolvimento, surgiu a minha vontade de prosseguir nos estudos, me qualificar profissionalmente para contribuir nesse processo e, nessa investida, após mobilização do próprio presidente do STTR, de meu pai e outras lideranças indígenas, fui para Minas Gerais, aos dezoito anos de idade, para a então Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho e, em dezembro de 1999, concluo o curso Técnico em Agropecuária.

Retornando ao Maranhão, inseri-me nos trabalhos do programa de assistência técnica nos Projetos de Assentamento Alvorada I e II e Cikel, situados no município de Amarante do Maranhão (MA). O programa denominava-se Projeto LUMIAR e era coordenado pelo INCRA em convênio com a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (ANARA), organização ligada ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Em seguida, em plena virada de milênio, pois ainda era o ano 2000, engajei-me nas ações do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU–MA).

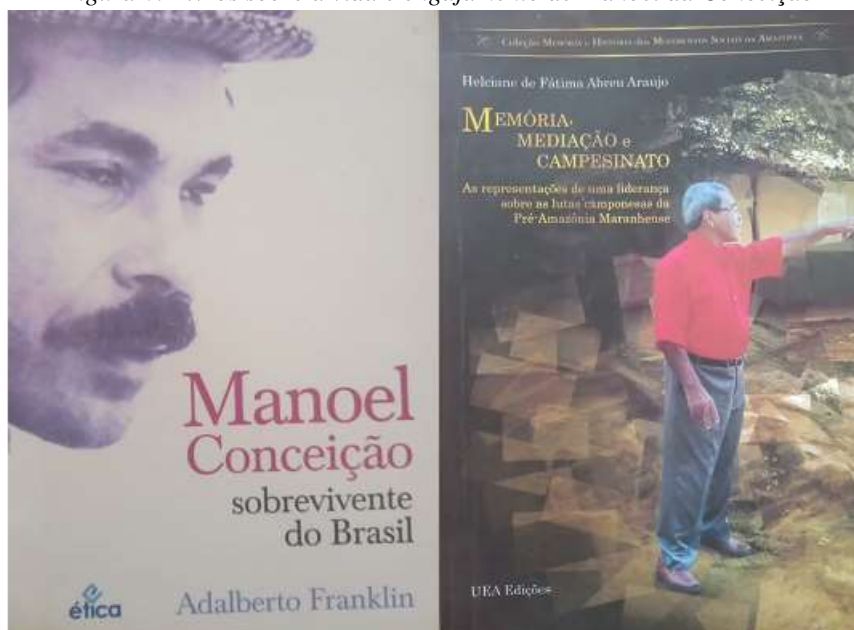
Um contingente significativo de terras já havia sido retomado pelos agricultores camponeses após duras lutas e empreitadas, com o tombamento de diversos líderes comunitários, sindicais e pastorais, como o João Palmeira, então presidente do STTR de Imperatriz e Padre Josimo Tavares, sacerdote católico, coordenador da Comissão Pastoral da Terra e assassinado em maio de 1986, na cidade de Imperatriz, a mando do latifúndio da microrregião do Bico do Papagaio por atuar em defesa dos trabalhadores rurais sem-terra (FERREIRA, 2020).

Os objetivos das ações do CENTRU–MA se davam no campo da formação da produção agroecológica sustentável e a comercialização dessa produção. Nesse momento da vida é que me deparo com o grande líder camponês Manoel da Conceição¹⁰, então na Direção do CENTRU–MA e da Central de Cooperativas Agroextrativistas do Sul e Oeste do Maranhão (CCAMA). A trajetória de vida de Manoel da Conceição é contada em diversos livros e textos (FRANKLIN, 2014; ARAÚJO, 2010), não cabendo aqui me alongar.

No entanto, vale destacar que Mané, como costumávamos chamá-lo, após passar pelos rigores e perseguição da Ditadura Militar, sendo preso, torturado e exilado, retorna ao Brasil e, inspirado em Paulo Freire, e com apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), organizou a Escola João de Barro e a Escola Padre Josimo, atuando na escolarização e formação de lideranças regionais que atuaram e ainda atuam junto a classe trabalhadora.

¹⁰ Liderança camponesa, membro fundador do Partido dos Trabalhadores e do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural.

Figura 6: Livros sobre a vida e engajamento de Manoel da Conceição



Fonte: Arquivo pessoal

É nesse convívio com lideranças camponesas agroextrativistas, atuando junto à equipe técnica do CENTRU-MA, que também vou me educando, tomando clareza da realidade do campo em nossa região e os desafios postos para a emancipação da classe trabalhadora, por meio de um modelo de desenvolvimento alternativo, sustentável e solidário, como sempre exclamava Mané. Aprendizagens se deram nas dimensões técnica e política e, assim, emergindo a consciência sobre a minha própria condição de filho de trabalhadora.

Na curiosidade de querer conhecer como se dava a vida dos camponeses em outras regiões, retorno ao Estado de Minas Gerais, para a região do Vale do Jequitinhonha, e permaneço dois anos, de 2004 a 2006, acompanhando de perto a mobilização e luta das famílias atingidas pela barragem de Irapé, na garantia dos reassentamentos e, assim, continuarem suas vidas no e pelo campo. Nesse bojo, atuo na formação dos jovens agricultores para a convivência com a seca no médio Jequitinhonha, por meio do STTR de Minas Novas (MG). Trabalho esse que me motivou o retorno ao Maranhão e em conjunto com o Zezinho Baiano (Figura 5), então à frente da Associação das Famílias Agricultoras do Assentamento Margarida Maria Alves, constituirmos a Casa Familiar Rural de Amarante do

Maranhão, objetivando a formação técnica e profissional dos jovens do campo do município e região por meio da Pedagogia da Alternância¹¹.

Dessa forma e com apoio do CENTRU–MA, por meio do projeto Escola Técnica Agroextrativista, formamos cerca de 50 jovens agricultores no Ensino Médio Integrado ao Técnico em Agropecuária até o ano de 2010, onde fui integrar, como colaborador eventual, a equipe da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, no trabalho de realização do diagnóstico socioambiental e produtivo das Terras Indígenas Caru, Alto Turiaçu e Awá, no norte do estado¹². Deparando-me novamente com um quadro de extrema vulnerabilidade social dos indígenas e não-indígenas diante da exploração da indústria madeireira na região e a ausência das políticas públicas em educação, saúde e geração de renda.

Ingresso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), no cargo de Assistente de Alunos, no Campus Pinheiro, e posteriormente, por meio de uma permuta, sendo lotado no Campus Imperatriz, onde, por cerca de três anos e meio, trabalhei e convivi com pessoas engajadas num projeto de educação técnica, tecnológica e profissional, a exemplo da pedagoga Izaura, norteada pela justiça social, o que me trouxe uma motivação a mais para concluir o curso de Licenciatura em Pedagogia e, em seguida, a Especialização em Metodologia do Ensino na Educação Superior, na modalidade à distância, na UNINTER, após uma passagem pela Universidade Federal do Maranhão em São Luís (MA) e pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) em Imperatriz (MA).

Dessa forma, insiro-me no recém-constituído Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI) do IFMA (Campus Imperatriz), e colaboro no projeto denominado Etnoastronomia¹³ com crianças indígenas, nos anos 2013 e 2014, tendo como objetivos conhecer os saberes etnoastronômicos do nosso povo e promover a prática educativa intercultural na formação dos acadêmicos do curso de Licenciatura em Física do IFMA (Campus Imperatriz).

Nesta perspectiva, os estudantes ao mesmo tempo em que ensinavam conhecimentos da astronomia científica, também investigavam e aprendiam sobre saberes do céu do povo Tentehar e em seguida a publicação do livro paradidático intitulado “Histórias do Céu contadas por Zahy e Tatá” (Figura 7), tendo como público-alvo crianças e jovens na faixa

¹¹ Método que busca interação entre o estudante que vive no campo e a realidade que ele vivencia no seu cotidiano com a família, promovendo a troca de conhecimentos entre seu ambiente de vida e trabalho e o escolar.

¹² Terras indígenas situadas na porção amazônica do Maranhão, onde vivem os povos Tentehar-Guajajara, Awá-Guajá e Kaapor.

¹³ Área da Astronomia que investiga os conhecimentos astronômicos dos povos tradicionais.

etária de 09 a 13 anos. Esse livro foi utilizado em escolas do Ensino Fundamental, indígenas e não indígenas, buscando-se colaborar na materialização de instrumentais didático - pedagógicos que atendessem dispositivos da Lei 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Figura 7: Livro *Zahy - Tatá*



Fonte: Arquivo pessoal

Não participei da culminância do referido projeto por assumir o cargo de Pedagogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO / Campus Gurupi), retornando ao IFMA (Campus Avançado Porto Franco), em 2015 e dessa forma contribuindo com a implementação do referido Campus, atendendo o anseio e demanda da comunidade local e regional pela oferta do ensino profissionalizante.

Nesse mesmo ano, integro como membro fundador, o Centro Maranhense de Estudos Rurais e Assessoria Socioambiental (CEMEAAR), onde por meio de uma cooperação técnica com o IFMA – Campus Avançado Porto Franco e a Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (CCOCALITIA), colaborando também no processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da TI Arariboia, no ano de 2017.

Importa aqui, ressaltar que o PGTA da TI Arariboia evidencia o eixo da Educação Indígena e da Educação Escolar Indígena como estratégico, por se articular com as demais áreas que compõe o PGTA, a saber: a cultura, o território, a saúde, a infraestrutura, a

governança e protagonismo indígena na relação com os poderes públicos constituídos e demais parceiros e aliados. E, nesse bojo, a necessidade de construção e revisão dos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas Indígenas, no sentido de atender e servir para os povos que habitam a TI Arariboia, como um delimitador do que queremos e o que não queremos para o nosso povo e a nossa terra.

Tendo em vista experiências que nos prejudicaram, como foi o caso da venda da madeira, agora concentramos nossa energia em ações que promovam nossas formas tradicionais de conhecimento com vistas à proteção da terra e manutenção do nosso modo de vida, fortalecendo a língua materna através da escrita e produção de materiais didáticos específicos escritos e audiovisuais bilíngues.

Diante disso e da necessidade do registro legal junto ao Conselho Estadual de Educação, enquanto escola indígena e a afirmação da identidade Tentehar, apresentei a proposição para contribuir, por meio da cooperação técnica e da pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED/UFMA) e ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indiodescendente (NEABI/IFMA), um currículo fundamentado na realidade da aldeia e no projeto de futuro do povo Tentehar da comunidade Juçaral, por meio da revisão do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.

Desse modo, as veredas construídas a pinceladas de fé e coragem, endurecendo em tempos necessários, sem perder a ternura e a utopia, permanecem e fazem encruzilhadas com outros caminhos. E, assim, surgiram e surgem pontes que nos ligaram (e nos ligam) a línguas distantes e caminhos coletivos.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, as relações que constituíram o Brasil como nação se caracterizaram pela depreciação das comunidades tradicionais, principalmente dos povos indígenas, que sofreram inúmeros processos de opressão, resistindo com grande esforço, cada qual no seu contexto, aos percalços que a sociedade contemporânea ainda lhes impõe.

Nesse bojo, a Educação Escolar Indígena no Brasil ocorreu de maneira intensa com a colonização portuguesa, apresentando objetivos claros de implantar o poder da igreja e da Coroa Portuguesa, com a finalidade de promover a civilização dos povos originários e a exploração como mão de obra escrava. Portanto, o modelo de escola trazido pelos portugueses para o território brasileiro estava incorporado ao contexto em que o poder político e econômico da época se associava ao poder evangelístico promovido pelos missionários jesuítas, com o intuito de extinguir a diversidade cultural dos povos indígenas.

Os jesuítas assumiram sozinhos a educação escolar por aproximadamente 210 anos até sua expulsão pelo marquês de Pombal, em 1759, sendo uma década depois, implantado oficialmente o ensino público. De fato, nesse período ocorreram imensuráveis perdas para os povos indígenas com o modelo não-indígena de educação: perdas de línguas, extinção de povos, perdas culturais, entre tantas outras.

A partir do século XIX, a introdução da instituição escolar nas comunidades indígenas teve como objetivo central integrar o indígena à sociedade não indígena. Há de se observar, no entanto, que a escolarização indígena não diz respeito à simples transposição de um modelo de escola ocidental para uma comunidade indígena; se faz necessário considerar o papel da escola para a comunidade e o que os indígenas esperam com ela (D'ANGELIS, 2012).

Dessa forma, o modelo de escola trazido pelos colonizadores representou uma enorme perda na transmissão dos conhecimentos indígenas para as futuras gerações. Por outro lado, a escola se tornou um meio necessário aos povos indígenas após o contato com o ocidente e, principalmente, na sociedade atual, na busca por um diálogo entre os conhecimentos tradicionais e a possibilidade para esses povos ocuparem diversos lugares de direito na sociedade.

Isso acontece com o povo Tentehar/Guajajara na aldeia Juçaral situada na porção sudoeste da Terra Indígena Arariboia, localizada no município de Amarante do Maranhão, onde este pesquisador viveu sua infância e adolescência.

Somos conhecidos regionalmente como Guajajara, que significa “donos do cocar”, ou Tentehar como nos autodenominamos, “somos seres verdadeiros”. Em nosso trabalho utilizaremos das duas nomenclaturas Tentehar/Guajajara.

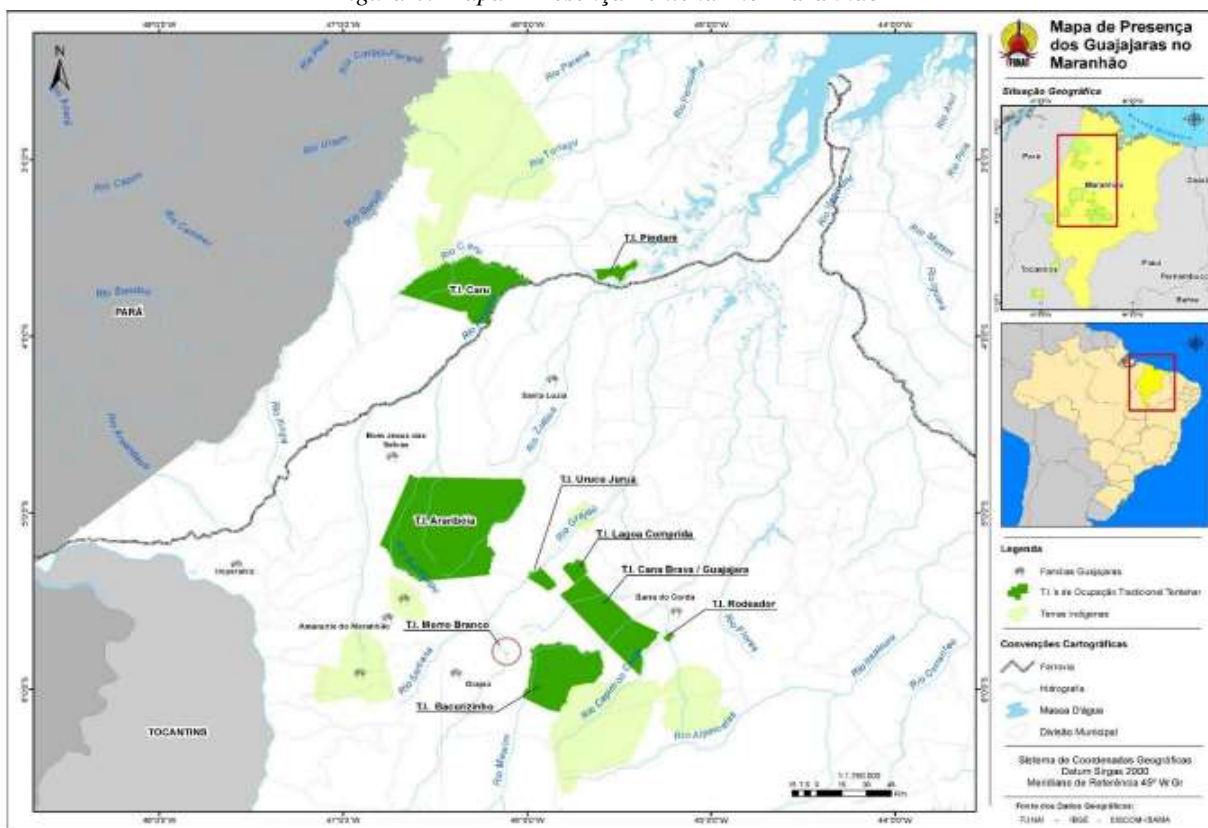
Somo um dos povos mais numerosos do país e os indígenas contemporâneos no Maranhão de mais antigo contato com a sociedade não indígena, as primeiras notícias sobre o nosso contato com a sociedade colonial remontam ao início do século XVII, marcados por aproximações e recusas totais, submissões, mas também, revoltas e tragédias. A revolta de 1901 contra os missionários capuchinhos, em Alto Alegre, Barra do Corda - MA, teve como resposta a última “guerra contra os índios” na história do Brasil.

A língua Tentehar/Guajajara pertence à família Tupi-Guarani e a chamamos de *ze'eg eté* (a fala boa) e nas aldeias da Terra Indígena Arariboia é falada como primeira língua, enquanto o português tem a função de língua franca, que é entendida pela maioria.

Somos também o povo indígena com maior população no estado, contando com um quantitativo de 23.830, pessoas segundo Censo/IBGE 2010. Habitamos a região centro-sul do Maranhão ou como denominam alguns, a Pré-Amazônia Maranhense, mais precisamente a região banhada pelos rios Mearim, Grajaú, Pindaré e Gurupi, com uma vegetação caracterizada pelas florestas altas da Amazônia e por matas de cerrados. Vivemos em doze terras indígenas, além de habitarmos de forma permanente alguns povoados e áreas urbanas em regiões próximas às terras demarcadas.

A seguir, apresentamos um mapa da presença Tentehar no Maranhão.

Figura 8: Mapa - Presença Tentehar no Maranhão



Fonte: Martins (2019, p.19)

No Maranhão, a política educacional indígena é executada por meio das Coordenações de Educação Escolar Indígena (EEI), nas Unidades Regionais de Educação – Barra do Corda, Açailândia, Imperatriz, Santa Inês e Zé Doca. No entanto, a materialização da Educação Escolar Indígena com qualidade ainda é limitada pelas dificuldades de infraestrutura física e pedagógica, enorme deficiência de pessoal, pois, na quase totalidade das escolas, um único servidor desenvolve diversas funções e atribuições, diretor(a), serviços gerais, cozinheiro e vigia.

Nesse aspecto, a promoção do diálogo intercultural, por meio de processos e instrumentos mediadores, de forma colaborativa entre as organizações do nosso próprio povo, Universidades e o Estado, é condição fundamental para a revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Escolar Indígena (CEEI) Geanni Sartori do povo Tentehar/Guajajara. Sabe-se também que pensar a qualidade da EEI associada à formação de professores indígenas e gestores deve levar em conta a educação de cada povo, respeitando o processo histórico vivido e a realidade contextual presente, neste caso, na Terra Indígena Arariboia.

Nesse sentido, quando se trata de refletir a respeito do PPP é imprescindível levar em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Esse documento se refere ao PPP afirmando que “o projeto pedagógico é um documento que possibilita a autonomia de cada escola e, portanto, pode apresentar diferentes estruturas e elementos, considerando o currículo vigente”. Segundo Vasconcellos (2002, p. 46), “O PPP é o plano global da instituição [...] um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. Um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação”.

O autor afirma ainda que o PPP envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Nesse sentido, a escola deve se interessar pelo projeto porque a função do mesmo é auxiliar na busca por soluções para possíveis problemas, e além disso, transformar a prática. O PPP é uma metodologia de trabalho que possibilita a ação de todos os agentes da escola.

O PPP como método, visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, de uma forma refletida, sistemática, orgânica, científica e essencialmente participativa. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), os artigos 12, 13 e 14 falam sobre a autonomia da escola para elaborar e executar sua proposta pedagógica, que deve contar com a participação dos profissionais da educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

Portanto, uma das finalidades específicas do PPP é ser elemento estruturante da identidade da instituição, bem como ajudar e consolidar a autonomia da escola. Diante disso, entendemos que o PPP é um documento norteador da instituição, que nos orienta e direcionará para oferecer aos alunos e a comunidade local um ensino de qualidade (VASCONCELLOS, 2002).

A relevância que se atribui a interculturalidade diante do tema aqui tratado, foi realizada uma pesquisa na plataforma da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) para assim identificar no banco de dissertações, estudos que se relacionassem com a temática, referente ao PPP na Educação Escolar Indígena. O levantamento dos dados foi delimitado aos anos de 2015 a 2019, e a partir dessa delimitação foram selecionados cinco trabalhos que julgamos mais pertinentes para esta pesquisa, descritas no quadro a seguir.

Quadro 1: Dissertações selecionadas

Ano	Título	Autor(a)
2013	EEI Mura: Por entre práticas docentes e o projeto político-pedagógico	Jaspe Valle Neto
2016	Relações Étnico-raciais nas políticas educacionais e nos projetos político pedagógicos: desafios	Sawana Araujo Lopes
2017	Educação Intercultural e Colonialidade: Uma análise do currículo da aldeia-escola zarup wej da terra indígena Zoró	Patrícia Dias
	Proposta do PPP da Escola Estadual Indígena 19 de Abril	Renato Yahe Kraho
2019	PPP Shanenawa: saberes, fazeres e práticas discursivas	Francisco Charles Fernandes Falcão

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2021.

A primeira dissertação tem como título “EEI Mura: por entre práticas docentes e o projeto político-pedagógico”. O trabalho de Jaspe Valle Neto aborda as práticas pedagógicas de professores(as) do povo mura¹⁴, com ênfase no Projeto Político Pedagógico. Segundo o autor:

É indubitável a importância e a necessidade das escolas construírem o seu projeto político-pedagógico e isso tem sido bastante enfatizado pela literatura pedagógica recente, preocupada, sobretudo, com a democratização dos espaços escolares e a articulação da instituição de ensino com a sociedade mais ampla (VALLE NETO, 2013, p. 98).

Os professores participantes da pesquisa atuam em uma escola municipal indígena localizada na Aldeia de São Felix – Autazes/AM. A pesquisa foi delimitada a professores que atuam em classes de 1ª a 4ª séries nessa escola. O autor fez uso da pesquisa de campo utilizando-se de observação, entrevistas e análise documental. O autor buscou tratar da valorização da cultura indígena e destacou a importância da identidade indígena.

Com esta pesquisa, Valle Neto reafirmou a importância de um PPP elaborado com o objetivo de atender às necessidades de um povo, uma vez que em sua pesquisa fica clara a contribuição do documento para uma educação de qualidade visando beneficiar o povo Mura, buscando atender às necessidades culturais desse povo, de modo a preservar seus costumes e reafirmar sua identidade cultural.

¹⁴ Grupo indígena brasileiro que habita o centro e o leste do Estado do Amazonas

Sublinho que a grande diferença deste PPP-Mura, comparando com os das escolas não indígenas, é que o mesmo foi criado não somente para atender os interesses coletivos do público escolar indígena, mas para atender aos anseios de toda população Mura, portanto, o PPP-Mura foi criado para a comunidade indígena Mura de Autazes-Am e esta participou ativamente da sua elaboração (VALLE NETO, 2013, p. 94).

A partir dessa fala, compreende-se o poder transformador da educação, uma vez que a utilização do PPP não influencia apenas a escola, mas toda a comunidade indígena, demonstrando, assim, que a educação pode influenciar todo um grupo social e não unicamente um espaço escolar ou uma escola de forma isolada, direcionando o que deve ser esperado da escola, que conhecimentos e habilidades devem ser desenvolvidos dentro dela para que ultrapassem os muros e as cercas da aldeia.

Em seu trabalho, Valle Neto faz uma linha do tempo para situar o leitor na realidade da EEI no Brasil. No primeiro capítulo, o autor se dedica a tratar da EEI no Brasil: entre retrocessos e avanços. Nesse capítulo o autor trata do extermínio cultural indígena e de como a educação foi utilizada para esse fim. Outro tema aprofundado pelo autor, que é de grande importância histórica e social, são os movimentos indígenas na busca por uma escola própria que leve em conta as características individuais dos povos indígenas.

No segundo capítulo, o autor trata de uma visão mais local, delimitando sua pesquisa. Aborda a luta por uma educação específica e diferenciada (Lei 11.645/2008) para o povo Mura em Altazes/AM, mais especificamente na aldeia São Felix. A leitura do primeiro capítulo é essencial para uma compreensão mais profunda do segundo, pois é necessário compreender a luta indígena de forma geral para compreender a necessidade e a pertinência individual de cada comunidade, principalmente no que se refere à educação.

O terceiro, por sua vez, aborda o tema referente ao PPP, tratando de seu significado, e das especificidades do PPP Mura. O autor faz uma análise do documento e das práticas pedagógicas dos professores à luz do mesmo. Nesse capítulo, o autor define o que é PPP trazendo os seus eixos (flexibilidade, autonomia, responsabilidade, planejamento e participação), apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - I – Lei 9.394/1996. Dessa forma, a pesquisa favoreceu a compreensão do PPP-Mura como referencial concernente aos anseios do povo pesquisado bem como ao fato de que as aulas investigadas na Escola Municipal Indígena Dr. Jacobina têm conseguido atender as propostas descritas no

referido documento, constituindo valores próprios desse povo, que percebem o espaço escolar como palco de valorização de sua cultura e fortalecimento da identidade.

A segunda dissertação é intitulada “Relações Étnico-Raciais nas Políticas Educacionais e nos Projetos Político Pedagógicos: desafios”. A obra tem por autora Sawana Araújo Lopes defendida em 2016. O trabalho tem como um de seus objetivos investigar as relações étnico-raciais nas políticas educacionais e nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP). O trabalho busca compreender de que forma as relações étnico-raciais estão sendo efetivadas nas políticas educacionais e implementadas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de escolas localizadas no município de João Pessoa/Paraíba.

Apesar dessa ênfase, considerá-la nesse campo de estudo é desafiador, pois abrange saber de um sujeito que ele luta historicamente por sua emancipação na sociedade. Desse modo, existe a necessidade de se ter o conhecimento sobre a educação das relações étnico-raciais para, em seguida, implementá-la no ambiente escolar como educadores, educandos, pais e mães e movimentos sociais (LOPES, 2016, p.23).

A autora destaca os objetivos específicos como sendo: Identificar as relações étnico-raciais na legislação nacional e local; interpretar como as relações étnico raciais estão sendo implementadas na Resolução CEE/SEEC/PB nº 198/2010 e na Resolução CME/PMJP nº 2/200; analisar como as relações étnico-raciais estão sendo incluídas nos Projetos Políticos Pedagógicos e nos Projetos Educativos de duas escolas municipais de João Pessoa/PB.

Em relação à metodologia para realização da pesquisa, foi utilizado levantamento de documentos nacionais, estaduais e municipais e posteriormente a análise de PPPs e Projetos desenvolvidos em escolas municipais de João Pessoa/PB. A delimitação da pesquisa ocorreu de forma a considerar apenas duas escolas para análise das informações.

A autora divide sua obra em quatro capítulos, o primeiro trata das Relações Étnico-Raciais nas Políticas Educacionais e nos Projetos Político Pedagógicos e os desafios para essa relação. No segundo capítulo a autora faz uma abordagem teórico-metodológica na qual ela faz uma reflexão referente às relações étnico-raciais e a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, entre outros assuntos. No terceiro capítulo, a autora aborda o papel do Estado nas políticas educacionais no que se refere às relações étnico-raciais. Lopes finaliza com o quarto capítulo fazendo uma análise sobre a inserção das relações étnico-raciais nos PPP das escolas.

Através da pesquisa e análise documental a autora pode identificar a omissão em relação à obrigatoriedade dos estudos das Relações Étnico-Raciais no PPP de uma das escolas, denominada pela autora como escola A. Situação também presente no que se refere

aos seus Projetos Educativos, diferente da realidade da escola denominada B, na qual foi constatado existir um debate sobre as relações étnico-raciais, que ocorre de forma coletiva, uma vez que os profissionais da educação dessa escola trabalham juntamente com os alunos através de projetos, buscando, assim, inserir o tema de inclusão e diversidade dentro da sala de aula.

A terceira dissertação é de autoria de Patrícia Dias, defendida em 2017. Esta tem por título “Educação Intercultural e Colonialidade: uma análise do currículo da aldeia-escola zarup wej da terra indígena zoró”. Nessa dissertação, a autora trata do tema de currículo na Educação Indígena, mais especificamente em relação à Aldeia-Escola Estadual Indígena Zarup Wej, do Povo Zoró, localizada na Terra Indígena no município de Rondolândia, Estado do Mato Grosso.

Para a realização deste estudo, foi utilizada pesquisa de campo, da qual participaram professores/as, diretor, coordenador pedagógico da instituição e lideranças da comunidade. A pesquisa não teve como único foco apenas o currículo indígena nesse local, mas o currículo e sua relação com a interculturalidade e a colonialidade.

No que se refere à interculturalidade, é necessário levar em consideração que em uma sociedade na qual as características dos grupos sociais são diversificadas, faz-se necessário considerar e analisar tais diversidades no sentido de compreender as relações entre os grupos e principalmente sua relação com a educação. O processo educacional precisa levar em conta as características de um povo ou grupo, considerando aspectos culturais, religiosos, sociais, etc.

A obra é dividida em quatro capítulos, no primeiro intitulado ‘*O processo de colonização de Rondônia e noroeste de mato grosso e os impactos para a vida dos povos indígenas*’, a autora faz uma análise do processo de colonização desses locais, descrevendo acontecimentos históricos que prejudicaram de forma direta os povos indígenas, tanto no que se refere à liberdade, a sua cultura e até mesmo em relação a suas terras.

O segundo capítulo é intitulado ‘*Trajétoria histórica dos Zoró: encontros, conflitos e alianças*’. Nesse capítulo Dias trata de toda organização dos Zoró, como sua organização social, política, econômica e a cosmologia do povo. Aborda a trajetória do povo na terra e sua demarcação.

Com a pesquisa, foi possível concluir que a colonialidade e a interculturalidade estão presentes no currículo da instituição analisada. A autora afirma que ficou evidente a

preocupação do Povo Zoró em ofertar uma educação diferenciada e de qualidade, e que essa preocupação pode ser identificada tanto no PPP quanto no formato da escola.

Com a pesquisa foi possível identificar que a comunidade se une no propósito de elaborar o PPP, na busca de oferecer os meios necessários para que as necessidades da comunidade sejam atendidas através da educação, o que é importante, visto que a autora afirma que o currículo escolar pode se tornar um pertinente instrumento decolonial, desde que pensado pela própria comunidade indígena.

É necessário levar em conta a necessidade de a Educação Indígena ter sua importância reconhecida, uma vez que a autora afirma:

A instituição escolar indígena contemporânea tem enfrentado um grande desafio, o de transformar uma escola que historicamente promoveu a negação do modo de vida indígena em promotora de diversidade cultural e linguística, de autonomia e dos conhecimentos tradicionais (DIAS, 2017, p. 104).

A quarta dissertação analisada tem o título de “Proposta do PPP da Escola Estadual Indígena 19 de abril”. O autor do trabalho é Renato Yahe Kraho, e a publicação foi no ano de 2017. O trabalho trata do resultado de uma pesquisa realizada por Kraho na Aldeia Manoel Alves Pequeno. Um dos objetivos da pesquisa é a reflexão sobre as práticas educativas utilizadas em uma escola na aldeia citada. Levando em consideração o que o autor afirma “Todas as sociedades indígenas dispõem de seus próprios processos de socialização e de formação das pessoas, mobilizando agentes para fins educacionais” (KRAHÔ, 2017, p.19).

A partir dessa reflexão o autor objetivou apresentar uma proposta de PPP para a escola, buscando com esse documento atender as necessidades educacionais específicas da comunidade.

O Projeto Político Pedagógico visa desenvolver ações voltadas para a língua materna e portuguesa com uma dimensão pedagógica que possibilite o indígena ser um cidadão crítico, participativo, responsável, criativo, cultural e intercultural. E também, objetivando a língua e a manutenção da cultura em uma perspectiva diferenciada no sentido de ampliar o trabalho já existente nesta escola (KRAHÔ, 2017, p. 59).

Percebe-se, então, uma preocupação em oferecer uma educação que vise às necessidades apresentadas pela comunidade, tendo como objetivo atender as especificidades escolares sem deixar de lado a cultura indígena, o que é imprescindível para uma educação intercultural.

A interculturalidade, nesse sentido, pode ser considerada um processo político e ideológico, devido a suas características que envolvem interesses e também poderes. Isso fica perceptível no ensino da língua, que apesar de utilizar a língua portuguesa não descarta a língua materna do povo, com a intenção de proporcionar a comunidade escolar indígena uma formação completa (RADECK, 2009, p. 68). Em relação a isso:

A escola atual, inserida em uma sociedade que se transforma rapidamente e que está marcada fortemente por movimentos que combatem as desigualdades em todos os sentidos, se vê frente a grandes desafios para que possa realizar, de fato, uma educação intercultural e cumprir seu papel social na construção de uma sociedade mais justa, igual e solidária (SILVA; REBOLO, 2017, p. 67).

A dissertação é dividida em quatro capítulos, no primeiro o autor trata dos aspectos sócio-histórico do povo krahô, o autor faz uma abordagem do assunto tratando dos aspectos do povo como sua história, população, organização política e social, lideranças entre outros assuntos. No segundo capítulo o autor aborda a metodologia utilizada para realização do trabalho, incluindo observações, anotações em diário de campo, e análise dos dados da escola participante da pesquisa.

No terceiro capítulo, intitulado “*Processo da transdisciplinaridade e interdisciplinaridade no contexto da EEI krahô*”, o autor trata da utilização da educação e das festas tradicionais para transmissão dos conhecimentos do povo Krahô.

No quarto capítulo o autor traz uma proposta de PPP da escola estadual indígena 19 de abril, a krahô. Nesse capítulo, o autor apresenta de forma mais específica a escola e os participantes da pesquisa, trazendo dados referentes à escola, às concepções de educação por parte de participantes e o histórico da escola participante da pesquisa.

Entendemos que a proposta de elaboração de um PPP para que a escola da nossa comunidade seja autônoma em todos os contextos, diferenciada, bilíngue e intercultural seja o passo inicial para a execução de uma proposta de ensino que atenda aos anseios da comunidade indígena, respaldados por uma concepção de educação no paradigma emergente e, também, amparada pela Constituição de 1988. (KRAHÔ, 2017, p. 43-44).

Nesse capítulo, o processo de desenvolvimento da pesquisa é descrito de forma mais clara, o autor descreve os quatro momentos de discussões para o PPP, que são divididos por dias e horários: 1º e 2º momentos das discussões para o PPP - 13 a 17 de março e 21 a 24 de abril de 2016. Local: Escola Indígena 19 de Abril. Manhã e tarde, 3º Momento de Discussão do PPP - dias 21 a 24 de abril de 2016, Local: Escola Indígena 19 de Abril. Manhã e tarde. 4º

Momento de Discussão do PPP - dias 21 a 24 de abril de 2016. Local: Escola Indígena 19 de Abril. Manhã e tarde. A partir disso o autor descreve todo o processo para construção da proposta de um modelo de PPP específico e diferenciado para o povo Krahô.

A partir de uma análise dos resultados da pesquisa, o autor concluiu que a comunidade Krahô apresenta situação favorável para implantação do projeto, uma vez que a comunidade consegue interagir com os conhecimentos escolares sem deixar de lado seus saberes tradicionais, articulando muito bem entre eles. O que fica evidente na afirmação do autor:

Mas, a comunidade da Aldeia Manoel Alves Pequeno também está preocupada com os conhecimentos de fora, e por isso, havia optado para que permanecesse o modelo convencional de escola. Os pais querem que seus filhos aprendam os conhecimentos tradicionais Krahô, mas preocupam-se com o futuro deles, pois acreditam que os conhecimentos externos também devem ser estudados, ou seja, esperavam os dois conhecimentos, mas isso de forma equilibrada (KRAHÔ, 2017, p. 78).

Apesar das dificuldades e burocracias que envolvem o processo escolar, o autor afirma que a comunidade realiza seu papel em relação à educação em consonância com a Constituição Federal de 1988. Demonstrando assim uma real preocupação da comunidade em ofertar uma educação de qualidade com foco nas individualidades do povo.

Por fim, a quinta dissertação analisada, é intitulada “Projeto Político-Pedagógico Shanenawa: saberes, fazeres e práticas discursivas”. O trabalho é de autoria de Francisco Charles Fernandes Falcão. A obra foi publicada no ano de 2019.

O estudo de Falcão foi realizado com o povo Shanenawa¹⁵, localizado na região do município de Feijó, Terra Indígena Katukina/Kaxinawa. Nessa pesquisa o autor traz uma reflexão a respeito das práticas educativas utilizadas pela Escola Indígena, fazendo uma análise do PPP da mesma a fim de compreender se a cultura do povo Shanenawa está inserida nesse documento, buscando, assim, contribuir para a valorização da cultura do povo.

Nesse sentido, o PPP é um instrumento importante no longo caminho de negociações internas no cotidiano das aldeias, possibilitando a construção de discursos como prática discursiva, considerando a identidade cultural e social Shanenawa enquanto referência básica para a inserção no currículo de temas relacionados à cultura. (FALCÃO, 2019, p. 100)

A dissertação de Falcão é dividida em três capítulos. No primeiro, o autor aborda o Projeto Político Pedagógico, relacionando o documento com currículo e interculturalidade.

¹⁵ Povo indígena da floresta amazônica.

No segundo capítulo, o autor trata da história dos Shanenawa e sua educação escolar desde os elementos históricos até os culturais que influenciam todo processo educacional. No último capítulo, relaciona o PPP com o fortalecimento da identidade étnica do povo, demonstrando, assim, a importância da inserção da cultura e saberes da comunidade no PPP.

É um caminho longo com muitas variações a serem trilhadas e muitos desafios a serem superados pelos Shanenawa, no que concerne à apropriação da instituição escolar com a implementação do PPP, pois ainda há um fosso muito grande em relação às orientações legais e normativas com as práticas e realidades das escolas nas aldeias, uma tensão constante entre a cultura local e a cultura escolar, com seus modos de organização pedagógica e os sistemas de disciplina e controle inerente a uma rígida burocracia institucional. (FALCÃO, 2019, p. 115)

O autor afirma que após a finalização da pesquisa foi possível identificar que a cultura indígena Shanenawa está inserida e valorizada dentro do PPP da escola. No entanto, o autor considera que é necessário que as leis brasileiras referentes aos direitos indígenas sejam efetivadas por meio de políticas específicas, buscando atender a realidade contextual e cultural de cada povo.

Inegavelmente a EEI é uma conquista, e os direitos que os indígenas passaram a ter ao longo dos anos também podem ser considerados como tal. Povos que por tantos anos foram vistos com discriminação e preconceito, e por vezes sofreram agressões e violências físicas e culturais, hoje ainda não estão ilesos de tais situações, mas vivem uma luta constante por seus direitos, buscando garantir que os mesmos sejam na prática garantidos, e não seria diferente em relação a educação.

Com o reconhecimento da EEI como direito dos povos indígenas, aumentou consideravelmente o empenho de vários estudiosos em pesquisarem sobre ela e confirmarem sua importância, e também em desenvolverem pesquisas voltadas para o estudo desses povos e diferentes metodologias para garantir a preservação da cultura e identidade, aos poucos buscando desfazer a visão errônea que se tinha a respeito dos mesmos.

Através dos estudiosos que desenvolveram pesquisas ao longo do tempo em relação à EEI, chega-se à conclusão da importância do planejamento e elaboração de um PPP que seja adequado às necessidades de cada povo, não somente para ensinar conteúdos curriculares, mas para valorizar a cultura já existente.

Levando em consideração o papel social que a escola possui, é necessário que a mesma se mantenha inserida em um contexto que leve em consideração a interculturalidade

em todos os processos educativos, observando as individualidades de cada grupo e sua contribuição social e cultural para o meio no qual está.

Levando isso em consideração, reafirmamos assim a possibilidade de cada comunidade elaborar seu PPP de acordo com suas necessidades, uma vez que a própria BNCC afirma isso, garantindo, assim, a autonomia necessária para que cada escola considere as particularidades dos grupos atendidos pela instituição.

Dessa forma, se faz imprescindível estudar e pesquisar sobre o PPP. É preciso que educadores se empenhem em conhecer mais este assunto, e tenham consciência da importância desse documento para os estudantes e comunidade.

Como Tentehar-Guajajara da aldeia Juçaral, atuando como educador, observo que a escola indígena não tem conseguido transmitir, com qualidade, nem os conhecimentos dos indígenas, nem os conhecimentos do *karaiw* (não indígena), e que os professores precisam de mais orientação e acompanhamento pedagógico. O período letivo inicia muito depois em relação às demais escolas do Estado, e sem um calendário escolar que atenda às necessidades específicas da aldeia. Ou seja, a escola indígena perde sua autonomia. Assim, salienta Gersem Luciano Baniwa (2019, p. 22): “o poder público conseguiu chegar às aldeias com a escola, mas ainda precisa garantir sua qualidade, por meio de formação de professores, materiais didáticos e infraestrutura adequada”. Essa é uma discussão com a qual este trabalho busca contribuir, uma vez que, na revisão do PPP, essas questões foram consideradas.

Atualmente, sabe-se que os povos indígenas ainda enfrentam desafios comuns relacionados à gestão ambiental dos seus territórios, à sustentabilidade socioproductiva e à segurança alimentar, bem como a ausência de mais políticas educacionais específicas e de qualidade.

O descaso das autoridades responsáveis com a EEI é visível ao se deparar com as precárias condições em que alunos(as) e professores(as) são submetidas nas aldeias. Evidentemente, se a EEI no Maranhão se dá sem as mínimas condições estruturais, a oferta de um ensino que atenda as particularidades étnico-culturais dos povos indígenas ainda permanece como uma luta.

No caso das escolas indígenas, para que seja garantida uma educação diferenciada, não é suficiente que os conteúdos sejam ensinados através do uso das línguas maternas: é necessário incluir conteúdos curriculares propriamente indígenas e acolher modos próprios de transmissão do conhecimento indígena. Mais do que isso, é imprescindível que a elaboração

dos currículos, entendida como processo sempre em construção, se faça em estreita sintonia com a escola e a comunidade indígena a que serve, e sob a orientação desta última.

Dessa forma, a EEI do povo Tentehar/Guajajara ainda aparece como um desafio e uma demanda pelas comunidades que integram a Terra Indígena Arariboia, dentre elas a comunidade Juçaral, que apresentou a necessidade imediata de estruturar a escola e o acesso a recursos didáticos específicos.

Em conversas informais com os anciãos da aldeia, eles relataram que o processo de escolarização na comunidade Juçaral foi iniciado acerca de trinta e seis anos, quando a própria comunidade levantou a escola feita de barro e coberta de palha. Possuímos, portanto, uma história recente de escolarização, comparada com outros grupos do nosso povo das regiões de Pindaré, Barra do Corda e Grajaú, também no Maranhão.

Por volta de 1992 foi construída a escola, com apoio de missionários italianos, feita de tábuas e coberta de telhas, com duas salas, uma para alfabetização escolar e outra para servir como posto de saúde. O espaço foi nomeado de Centro Indígena Gianni Sartori¹⁶ em homenagem ao seu doador. Essa escola ofertou educação infantil e ensino fundamental. Até esse momento a alfabetização era somente em português, e o ensino médio era cursado fora da aldeia, em comunidades rurais próximas ou nas cidades. Com a organização de cursos de formação para o magistério indígena promovidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), uma professora da aldeia Juçaral se formou, e a partir do ano de 1995 passou a ministrar aulas falando em tentehar e escrevendo em português.

Outras pessoas da aldeia prosseguiram os estudos com o intuito de aproximar a realidade da escola cada vez mais no que propõe a legislação. Pedro Carlos Guajajara, que foi diretor do CEEI Gianni Sartori¹⁶, cursou Licenciatura Intercultural na Universidade Federal de Goiás. Em 2008 a aldeia conseguiu a construção de uma segunda escola, com mais duas salas de aula, que foi nomeada de Santarena Kapi, chefe de uma extensa família e liderança tentehar da aldeia Juçaral, nome escolhido pela comunidade, onde funcionou o Ensino Médio. Esta escola foi construída fora da aldeia, um pouco antes da sua entrada, fato que desagradou à comunidade. Anos depois, o governo do Estado do Maranhão construiu o prédio atual da CEEI Gianni Sartori, contando somente com duas salas, onde funciona da educação infantil até o ensino médio. O prédio está localizado no centro da aldeia, como era o desejo da comunidade. Conta com cantina, secretaria, banheiros, um espaço coberto de convivência e

¹⁶ Italiano, doador dos recursos financeiros para construção do prédio da escola, por meio de uma Missão de Apoio à América Latina e a África na década de 90.

que serve para reuniões, salas com carteiras, sinal de *wi-fi*. Apresenta uma boa estrutura, apesar das poucas salas. A escola Santarena Kapi acabou sendo abandonada.

O primeiro PPP do CEEI Gianni Sartori foi escrito sob coordenação da SEDUC-MA em 2008. Desde então, a escola funcionou a partir do que o Estado havia organizado para a escola. E em 2021, 13 anos depois, veio então a exigência do Conselho Estadual de Educação para que os PPPs das escolas indígenas fossem revisados e construídos para as que ainda não tinham. Anterior a essa demanda governamental, a Comissão e Coordenação dos Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (COCCALITIA), uma organização sem caráter jurídico e constituída por lideranças e caciques das cerca de 160 comunidades indígenas que compõem a Terra Indígena Arariboia, propôs a construção e atualização dos PPPs das escolas inseridas no território Arariboia. Esse ponto foi, inclusive, colocado no Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Arariboia (PGTA), elaborado durante os anos de 2016 e 2017, com uma das ações dentro do eixo Educação.

Para tanto, a partir da realidade dos Tentehar/Guajajara, em particular, traz-se o questionamento: Como um processo de revisão do PPP do CEEI Gianni Sartori, por meio de uma pesquisa-ação, pode articular o diálogo intercultural crítico e contribuir para a implementação das diretrizes da Educação Escolar Indígena?

Diante dessa questão problematizadora, essa pesquisa-ação foi norteada pelas questões geradoras:

- a) Quais fatores sociais e educacionais mobilizam a revisão do PPP do CEEI Gianni Sartori, Terra Indígena Arariboia-MA?
- b) De que forma o PPP contribui para a promoção do diálogo intercultural, sem desprezar o processo histórico-cultural e a realidade contextual da Terra Indígena Arariboia?
- c) Como o PPP do CEEI Gianni Sartori, Terra Indígena Arariboia-MA, pode ser revisado a partir das diretrizes da EEI e na pesquisa-ação desenvolvida?

Com isso, o presente trabalho teve como objetivo geral analisar o processo de revisão do PPP do Centro de EEI Gianni Sartori, Terra Indígena Arariboia – MA e sua contribuição para a implementação das diretrizes da Educação Escolar Indígena, tendo como objetivos específicos:

- a. Identificar os fatores sociais e educacionais que mobilizam a revisão do PPP do Centro de EEI Gianni Sartori, Terra Indígena Arariboia-MA;
- b. Verificar se o PPP contribui para a promoção do diálogo intercultural, considerando o processo histórico-cultural e a realidade contextual da Terra Indígena Arariboia;
- c. Revisar o PPP do CEEI Gianni Sartori, Terra Indígena Arariboia-MA, com base nas diretrizes da EEI e na pesquisa-ação desenvolvida.

Nesse pressuposto, com o esforço de conquistar a educação escolar local pautada em especificidades culturais, a comunidade indígena Juçaral tem se apropriado dessa instituição a partir de negociações junto ao Estado do Maranhão. Em que pese, contradições e conflitos, bem como descompassos entre o que a legislação propõe e o que se tem alcançado de fato com o ensino específico, diferenciado e intercultural, preconizado pela Constituição de 1988, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 1996, a escola indígena da comunidade Juçaral tem resgatado práticas de diálogo com o passado, por meio do incentivo à aprendizagem de cantos e mitos do próprio povo, construindo espaços para que os mais jovens expressem modos de vida e cultura tentehar/guajajara, fundamentais para a resistência enquanto povo originário, frente às pressões da sociedade envolvente e, de aprendizagem e apropriação dos conhecimentos escolares ocidentais.

A escola indígena de nossa aldeia, portanto, se caracteriza como espaço de fortalecimento cultural e identitário. Nesse sentido, o universo de pesquisa se ancorou na Educação Escolar Indígena, e como recurso metodológico buscou-se tratar da pesquisa-ação como um instrumento significativo para o processo educacional indígena, no sentido de buscar soluções para os possíveis problemas identificados durante a pesquisa.

Para tanto, para o desenvolvimento desse trabalho, realizou-se uma abordagem qualitativa, que de acordo com Minayo (2012, p. 622),

[...] uma matéria prima composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. E o movimento que informa qualquer abordagem ou análise se baseia em três verbos: compreender, interpretar e dialetizar.

A pesquisa-ação surgiu aproximadamente há mais de sessenta anos, como uma abordagem específica em ciências sociais e definida como sendo um tipo de pesquisa que além de produzir conhecimentos sobre determinada realidade, tem como objetivo também

através da ação transformar a mesma. E de acordo com Thiollent (1985, *apud* Gil 2008, p.30)

... é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos do modo cooperativo ou participativo.

Dessa forma, compreende-se a pesquisa-ação como uma pesquisa voltada aos interesses dos seus participantes, na qual não existe a preocupação apenas em observar ou identificar problemas, mas buscar possíveis soluções. No que se refere ao método em pesquisa-ação é necessário destacar quatro temáticas importantes: A identificação do problema e a contratualização, o planejamento e a realização em espiral, as técnicas de pesquisa-ação e a teorização, a valorização e a publicação dos resultados.

Descrevendo o *locus* desta pesquisa, a recém-escola, inaugurada com recursos do Governo do Estado do Maranhão, o prédio do CEEI Geanni Sartori, conta com duas salas de aula, área de vivência, sala administrativa e banheiros. Quanto à organização do tempo escolar, a escola funciona nos três turnos e atende crianças, jovens e adultos, nos níveis Infantil, Fundamental e Médio. É uma escola caracterizada como polo, porque atende aos alunos não só da Juçaral, como também, mais de quinze aldeias vizinhas, visto que é a única escola indígena das redondezas em que se oferta o Ensino Fundamental nos anos finais e o Ensino Médio. Atualmente com 214 alunos tentehar matriculados.

Como mencionado acima, esse estudo foi fundamentado na pesquisa-ação, que ainda segundo Franco (2005, p. 496), “deve originar-se de necessidades sociais reais, estar vinculada ao meio natural de vida e contar com a participação de todos os participantes, em todas as suas etapas”.

Um aspecto imprescindível a ser considerado é a ética nesse trabalho de pesquisa-ação. Dessa forma, assume-se, na condição de membro da comunidade e liderança, com atuação e engajamento nas organizações indígenas, a responsabilidade ética desse trabalho, por meio do termo de consentimento das lideranças locais, dos professores indígenas e do Termo de Anuência do Gestor da Unidade Escolar. Acrescenta-se a isso, a submissão do projeto de pesquisa à Plataforma Brasil, tendo gerado o número de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 59497422.2.0000.5087¹⁷.

¹⁷ Base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema Conselho de Ética e Pesquisa/ Conselho Nacional de Ética e Pesquisa (CEP/Conep).

Nessa direção, a pesquisa desenvolveu-se no âmbito da escola CEEI Geanni Sartori, mas, envolvendo outros atores sociais da aldeia Juçaral, visto que a pesquisa se desenvolveu juntamente com a construção de seu produto que é o PPP da escola: abrangendo cerca de 20 estudantes: adolescentes, jovens e adultos, 20 pais e ou responsáveis, representantes das famílias: envolvendo também anciãs e anciãos, conhecidos pelos Tentehar, em sua língua, como *Zaryi*, termo utilizado para a mulher idosa e avó e os *Tumui*, termo referente ao homem idoso e avô,¹⁶ (dezesseis) professores(as) indígenas e sete não indígenas, o gestor escolar, três lideranças indígenas locais que compõem a Coordenação Regional da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (COCALITIA), compartilhando-se responsabilidades e ações.

Dessa forma, entende-se que a proposta metodológica se acampou fundamentalmente pela etnopesquisa-ação, que se apresenta com uma forma de empoderar ações sociais autorizantes que buscam protagonismos diante das demandas fundamentais de determinado segmentos ou grupos da sociedade.

É uma ação pesquisante mutualista, compartilhada, onde a ideia de participação está vinculada a uma alteração-com e convocada, visando uma transformação social de dentro, mesmo que se estabeleçam relações com outras alteridades socialmente necessárias. É uma confederação politizada de etnométodos e suas sapiências, com tudo que se espera de um encontro responsabilizado por causas ou metas relativamente comuns (MACEDO, 2012, p. 51).

Por isso, a pesquisa-ação apoia-se “na ação dos grupos e na necessidade de fazer com que as pessoas participem na sua própria mudança de atitude ou de comportamento num sistema interativo” (BARBIER, 2007, p. 29). Dessa forma, a pesquisa deve ir além de apenas coletar dados, mas levar as pessoas à reflexão, fazendo com que questionem suas realidades e, a partir disso, possam atuar nela, buscando formas de promover mudanças, sejam elas de atitude, de comportamento ou até mesmo de políticas, se assim for necessário.

Assim, nesse estudo, por meio de reuniões, encontros e conversas informais, foi possível ouvir os Tentehar, suas falas, suas sugestões e proposições e as vozes vieram dos mais diferentes e variados integrantes da comunidade, com aspirações que podem ser compreendidas pela expectativa e perspectiva de uma educação que traduza, valorize,

respeite, promova e resgate os preceitos culturais, materiais e imateriais, sendo o uso do idioma tentehar incentivado e valorizado nas expressões e falas dos sujeitos envolvidos.

Assim, na presente pesquisa, os levantamentos de dados se deram a partir da observação feita nos encontros, com anotações feitas no caderno de campo e gravações das falas dos encontros, que foram posteriormente transcritas. Nesses encontros, foram usadas metodologias de trabalho em grupo com a comunidade escolar.

E pela escuta dos indígenas durante esse processo de pesquisa e mediação pedagógica foi possível perceber que o CEEI Gianni Sartori, hoje, se constitui em um espaço que busca a consolidação dos valores culturais dos Tentehar. E por meio do processo de revisão do PPP, buscou-se também consolidar a associação entre os conhecimentos ditos científicos e universais e os conhecimentos, os saberes tradicionais, os saberes culturais do povo Tentehar, expresso na fala da professora entrevistada, Cíntia Guajajara¹⁸ (informação verbal): “[...] Nós precisamos saber o que do mundo lá fora é proveitoso para o mundo aqui dentro, tem conhecimentos importantes lá fora, mas tem muito conhecimento importante aqui dentro também, como o saber cantar, cultivar a cultura, a nossa língua”.

Isso posto, a presente dissertação está estruturada da seguinte forma: após os elementos preambulares e introdutórios, o segundo capítulo busca promover a reflexão do leitor sobre as principais diferenças entre EEI e Educação Indígena, a fim de se melhor compreender aspectos históricos, sociais e culturais nesses dois eixos temáticos, que apesar de extremamente articulados por meio da interculturalidade, possuem especificidades que os caracterizam e podem ser expressos nos PPPs das escolas das comunidades indígenas e traduzir as aspirações educacionais.

Sendo que, no capítulo terceiro, se discutirá a dimensão política e pedagógica do PPP, mencionando a necessidade do seu aspecto intercultural, ou seja, o diálogo entre os saberes e conhecimentos indígenas com os saberes e conhecimentos da sociedade não indígena, sem hierarquias e imposições, por meio do processo de revisão do PPP pelos Tentehar e que tem representado uma nova dimensão do exercício da territorialidade, em um processo cuja continuidade está fundamentada na legitimidade de instituições públicas.

No capítulo quarto se ressaltará o quadro histórico, a busca pelo protagonismo e pela afirmação da identidade, destacando-se os elementos constituintes e integradores da educação tentehar-guajajara. Destaca-se a etnicidade e a garantia territorial como fatores essenciais para

¹⁸ Fala concedida por Guajajara, Cíntia Santana Guajajara. II Encontro sobre o PPP do CEEI Geanni Sartori (21 out. 2021).

compreender a educação como um instrumento de luta, reconhecendo que esta não é homogênea na miríade dos povos indígenas. Apresenta-se, então, o produto elaborado a partir deste estudo, que se caracteriza como um documento norteador do processo educativo no CEEI Geanni Sartori. Por fim, apresentam-se as conclusões e as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: CAMINHOS, CONQUISTAS E OS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

[...] Toda história é contada a partir de referenciais culturais e traz a visão de quem a conta.

(Daniel Munduruku)

Nesta seção, busca-se evidenciar, através de uma linha do tempo, as conquistas históricas da EEI no país, com destaque para os PPPs. Ciaramello (2014) aponta que a EEI é uma realidade antiga, embasada em leis, e sendo amplamente discutida entre diferentes povos indígenas, indigenistas e estudiosos de diversas áreas do conhecimento e de atuação. Porém, a EEI contemporânea ainda é pouco debatida em nossa sociedade e, muitas vezes, ignorada pelos mais diversos segmentos de pesquisa em educação da atualidade.

2.1 Uma breve história da EEI e conquistas no país

A EEI no Brasil ocorreu de maneira intensa com a colonização portuguesa, apresentando objetivos evidentes de implantar o poderio da igreja e da coroa portuguesa, no sentido de promover a civilização dos povos originários e a exploração dos mesmos como mão de obra escrava. De acordo com o autor Gersem dos Santos (2007, p. 03):

A Educação Indígena no Brasil Colônia foi promovida por missionários, principalmente jesuítas, por delegação explícita da Coroa Portuguesa, e instituída por instrumentos oficiais como as Cartas Régias e os Regimentos. Assim, em todo este período, compreendido entre os séculos XVI e XVIII, é praticamente impossível separar a atividade escolar do projeto de catequese missionária. Esta educação tinha uma missão muito clara de civilizar, cristianizar e de patriotizar os índios. Em outras palavras, fazer com que os índios deixassem de ser índios (deixar de falar suas línguas próprias, abandonar suas culturas, seus costumes, suas terras) para se transformarem em cristãos e patriotas obedientes e submissos para facilitar a posse de suas terras e riquezas nelas existentes pelos colonizadores.

Nesse contexto, o modelo de escolarização trazido pelos portugueses para o território brasileiro estava incorporado e ensejado no poder político e econômico da época e se associava ao poder evangelístico e catequizador promovido pelos missionários jesuítas, com o

intuito de imprimir a marca cristã sobre a diversidade cultural dos povos indígenas. Segundo Simas e Pereira (2010), os jesuítas assumiram sozinhos a educação escolar por cerca de 210 anos até a expulsão pelo marquês de Pombal em 1759, sendo uma década depois, implantado oficialmente o ensino público. De fato, nesse período ocorreram imensuráveis perdas para os povos indígenas com o modelo não-indígena de educação: perdas de línguas, extinção de etnias, perdas culturais, entre tantas outras. Segundo Freire (2004, p. 23),

Quando a escola foi implantada em área indígena, as línguas, a tradição oral, o saber e a arte dos povos indígenas foram discriminadas e excluídas da sala de aula. A função da escola era fazer com que estudantes indígenas desaprendessem suas culturas e deixassem de ser indivíduos indígenas. Historicamente, a escola pode ter sido o instrumento de execução de uma política que contribuiu para a extinção de mais de mil línguas.

A EEI definia-se, portanto, como um modelo escolar indígena que não se tratava propriamente de considerar as diversas manifestações socioculturais dos povos originais. Neste sentido, Melià (1979), denominou este modelo de ensino como “educação não-indígena”, visto que ela não atendia aos interesses destes povos em território brasileiro. O autor evidencia que os processos de aprendizagem de diferentes povos foram subalternizados e ignorados pelas políticas assimilacionistas, que não reconheciam os processos de transmissão dos conhecimentos tradicionais para a formação dos sujeitos de acordo com suas concepções sobre sociedade e sobre a formação da pessoa humana.

Bernardi (2017) destaca que as práticas sociais das comunidades, que são tratadas em diversificados momentos por meio de diferentes agentes, são educacionais por natureza, se valem da oralidade e possuem estratégias próprias.

A autora aponta que sobre estas estratégias, a educação escolarizada foi imposta com o intuito de substituir e neutralizar esses processos de formação fundados e ancorados nas pedagogias de cada povo indígena. Apesar do caráter eurocêntrico e colonialista, a educação não-indígena se manteve no país por um longo período até passar por processos de contestação dos modelos educacionais na década de 70. Neste contexto, Gersem dos Santos (2007, p. 5) menciona:

A proposta de educação escolar indígena intercultural, bilíngue e diferenciada surgiu como contraponto ao projeto colonizador da escola tradicional imposta aos povos indígenas. Surgiu na década de 1970 entre os povos indígenas do Brasil, incentivados e apoiados por seus aliados. Apenas

duas décadas seguintes, o governo, através do Ministério da Educação, incluiu o tema na sua agenda de discussão, forçado pelas críticas e pressões dos índios e da opinião pública nacional e internacional, que acusavam o governo de etnocídio.

O movimento surgiu na década de 1970 através da organização de comunidades indígenas com o apoio de diversos segmentos da sociedade, entre eles: Igrejas, Universidades e ONGs que reivindicavam direitos como terra, saúde e também o direito a uma educação diferenciada em territórios indígenas (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010). Em 1988, mediante a inúmeras lutas, a Constituição da República Federativa do Brasil reconhece então, as diversas manifestações culturais dos povos indígenas, e atribui perante a legislação o direito legitimado de continuarem vivendo conforme seus costumes, fazendo ganhar um novo vigor, a Educação Indígena no cenário brasileiro, porém, ainda de maneira extremamente subjetiva.

No ano de 1991, as escolas indígenas são repassadas para o Ministério da Educação, como colocam Bergamaschi e Medeiros:

Em 1991 as Escolas Indígenas, que até então, estavam vinculadas à Funai, passam para o Ministério da Educação. A partir de então, ocorre um forte movimento de afirmação da educação escolar indígena, através de leis, de criação de setores específicos para a gestão dessa modalidade de escola e também do envolvimento de lideranças e professores indígenas na condução desse processo. (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010. p. 59).

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996) reafirma pontos já citados na CF/88 e destaca pontos a serem considerados para a EEI no país, mencionando também a importância da história e da identidade étnica dos povos originários para suas comunidades (BRASIL, 1996). O inciso I do art. 78 da LDB (BRASIL, 1996) dispõe sobre um dos objetivos da oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas: “proporcionar aos índios, suas comunidades e seus povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (BRASIL, 1996).

O segundo inciso desta mesma lei coloca como objetivo “garantir aos índios, às suas comunidades e aos seus povos, o acesso às informações, aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não-índias” (BRASIL, 1996). Com isso, nota-se uma preocupação com a valorização de uma maneira mais profunda

com aspectos culturais e a possibilidade de acesso a informações de outros conhecimentos técnico científicos em territórios indígenas.

No ano de 1998, outro documento importante foi publicado para a EEI, o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI). Bergamaschi e Medeiros (2010) comentam que o RCNEI foi elaborado por lideranças indígenas de todo o país junto a especialistas da educação, antropólogos, entre outros estudiosos e indigenistas, sendo um instrumento que auxilia, principalmente, professores indígenas e técnicos das Secretarias de Educação na implementação dos projetos político-pedagógicos e do currículo das escolas indígenas.

Nessa perspectiva, o RCNEI possui em primeiro momento um cunho norteador para as Secretarias de Estado da Educação (SEE) e os docentes na elaboração e consolidação dos PPPs para as escolas indígenas e também para a elaboração dos currículos, com a garantia prevista em lei, para um olhar sobre a diversidade e o diálogo intercultural. Ainda de acordo com a linha do tempo proposta neste tópico para as principais conquistas da EEI, Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 60) mencionam que:

No ano seguinte à publicação do RCNEI, foram aprovados o Parecer 14 do Conselho Federal de Educação e a Resolução no 003 da Câmara de Educação Básica, os quais instituíram as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar indígena e criaram a categoria “escola indígena”. Em 2001 foi aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), documento que dedicou um capítulo específico à educação escolar indígena, estabelecendo 21 objetivos e metas. Naquele momento, o plano previu “criar, dentro de um ano, a categoria oficial de ‘escola indígena’ para que a especificidade do modelo de educação intercultural e bilíngue seja assegurada”. Além disso, o PNE determinou a instituição do magistério indígena, o estabelecimento de infraestrutura adequada e a criação de material didático específico, entre outros pontos.

Um ponto também importante a se ressaltar é a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2003 junto ao MEC a qual esteve vinculada a Coordenação Geral de EEI (CGEEI). A SECAD, extinta em 2019, dada a atual conjuntura política no país, foi criada com o objetivo de institucionalizar no Sistema Nacional de Ensino o reconhecimento da diversidade sociocultural como princípio para a política pública educacional.

O órgão buscava evidenciar a possível relação entre “desigualdade de acesso e permanência com sucesso na escola com a histórica exclusão fomentada pela desvalorização e desconsideração das diferenças étnico-raciais, culturais, de identidade sexual e de gênero, nas

escolas brasileiras” (BRASIL, 2007, p.17). A SECAD reconhecia que são características da escola indígena: a interculturalidade, o bilinguismo ou multilinguismo, a especificidade, a diferenciação e a participação comunitária. Como citado no próprio documento da SECAD:

A interculturalidade considera a diversidade cultural no processo de ensino e aprendizagem. A escola deve trabalhar com os valores, saberes tradicionais e práticas de cada comunidade e garantir o acesso à conhecimentos e tecnologias da sociedade nacional relevantes para o processo de interação e participação cidadã na sociedade nacional. Com isso, as atividades curriculares devem ser significativas e contextualizadas às experiências dos educandos e de suas comunidades, (...) a escola indígena se caracteriza por ser comunitária, ou seja, espera-se que esteja articulada aos anseios de comunidade e a seus projetos de sustentabilidade territorial e cultural. Dessa forma, a escola e seus profissionais devem ser aliados da comunidade e trabalhar a partir do diálogo e participação comunitária, definindo desde o modelo de gestão e calendário escolar – o qual deve estar em conformidade às atividades rituais e produtivas do grupo - até os temas e conteúdos do processo de ensino-aprendizagem. Os direitos linguísticos dos povos indígenas, de que os processos de aprendizagem escolares sejam feitos nas línguas maternas dos educandos, trazem a atenção para a realidade sociolinguística da comunidade onde está inserida a escola e para os usos das línguas tanto no espaço comunitário quanto no escolar. Chamamos isso de bilinguismo ou multilinguíssimo na escola indígena, visto que em algumas regiões, falantes e comunidades indígenas usam no dia-a-dia, além de duas ou três línguas maternas, o português e as línguas usadas nos países com que o Brasil faz fronteira. (SECAD/MEC, 2007. p. 21).

Porém, para a garantia de tais direitos previstos em leis para as Escolas Indígenas, um importante papel no processo de efetivação da educação diferenciada está na atuação dos docentes nas escolas indígenas. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Censo Escolar 2005¹⁹ (INEP, 2007), as escolas indígenas registravam, há 17 anos, a atuação de aproximadamente 8.431 docentes. Destes professores, estima-se pela Coordenação Geral de EEI da SECAD/MEC que 90% pertencem a alguma etnia. A presença dos docentes indígenas evidencia o fortalecimento destes perante ao sistema educacional eurocêntrico e opressor. Neste contexto, os docentes indígenas têm como objetivo garantir que haja realmente a transmissão da educação pautada na cultura de cada povo e no respeito a suas tradições, costumes e ao projeto societário de cada povo.

O Brasil expressa fortemente em sua constituição étnica e social uma base multicultural, com destaque para a presença dos povos originários em sua diversidade, em que esses sujeitos históricos souberam resistir e “continuam lutando por seus direitos de cidadania plena na sociedade, enfrentando relações de poder assimétricas, de subordinação e exclusão” (CANDAUI, 2011, p. 17).

¹⁹ Trata-se do último censo referente à educação indígena disponibilizado pelo INEP.

O entendimento da interculturalidade, aqui conceituada via mediação das diferenças, que caracterizam a singularidade de cada ser humano e o *éthos* de cada grupo social, abre as portas para uma perspectiva epistemológica que aponta para a compreensão da multiplicidade e ambivalências, que constituem as identidades e as relações sociais estabelecidas historicamente.

Nesse sentido, convém apontar também que o debate sobre interculturalidade, educação escolar, sociedade envolvente, Estado e povos indígenas, nos levam a enfatizar a importância das relações de poder, visibilizando, portanto, a luta pelos direitos das minorias étnicas como produto de longo conflitos e lutas nas arenas sociais. É justamente a partir dessas relações:

[...] que o discurso sobre a interculturalidade se firma, visto que é na interculturalidade que se dá a negociação de conflitos e que se promovem os encontros de nossas diferenças e continuidade das mesmas. Assim, o interculturalismo incorpora a herança do movimento multicultural, principalmente quanto aos aspectos de lutas sociais, diálogo e afirmações de identidades (ZAPAROLI; PINHO, 2016, p. 11).

Corroborando o autor supracitado, o pensamento intercultural permite uma abertura, ou seja, ruptura que explique as formações híbridas de identidade cultural. A quebra de paradigmas se estende também, aos pensamentos engessados e moldados numa ideia hegemônica de conhecimentos. Vale considerar como a educação tem sido a base para esse movimento se manter numa instabilidade, na qual o Estado regula o discurso e silencia a minoria.

Candau (2021) nos diz que o interculturalismo “se contrapõe à guetificação e quer colocar a ênfase nas relações entre diferentes grupos sociais e culturais. É preciso estabelecer pontes “em vez de navegar é preciso”, como conquista ao alheio, mas concebê-lo e interagir, sem negar as conflitualidades, impostas pelas relações de poder presentes nas arenas sociais, mas aposta no diálogo e na negociação entre grupos sociais e étnicos. Souza e Fleuri (2003, p. 73) afirma que:

A educação intercultural ultrapassa a perspectiva multicultural, à medida que não só reconhece o valor intrínseco de cada cultura e defende o respeito recíproco entre diferentes grupos identitários, mas também propõe a construção de relações recíprocas entre esses grupos.

Essa outra forma de lidar com a diversidade cultural se define pela assunção da diferença cultural, que não apenas admite a existência de diferentes culturas, mas busca entender a singularidade e a originalidade de linguagens, valores, símbolos e estilos diferentes de comportamento que são tecidos pelas pessoas em seu contexto histórico e social peculiar (AZIBEIRO, 2003, p. 87).

Nessa perspectiva, a escola e a educação escolar para e dos povos indígenas passa a assumir a construção de seus processos educativos com base nas relações interculturais, em que a interação e o diálogo produzam novos significados sobre os vários contextos culturais. No entanto, apesar de inúmeras conquistas, sabe-se que o espaço escolar é ainda um espaço disputado e com intenções específicas, como coloca Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 60):

[...] a introdução da instituição escolar no seio das sociedades indígenas, mesmo almejada por eles e inserida num processo mais amplo de organização e luta, não ocorre sem conflitos. Nas falas das lideranças, nos cuidados que tomam ao implementar a escola, nas críticas que explicitam diante da instituição escolar, percebe-se uma ambiguidade na visão que os indígenas têm sobre a escola, deixando antever ao mesmo tempo um “querer” e um “não querer” essa presença nas suas aldeias. Veem-na como uma necessidade para o diálogo intercultural, na medida em que é preciso conhecer a sociedade nacional para com ela se relacionar. Mas, também, veem-na como um risco ao modo de vida tradicional, uma invasão dentro de sua própria terra, já que, como foi dito, a escola é uma instituição alheia ao modo de vida dos povos indígenas e historicamente tem causado danos aos processos próprios de educação e ao uso de seus idiomas.

Nesse cenário, uma proposta de educação escolar para e dos povos indígenas, deve considerar-se processual, multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural no sentido que leva em consideração aspectos da intelectualidade indígena associada com saberes advindos de outros povos e da expertise notória de profissionais e parceiros que trabalham com os povos indígenas há vários anos, buscando-se viabilizar múltiplas parcerias com instituições e pessoas (individualmente) que se voluntariaram nessa empreitada.

Porém, como pode ser observado, a EEI atual avançou muito se tratando da legislação, porém, ainda existem inúmeros impasses que dificultam o diálogo entre a educação dita “convencional” e o campo das pedagogias indígenas, inclusive a negação das leis atualmente dispostas.

Faz-se importante ressaltar que no cenário sociopolítico atual do país, diversos direitos indígenas vêm sendo violados e alvos de inúmeras retaliações, tornando o cenário da educação um território ainda mais conturbado e sem apoio de políticas públicas, como menciona Grupioni (2006): “a falta de vontade política de setores governamentais, continua

sendo um dos principais impedimentos para que os direitos conquistados na legislação se efetivem, transformando as escolas localizadas em terras indígenas” (GRUPIONI, 2006. p. 63).

2.2 Educação Indígena e Educação Escolar Indígena: diferenças e aproximações

Conforme já discutido anteriormente, o modelo da escola trazido ao país pelos colonizadores representou uma enorme perda na transmissão dos conhecimentos indígenas para as futuras gerações. Por outro lado, a escola se tornou um meio necessário aos povos indígenas após o contato com o *karaiw* e principalmente na sociedade atual, criando um diálogo entre a tradição e a possibilidade para estes povos em ocuparem diversos lugares de direito na sociedade.

Para os povos indígenas, de maneira geral, a educação é um processo constante, baseado em um olhar particular sobre a natureza de cada pessoa e a natureza física que os rodeiam, não se limitando apenas a salas de aula, mas a toda relação social presente nas comunidades, como comenta Quaresma e Ferreira (2013) quando mencionam que a figura do professor era totalmente dispensável para os indígenas, podendo qualquer indivíduo adulto da comunidade ser um agente ativo na educação. As autoras apontam que, nesse sentido, a Educação Indígena “passa a ser vista como um processo em que os membros da comunidade socializam as novas gerações, no intuito de dar continuidade aos valores e instituições considerados fundamentais para o grupo” (QUARESMA; FERREIRA, 2013, p. 238).

Nas culturas orais, nota-se uma participação mais homogeneizada e plena de todos no saber tradicional, uma grande riqueza de sabedoria proverbial, uma visão mais unitária do mundo, uma forte vivência do presente como tal, uma captação da vida como um todo e não simplesmente acumulação de coisas separadas; isso se dá em diversos espaços do cotidiano individual e familiar. Nesse sentido, segundo Cândia (2020, p. 63):

A Educação Indígena está relacionada às práticas socializadoras no próprio território, em diversificados momentos e ao longo da vida. Trata-se da aprendizagem espontânea dos valores e mecanismos da educação tradicional de cada povo indígena, em que a criança ou jovem, ao interagir com outras pessoas e a praticarem as atividades corriqueiras nas aldeias, aprendem as suas tradições socioculturais e sociolinguísticas no cotidiano.

Gersem dos Santos (2006) coloca que o processo educativo indígena ocorre durante todo ciclo de vida de um indígena, sendo os principais momentos dessa trajetória:

a) a vida antes do nascimento, quando os pais adotam posturas para influenciar o comportamento que a criança vai ter na vida adulta; b) o nascimento, que é sempre um momento de celebração e confraternização entre os familiares; c) a passagem da vida de criança à vida adulta, marcada pelo ritual de iniciação; d) a vida madura, quando o indígena adulto ensina tudo que aprendeu aos mais novos (BANIWA, 2006, p.131-133).

Já Melià (1979) propõe alguns aspectos relevantes da Educação Indígena no Brasil, dos quais podemos destacar:

a) Concepção e nascimento: o autor evidencia como a concepção da criança até seu nascimento e todos os sujeitos envolvidos participam do processo educacional da criança, mencionando que “as pessoas implicadas no nascimento normalmente vão ter muita influência na educação da criança, seja, quem recebe a criança nas suas mãos, seja quem corta o cordão umbilical, seja quem dá o primeiro banho, seja quem impõe o nome” (MELIÀ, 1979, p. 18).

b) O jogo: nessa dimensão o autor relata a importância das atividades lúdicas na vida da criança, ou seja, a criança aprende brincando, como um ensaio para a vida adulta. Huisinga em “o Homo Ludens” (2007), discorre sobre a importância do jogo em diversas culturas como prática socializadora e sendo anterior até a própria noção de cultura, e que o jogo está presente na linguagem, no mito, na política, na guerra e em diversas características da formação humana, daí a importância das atividades lúdicas nas comunidades indígenas.

c) Correção: a correção ocorre não somente pelos pais da criança, mas por toda a comunidade. Nesse sentido, o processo educacional de se corrigir ocorre também para além do seio familiar ou escolar; está no coletivo e se dá pelas falas de aconselhamentos.

d) Conhecimento da natureza: nesse aspecto fundamental da Educação Indígena, o autor menciona a necessidade profunda da exploração da relação do homem com a natureza, “é preciso explorar a natureza em múltiplos sentidos para que o sistema cultural possa fornecer base segura para a sobrevivência” (MELIÀ, 1979, p. 20).

e) Ritos de iniciação: o autor comenta que através dos ritos de iniciação o processo educativo aparece, como, período de educação formal, como “uma verdadeira escola, com seu mestre ou mestres” em determinados espaços, sendo um tempo relativamente longo de dedicação exclusiva, de “preparação para o rito, que vem fechar e completar o período de iniciação” (MELIÀ, 1979, p. 21).

f) Nomação: Nesse aspecto, o autor comenta que receber um nome em uma sociedade indígena pode marcar também, além do nascimento, um marco na vida do indígena, podendo estar relacionado a alguma causa de prestígio social e religioso, sendo a relação entre a nomação e o processo educativo muito estreita.

g) Rituais e linguagem mítica: o autor evidencia que a participação nos rituais constitui para o índio uma fonte importante de educação religiosa, sendo que em algumas sociedades é nessa etapa educacional o foco principal para alguns homens na comunidade, pois é durante essa etapa onde se recebe a “verdadeira sabedoria”, o autor comenta que “até o homem não chegar a esse conhecimento, em realidade não sabe nada” (MELIÀ, 1979, p. 22).

h) Formação de personalidades específicas: Nesse aspecto, Melià comenta que o desenvolvimento das pessoas para funções específicas dialoga diretamente com o processo educativo. É nesta etapa onde se educa o sujeito para as atividades que irão desempenhar, como pajés ou políticos, por exemplo. “Sendo estes dois modos, tanto o pajé, como em menor grau o chefe político, considerados como exemplos acabados do que tem que ser o processo educativo indígena” (MELIÀ, 1979, p. 23).

Como pode ser observado, tanto para o autor indígena da etnia Baniwa, Gersem dos Santos, quanto para o antropólogo Melià, o processo de Educação Indígena passa por diversas etapas, algumas semelhantes, complementares, em diversas etnias; outras completamente diferentes. Porém, os dois autores comentam a importância do trabalho comunitário nas sociedades indígenas como um processo contínuo de formação do Ser e da educação.

Neste sentido, o espaço comunitário é em si educativo e todos os sujeitos dentro da comunidade são de extrema importância para a ocorrência da educação, principalmente os mais velhos, as “memórias vivas” nas comunidades. Gersem dos Santos (2006) aponta que a Educação Indígena se refere aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a EEI diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que é uma instituição própria dos povos colonizadores (BANIWA, 2006, p. 129).

Melià (1999) enfatiza que os povos indígenas sustentaram sua alteridade graças às estratégias próprias das quais uma foi precisamente a ação pedagógica. Para o antropólogo, ainda, continua existindo nesses povos uma Educação Indígena que permite que, “o modo de ser e a cultura venham a se reproduzir nas novas gerações, mas também que essas sociedades encarem com relativo sucesso situações novas” (MELIÀ, 1999, p.12).

Nesse sentido, a coletividade talvez seja a palavra que melhor representa o que se tenta definir como a arte de educar dos povos indígenas, ou como suas práticas pedagógicas, principalmente, quando se reflete sobre a oralidade e a memória como um dos maiores fatores na transmissão da educação e dos conhecimentos através de gerações.

Para Bergamaschi e Medeiros (2010), em sociedades ditas orais, a memória é lembrada e recriada constantemente, porém as autoras mencionam que é “no presente que as lembranças e os esquecimentos adquirem significados, e é no presente que os saberes ancestrais são recriados, por meio das palavras de quem transmite esses saberes” (BERGAMASCHI; MEDEIROS, 2010, p. 65).

No Quadro 2, a seguir, adaptado do antropólogo Melià (1979) a partir da análise de Florestan Fernandes (1975) sobre a educação dos Tupinambás, colocamos as principais características da Educação Indígena e EEI. Essas características se aplicam geralmente a muitas sociedades indígenas atualmente.

Para responder se ocorre então, de fato, uma educação diferenciada na contemporaneidade baseada nos mais diversos olhares sobre a Educação Indígena colocados e existentes no país, existe a necessidade de um olhar mais aproximado para cada sistema cultural e educacional que ainda é mantido pelos mais diversos povos no Brasil.

Quadro 2: Educação Indígena x Educação para o indígena.

Educação Indígena	Educação Escolar Indígena (EEI) ou Educação Escolar para o Indígena
Processos e meios de transmissão	
<ul style="list-style-type: none"> • Educação informal e assistemática; • Transmissão oral; • Rotina de vida diária; • Inserção na família; • Sem escola; • Comunidade educativa; • Valor da ação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrução formal e sistemática; • Alfabetização e uso de livros; • Provocação de situações de ensino artificiais; • Deslocamento para a aula; • Com escola; • Especialistas da educação; • Valor da memorização; • “Aprender memorizando”; • Valor da coisa aprendida; • Secularização do conhecimento; • Imposição • Adestramento para fazer as “coisas”
Condição de transmissão	
<ul style="list-style-type: none"> • Processo permanente para toda a vida; • Harmonia com o ciclo de vida • Gradação da educação conforme o amadurecimento psicossocial da pessoa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrução intensiva durante alguns anos; • Sucessão de matérias a serem estudadas e saltos de uma para outra; • Passagem obrigatória por um currículo determinado de antemão para todos

Natureza dos conhecimentos transmitidos	
<ul style="list-style-type: none"> • Habilidade para a produção dos próprios artefatos e instrumentos de trabalhos; • Integração dos conhecimentos dentro de uma totalidade cultural; • Integração comunitária; • Conhecimentos das tradições religiosas 	<ul style="list-style-type: none"> • Manipulação de tecnologias importadas; • Segmentação dos conhecimentos adquiridos; • Adaptação e assimilação dentro de uma classe ou estrato da sociedade nacional; • Conversão e catequese para uma nova religião
Funções sociais da educação	
<ul style="list-style-type: none"> • Ajustamento das gerações; • Valorização do saber tradicional em vista a uma inovação coerente; • Seleção e formação de personalidades livres 	<ul style="list-style-type: none"> • Afastamento e mudança com respeito à vida dos velhos; • Adaptação contínua às novidades, mesmo ainda não compreendidas; • Massificação do genérico

Fonte: Adaptado de Melià (1979, p. 32)

Por isso, a análise da EEI deve atingir em cada caso a realidade mais concreta da sociedade considerada.

Um documento importante que vai ao encontro da educação multicultural e com os ideais indígenas, mesmo que não abranjam de maneira tão específica todas as dimensões culturais das mais diversas etnias, é o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (BRASIL, 1998) discutido no tópico anterior. Nele, a EEI deve se assentar em princípios que lhes são próprios:

- Uma visão de sociedade que transcende as relações entre humanos e admite diversos "seres" e forças da natureza com os quais estabelecem relações de cooperação e intercâmbio a fim de adquirir - e assegurar - determinadas qualidades;
- Valores e procedimentos próprios de sociedades originalmente orais, menos marcadas por profundas desigualdades internas, mais articuladas pela obrigação da reciprocidade entre os grupos que as integram;
- Noções próprias, culturalmente formuladas (portanto variáveis de uma sociedade indígena a outra) da pessoa humana e dos seus atributos, capacidades e qualidades;
- Formação de crianças e jovens como processo integrado; apesar de suas inúmeras particularidades, uma característica comum às sociedades indígenas é que cada experiência cognitiva e afetiva carrega múltiplos significados - econômicos, sociais, técnicos, rituais, cosmológicos (BRASIL, 1998, p. 41).

A EEI vem sendo amplamente discutida em nossa sociedade assim como a produção de material científico sobre este tema. Porém, quando se trata de Educação Indígena e das diversas maneiras que estes povos possuem de ensinar através das gerações, são raros os materiais elaborados. Melià (1978) coloca que Educação Indígena é difícil de ser analisada, pois não se trata de uma educação em parcelas fragmentadas. O autor menciona que

“descrever a Educação Indígena no Brasil seria quase descrever o dia-a-dia de todas as comunidades indígenas, que simplesmente vivendo, estão se educando” (MELIÀ, 1979, p.18).

É o viver no convívio com os pais, especialmente, à mãe, que já na tipoia (suporte feito de linha algodão para segurar à criança junto ao peito da mãe) repassa os primeiros ensinamentos pela afetividade, o cuidado à dieta alimentar e a proteção a *karuara* (doença acometida por espíritos e está ligado também algo feito pelo feitiço – sobrenatural), o primeiro rito de apresentação à comunidade, o brincar e o escutar as narrativas dos *tumuz* (pessoas idosas) nos quintais, o caminhar e os afazeres na roça e na residência. São tempos educativos iniciais e próprios inter-relacionados às crenças, aos cantos, às caças, à mata, aos adornos, às pinturas corporais, aos cultivos alimentares e plantas medicinais, ao corpo-mundo de cada povo indígena.

2.3 Projeto Político-Pedagógico: cultura, diversidade e a especificidade

Como visto no primeiro tópico, objetivando a oferta de subsídios para a elaboração de programas de educação escolar indígena, bem como orientações para a construção do currículo, dos materiais didáticos e para a formação dos professores, em 1998, o Ministério da Educação (MEC) publicou o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Segundo esse documento, as escolas indígenas devem ter as seguintes características: Comunitária, Intercultural, Bilíngue/multilíngue, Específica e Diferenciada (BRASIL, 1998).

O Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB) orienta que a EEI deva, necessariamente, dialogar com as pedagogias indígenas, visando assegurar aos povos:

O direito a uma educação de qualidade, que respeite e valorize seus conhecimentos e saberes tradicionais e permita-lhes acesso a conhecimentos universais, para que possam participar ativamente como cidadãos plenos do país. (BRASIL, 1999, p. 3).

Pois, conforme Melià (1999), os povos indígenas mantêm sua alteridade graças a estratégias próprias de vivência sociocultural, sendo a ação pedagógica uma delas. De acordo com o autor:

A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo. O modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada um dos povos indígenas. O modo como se

transmite para seus membros, especialmente para os mais jovens, isso é a ação pedagógica (MELIÀ, 1999, p. 13).

Viu-se também, que atualmente a responsabilidade pela oferta da EEI está a cargo das Secretarias de Estado da Educação. No entanto, a transferência dessa atribuição do (MEC) para os Estados, se deu sem mecanismos que pudessem assegurar as especificidades dessas escolas. No Estado do Maranhão, por exemplo, essa realidade não é diferente e, embora existam normativas como a Resolução Estadual nº 358/2004 CEE, de 28 de outubro de 2004, que destaca:

Art. 2º - A Escola Indígena deve adequar-se aos processos históricos e culturais dos povos indígenas e proporcionar a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica e o acesso às informações e conhecimentos das demais sociedades indígenas e não indígenas.

[...]

Art. 4º - A organização, estrutura e funcionamento da Escola Indígena devem ser definidos por cada comunidade indígena, considerando-se:

[...] VII - o uso de materiais didáticos-pedagógicos produzidos de acordo com o conteúdo sociocultural de cada povo indígena.

[...]

Art. 6º - A formulação do projeto pedagógico próprio, por escola ou por povo indígena, tem por base:

[...] III - metodologias que privilegiem a concepção e o uso de práticas pedagógicas específicas de cada grupo indígena, valorizando a qualidade no processo de ensino e aprendizagem [...] (MARANHÃO, 2004, p. 1 e 2).

No mesmo sentido, o Decreto nº. 34.557, de 14 de novembro de 2018, instituiu o Plano Decenal Estadual de Políticas Públicas voltadas para os Povos Indígenas no Maranhão (PPPI) e, no artigo 5º destaca que: “Art. 5º São metas do eixo da Educação [...] II - construção e implementação das diretrizes curriculares para a EEI [...]” (MARANHÃO, 2018, p. 2).

Mas, afinal de contas, qual a importância da escola indígena na comunidade? Como pesquisador e indígena, defendo que escola indígena trabalhe no sentido de formar cidadãos conscientes de seus direitos, profundos conhecedores de suas culturas, capazes de compreender e criticar a realidade, atuando na busca da superação das desigualdades e do respeito ao ser humano. Defendo, ainda, que quando a escola e a comunidade assumem a responsabilidade de atuar na transformação e na busca do desenvolvimento social, todos os envolvidos devem empenhar-se na elaboração de uma proposta para a realização desse objetivo, neste caso, a revisão do PPP.

O que é um PPP? De acordo com Veiga (2002), ao construirmos os projetos de nossas escolas, planejamos o que temos intenção de fazer, de alcançar, lançando-nos para diante,

com base no que temos, buscando o possível. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola, devendo ser avaliado e alterado quando necessário.

Sendo assim, o PPP deve ser visto como um processo em construção coletiva, cujos resultados podem ser gradativos e também imediatos. Ademais, o PPP constitui-se um instrumento de luta, tendo em vista a construção de uma escola segundo os princípios de uma EEI diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, de acordo com as diretrizes da Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012, especificamente o contido no Art. 14:

O projeto político-pedagógico, expressão da autonomia e da identidade escolar, é uma referência importante na garantia do direito a uma educação escolar diferenciada, devendo apresentar os princípios e objetivos da Educação Escolar Indígena de acordo com as diretrizes curriculares instituídas nacional e localmente, bem como as aspirações das comunidades indígenas em relação à educação escolar.

A base onde se ancora os processos de construção dos PPPs são os preceitos legais que dão sustentação à educação escolar indígena. E a Constituição da República Federativa do Brasil amplia e inspira os atos legislativos que doravante se sucederão. “São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições...” (CF 88, Art. 210). Esse texto assegura aos indígenas permanecerem como tais, ou seja, a garantia da manutenção da diferença, com a expressão de todas as suas manifestações culturais, quanto do seu modo de vida manifestado no cotidiano.

Além disso, no âmbito educacional, é garantido e assegurado às comunidades indígenas também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem (CF 88 - Art. 210). É nesse sentido que a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT,1989), se posiciona em seu artigo 28, item 3: “deverão ser adotadas disposições para se preservar as línguas indígenas dos povos interessados e promover desenvolvimento e prática das mesmas.” Nessa perspectiva, os PPPs deverão adotar algumas ações no âmbito da prática pedagógica, no sentido tanto de valorização, quanto da expressão oral em línguas indígenas. Tais ações visam alcançar o ambiente da sala de aula e outros espaços da escola.

Visando também o uso do idioma indígena, utilizando variadas expressões do cotidiano, como saudações, pedido de licença, de compreensão ou não do assunto discutido em sala de aula, etc. A utilização de tais expressões, conforme pactuado na elaboração dos Projetos Político Pedagógicos, pretende ser estendida a todos os docentes e suas disciplinas,

ou seja, além da disciplina Língua Indígena, cuja tarefa é dar os esclarecimentos quanto à correta pronúncia e os incentivos para docentes e discentes. A ideia principal é o exercício do bilinguismo, como um dos princípios da educação escolar indígena.

Além do bilinguismo, os PPPs também têm como objetivo ser a expressão das aspirações educacionais de cada povo em suas especificidades e projeto societário. Tais aspirações podem ser entendidas pela expectativa de uma educação que valorize, respeite, promova, ressignifique e resgate os preceitos culturais, materiais e imateriais, ao mesmo tempo que seja uma educação de qualidade, cujos níveis alcancem (e quiçá superem) a educação escolarizada dos não indígenas, colocando os indígenas em condições de igualdade com os outros segmentos da comunidade escolar nacional.

Pensando nesse atendimento, os PPPs têm como entendimento os pressupostos teóricos de Celestin Freinet, pedagogo francês. Freinet que postula uma pedagogia de valorização do ser humano, seu trabalho manual, sua vivência em seu meio de habitação e a livre expressão. A escola que propõe Freinet é um espaço que se aproxima da vida; para isso, é necessário fazer observações para conhecer o contexto da vida social, vida ambiental, vida econômica e vida cultural do contexto da escola. De um modo geral, reafirmo que os povos indígenas do território brasileiro sofreram e ainda sofrem discriminação, preconceitos e outras formas de diminuição de suas humanidades. No contexto educação, ressaltamos ser de fundamental importância a ênfase na afetividade, em todo o decorrer do trabalho pedagógico dispensado aos discentes indígenas.

Outro marco teórico que sustenta a questão levantada sobre o PPP é o pensamento de Demerval Saviani. De acordo com a Pedagogia de Saviani, é papel do educador procurar conhecer a realidade dos estudantes. Esse conhecimento, entendido como um mapeamento e a compreensão acerca do prévio conhecimento dos estudantes, facilita a preparação dos assuntos a serem trabalhados. Segundo Saviani (1991), a educação é vista como uma produção do saber, e o ensino, como integrante da ação no processo de educação, tem no professor seu principal representante.

Ressalta-se, oportunamente, que os PPPs das Escolas Indígenas também são amparados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEI na Educação Básica, cujo texto está na Resolução nº. 05, de 22 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica. As Diretrizes desta Resolução, em suas orientações deixa claro em primeiro lugar, sobre os princípios que são os fundamentos da Educação Escolar

Indígena, os quais são: princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade.

Em segundo lugar, mais precisamente acerca dos objetivos da Resolução, chamamos atenção sobre os “processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a EEI projeto orgânico”. Em terceiro lugar, assegura a organização comunitária, privilegiando as práticas socioculturais e econômicas, bem como suas formas de produção de conhecimento, onde seja evidenciado e valorizado suas formas próprias de ensino e aprendizagem, podendo ser veiculado em língua indígena.

Dessa forma, na busca e na tentativa de um exercício pedagógico para que esta Escola Indígena seja protagonista na utilização dos seus processos próprios de aprendizagem, concomitante com a utilização de seu idioma. Assim, a EEI é uma alternativa formal para muitos povos nativos que vivem nas inúmeras aldeias, espalhadas nas terras indígenas demarcadas pelo Governo Federal.

Entretanto, assim como outras esferas do ensino formal em geral, a mesma enfrenta desafios para manter-se qualitativamente ativa, naquilo que se espera de seu propósito organizacional, considerando a dificuldade dos órgãos educacionais competentes, em estabelecer o cumprimento da legislação pertinente, como as determinações dos artigos da LDB, nº 9.394/96, que destacam a necessidade de um ensino singular à Educação Escolar Indígena, capaz de ressaltar os seus valores culturais específicos, e lhes preparar para a dinâmica da interculturalidade, circunstanciada pelo Art. 32, § 3º, que determina: “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. (BRASIL, 1996, p. 12). Uma realidade que, até então, mantém-se distante de uma efetivação.

Mediante a tal realidade histórica, é cada vez mais pujante os discursos em prol de ações pautadas na interculturalidade, visando estabelecer uma compensação histórica, mediante a proposta de conexões pautadas no diálogo, valorização da singularidade cultural e possibilidade de interação cultural mútua. (SANTOS, 2006).

Essas perspectivas podem ser contempladas nos ensaios do MEC, em que se promete: “I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias, histórias; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências”. (BRASIL, 1996, p. 29).

Embora, se saiba que, não exista nada claro em torno de como e, nem quando, poderá ser concluído tal ensejo. O que se sabe é que existe a necessidade de se trabalhar diretrizes

reais, que possibilitem a evolução de planejamentos, permitindo que os mesmos possam sair do campo teórico, passando a fazer parte da realidade, num aspecto formal rumo à *práxis* pedagógica. Com isso, favorecerá, possivelmente, o surgimento de procedimentos norteadores, mais efetivos e significativos.

Desta feita, há que se pensar nas inúmeras tensões surgidas com a introdução do ensino escolar que valoriza novos conhecimentos em detrimento das práticas e ciências indígenas, sem torná-la espaço de interculturalidade, conhecimento deverá fortalecer a comunidade e contribuir para as soluções dos problemas comuns. (BRASIL, 1998, p. 43).

Mediante tal dinâmica, as organizações deverão compactuar com ações coletivas ou individuais que contribuam com construção de uma ponte para com as comunidades indígenas, partindo, assim, para uma dimensão prática, orientada por projetos pedagógicos com um olhar alternativo para essa realidade.

Ainda segundo Vasconcellos (2002, p. 168):

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição [...] um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. Um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. O projeto político-pedagógico envolve também uma construção coletiva de conhecimento. Neste sentido, a escola deve se interessar pelo projeto porque a função do mesmo é auxiliar na busca por soluções para possíveis problemas, e além disso transformar a prática.

Ainda de acordo com Vasconcellos (2002), o PPP é uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da escola. Nesse pressuposto, destaca-se que o PPP, na sua essência qualitativa, visa colaborar com uma pauta instrumental, referente aos aspectos procedimentais da educação, a partir de uma visão holística, pautada na interpretação socioeducacional e cultural, de cada realidade específica, do qual é submetida à construção deste roteiro de ações. Trata-se de:

[...] um documento que traz unidade em relação a intencionalidade educativa da escola, pois fortalece a identidade da escola, esclarece sua organização, define objetivos para a aprendizagem dos alunos e, principalmente, define como a escola irá trabalhar para atingi-los. (BRASIL, 2017. p. 9).

Baseado na afirmativa, independente da interface cultural, todo processo educacional formal necessita de um parâmetro procedimental, que coopere com as ações e suas sistematizações no processo organizacional. Há que se assegurar uma política educacional

voltada à cultura específica dos povos indígenas, ressaltando a peculiaridade de cada povo, bem como sua devida preparação para o processo de interação com os demais povos.

Conforme asseguram as reflexões sobre as discussões do papel do PPP, sob a ótica da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ressaltando-se que “o projeto pedagógico é um documento que possibilita a autonomia de cada escola e, portanto, pode apresentar diferentes estruturas e elementos, considerando o currículo vigente” (BRASIL, 2017, p. 18). Em nosso entendimento, o PPP é mais do que um documento; trata-se de uma política curricular produzida pelas próprias escolas.

Diante da legislação pertinente e do escopo teórico que fundamentam a construção dos PPPs na EEI, entendo que o percurso mesmo da construção é uma dinâmica educativa, com metodologias que visam alcançar um público diversificado, com perspectivas e seguimentos heterogêneos, permitindo mergulhos reflexivos sobre religião, cultura, educação formal e informal. Tais aspectos são fios condutores na identificação de parâmetros analíticos que apontem para resultados promissores, tendo em vista, pensar uma EEI que mais se aproxime da realidade, considerando o contexto de cada comunidade e território.

3 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: AUTONOMIA E INTERCULTURALIDADE

O desenvolvimento dos processos de revisão do PPPs pelos Tentehar tem representado uma nova dimensão do exercício da territorialidade, em um processo cuja continuidade está fundamentada na legitimidade de instituições públicas. Uma vez que as lideranças indígenas das aldeias da Terra Indígena Arariboia buscam fortalecer elos em instituições como Instituto Federal do Maranhão e Universidade Federal do Maranhão, o poder sobre a capacidade de definir e nomear o que é e como deve ser a educação está em dinâmica de aperfeiçoamento a partir do que já se tem colocado pela Secretaria de Educação do Governo Estadual. Tal aperfeiçoamento é um movimento esperado e desejado pela própria secretaria, que tem viabilizado os momentos e articulações com profissionais da educação sob a perspectiva indigenista.

O estágio atual de atualização dos PPPs está sendo construído com a incorporação e caracterização de temas no currículo escolar em eixos percebidos como mais urgentes pelos professores, líderes indígenas e anciãos da localidade, como o uso da língua na nomeação de bens culturais materiais do cotidiano, a presença das tecnologias de comunicação para fortalecimento indenitário, o ajuste temporal de festas da terra indígena aos momentos do calendário escolar, o engajamento dos jovens nas formações políticas e o caráter educativo do movimento indígena e o reconhecimento da gestão ambiental como forma de proteção territorial.

Destaco que esse novo documento de diretrizes escolares é, além de uma exigência formal, uma oportunidade de ressignificar e traduzir o processo educativo frente aos paradigmas convencionais, reiterando nos espaços formais e na jornada cotidiana dos jovens da aldeia a memória e a ancestralidade vivas nos espaços de educação indígena

O PPP visa nortear a instrumentalização das ações referentes ao contexto educacional específico, conforme mencionado anteriormente. Sendo assim, o mesmo é variável de referência para referência, objetivando o trabalho de potencialização de metas e possíveis (re)ajustes para o alcance daquilo que se pretende. Nesse sentido, compreende-se que num contexto heterogêneo e de predominância cultural específica, já se tenham inúmeros obstáculos para a execução desta objetivação, o que dirá num cenário heterogêneo em que a cultura não é a dominante do país, a tendência é que tais dificuldades sejam ainda maiores.

Dito isto, avaliando o cenário educacional dos povos indígenas, destaca-se a dificuldade de implementação de políticas públicas que atendam as especificidades da cultura destes povos, numa dimensão generalizada em que se percebe o desencontro destas propostas no que tange ao aspecto histórico, antropológico e sociocultural.

Uma das grandes motivações para este descompasso se dá pela ausência de sensibilidade no que se refere ao reconhecimento e compreensão da identidade do cidadão indígena, em contrapartida daquilo que a cultura dominante compreende como verdade e dimensão histórica deste processo. Situação amplamente conflitante com a estrutura social do indígena no Brasil.

Na verdade, essa cidadania diferenciada ainda está sendo construída com muitas dificuldades e resistências. O fato é que a construção se torna possível na medida em que o princípio da tutela está sendo superado nos instrumentos jurídicos do Estado e na prática de algumas políticas públicas voltadas para os povos indígenas. A partir daí, lideranças indígenas começaram a ocupar vários espaços de representação política, como o de prefeitos, vereadores, secretários municipais, estaduais, e outras funções relevantes para a vida dos índios e do país. Muitas dessas lideranças estão hoje em lugares estratégicos nos diversos campos de controle social e de formulação de políticas públicas – os chamados Conselhos nacionais, estaduais e municipais [...]. (BANIWA, 2006, p. 87).

Conforme a citação anterior, a visão de um possível rearranjo desta estrutura só está sendo possível por meio do redirecionamento do indígena, como figura protagonista de seus interesses. Ou seja, a perspectiva histórica do ensino dualista no Brasil Colonial (1500–1822), apesar das novas roupagens políticas da estrutura social do país, ainda se encontra com o acarretamento do ranço no imaginário coletivo de muitos setores da nossa sociedade.

Nesse entendimento, afirma-se que a visão mecanizada de querer classificar o que é melhor para os povos indígenas nos aspectos educacionais, sem contemplar a magnitude de seu aspecto cultural e ancestral, reforça a ideia do “desinteresse” das políticas públicas em contribuir com a evolução do ensino e emancipação destes membros originalmente proprietários desta nação.

Baseado nesta mesma alusão destaca-se que:

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar. Se discrimino o menino ou menina pobre, a menina ou o menino negro, o menino índio, a menina rica; se discrimino a mulher, a camponesa, a operária, não posso, evidentemente, escutá-las e, se não as escuto, não posso falar com eles, mas a eles, de *cima para baixo*. Sobretudo, me proíbo entendê-los. Se me sinto superior ao diferente, não importa quem seja, recuso-me *escutá-lo* ou *escutá-la*. O diferente não

é o *outro* a merecer respeito é um *isto* ou *aquilo*, de tratável ou desprezível. (FREIRE, 1997. p. 136, grifos do autor).

Considerando a realidade da comunidade indígena Juçaral, podemos perceber que o PPP só poderá ser contundente à realidade destes povos, se as diretrizes com suas normativas forem encabeçadas ou amplamente interligadas pelos reais agentes deste sistema específico, a fim de que se ressaltem todos os elementos que deverão estar presentes nesta construção sistemática.

Tal pensamento é salutar à medida que se percebe a necessidade de avanço do indígena rumo as suas prioridades coletivas, naquilo que se refere à luta por seu espaço e representação. Espaço este que, só poderá ser ocupado pelo mesmo se as condições forem construídas “de dentro para fora”, isto é, criado a partir de seus valores, não recebendo este a influência externa que, por sua vez, contribuiria para a sua “intoxicação cultural”, modificando as perspectivas originais da comunidade, lançando-os a uma educação formal inibidora de seus valores ancestrais.

Nesse sentido, sabe-se que:

O otimismo ascendente dos povos indígenas na última década do século XX tem sentido simbólico e prático. Simbólico, porque a mudança de perspectiva histórica recuperou ou recriou o sentimento de autoestima, mas, principalmente, a crença na capacidade de ação, reação e de protagonismo dos povos autóctones. As grandes lutas, mobilizações e articulações empreendidas em torno da garantia dos direitos indígenas na Constituição de 1988 e a resistência e sinais de superação do fantasma do desaparecimento reacenderam a chama da esperança e sobretudo do sentimento de capacidade de protagonismo de suas histórias e seus destinos, marcando o início da superação da cultura e prática tutelar que permeou a política indigenista do Estado brasileiro no século XX. Os povos indígenas sobreviventes recuperaram o sentimento de que, apesar do processo colonial trágico, estavam vivos e podiam decidir e incidir sobre seus destinos. (BANIWA, 2019, p. 37).

Percebe-se que somente após a Constituição Federal de 1988, e dos esforços enfatizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394, de 1996), é que se ressalta um norteamento capaz de orientar a sociedade não-indígena sobre a necessidade de um proceder mais inclusivo para com as perspectivas socioculturais dos povos indígenas.

Em conformidade com esta narrativa, destaca-se que:

No que se refere às conquistas legais obtidas pelos povos indígenas na luta pelo direito a uma educação escolar diferenciada, podemos apontar a Constituição

Federal de 1988 que anuncia e encaminha possibilidades para uma escola indígena específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. (SILVA, 2014, p. 38).

Nessa perspectiva, se identifica com maior clareza as ferramentas teóricas deste processo de reconciliação, em que se preocupa não apenas com o ato de agregar a cultura do índio, mas, de propor ao mesmo a capacidade técnica de se emancipar e, ao mesmo tempo, não se desassociar de sua rica história, ocultada e posta em marginalidade pela desastrosa gestão colonial do país.

3.1 A Interculturalidade e a perspectiva da Educação Escolar Indígena

A Educação Escolar para os povos indígenas, aquela que ocorre a partir do contato com o mundo ocidental e que esses povos vêm modificando e transformando, aos poucos, em escola indígena ou como diz meu irmão Jorge Riwara: “a gente vai amansando as coisas do karaiw, nós amansamos o próprio karaiw, aí amansamos a escola também”²⁰. Trata-se que a mesmo assim, a EEI se mantém diferente da Educação Indígena, ensinada e aprendida desde o surgimento dos povos. Uma não substitui a outra, devem ser complementares.

As escolas indígenas devem ensinar a partir dos princípios da Educação Indígena e não dos conceitos do mundo ocidental, advindos de um mundo alheio às suas cosmovisões. Aqui entra uma chave importante, que é a interculturalidade, ou seja, o diálogo entre os saberes e conhecimentos indígenas com os saberes e conhecimentos da sociedade não indígena, sem hierarquias e imposições.

Quando vamos tratar do tema, é importante mencionar a diferença entre “interculturalidade” que é quando ocorre o encontro de diversas culturas que não só vivem entre si, mas também se respeitem e se integrem. O que não acontece no “multiculturalismo” onde as culturas convivem entre si no sentido de tolerar, sem interação entre as mesmas.

Enquanto o multiculturalismo propugna a convivência num mesmo espaço social de culturas diferentes sob o princípio da tolerância e do respeito à diferença, a interculturalidade, ao pressupor como inevitável a interação entre essas culturas, propõe um projeto político que permita estabelecer um diálogo entre elas, como forma de garantir uma real convivência pacífica. (LOPES, 2011, p. 1213)

²⁰ Informação verbal.

Existe dentro da “interculturalidade” também perspectivas diferentes dentro de determinadas situações, por exemplo, os países da América Latina têm um impasse em relação aos imigrantes principalmente vindos da África e das Américas, o que torna importante abordar a integração por meio da interculturalidade. Existe também um dilema de interculturalidade entre povos que já habitavam a região antes do processo de colonização, ou seja, há diferentes formas de abordar o tema. É importante, pois, discernir onde está o problema da integração para que saibamos abordar a interculturalidade.

Nos países latino-americanos, mesmo com a diversidade cultural já existente, entra em contraste com a dificuldade de interculturalidade entre os povos indígenas que já habitavam aqui. E quando se trata de imigrantes europeus não há um debate sobre a política de interculturalidade tão forte, mesmo ocupando regiões importantes no século passado.

Já nos casos de países europeus, não vemos tanto problemas interculturais em relação às diferenças linguísticas e culturais entre os povos que habitam o país, mas sim entre os imigrantes estrangeiros, onde há dificuldade em integrar aqueles que se mudam buscando qualidade de vida ou outros interesses. Não que não haja um certo desconforto nas diferenças culturais entre os próprios habitantes, tendo em vista que ocasionalmente fala-se em separatismos nesses países.

O debate de interculturalidade surgiu através de lutas sociais indígenas, grupos subalternizados, para que houvesse um reconhecimento e inclusão desses povos aos demais. Acredita-se que é de suma importância uma transformação estrutural e sócio-histórica. Há em vista que também há uma necessidade de políticas públicas para que exista um cenário democrático que receba as diferentes culturas igualmente. Atualmente, trata-se os povos indígenas como um problema a ser solucionado, como se nós como sociedade fossemos formados há não pensar na situação indígena.

Se nos voltarmos, mais especificamente, para as primeiras experiências de educação dos povos indígenas, a partir dos nacionalismos que as presidiram, veremos ao mesmo tempo variação e heterogeneidade ao longo do tempo e do espaço, bem como a recorrência de alguns eixos. Dentre estes, vale mencionar a ideia de educação como uma pedagogia da civilização, em que o aprendizado da língua “nacional” tem função fundamental; e a da conversão dos indígenas a trabalhadores (essencialmente) rurais dotados das técnicas de agricultura para os homens, e de produção para o âmbito doméstico (de roupas – no Brasil, o corte e costura –, de trabalho para casas de regionais ou mesmo de agentes governamentais), para as mulheres (LIMA; CARVALHO, p. 10).

Vê-se que no começo da colonização a educação dada era com o objetivo específico, não só de ensina-los e “civiliza-los” como também de usar sua mão de obra.

É importante pensar que a cultura não só depende de características de vestimenta, ações e línguas. O conceito de cultura é associado também aos portadores da mesma, que são as pessoas. Analisando o sentido que cada pessoa porta uma determinada cultura, sendo assim, a cultura irá caminhar com a mesma independente de fatores externos, então antes de mais nada temos que valorizar a pessoa como fonte da cultura.

Em 2001 foi lançado a “Declaração Universal sobre Diversidade Cultural” que é um documento que trata justamente da diversidade cultural, elaborado pela UNESCO. No documento a diversidade cultural é tratada como fator para o desenvolvimento, meio para assumir uma história própria, sempre com respeito e integridade.

Todas as pessoas têm o direito de se expressar e de criar e disseminar seu trabalho na língua de sua escolha, em especial a língua materna; todas as pessoas têm direito à educação de qualidade e formação que respeite plenamente sua identidade cultural; e todas as pessoas têm o direito de participar na vida cultural de sua escolha e de conduzir suas próprias práticas culturais, sujeitas ao respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais (UNESCO, 2001).

Há diversos instrumentos legais internacionais sobre cultura que a Unesco disponibiliza, tal como exibido no quadro a seguir.

Quadro 3: Instrumentos legais internacionais da UNESCO sobre cultura.

Ano	Instrumento legal
2007	Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas
2005	Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade de expressões culturais
2003	Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial
2001	Declaração universal sobre a diversidade cultural
1997	Declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras
1972	Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural
1970	Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais

Fonte: Guimarães; Finard (2015, p. 42).

Há uma organização intergovernamental chamada de Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que possui um Observatório da Diversidade Cultural, que é encarregada de transmitir conhecimento e informação sobre a diversidade cultural existente, salvaguarda e promove a mesma. Há também a Agência de Direitos Fundamentos, na União Europeia, que estabeleceu uma Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, que tem orientações sobre os Direitos Humanos, que trata também da diversidade religiosa, cultural e linguística.

A diversidade e multiplicidade cultural trazem consigo uma “grande heterogeneidade linguística, cultural e comportamental”, que exige “práticas, estratégias e políticas” e competências para “gerir a complexidade das relações entre pessoas” (RAMOS, 2013, p. 345).

É importante dizer que a perspectiva intercultural em educação se coloca como um novo jeito de pensar, produzir e dialogar com as relações de aprendizagem, pautando-se pelo reconhecimento do valor intrínseco de cada cultura, defendendo o respeito mútuo entre os diversos grupos identitários e propondo a relação de construções recíprocas. Nesse sentido,

Nos movimentos e ações coletivas, nos encontros, nas oficinas dos diversos grupos sociais e especificamente dos povos indígenas, negros, mestiços, quilombolas, camponeses, ribeirinhos se afirmam sujeitos de uma longa história de construção de culturas, valores, memórias, identidades alicerçadas em processos de sociabilidade, de produção da vida, de diálogo com a natureza. Uma história anterior e posterior à história da colonização\dominação. Não apenas mostram e afirmam sua condição de sujeitos éticos, culturais, de saberes, modos de pensar, mas se mostram sujeitos dessa história. (ARROYO, 2014, p. 194).

De acordo com Pineda (2009) a interculturalidade é um discurso de resistência ativa, o *inter* da interculturalidade, explica a autora, para Homi Bhaba, se refere ao espaço intermediário ou terceiro espaço em que duas ou mais culturas se encontram e no qual negociam os significados de maneira que as culturas se mantenham sem se assimilarem. Para Candau (2005):

A perspectiva intercultural busca promover uma educação para o reconhecimento do “outro”, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. Uma educação para a negociação cultural, capaz de favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam dialeticamente integradas. (CANDAU, 2005, p. 35).

Segundo a autora, o fato de termos uma diversidade cultural extensa, é importante aplicar políticas de interculturalidade. No cenário de Portugal, foi elaborado um plano para a integração de imigrantes, que leva em consideração a temáticas como língua, comunicação e

cultura. É necessário que haja políticas públicas que conversem com a necessidade de cada região. Pensando que juntamente com o tema da diversidade cultural, rodeia a discriminação racial. Assim, o plano de integração para emigrantes promove a diversidade cultural, religiosa e atendimentos pelos serviços públicos.

Segundo Ramos (2013), para que saibamos conviver com respeito nesse círculo de diversidade cultural, são necessárias algumas aptidões, dentre elas salientamos:

- Individuais: permitindo um convívio harmonioso entre os indivíduos, pautados no respeito entre os princípios de cada um, impossibilitando o preconceito e intolerância.
- Interculturais: competências pedagógicas, linguísticas e de comunicação, possibilitando ações através da educação formando pessoas culturalmente sensíveis para lidar com a diversidade.
- De cidadania: permitem acesso igualitário na sociedade a educação e instituições.

Nos últimos anos a educação intercultural tem tido um avanço significativo, principalmente na América Latina, desenvolvendo cada vez mais o respeito entre as culturas, dando voz a movimentos sociais, desenvolvendo políticas públicas e trazendo temas importantes para a sala de aula, o que incentiva cada vez mais a produção acadêmica acerca do tema.

Há dois extremos em relação a interpretação da interculturalidade e da educação intercultural, segundo Sartorello:

- a) Um, que vá desde cima para baixo, que resulta ser funcional ao modelo de Estado-nação neoliberal já que, seguindo a tradição do multiculturalismo anglo-saxão, concebe as políticas interculturais como mecanismos assistenciais que contribuem ao processo de integração — subordinada — dos grupos tradicionalmente excluídos das políticas públicas (entre eles os povos indígenas);
- b) outro, cuja direção vá desde baixo para cima, que parte de uma crítica ao sistema neoliberal hegemônico e que, desde uma visão altermundista, considera que a interculturalidade em geral e a educação intercultural bilíngue, no específico, são um direito e um meio de conseguir a reprodução das culturas indígenas, assim como uma estratégia de seus movimentos e organizações para ter o controle sobre a educação que se ensina nas escolas onde se formam seus filhos” (SARTORELLO, 2016, pp.113-114).

Levando em consideração a diversidade de sentidos que podemos encontrar na interculturalidade, os processos e práticas educativas devem colaborar para um olhar crítico intercultural que propõe novas formas de democracia, mais ativa e participativa, mais

informada, inclusiva. É de fundamental importância que esse debate se inicie dentro das salas de aula, de maneira pedagógica, mas também para se questionar politicamente.

Especialista nesse tema, Lopes-Hurtado Quiroz (2007, p. 21-22), faz o seguinte resumo na introdução da educação cultural na agenda latino-americana:

Nestes 30 anos, desde que o termo foi acunhado na região, a aceitação da noção transcendeu o âmbito dos programas e projetos referidos aos indígenas e hoje um número importante de países, do México à Terra do Fogo, vêm nela uma possibilidade de transformar tanto a sociedade em seu conjunto como também os sistemas educativos nacionais, no sentido de uma articulação mais democrática das diferentes sociedades e povos que integram um determinado país. Desde este ponto de vista, a interculturalidade supõe agora também abertura diante das diferenças étnicas, culturais e linguísticas, aceitação positiva da diversidade, respeito mútuo, busca de consenso e, ao mesmo tempo, reconhecimento e aceitação do dissenso, e na atualidade, construção de novos modos de relação social e maior democracia.

Pode-se analisar por meio do texto que a educação intercultural e a educação escolar indígena têm seu papel estratégico para a edificação de uma sociedade informada, democrática e que não só reconhece as diferenças culturais, como também se interrelacionam. É importante destacar que não só dentro das escolas indígenas, como também dentro das escolas não indígenas para que a interculturalidade de fato aconteça de ambos os lados.

É importante que destaquemos que a interculturalidade e a multiculturalidade não são sinônimas, são dois extremos das relações entre culturas diversas. Segundo Silva (2014), Fleuri (2003) e McLaren (2000), esses termos se contrastam, sendo que o multiculturalismo reconhece a variedade de culturas e línguas e permitem que coexistam no mesmo território, já a interculturalidade além de reconhecer que existe a diversidade cultural e permitem a inter-relação entre os inúmeros grupos.

A interculturalidade nos permite tratar em âmbito social e educativo, para que possamos por em questão as desigualdades provenientes da diversidade cultural, o modo com quem evoluímos como sociedade, a exclusão e preconceito pela falta de conhecimento. Reconhecer esses grupos subalternizados e dá-los a oportunidade não só para que possam construir uma relação com a sociedade igualitariamente, como também dar autonomia para que assumam seu lugar na sociedade.

Nesse sentido, se fez necessário tratar da interculturalidade:

A interculturalidade se caracteriza como um processo que implica em uma relação entre pessoas de diferentes contextos que caracterizam o seu viver cotidiano, os quais se apoiam na historicidade das pessoas e do grupo. (RADECK, 2009, p. 975)

Ainda sobre a interculturalidade:

A EEI deverá ser pensada a partir da perspectiva dos próprios indígenas, uma vez que os mesmos são conhecedores de sua cultura e sabem de suas demandas. As políticas públicas devem ser pensadas a partir do protagonismo indígena pautado na desconstrução da colonialidade e na frutificação da educação escolar intercultural (DIAS, 2017, p. 93).

A partir dessa afirmação, compreende-se a necessidade de os próprios indígenas da comunidade participarem do processo de construção e revisão do PPP da escola, uma vez que somente os próprios integrantes da comunidade conhecem de forma profunda sua história, sua cultura e as necessidades dos mesmos. Portanto, a educação intercultural deve ser valorizada, e a voz dos povos indígenas deve ser ouvida.

À medida que se modificou o cenário circunstancial dos povos indígenas, mesmo que ainda, sob um aspecto tímido, ainda se nota a carência de maiores abrangências rumo ao real benefício destes povos. A Educação Escolar brasileira por si mesma ainda necessita de maiores referências procedimentais, tendo em vista de que, ainda estamos sob os efeitos da dualidade educacional herdada pela colonização, independente de qual esfera social estejamos.

Dito isto, mesmo que se tenha crescido o número de indígenas ocupantes de cadeiras universitárias, mesmo aqueles que tenham abraçado os campos políticos legitimando a representação de seus pares, tais intentos ainda são poucos mediante a estrutura de desvalorização implantada por séculos. Torna-se ainda, necessário não apenas a continuação desta tentativa de protagonizar a presença indígena em determinados setores da sociedade generalizada, como também, se faz necessário o engajamento da sociedade não indígena, como meio de somar esforços para o cumprimento destes intuitos. Segundo Baniwa (2019, p. 59),

A instituição escolar, por exemplo, foi criada e é mantida para garantir a manutenção, a reprodução e a continuidade dos modos de vida dos colonizadores europeus, por meio de seus pensamentos, seus conhecimentos e das suas relações sociais, econômicas, políticas e culturais próprios da sociedade moderna, liberal, industrial, mercantilista, capitalista, tecnicista. Neste sentido, a escola tem a missão de reprodução do *modos pensanti*, modus operandi e do modus vivendi da sociedade ocidental moderna, portanto, de uma determinada sociedade, situada em um determinado período de tempo e espaço histórico.

Por isso, é imprescindível a necessidade desta participação ao cenário externo às aldeias, ao passo que, necessita-se do reforço dos aspectos culturais, para que o curso natural do sistema não termine de erradicar aquilo que restou da tentativa colonizadora. Percebe-se também, conforme especifica Silva (2019, p. 88), que:

O RCNEI projeta a EEI numa ideia de currículo nacional para as escolas indígenas, no entanto, não ganhou muita ressonância e amplitude nas comunidades indígenas, como já era esperado, uma vez que é impossível um centramento curricular sem escapes.

Conforme o autor, as tentativas de normatizar perspectivas sob uma ótica externa, resultam na incapacidade de contemplação significativa do processo, contribuindo com a fragilidade das propostas, além do mau direcionamento dos procedimentos ditos especializados. Desse modo, o engessamento de ações e que ainda nem sequer contemplem os agentes locais do processo, como (co)participantes das decisões, fadará ao fracasso, uma vez que a pluralidade não é uma regra apenas do setor não-indígena da sociedade, mas sim, uma característica presente em todas as esferas sociais da humanidade.

Para Baniwa (2006, p. 93), no que diz respeito às perspectivas dos povos indígenas:

A possibilidade de reconstrução de processos autônomos de vida nos seus territórios é um novo alento para o presente e o futuro dos povos indígenas do Brasil. Um dos elementos centrais para a efetivação desse desejo é o início de vários projetos coletivos de autogestão territorial em curso, que deverão impulsionar e subsidiar o processo de reconstrução da autonomia desejada. A autonomia, na prática, continuou acontecendo entre vários povos indígenas do Brasil, mesmo após a instalação do Estado brasileiro. Muitos deles definem e organizam as aldeias em seus territórios segundo seus sistemas sociais, econômicos, jurídicos e religiosos.

De acordo com a afirmação de Baniwa, a demarcação territorial das mais variadas etnias indígenas no Brasil, permitiria que houvesse a adequação da proposta de fortalecimento da identidade de grupo, pois, conforme já mencionado, a participação social do indígena no contexto extra-aldeia (ou extra-território), impacta diretamente o mesmo no seu âmbito cultural particular. Com isso, no que se refere à gestão de seus territórios, os mesmos poderiam vivenciar seu próprio dinamismo cultural, atrelada a manutenção identitária.

Enquanto isso, se faz necessário apontar que:

A implantação das primeiras escolas nas comunidades indígenas no Brasil é contemporânea à consolidação do próprio empreendimento colonial. A dominação política dos povos nativos, a invasão de suas terras, a destruição de suas riquezas e a extinção de suas culturas têm sido desde o século XVI o resultado de práticas que sempre souberam aliar métodos de controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória [...]. (BANIWA, 2006. p. 150).

Conforme o autor nos esclarece, todo o intento por mais significativo que seja a proposta curricular, possui uma perspectiva centralizada nos interesses políticos predominantes no país, o que conflitua com os ideais emancipatórios do PPP voltado à Educação Indígena. Desse modo, a Educação de cunho formal ainda é utilizada como instrumento de manipulação de massas, tendenciando ações sob os mesmos moldes sectários dos tempos coloniais.

No que se refere ao princípio intercultural da Educação Indígena, Baniwa (2006, p. 156) ainda destaca que:

A grande importância inicial da proposta de EEI diferenciada, com sua educação intercultural e educação bilíngue ou plurilíngue, foi ter trazido ideias e propostas concretas que alimentaram o ânimo, a motivação e a esperança dos professores e das lideranças indígenas emergentes. As ideias serviram como valioso argumento para marcar posição política e uma razão necessária para capitanear o apoio dos povos e das comunidades indígenas em favor das lutas mais amplas do que aquelas que as emergentes organizações indígenas estavam desenhando e implementando, como a defesa da terra e a (re)valorização cultural [...].

Desse modo, nota-se que gradativamente estamos diante de novos rumos, em que alternativas vão sendo geradas e agregadas à construção do processo. Nesse sentido, o PPP voltado à EEI vai aos poucos sendo introduzido de modo congruente aos anseios da comunidade indígena, ressaltando a dimensão local e específica de cada grupo. Embora, destacamos que ainda há muito que se fazer, pois, a realidade social de determinados indígenas é diferente de região para região do Brasil.

Entretanto, alinhado a esta perspectiva em torno da dimensão política e pedagógica do PPP direcionado a Educação Indígena, já se pode perceber que:

A emergência do movimento articulado de professores indígenas aliado ao movimento maior dos povos indígenas criou condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominadas escolas-piloto indígenas. São denominadas escolas-piloto por se tratarem de experiências inovadoras de iniciativa não-governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e de suas assessorias. As experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por todo o território brasileiro. Essas escolas são as primeiras que levam em consideração a ideia central da EEI diferenciada: a de pensar e praticar os

processos político-pedagógicos a partir das realidades sócio-históricas dos distintos povos. (BANIWA, 2006, p. 158).

Com base nesta afirmação do autor se percebe que estamos próximos de uma aplicação efetiva daquilo que se almeja há décadas. Porém, devemos compreender que essa realidade ainda não é alcançável a todas as aldeias no país, ao passo que, a realidade social de cada aldeia se modifica de região para região, com base na experiência adquirida no universo de pesquisa deste trabalho, em comparação da realidade apontada bibliograficamente por alguns teóricos.

4 HISTÓRIA, PROTAGONISMO E IDENTIDADE: POSSIBILIDADES E PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS INTERCULTURAIS DO POVO TENTEHAR-GUAJAJARA

A EEI ainda atua de forma paliativa, em um verdadeiro descompasso entre a teoria proposta pela legislação e a prática da vivência educacional indígena, sem as mínimas condições estruturais e insuficiência no atendimento das particularidades étnico-culturais desses povos. Compreende-se então, que se tornam fundamentais ações que permitam a modificação desta realidade. Diante disso, Almeida evidencia que:

As garantias consagradas na legislação ensejaram o surgimento da escola indígena e, assim, contribuíram para a sua afirmação étnica e cultural. É preciso, no entanto, reconhecer que a educação diferenciada está em franca elaboração (ALMEIDA, 2006. p. 262).

A exigência de registro legal junto ao Conselho Estadual de Educação constituiu-se em uma oportunidade para a consolidação do que prevê a legislação para a escola indígena, com a demarcação da nossa identidade Tentehar-Guajajara por meio da atualização do PPP (PPP) próprio, currículo fundamentado na realidade da aldeia e no projeto de futuro do povo.

O processo de revisão e atualização do referido documento contou com o apoio técnico do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena (NEABI) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Campus Avançado Porto Franco, por meio do projeto de extensão “NEABI em Ação: diálogos interculturais e os PPPs das Escolas na TI Arariboia”, da Unidade Regional de Educação (URE) de Imperatriz da SEDUC-MA, e do Programa de Pós-Graduação em Formação Docente em Práticas Educativas (PPGFOPRED/UFMA).

Figura 9: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori



Fonte: arquivos NEABI-IFMA.

Foram realizados sete encontros no Centro de EEI Gianni Sartori, que é a escola da aldeia Juçaral. Estiveram presentes professores, mães e pais de alunos, além das lideranças indígenas locais que compõem a Coordenação Regional da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia (COCCALITIA), demonstrando o envolvimento da comunidade em expressar seus anseios e expectativas em relação à escola da aldeia e evidenciando-se o protagonismo Tentehar-Guajajara durante esse processo de revisão do PPP do Centro Escolar Indígena Geanni Sartori, situado na aldeia Juçaral, na Terra Indígena Arariboia.

São muitos os momentos e os espaços que utilizamos para transmitir e aperfeiçoar os conhecimentos que temos sobre a terra em que habitamos e sobre o nosso povo. Nossa forma específica de ser e estar no mundo nos identifica enquanto Tentehar, ela nos diferencia de nossos parentes indígenas e dos karaiw (brancos) e é mantida viva a cada dia sempre vez que falamos nossa língua, quando recolhemos a maniva para levar para a roça ou quando preparamos um grande ritual. Existem muitos especialistas nos assuntos dos Tentehar, mas nenhum é maior ou melhor que nós mesmos, temos agricultores, caçadores, cantores, parteiras, lideranças com boa oratória para contar sobre a história do povo.

Apesar de convivermos com os karaiw todos os dias e de diversas formas, o preconceito e a ineficiência das políticas públicas acabam dificultando o nosso acesso a conhecimentos que poderiam ser utilizados na proteção do nosso território, na

comercialização dos produtos que extraímos de nossas roças e da floresta, na manutenção da saúde do nosso povo. Portanto, nossa intenção é promover o diálogo entre as formas de conhecimento do Tentehar e do karaiw para melhorar o que já temos sem consumir a principal riqueza que possuímos, a nossa Terra.

Figura 10: Mapa: Terra Indígena Arariboia



Fonte: Mapa ISA, 2021.

A Terra Indígena Arariboia foi demarcada em 1982 e homologada no ano de 1990 com 413.288.047 mil hectares. A demarcação, no entanto, não eximiu nossa terra do assédio de invasores de toda sorte. Deste modo, ao longo dos anos os Tentehar tiveram diversos confrontos com madeireiros, caçadores, extratores de ervas, arrendamento de terras, entre outros problemas que levaram a conflitos internos, mas que também serviram como processos de aprendizado e impulso à nossa organização. É a segunda maior terra indígena no estado do Maranhão e é habitada por dois povos, nós os Tentehar, e os nossos parentes Awá-Guajá. Está localizada no sudoeste do estado e compreende os biomas de mata pré-amazônica e o cerrado.

Foram muitas as batalhas que enfrentamos para garantir a posse desta terra, mesmo antes de conseguir o reconhecimento por parte do Estado brasileiro como sendo uma terra de ocupação tradicional Tentehar-Guajajara, nós já sofriamos a pressão dos karaiw (não indígena) que entravam para pegar nossos animais, botar roças ou construir povoados em nosso meio.

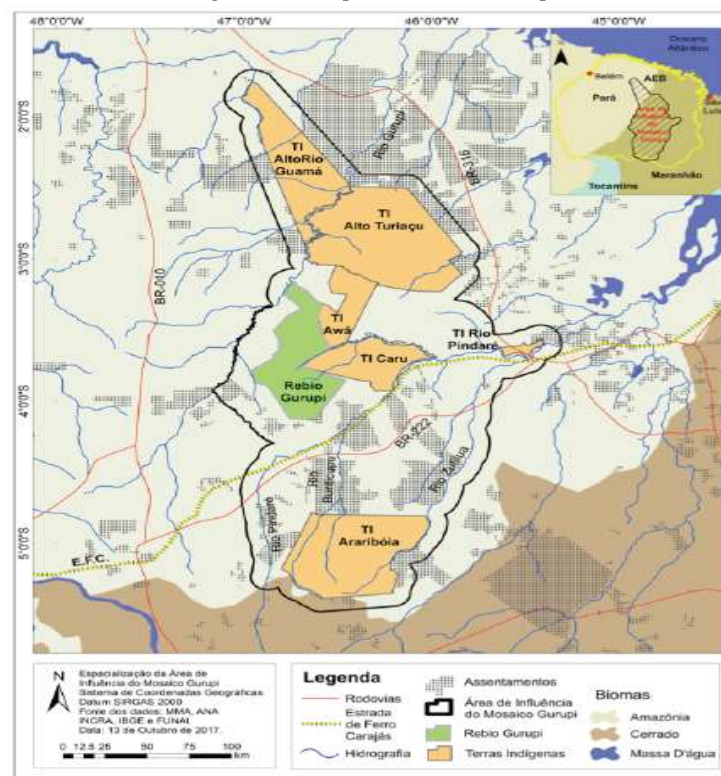
Depois da demarcação esta pressão arrefeceu, mas nunca se extinguiu por completo. Os karaiw (não indígena) continuaram entrando para consumir nossos bens muitas vezes se valendo de relações de amizade mantidas com nossos parentes. Mas foi no final da década de 1980 que tivemos a pior invasão sofrida pela TI Arariboia, foi nessa época que iniciou o

comércio madeireiro, atividade que trouxe prejuízos ambientais graves e que desarticulou nossa organização social, provocando muitas disputas internas em função do dinheiro gerado pela venda de madeira.

A atividade de exploração ilegal de madeira, que teve seu pico na década de 1980, mas que se mantém até os dias de hoje, é a principal fonte de degradação ambiental da nossa terra, principalmente porque ela serviu como porta de entrada para outros tipos de degradação como a formação de pastos com vistas ao arrendamento. É também por conta da exploração madeireira que no ano de 2015 a Arariboia teve o maior incêndio florestal já registrado em sua história, tendo o fogo consumido mais de 60% de sua extensão, agravando ainda mais a vida de nossos parentes Awá-Guajá, que vivem refugiados no meio de nossas matas.

É mister destacar que nosso território compõe ainda o denominado “Mosaico Gurupi”, que se define como um conjunto de 06 (seis) Terras Indígenas (TIs Caru, Alto Turiaçu, Alto Rio Guamá, Rio Pindaré, Awá e Arariboia) e uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral (Rebio Gurupi). Abrigando os principais remanescentes contínuos de florestas e uma sociodiversidade caracterizada pela presença dos povos indígenas (Awá-Guajá, Tembé, Guajajara e Ka’apor), conforme figura abaixo:

Figura 11: Mapa: Mosaico Gurupi



Fonte: Celentano *et al.* (2018).

A nossa sobrevivência está intrinsecamente ligada à terra e à defesa da natureza. Podemos afirmar que a nossa relação com as terras em que vivemos pode ser, em certa medida, comparada ao que a biologia chama de relação simbiótica, ou seja, a associação de dois ou mais seres que, embora pertençam a diferentes espécies, vivem conjuntamente com vantagens recíprocas e são caracterizados como um só organismo. Compreender a terra como um “ser vivente” não é nenhum exotismo antropológico, trata-se de reconhecer a importância da mesma para nossa sobrevivência e a nossa para a sua conservação.

Não é por acaso que as terras indígenas estão entre as maiores e mais bem preservadas áreas naturais no mundo inteiro. Portanto, não podemos tratar a questão dos povos indígenas ou de suas terras como uma questão meramente social ou ambiental²¹, essas dimensões são inseparáveis na experiência dos povos indígenas. Martins (2019) é categórica ao afirmar que:

As terras indígenas são, como muitos afirmam, verdadeiras ilhas de floresta no meio de um continente descampado. São uma prova contundente de que preservação ambiental e presença humana não são incompatíveis. A forma tradicional de as populações indígenas lidarem com a terra causam baixo impacto já que sua alimentação é baseada em produtos extraídos da floresta e praticam horticultura em pequena escala.

Acrescentamos que os povos indígenas são fundamentais aos biomas em que habitam. Sem a nossa presença, a floresta amazônica existente no Maranhão já estaria completamente extinta. Martins (2019) observa que a presença dos povos Tentehar e Awá na T.I. Arariboia presta importantes *serviços ecológicos ou ecossistêmicos*²² que beneficiam a milhares de pessoas. Para exemplificar sua posição, a autora relata que basta uma simples viagem de carro à T.I. Arariboia para perceber, por exemplo, que há uma significativa queda de temperatura à proporção que adentramos em direção à floresta. A temperatura amena de dentro da terra contrasta com aquela das terras descampadas de fora da T.I. A presença de florestas preservadas nessas localidades impede que se formem grandes bolsões de calor, também, nos entornos. O ciclo das chuvas, tão importante à produção agrícola, a existência de animais polinizadores, a manutenção da qualidade do ar, tudo isso só é possível graças à existência de áreas preservadas, com as quais somos os principais defensores.

²¹ É claro que as ciências em seus respectivos estudos, sejam biológicos ou sociais e humanas, levam em consideração aspectos que envolvem as outras. Nada é inteiramente biológico sem ser social, e o contrário também é verdade. Nossa intenção é dar ênfase à distinção que é feita cotidianamente pelo senso comum, cujo os campos científicos não dialogam ou são vistos como partes distintas da natureza.

²² Trata-se da interação entre seres vivos e a natureza. A polinização realizada pelas abelhas, por exemplo, é um importante serviço ecológico.

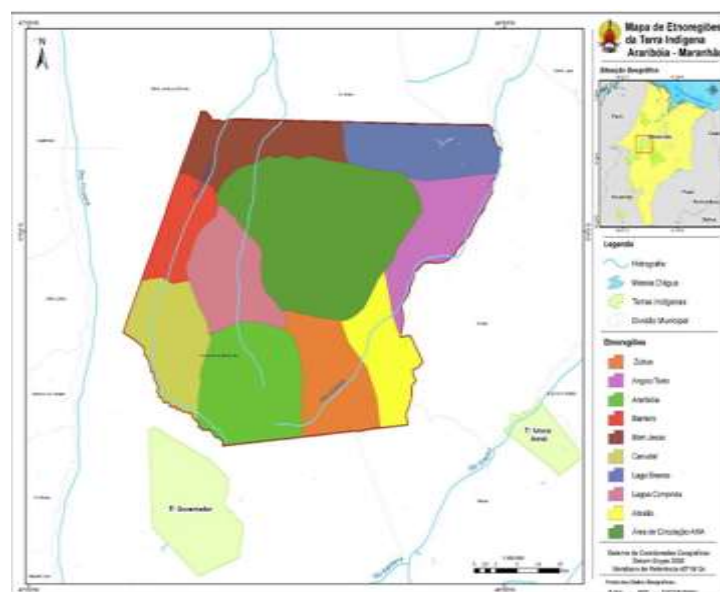
Depreende-se que não é preciso morar nas florestas para ser afetado pelo meio ambiente ou afetá-lo de alguma forma. O modo de vida do povo Tentehar, isto é, o nosso modo de vida tradicional, é por si só uma importante contribuição à existência e à preservação da natureza que, por conseguinte, é uma contribuição à existência da própria humanidade.

Compreendemos, dessa forma, que ser Tentehar-Guajajara e ser Awá-Guajá é fundamental à preservação e manutenção do meio ambiente global. Nossa existência nas matas da Arariboia – bem como em outras terras no Maranhão – têm refreado a devastação ambiental neste estado há séculos. Passamos por diversos ciclos econômicos que tinham em comum a exploração descontrolada da natureza para servir de combustível ao capital. Em todo esse tempo, foi nosso modo de vida que garantiu a resistência necessária para sobreviver ao assédio das forças econômicas que veem nossas matas apenas como matéria prima para seus planos de enriquecimento de uns à custa do empobrecimento de outros.

A emergência das pautas indígenas centrada na afirmação da territorialidade, por meio da garantia do direito à demarcação de terras indígenas e da etnicidade em políticas públicas de saúde, gestão (a gestão territorial) e de educação públicas passam a ser uma estratégia de resistência política, de poder de agência no mercado de bens simbólicos.

Diante disso é que a COCCALITIA foi criada em 2013 como espaço de governança política interna para pautar e protagonizar a luta pela garantia dos direitos indígenas voltados ao povo Tentehar-Guajajara. É organizada por coordenações regionais: 01 Coordenador Regional e 01 responsável por cada eixo temático (educação, saúde, cultura, esporte, meio ambiente e agricultura) em cada uma das dez microrregiões que constituem a Terra Arariboia: Abraão, Angico Torto, Arariboia, Barreiro, Canudal, Jenipapo, Lagoa Comprida, Lago Branco, Ponta D'água e Zutiwa, como apontado na figura abaixo:

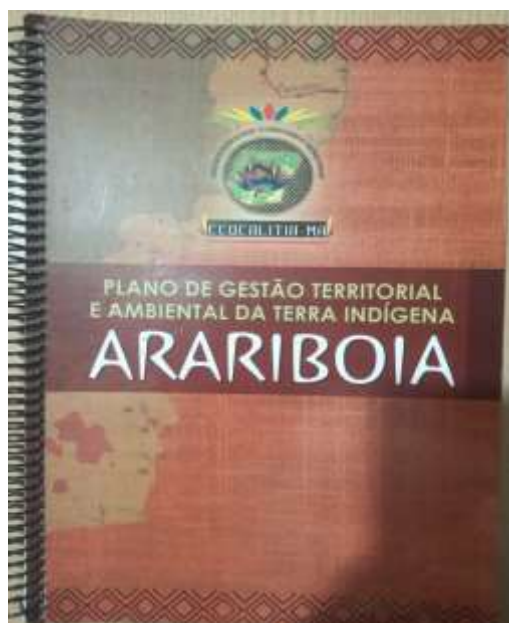
Figura 12: Mapa de Etnorregiões da Terra Arariboia – Maranhão



Fonte: PGTA TI ARARIBOIA. Pesquisa bibliográfica, 2021.

Durante os anos de 2016 e 2017 foi construído o Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) sob coordenação da própria COCCALITIA e apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), do Centro Maranhense de Estudos Socioambientais e Assessoria Rural (CEMEAR), da Coordenação das Organizações e Articulações dos Povos Indígenas do Maranhão (COAPIMA), da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e do IFMA. No PGTA foram indicados os eixos temáticos prioritários para busca de apoios externos e assim foi elaborado um plano de ação, inserido no próprio PGTA, e aí destacando-se a EEI e a Educação Indígena como eixos estratégicos de atuação. E uma das ações indicadas foi à construção e atualização dos PPPs das Escolas da Terra Arariboia.

Figura 13: Capa do PGTA da TI Arariboia



Fonte: Arquivo Pessoal

Assim, a solicitação de revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori pelo estado coincidiu com o engajamento das lideranças e comunidades do nosso território em organizar a educação escolar nas aldeias a partir do que a legislação preconiza para essas instituições. As reuniões foram planejadas juntamente com a COCCALITIA, que já vinha se mobilizando para essa tarefa de atualizar o PPP.

É possível afirmar que nosso povo tem protagonizado uma articulação política envolvendo nossas lideranças através da COCCALITIA, o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada. Usando a nossa experiência para excluir aquelas iniciativas que nos prejudicaram, como foi o caso da venda da madeira, concentrando nossa energia em ações que promovam nossas formas tradicionais de conhecimento com vistas à proteção da terra e manutenção do nosso modo de vida.

A apropriação dos trâmites burocráticos e dos documentos para a garantia dos direitos indígenas expressam bem o princípio intercultural que a comunidade se baseia, e que deseja que a escola cumpra no seu cotidiano. As diversas falas realizadas nas reuniões têm demonstrado ainda a ascensão dos professores para o patamar de lideranças locais, ao se engajarem no movimento indígena local e nacional, bem como na realização das manifestações culturais do povo e na reorganização pedagógica da escola da aldeia.

Como bem salienta Baniwa (2019, p. 215):

É nessa perspectiva etnopolítica que os povos indígenas tomaram como tema marcante e significativo o elemento território, que, reinterpretado de acordo com a visão cosmológica ancestral, articula a necessidade de estabelecimento de seus novos *modus vivendi* e *modus operandi* (Bourdieu, 1974), em favor de suas identidades e formas de vida, levando-se em conta os novos quadros sociais que se apresentam e a necessidade de corresponder às perspectivas pós-contato na relação com a sociedade moderna, notadamente no campo dos direitos e da cidadania.

Outra questão relacionada, são os espaços de participação e representação indígena como indutor dos processos interculturais, pressupondo-se convivências e coexistências de culturas abertas. Onde indivíduos, grupos e instituições se colocam dispostos ao diálogo, dispostos a dar colaboração e a receber colaboração, por meio da escuta e da fala mediadora.

Desde 1970 que os povos indígenas do Brasil ensejaram um movimento e daí surgindo várias organizações que favoreceram vivenciarmos diversas experiências complexas no campo dos direitos e das políticas públicas. Com o nosso povo não foi diferente, na década de 80 do século passado, iniciou-se uma mobilização interna em torno da defesa e da garantia do nosso território, como apontado acima, e as sagas pela implantação da escola e postos de saúde na nossa aldeia. Aí residindo um dos maiores desafios para a interculturalidade, uma vez que as instituições ligadas ao Estado se faziam e ainda se mantêm conservadoras no tocante à compreensão e aceitação de outras racionalidades, práticas e modos de vida que não sejam as lógicas ocidentais de modos de vida e de pensamento que permeiam as práticas políticas e administrativas do Estado, como aponta Baniwa (2019, p. 223):

A distância entre as referências culturais tradicionais e as práticas políticas do Estado, por exemplo, dificulta ou mesmo inviabiliza tentativas de diálogo que busquem, no plano teórico-prático, sentidos de complementariedade, de interação, de reciprocidade, de diálogo colaborativo, de articulação e de combinação intermundos, intercosmológica e interepistemológica dos distintos saberes e práticas

Pelo artigo 78, inciso I, da LDB, a EEI tem como um dos seus objetivos “proporcionar aos índios, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências” (BRASIL, 1996). A atuação dos indígenas da comunidade Juçaral revela a compreensão sobre o que deve ser a educação escolar indígena, e explicita o protagonismo indígena diante da política pública educacional.

A afirmação consequente da luta pela EEI diferenciada e intercultural não é apenas política e institucional; é também ética-pedagógica:

Cada povo indígena projeta e deseja para si um tipo de alteridade, o que se confunde com a constituição da pessoa, a sua construção e o seu ideal. O ideal de vida de um indivíduo tem a ver com o que é bom para ele e para o seu povo. Ser um bom xavante, um bom guarani, um bom baniwa é o objetivo que guia a ação pedagógica xavante, guarani e baniwa. Em conformidade com esse ideal, a prática pedagógica tradicional indígena integra, sobretudo, elementos relacionados entre si: o território, a língua, a economia e o parentesco. São os quatro aspectos fundamentais da cultura integrada. (BANIWA, 2006. p. 131).

É possível afirmar que a escola vem se constituindo como local de integração dos saberes ancestrais e isso veio à tona desde o primeiro encontro entre lideranças do nosso povo e integrantes da equipe interinstitucional que vem contribuindo na mediação pedagógica de reformulação a atualização do PPP de nossa escola.

Desde muito tempo que nos vinha falando da criação desse PPP de nossa escola. [...] essa escola aqui é uma mãe de toda escolinha que tem por aqui, desse redor, dessa aldeia Juçaral, aqui é uma escola mãe. A gente quer criar esse PPP [Projeto Político Pedagógico], pra ver se nossos filhos ficam e pretendam coisas que a gente tem aqui da base, aqui dentro desse território. Porque muita coisa vem da cidade, os desenhos, é tudo, vem tudo, os nomes, vêm da cidade, feito da cidade. Por que nós índios não faz o nome daquelas coisas que a gente usa que nós temos dentro desse território aqui, das coisas que a gente cria? [...]. (CACIQUE ZEZÉ).

Reiterando a fala introdutória de Cacique Zezé, liderança da Aldeia Juçaral e um dos articuladores do projeto que também envolve a revisão dos PPPs das aldeias Lagoa Comprida, Mucura e Barreiro, a fala de professores e professoras indígenas como a linguista Cíntia Guajajara evidencia que é a presença do PPP que legitima a categoria de escola indígena: “A escola foi imposta para os Tentehar, agora estamos nós pensando a escola nossa”. Relata como esse processo escolar pode ser um lugar para ensinar os costumes, as tradições do povo, do seu jeito de ser, suas festas, suas línguas, sua cultura Tentehar ao invés de ser o lugar de apagamento do indígena.

A gente tem experiência de como se vê o processo de EEI aqui na terra Arariboia. [...] Todos os professores que passaram por aqui temos esse relato, essa experiência de como foi que se deu o ensino fundamental maior, como foi que se deu a transferência dos nossos alunos que estavam ali no povoado, para que tenham acesso ao conhecimento e valorizar nossa história [...] (CINTIA GUAJAJARA).

Entre os povos indígenas, segundo Baniwa (2006), há alguns anos predominava a percepção de que a instituição escolar seria um ambiente de pura aculturação, o que causava desconfiança sobre seu papel social. Contudo, em perspectivas mais hodiernas entre lideranças indígenas e profissionais da educação das diversas aldeias no Brasil, a leitura é de que a educação escolar indígena deva ser uma extensão da Educação Indígena. Que a escola etnicamente referenciada seja um dos espaços de transmissão e produção dos conhecimentos indígenas e não-indígenas.

É nesta linha que a educação como ferramenta de luta se afirma no momento histórico pós-Constituição de 1988, que dava primazia tanto à autodeterminação dos povos tradicionais quanto à municipalização dos serviços públicos educacionais. Cada povo indígena projeta e deseja para si um tipo de alteridade, o que se confunde com a constituição da pessoa, a sua construção e o seu ideal. O ideal de vida de um indivíduo tem a ver com o que é bom para ele e para o seu povo. Ser um bom Xavante, um bom Guarani, um bom Baniwa é o objetivo que guia a ação pedagógica Xavante, Guarani e Baniwa. Partindo desta perspectiva é que a história de construção da educação escolar indígena entre os Tentehar da Terra Indígena Arariboia partiu da redefinição de um projeto de educação formal colonizador para um projeto intercultural e diferenciado.

Desse modo, a educação escolar Tentehar-Guajajara é pautada na experiência de vida dos povos que habitam a Terra Indígena Arariboia, melhor dizendo, que nasce dessa nossa experiência presente e secular. A promoção, a manutenção e o fortalecimento de conhecimentos do nosso povo são parte fundamental para manter a relação positiva com a natureza, refazendo laços rompidos, mas, principalmente, fortalecer aqueles que nunca se romperam e mantiveram nosso povo unido e lutando em prol de nossa terra e por uma vida digna em nosso território. Deste modo, acreditamos que não podemos esquecer de nosso passado, para aprender com o mesmo e buscar um futuro melhor para todos.

4.1 A Educação Escolar Indígena como forma de (re)existência no CEEI Geanni Sartori: Cultura, tradição, língua e território

Este tópico da pesquisa busca responder como está ocorrendo o processo de construção da escola na comunidade Zyhatyw (Juçaral), no sentido pedagógico, a partir da revisão do PPP, e o que a nossa comunidade espera como objetivos da educação promovida no seu território. Conforme já discutido anteriormente, a colonização do país contribuiu para

extinguir diversos povos e línguas no que foi chamado o ato de “educar” os povos tradicionais. Por décadas as políticas nacionais também interviram nos processos educacionais de inúmeras comunidades indígenas, e até hoje ainda o faz, com escolhas de funcionários para as escolas ou para órgãos indígenas que são reprodutores do discurso sociocultural imposto pelo Estado, pautado no padrão da opressão, e do silenciamento de outras visões de mundo. O cacique Zezé comenta que sua mãe, Santarena Kapy (*in memorian*) falava sobre as interferências do Estado na Educação Indígena do nosso povo:

O que eu espero futuramente, é que os governantes respeitem nosso direito (...) porque nós temos costumes, nós temos tradições, nós temos nossa religião e nossa língua. E aí antigamente minha mãe falava, e meu pai, e eu guardei: que o governo escolhia para colocar um professor dentro de uma aldeia **para acabar com os costumes, tradição e a própria religião** (...). Com a igreja foi assim, com o SPI e a FUNAI. Então, eles colocavam professor dentro da aldeia e ensinava lá, aí perdia todos os nossos costumes (grifos do autor).

Atualmente quando observamos o cenário brasileiro em suas mais diversas interfaces, se tratando dos direitos indígenas, ainda vemos inúmeros povos lutando pelo direito de ser quem são, o que contradiz as conquistas já realizadas, principalmente, perante aos seus mais diversos direitos quanto a seus modos de se educarem. É importante ressaltar também que estes direitos por um ensino dito “diferenciado” não é exclusividade das comunidades indígenas, a LDB garante o direito do ensino específico, diferenciado, inclusivo a todo território nacional, independente de etnias.

Na nossa comunidade o direito da educação própria começa pelo direito de ser quem se é, e será através das escolhas dos professores que vão compor o corpo escolar da comunidade que a tradição e cultura será respeitada. Esta escolha é respaldada na autonomia da própria comunidade através do grupo de lideranças locais e confirmada pelo notório saber, através dos conhecimentos atribuídos ao cacique e aos anciões e anciãs da comunidade. O perfil ligado ao espírito de liderança e o notório saber evidencia o protagonismo de sujeitos que carregam em si grandes conhecimentos de ensinamentos históricos e tradicionais de cada povo, garantindo assim, que a transmissão da cultura e da tradição seja respeitada, como direito primordial. Neste sentido, Meliá menciona como o notório saber se faz importante nas sociedades indígenas:

A cultura indígena é ensinada e aprendida em termos de socialização integrante. O fato dessa educação não ser feita por profissionais da educação, não quer dizer que ela se faz por uma coletividade abstrata. Os educadores do índio têm rosto e voz;

têm dias e momentos; têm materiais e instrumentos; têm toda uma série de recursos bem definidos para educar a quem vai ser um indivíduo de uma comunidade com sua personalidade própria e não elemento de uma multidão. (MELIÁ, 1979. p.10).

Nessa perspectiva apontada por Meliá, cabe compreender a importância da escolha dos docentes pela autonomia da comunidade, onde cada professor indígena escolhido também se consagra como liderança local ou mestre de uma determinada área do saber. Nesse trecho do diálogo, o cacique traz como exemplo um olhar para a disciplina de artes:

[...] então um professor se formava dentro da cidade, **e ele vinha com uma arte. E não é a nossa arte.** Então, hoje o professor de artes tem que falar dos nossos adereços, nossos colares, pulseira, que é uma arte nossa. Então, um professor tem que ser indígena ou não indígena para ser um professor de artes? Na nossa escola, é um professor de artes, mas é do povo Tentehar-Guajajara aqui do Arariboia, porque tem a arte de outros parentes também (grifos do autor).

Pode-se observar pelo trecho citado, que a escolha dos professores para a escola vai de encontro com o saber a um nível mais profundo, este saber é sobre conhecer e vivenciar elementos que caracterizam tão fortemente a cultura do grupo e que se sustenta pela alteridade. Meliá (1999, p. 12) comenta que para o indígena “a alteridade, afinal, é a liberdade de ser ele próprio”, e graças a esta liberdade e direito que tantas culturas se mantêm vivas até hoje. Nesse outro trecho pode-se observar pela citação do cacique como a imposição de professores pelo Estado sem respeitar o direito da escolha pelo notório saber, está pautada no olhar colonial, catequizador, ainda que na sociedade contemporânea.

A ação pedagógica tradicional do nosso povo tem se firmado através de quatro pilares ou eixos centrais, que se relacionam entre si e serão sempre lembrados no decorrer deste capítulo: Tradição, Cultura, Língua e Território.

Figura 14: Elementos constituintes e integradores da educação Tentehar-Guajajara



Fonte: Elaborado pelo NEABI – IFMA Porto Franco.

Um exemplo colocado pelo cacique, que está em diálogo na importância do notório saber com esses pilares ou eixos é sobre o ensino de línguas na escola, quando menciona durante a conversa: *“tem a língua portuguesa, tem a língua estrangeira, e nós temos a nossa própria linguagem, então eu tenho que ter o meu professor pra ensinar a linguagem do nosso povo”*.

A nossa língua tentehar que pertence à família Tupi-Guarani é um dos principais marcos de diferenciação, alteridade e manutenção dos aspectos culturais historicamente herdados, e nas nossas aldeias ainda é falada como primeira língua.

O ensino da língua tradicional tem se evidenciado como o ponto principal em diálogo com os pilares mencionados anteriormente. A língua compõe e caracteriza o campo da cultura, da tradição e dos conhecimentos sagrados ligados ao nosso território, sendo um elemento indissociável desses campos, pois se trata de um elemento manifesto de uma relação do indígena com sua ancestralidade, ou seja, a língua como constituinte da identidade do ser. Meliá (1999, p. 13) comenta que de toda a relação da ação educacional, a língua é a mais ampla e complexa, *“pois o modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada um dos povos indígenas, e modo como se transmite para seus membros, especialmente para os mais jovens, isso é a ação pedagógica”*. Neste sentido, fica evidente a importância da escolha

dos professores para atuarem frente à educação, pois para além da relação de educação a nível “escolar”, para os indígenas educar é pertencer, é deter o lugar de fala, é fazer parte da educação em um nível mais profundo. Meliá aponta que o desconhecimento da cultura de uma comunidade por um alfabetizador não indígena pode levar a situação de negação desta mesma cultura:

O alfabetizador irá abafar necessariamente a Educação Indígena, se desconhecer a cultura da sociedade indígena, se se desinteressar por essa cultura, se for alheio à situação real de opressão, exploração e discriminação dessa sociedade indígena. Se desconhecer a língua indígena, sua única opção é limitar-se ao uso da chamada língua nacional (MELIÁ, 1979. p. 63).

A LDB em 1996 coloca que a União deve desenvolver programas de ensino e pesquisa para oferecer educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com o objetivo de proporcionar a eles a recuperação de suas próprias memórias históricas, cultura, reafirmando suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, ou seja, o direito do ensino da própria língua de uma comunidade é embasado por leis. Outro aspecto importante que deve ser considerado na questão das linguagens indígenas, conforme já mencionado, é sua relação com a memória ancestral de um povo. Neste sentido, Oliveira nos lembra como a sociedade se constituiu sobre as memórias das populações minoritárias:

A memória é sabidamente um direito que nem sempre é estendido a todos. Organismos, instituições e suas articulações ideológicas, bem como interesses políticos acabam por selecioná-la, **relegando o passado de grupos de menor representação a um sub plano, encoberto pelo que se denomina memória oficial.** (OLIVEIRA, 2006. p. 3, grifos do autor).

Por muitos anos, a língua foi extremamente importante para a própria existência das comunidades indígenas, onde se era utilizada em diálogos em contextos inóspitos, especialmente os de disputas, colocados pelos colonizadores. Com isso a língua além de garantir a sobrevivência dos indígenas no passado, tornou-se a afirmação da identidade das comunidades na sociedade contemporânea e a resistência ativa frente à cultura que condiciona e segrega outras manifestações culturais no país.

No entanto, os povos indígenas que vivem no Maranhão, embora não haja um dado estatístico que venha mensurar essa informação, acreditamos que um percentual considerável dos indígenas, são bilíngues. Esse bilinguismo, no entanto, não foi aprendido na escola. A condição de bilíngues foi resultado do contato estabelecido e mantido com variados

segmentos da população brasileira e tem se apresentado como o principal catalizador da dimensão intercultural nas relações interétnicas. Isso é observado nos encontros sobre o PPP, onde há momentos que a fala predominante é o tentehar, seja para inibir a participação dos não indígenas presentes ou deixá-los sem autorização da fala e mais da escuta naquele momento, ou seja para demarcar o campo da identidade indígena, da alteridade.

O aprendizado da língua portuguesa se apresenta como uma condição vital para os indígenas. O sucesso nas empreitadas que o contato demanda, está intimamente relacionado com o domínio da língua portuguesa.

Esse domínio se configura inicialmente na aquisição da fluência, que se expressa no falar e no entender a língua portuguesa. As relações oriundas do contato, geralmente se manifestam pela oralidade. Nesse sentido, é de fundamental importância o entendimento oral da língua portuguesa.

O bilinguismo, todavia, enquanto proposta pedagógica entendido como princípio da educação escolar indígena, se sustenta no ensino de duas modalidades para o aprendizado da língua: Primeira, da alfabetização do indígena em sua língua nativa, ou seja, o ensinamento da leitura e da escrita em sua língua. A segunda é o ensinamento em língua portuguesa, também da leitura e escrita.

A educação na comunidade está, portanto, em diálogo com a vida das pessoas e nos remete as colocações de Meliá (1978), sobre como as comunidades tradicionais ao vivenciarem seu cotidiano estão se educando mutuamente. Este modo de se educar numa perspectiva que busca a integração, o direito de ser quem somos, mostra os objetivos de uma educação para a liberdade, como evidencia a professora Ana Cleide com a seguinte afirmação: *“eu acho que a prática da Educação Indígena é uma questão de libertação, de liberdade, de poder ser quem somos [...]. Então isso é uma diferença, nós somos diferentes, mas não é porque nós somos diferentes, é porque a nossa cultura ela é diferente.”*

Esta liberdade que luta por uma humanização de seus próprios direitos e de sua própria maneira de ler o mundo, sempre ameaçada pela imposição do Estado, nos remete as ideias de Paulo Freire (1970) sobre a educação como uma prática dialógica e constante na busca de sua própria emancipação. E esta busca constante pela libertação da imposição de outras culturas ocorre pela dialogicidade, no aprendizado mútuo e na afirmação da própria identidade.

Buscando-se o diálogo principal com nossas raízes, nossos valores, como já se vem afirmando com a pesquisa e atualização do nosso PPP, e esta se torna um processo de (re) existência. Esta que por sua vez, precisa se afirmar sempre perante a opressão, precisa se

afirmar sempre em busca de sua liberdade e é esquecida que se constitui como direito dos povos tradicionais, não por ser “diferenciado”, mas por ser a nossa cultura, como menciona o cacique Zezé ao falar sobre como se deveria os karaiw (não indígenas) entender seu povo: *“Quais os costumes desse povo? O maracá na mão, um cocá na cabeça, pinturas no corpo e muitas cantorias.”*

Figura 15: Festa da Menina Moça ou Moqueado na aldeia Juçaral



Fonte: arquivos NEABI – IFMA.

A necessidade da afirmação da cultura e identidade se tornou prática ainda mais constante para os povos indígenas na nossa sociedade contemporânea, onde as políticas públicas vêm sucateando os direitos indígenas nos mais diversos setores. É fundamental se enfatizar que todas as afirmações que a pesquisa vem fazendo, busca esclarecer aos leitores de um cenário sociopolítico que exclui as classes minoritárias e tornam todo o conhecimento delas como atrasados, contra o progresso do país, entre vários outros termos que vêm ganhando ainda maior espaço no atual governo federal, que vem seguindo à risca a fala ainda de campanha que se ganhasse as eleições e assumisse a Presidência da República, não haveria um centímetro a mais de terra no país para demarcação, disse publicamente Jair Bolsonaro, então pré-candidato à presidência da República.

É visível identificar também que na esteira do processo de desconstrução de direitos e políticas públicas aos povos indígenas que tem marcado a atual conjuntura no país". No governo de Jair Bolsonaro (PL), a Funai teve grandes cortes no orçamento e passou a endossar propostas do presidente que sofrem grande oposição entre indígenas, como a liberação da mineração em seus territórios e a agricultura mecanizada em larga escala. Sucessivos cortes orçamentários, quadro deficitário de recursos humanos, evasão de servidores, além das pressões e ingerências políticas por parte das bancadas ruralista e evangélica têm impactado o órgão como um todo, segundo o Relatório dos Indigenistas Associados (INA, 2022). Com evidentes reflexos sobre a região amazônica, como o emblemático e repercutido caso do assassinato do servidor licenciado da FUNAI Bruno Pereira e do Jornalista Britânico Dom Phillips no início do mês de junho do corrente ano, no Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, Estado do Amazonas.

Essa máxima levada a cabo pelo desmonte da política indigenista sob o Governo Bolsonaro, também diz respeito à EEI, que não pode retroceder, mas, deve ser fortalecida. E para isso, tem sido fundamental o avanço na mobilização e organização do movimento indígena no país, como ocorreu no Acampamento Terra Livre (ATL), que este ano voltou a se realizar presencialmente em Brasília, depois de dois anos acontecendo online, por força da pandemia de covid-19. Esse ATL foi o maior desde 2004, quando o inauguramos como principal espaço de mobilização e reivindicação dos movimentos indígenas do Brasil. Organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), em parceria com suas sete organizações regionais e dezenas de organizações indígenas de base, o ATL de 2022 reuniu mais de oito mil indígenas ao longo dos seus onze dias (de 04 a 14 de abril). Mais de 200 Povos, de todas as regiões do país, enviaram representantes para esta longa mobilização, que teve como mote central *“Retomando o Brasil: demarcar territórios e aldear a política”*. Estes números refletem o avanço do movimento indígena brasileiro e é expresso na *fala de nossa liderança Sônia Guajajara*²³:

Ainda estamos em junho, mas já podemos afirmar, sem medo de errar, que 2022 entrará para a história da luta dos Povos Indígenas do Brasil como um ano de grandes avanços, ano em que nossa aliança ancestral de resistência alcançou um nível inédito de organização e de maturidade política. Nosso crescimento como movimento indígena é fruto, por um lado, do acúmulo histórico, de séculos de luta e de diálogo inter-povos para consolidar uma coalizão ampla, que desse conta de representar os interesses e necessidades dos mais de 305 Povos Indígenas do Brasil.

²³ Fala disponível em: <https://flcmf.org.br/indigenas-retomando-o-brasil-2022-e-sua-importancia-para-o-avanco-da-luta-indigena/>. Acesso em: 07 de julho de 2022.

Esse quadro mostra-se revelador do esperar e da mobilização histórica frente à luta dos povos indígenas no país, diante do crescimento das ameaças que temos sofrido contra nossos direitos e contra nossos territórios. Essa situação nos obrigou, enquanto movimento indígena, a acelerar nossa mobilização, reforçando também nossa defesa do meio ambiente, atacado frontalmente e de todas as formas possíveis pelo Governo Bolsonaro e seus aliados.

Nesse contexto ocorreram várias manifestações pelo país, dentre elas; o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI), ocorrido em julho de 2020, e que enviou uma nota de repúdio ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, e ao então Ministro da Educação, Milton Ribeiro, contestando o Decreto de 09 de julho de 2020, que nomeou novos membros para o Conselho Nacional de Educação (CNE), excluindo o representante indígena na Câmara de Educação Básica, espaço ocupado por representantes indígenas há mais de 20 anos.

No estado do Mato Grosso, os povos indígenas demandaram à Defensoria Pública da União uma ação judicial contra o Edital PASS 010\2021 - GS\SEDUC\MT, que exigia, para a contratação de professores indígenas, docentes com ensino superior completo ou com magistério intercultural.

No estado do Maranhão, em fevereiro de 2022, os povos indígenas de terras não demarcadas e os que ocupam espaço urbano, enviaram uma nota de repúdio ao governo estadual, por terem sido excluídos do Sistema Estadual de Proteção dos Povos Indígenas, previsto no Estatuto Estadual dos Povos Indígenas no Maranhão.

Nos anos de 2019 e 2021, estudantes indígenas de graduação ocuparam a capital federal para cobrar o cumprimento do programa Bolsa Permanência para estudantes de graduação em Instituições Federais de Ensino. Poderíamos agregar muitos outros exemplos de mobilizações e manifestações indígenas, em diferentes âmbitos, na defesa dos direitos garantidos em relação à Educação. De todo modo, esses exemplos revelam como o tema vem sendo tratado pelo Ministério da Educação, em estados e municípios, no atendimento à educação escolar indígena.

Desde 2016, os programas e iniciativas do MEC não avançaram na garantia da aplicação do direito à educação específica e diferenciada. Com a eleição do atual presidente, houve como já dito, a extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) como órgão executor de diversos programas, como Territórios Étnico Educacionais, Saberes Indígenas na Escola e todas as demais iniciativas de efetivação de uma política comprometida com os direitos indígenas.

Extinguiram também a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena, órgão colegiado e consultivo sobre o tema. Nesse período, foi realizada apenas a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em março de 2018, porque ela já estava em processo, porém suas deliberações não foram colocadas em prática.

Não são poucos os retrocessos na ação estatal em relação ao tema educação. Instâncias e espaços de participação social, mesmo aqueles determinados pela legislação internacional, como a consulta prévia, foram descumpridos. A máxima do governo “nenhum centímetro a mais de terra demarcada” se efetivou também na educação escolar, com significativas restrições orçamentárias e investidas para tornar a escola, novamente, em espaço de integração indígena a um modelo de sociedade e desenvolvimento individualista, concorrencial e predatório.

Os reflexos foram logo sentidos pelas comunidades. Estados e municípios, como numa onda avassaladora de desrespeito e imposição de normativas, se fizeram presentes, de modo semelhante ao que ocorria nas décadas de 1960 e 1970.

Algumas escolas indígenas vêm operando ao arrepio da lei, impondo aos indígenas a obrigação de formação técnica para o mercado, abandonando a perspectiva da educação libertadora.

O ódio que o atual governo vocifera contra a ciência pode ser sentido nas escolas indígenas. É a nova e velha onda de formar mão de obra para o mercado, nada de conhecimentos tradicionais nas escolas. Os resultados negativos se avolumam e podem ser sentidos em todos os níveis educacionais.

Apesar do cenário adverso, os povos indígenas estão reagindo, através de documentos e manifestos e, também, através do fortalecimento de espaços próprios, como o mencionado Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI). O Fórum é uma atividade permanente e tem como objetivo participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional de educação para os povos indígenas. As organizações de base também se mobilizam em torno EEI, como é o caso das assembleias e encontros da COCCALITIA que vem ocorrendo sistematicamente, onde a pauta Educação é colocada como um dos temas centrais nas discussões aliado à garantia e proteção do território.

Trago aqui a questão da garantia e proteção territorial, porque sabemos que a Educação Indígena e a Educação Escolar Indígena acontecem no espaço de vida de cada comunidade e se inscrevem sobre um território. O antropólogo Viveiro de Castro (2017, p. 4) explica que existe uma experiência compartilhada dos indígenas sobre o território: “ser

indígena é ter como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou que se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela urbana”. Dessa forma, as terras não são vistas como propriedades, sob nossa perspectiva, somos nós que pertencemos a terra, com a qual mantemos uma relação social e cultural. E não é qualquer terra que nos referimos e que nos interessa, mas aquelas em que estabelecemos o sentido de pertença e de complementaridade.

Dessa forma, esse esforço conjunto de cada liderança, de cada pessoa em sua própria comunidade, de cada organização e instituições parceiras e aliadas, compõem uma luta intensa que também é pautada na questão territorial. Como disse Edilena Krikati durante o Acampamento Terra Livre em Brasília em abril de 2022, “não é possível tratar da educação escolar indígena sem também discutir a nossa vida na terra, o nosso ambiente, o território.”²⁴

Depois de décadas após a colonização, extermínio e escravidão no Brasil, os povos indígenas ainda têm que lutar pelos seus direitos, pela garantia de sua própria liberdade. Neste sentido, a educação para e pela liberdade ganha um significado de resistir, de reafirmar e de lutar pelos direitos já conquistados e por direitos futuros frente à sociedade nacional.

Como dito no tópico anterior, durante as décadas de 1970 e 1980 do século passado, foi travada uma verdadeira luta pelo reconhecimento e demarcação dos territórios Tentehar-Guajajara no estado. Aí se configurando o nosso atual território, denominado Terra Indígena Arariboia, que abrange os municípios de Amarante do Maranhão, Arame, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu e Grajaú, situados na porção amazônica do Maranhão.

Dentre as nossas principais atividades de subsistência, pode-se destacar a lavoura, sendo comum o plantio de mandioca, macaxeira, milho, arroz, abóbora, melancia, feijão, fava, inhame, cará, gergelim, amendoim. Todas as culturas manejadas através da roça no toco, onde na estação mais seca do ano faz-se a broca, derrubada, queimada, coivara e limpeza do terreno e no período de início das chuvas realizam-se o plantio e as capinas. Daí destaca-se o cultivo da mandioca como principal cultura, pois, é da mesma que se fabrica a farinha para autoconsumo familiar.

²⁴ Registro pessoal.

Figura 16: Roça de consorciada de mandioca e arroz e o preparo da farinha



Fonte: O autor.

A pesca é mais realizada nas aldeias ribeirinhas, tendo os riachos *zutiwa* e *buriticupu* como os principais córregos pesqueiros, além de servirem como lugar de lazer e banho para as comunidades.

Figura 17: Lago Branco – TI Arariboia



Fonte: O autor.

Outra atividade tradicional é a caça, praticada tanto pelos adultos, como pelos jovens indígenas. No entanto, tal prática tem diminuído em virtude da concorrência com os karaiw que vivem no entorno de nosso território como, especialmente, pela invasão madeireira na região. A caça está ligada essencialmente ao consumo de proteína, como também ao universo simbólico e ritual do povo através da festa do moqueado ou menina moça como é popularmente conhecida.

A coleta de frutos nativos como a bacaba e a juçara também são frequentes e o artesanato, praticado especialmente pelas mulheres, mas também com a presença dos homens, dada a importância econômica conseguida ultimamente. A confecção de brincos, colares, pulseiras, bolsas, redes e outros adornos são atividades cotidianas nas comunidades.

Figura 18: Pulseiras de tiririca e rede de algodão na aldeia Juçaral



Fonte: O autor.

Nas décadas de 1960, 1970 e 1980, aconteceu uma façanha extremamente impactante ao nosso povo em relação à territorialidade. Referimo-nos aqui ao processo de implantação do “Projeto Grande Carajás”. Mega empreendimento econômico, que causou transtornos e danos irreparáveis. A pretexto de compensação aos impactos provocados pelo referido projeto, as comunidades foram bruscamente envolvidas em um novo padrão de valores, materiais e simbólicos, totalmente estranhos ao seu universo sociocultural e

ambiental. Dinheiro, máquinas agrícolas, carros, agentes e poderes institucionais foram impostos aos indígenas e às suas comunidades.

Outra onda impactante social e ambientalmente abateu-se sobre esta mesma territorialidade no início da década de 1990, prolongando-se, sobretudo suas consequências nefastas, até o presente momento. Trata-se da abertura da Terra Indígena Arariboia a uma desregulada exploração madeireira e o que na prática aconteceu, visto a olho nu, foi um verdadeiro saque aos recursos naturais da Terra Indígena Arariboia. Caminhões madeireiros rodavam 24 horas ininterruptas, deixando um rastro de destruição.

Figura 19: Caminhão madeireiro e combate ao fogo na TI Arariboia



Fonte: O autor.

Hoje, podemos destacar vários problemas que nos assolam e ao povo Awá que habita na TI Arariboia: o desmatamento ilegal, os incêndios florestais, e a influência de *não índios* para a prática e acobertamento a estes ilícitos. Inegavelmente, em que pese costumes comuns aos povos indígenas do uso de alucinógenos naturais, há uma estrapolação para o campo do vício em uso de drogas ilícitas e lícitas (alcoolismo), também a migração para cidade, insegurança alimentar e nutricional, renúncia à lavoura nas áreas degradadas, margens dos rios e riachos poluídos, bem como a pecuarização de suas margens e das nascentes.

Cessadas as maiores tempestades provocadas por essas forças externas, mesmo já tendo decorrido algumas décadas, ainda se mantém os seus profundos impactos e há muito por reconstruir. Carros e máquinas tornaram-se sucatas, madeiras e caças foram exauridas.

Felizmente, mais uma vez nosso povo demonstra sua maior riqueza, a capacidade de resistência e regeneração. As experiências catastróficas motivadas por interesses e projetos

externos deixaram um legado de destruição material e imaterial, a presença e interferência de novas simbologias sobre o comportamento dos “parentes” indígenas e sobre os seus ritos hoje é um risco na fragilização da cultura, mas, forçadamente, elevou-nos a capacidade de discernimento, de compreender um pouco mais o mundo dos karaiw (não índio), e de melhor compreender-nos nesse processo de difícil, mas de interação evidente e necessária.

A nossa relação com a Terra sempre se tratou de uma relação indissociável. Os povos originários mantêm sua relação com o meio ambiente de uma maneira muito próxima, respeitosa, que entende e trabalha com os ciclos e o ritmo da natureza, sem a ideia de separação, intensamente colocada pelo modelo capitalista de vida e desenvolvimento, que traz a natureza como um recurso, como algo separado dos homens, como elemento a ser explorado. E através desta ideia de separação ocorre a negação das várias dimensões de formas de vida como nos lembra Krenak (2019) ao mencionar como é absurda a ideia dos humanos separados, descolados da terra, vivendo uma abstração civilizatória, que suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. E sobre esta relação de homem x natureza que os territórios indígenas assumem um importante papel em diálogo com a educação, para a reafirmação das comunidades a partir de suas múltiplas relações com a Terra, onde se é manifestado os conhecimentos ancestrais de cada povo, e promovendo a transmissão destes conhecimentos para as novas gerações.

Vale destacar a fala de uma liderança nossa, a Suluene, que coloca de maneira muito profunda a relação do nosso povo com o território, expresso pelas águas dos riachos e o diálogo deste com a educação na comunidade, com a seguinte passagem:

Os riachos buriticupu e zutiwa trazem para nós a esperança de fazermos um reflorestamento, revitalizar não só a dimensão física, mas a espiritual do nosso povo, fazendo com que nos enxerguemos dentro deles, dos riachos, revitalizando a nossas almas, nossos corpos, nossas vidas, nossos espíritos.

O território para os Tentehar-Guajajara, como para outros povos indígenas, faz parte de sua história, onde estão suas referências culturais, suas simbologias e enterrados seus mortos, bem como a biodiversidade, seus recursos naturais e população humana que nele vive.

Dessa forma, a natureza é concebida e até representada tendo em vista o mundo e o domínio do visível e do invisível. As sabedorias tradicionais do nosso povo, tem como fundamento as experiências de cada indivíduo sobre e com esse mundo, seus significados e

valores. E assim, muitos valores locais encontram raiz no universo mítico e nos nossos rituais, tornando, a percepção do mundo sagrada e secular.

Neste contexto, a ideia de separabilidade, de ruptura da educação com o território não ocorre, sendo o território uma das manifestações da educação, do direito de ser quem se é. Visto que os nossos conhecimentos têm na oralidade a base dialógica das aprendizagens significativas, pode contribuir e reforçar aspectos das relações socioambientais e valorização da cultura local, por trabalhar com conhecimentos diversos acerca do território, importante na representação da identidade territorial que nosso povo possui, constitui em referencial para processos pedagógicos nos espaços escolares e não-escolares, em uma perspectiva específica e intercultural. Além disto, pode subsidiar processos de elaboração e gestão comunitária da água e sustentabilidade territorial, visto que as crenças e os rituais são fundamentais para a base de acesso sustentável à natureza, seja sobre as águas, aos animais e às plantas.

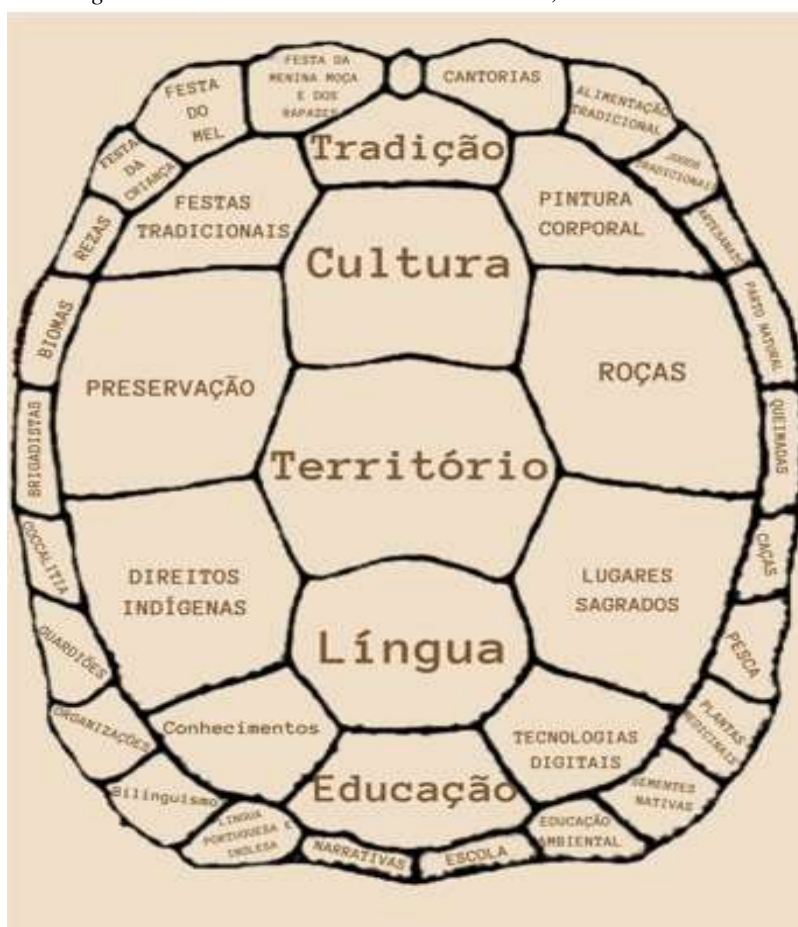
PPP vem reforçar a Educação Indígena por meio da escola, pois nasce da própria história do povo, de sua luta, de suas experiências. Dessa forma, proposta de construção curricular tem se dado de maneira processual, multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural no sentido que leva em consideração aspectos da intelectualidade tentehar-guajajara, através dos nossos cantores, pajés, caciques e professores associada com saberes advindos de outros povos e do “mundo lá fora”, a sociedade envolvente e o Estado e da expertise notória de profissionais e parceiros que trabalham com os povos indígenas, como é o caso do IFMA–NEABI e de docentes ligados ao PPGFOPRED–UFMA, viabilizando múltiplas parcerias com que se voluntariaram a nos ajudar a construir nosso sonho. Tem se configurado uma alternativa ao assédio de forças externas que querem em pleno século XXI reforçar ideias racistas que visam assimilar os povos indígenas ao mundo ocidentalizado, desintegrando por completo nossa identidade, nossas tradições, enfim nosso modo de vida.

A matriz é organizada, como descrita anteriormente, em quatro grandes áreas ou pilares centrais que servem como eixo geradores que funcionam como ponto de partida para discutir os assuntos de interesse da comunidade, sempre visando ao aprimoramento do modo de vida Tentehar-Guajajara. Portanto, não são estanques; ao contrário, são dinâmicos e frequentemente dialogam entre si e com os conhecimentos da ciência ocidental ou ocidentalizada, ditos universais, transpostos em forma de componentes curriculares.

Cada pilar ou eixo contém em si uma gama de possibilidades, a divisão é meramente didática, pois todos os pilares - eixos dialogam com os outros campos. Portanto, é possível tratar da saúde tentehar através das narrativas históricas ou tratar de educação de jovens nos

rituais de iniciação ou defesa do meio ambiente através do estudo de plantas nativas, entre outras composições possíveis. Nossa perspectiva é servir como pontos de compartilhamento dos conhecimentos ancestrais e tradicionais, recebendo e devolvendo-os ao povo de forma a contribuir com o fortalecimento da autoestima, com uso da língua materna, com a tradição oral, com práticas tradicionais de cultivo, dentre outros.

Figura 20: Mandala Jabuti - Pilares centrais, eixos e temáticas



Fonte: Elaborado pelo NEABI – IFMA Porto Franco.

- **Pilar central – Tradição:**

Temáticas: educação tradicional, festas, rituais, narrativas míticas, arte material e imaterial, biografia de lideranças.

- **Pilar central – Cultura:**

Temática: saúde da mulher indígena, saúde da criança, saúde do idoso, práticas terapêuticas tradicionais, política de Saúde Indigenista, jogos e brincadeiras tradicionais.

- **Pilar central - Território:**

Temáticas: preservação ambiental, roças tradicionais, reflorestamento, riachos, guardiões, brigadistas, biomas, organizações, técnicas de caçadas e pescarias, plantas medicinais, sementes nativas, Constituição brasileira, contexto político.

Pilar central – Língua:

Temática: bilinguismo tentehar-guajajra, tecnologias digitais, legislação indigenista, direito dos povos indígenas.

Por meio dos exemplos elucidados, pode-se afirmar que os conteúdos sobre os conhecimentos da comunidade são integradores e não integrados aos conteúdos “específicos”.

A Professora Cíntia traz em sua fala, a observação desta dialogicidade:

Então, o específico pra mim aqui é o português, matemática, química, física... porque o conteúdo pra eles, diferente, é o meu, e não o contrário. Então, eu procuro assim: até do sexto ao nono, na verdade, do primeiro ano do ensino fundamental, anos iniciais, até o nono ano do ensino fundamental, anos finais, eles têm matemática e etnomatemática. Eu acho que enquadra melhor, pra eles, seria apenas etnomatemática. Mas o governo... A exigência, o estar com o pé lá fora, outro pé aqui...

A proposta apresentada é fruto de um esforço inicial de planejamento para a realização de um sonho, é um passo importante no processo de resistência contra forças que nos oprimem a séculos. Sendo a primeira versão, onde nós próprios construímos com apoio dos parceiros, é possível que haja várias lacunas a serem sanadas e atualizadas futuramente. Ressalta-se, no entanto, a importância desse documento para o nosso povo, pois trata-se de uma proposição autêntica que valoriza nossas experiências de vida, que é baseada no nosso modo de vida, em nossos saberes como fonte de eficiente de ser e estar no mundo, mas também como fonte geradora de novos conhecimentos que podem ajudar a humanidade inteira.

Concluimos esse capítulo com uma metáfora, esse projeto é mais que uma semente lançada na terra, é um viveiro de mudas carinhosamente transplantadas de outras árvores recheadas de frutos e sementes, nossa missão é continuar cultivando para que esse viveiro

prosperem e que nunca deixem de gerar frutos, de gerar sementes, de gerar novas árvores. Devemos isso à memória de nossos antepassados e ao futuro de nossos descendentes. Para reforçar essa memória, é mister a narrativa sobre o jabuti d'água contado por Fred Guajajara a partir de sua escuta ao cacique e ao seu primo Raimundinho:

Uma vez um homem tinha uma menina, uma filha muito bonita, né! E o pai gostaria que ela casasse com um homem trabalhador. O jabuti tão esperto, se apresentou como caçador e todos os dias trazia caititu para a casa desse homem, né! Sempre quando ia para a mata, o jabuti trazia carne de caititu para ele. O jabuti era tão esperto que prendia os caititus dentro de um buraco. O pai da moça disse que era para a filha casar com o jabuti, que esse homem era bom caçador, que não faltaria comida para ela, e ela aceitou, e assim o jabuti casou com essa moça bonita. Mas, com pouco tempo acabou os caititus do buraco. E o jabuti ia na mata e não trazia mais nada, aí uma vez, pra ele não voltar de graça, sem nada, ele tirou a carne da perna dele mesmo, é tanto que o jabuti não tem carne na “batata” da perna. Um dia o jabuti foi pra festa do mel, e todas as pessoas que vão para a festa, para beber mel tem que cantar. E o jabuti cantou dizendo que tava dando carne da perna dele para os cunhados, e assim descobriram a jogada do jabuti. Os cunhados ficaram raivosos, mas combinaram não fazer nada com o jabuti no momento, vamos esperar a festa do mel, quando acabar, nós vamos matar ele, falaram assim. Terminando a festa, foram atrás dele para matar, e quando chegaram onde eles disseram que iriam matá-lo, e o jabuti disse que só morreria, alguém só o mataria se fosse perto de algum riacho, e assim combinaram, de matar o jabuti na beira do riacho, e assim foram com ele, todos armados com arco e flecha e quando chegou perto do riacho, o jabuti entrou na água e escapou, mesmo o povo jogando flecha, não o acertaram.

É tão tal que o jabuti sempre foi esperto na história, sempre foi criador de estratégias e de inteligência, ele tinha muita inteligência para enganar quaisquer animais, então o jabuti tem essa história muito importante dentro do povo Tentehar, salienta Fred Guajajara, numa fala cedida via áudio no dia...

Almeida (2019) destaca a sagacidade do povo tentehar-guajajara em suas relações com os não-indígenas. Segundo Almeida (2019), a construção da sagacidade tentehar resulta das relações históricas que esse povo tem com vários atores sociais, desde a individualidade de seus sujeitos no cotidiano da aldeia, até a complexidade das redes de relações que se formam em níveis mais amplos como, por exemplo, o movimento indígena organizado.

Para Almeida (2019, p. 64):

Nesse universo, é preciso ser *sagaz*, o que pode significar várias coisas, por exemplo, *inteligente, esperto, perspicaz, astuto*. Há na língua tentehar uma série de expressões que podem definir o que estamos chamando de *sagacidade*. Duas, porém, parecem-me mais adequadas para este trabalho. A primeira é o termo *irairakatu*, que quer dizer “*bom de fazer coisas*”, “*talentoso*”, “*disposto*”, “*habilidoso*”. O segundo é a expressão *ukwaw katu*, que os Tentehar traduzem como “*aquele que sabe; que é sabido ou sábio*” ou ainda “*aquele que acumulou conhecimento*”.

Dentro deste contexto, os apontamentos sobre a construção do PPP do CEEI Geanni Sartori e a educação do nosso povo, os Tentehar-Guajajara nos trazem a reflexão sobre a educação e sobre a escola do nosso povo, que se fundamenta na luta pelos direitos, uma educação política, uma educação para a liberdade de sermos quem somos, que traz para a contemporaneidade os ensinamentos dos nossos ancestrais. Reforçando um novo sentido para o ato de se educar, pautado no respeito, na autonomia e reconhecimento das diferenças e de uma relação mais próxima com o meio ambiente que nos cerca.

4.2 Produto da pesquisa

O produto elaborado a partir deste estudo se apresenta como um documento norteador do processo educativo, pautado no protagonismo Tentehar-Guajajara por meio da participação comunitária e será apresentado ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena, denominado Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, que permitiu trazer aspectos da pesquisa e oportunizar uma interface com a realidade comunitária, tendo, dessa forma, valor social diante dos desafios identificados.

4.2.1 O processo: movimento indígena, autonomia e aliados

Para criação do produto, foram realizados encontros de planejamento, nivelamento, discussões e reflexões. A seguir, descrevemos cada um desses encontros com a comunidade escolar. O primeiro encontro aconteceu em 08 de julho de 2021, com a participação da indígena Sônia Bone Guajajara, representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), além de lideranças locais por meio da COCCALITIA. Também participaram professores, gestores, estudantes, pais e mães. Nesse momento, fez-se uma memória do

processo de construção do PGTA, evidenciando-se os eixos estratégicos de atuação da COCCALITIA, ressaltando-se a importância da EEI para formação de lideranças na luta pelos direitos sociais e a garantia territorial. Optou-se pela parceria com o IFMA e a UFMA, além do acompanhamento do Estado, na atualização e revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori, dando ênfase nesse processo ao fortalecimento da língua tentehar e do caráter educativo do Movimento Indígena, propondo-se a inclusão no calendário escolar da agenda do Movimento, como o Acampamento Terra Livre (ATL), Marcha das Mulheres Indígenas, entre outros.

Figura 21: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori



Arquivo: NEABI-IFMA, 2021.

No segundo encontro, realizado no dia 28 de julho, já com a participação das instituições parceiras; IFMA, por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, e da UFMA, através do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas, foi necessário explicitar a importância do PPP para o cotidiano escolar, para que esse documento não fosse entendido somente como mais uma burocracia.

Nesse momento, a professora Ana Cleide Pereira da Silva fez a analogia de que a construção do PPP é como a plantação de uma roça. Para uma roça, é necessário primeiramente conhecer o terreno, sua história, suas condições, tal qual se faz com o PPP, com o resgate do histórico da escola. Essa analogia serviu muito bem para expor o teor político e pedagógico do PPP. O objetivo de se plantar uma roça é ter alimento futuramente. Na hora do plantio, se escolhe o que se quer colher: milho, mandioca, feijão, por exemplo. No PPP, se expressa o que se quer colher com a educação escolar, ou seja, é importante para

organizar a escola a partir do projeto societário que, no caso, os Tentehar da aldeia Juçaral têm para si, expressando suas visões de mundo e de futuro desse e para esse povo.

Buscamos, nos dois primeiros encontros, trazer questões históricas do processo de escolarização no interior da Terra Indígena Arariboia e em particular na aldeia Juçaral, a exemplo da atuação das lideranças de então, na busca de parcerias para viabilizar a alfabetização de jovens e adultos e a saga de alguns Tentehar ao saírem para a cidade e morar nas casas alheias ou de parentes, ou terem que se deslocarem em certos períodos do ano para a conclusão dos estudos na Educação Básica e Superior. Segundo o indígena Ozeas Guajajara – Auxiliar de Enfermagem e Presidente da Cooperativa de Agricultores Indígenas da Aldeia Juçaral, “*Eu fui primeiro pra cidade de Amarante, lá morei na casa alheia e depois fui morar com tio Toinho em Imperatriz e de lá pra Minas Gerais, onde concluí o Ensino Fundamental e o curso Técnico Agrícola, na escola Caio Martins.*”

Nesse segundo encontro ocorreram diversas falas, muitas delas feitas na língua tentehar, que também expressaram os princípios propostos pela legislação à EEI, ao apontarem os problemas da escola ao priorizar a cultura da sociedade nacional no cotidiano escolar, em relação aos conteúdos ministrados em sala de aula percebidas por eles e a insuficiência do ensino para o prosseguimento dos estudos superiores fora da aldeia.

Figura 22: Encontros sobre o PPP no CEEI Geanni Sartori

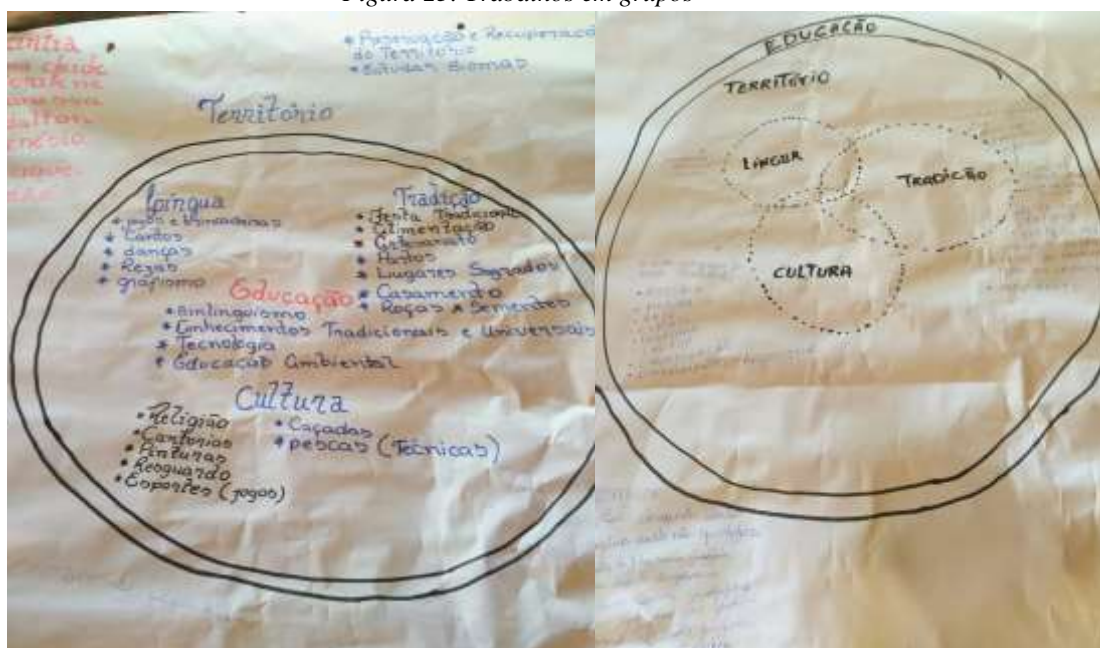


Arquivos NEABI-IFMA.

No terceiro encontro, realizado dia 21 de agosto de 2021, a proposta foi definir o perfil dos alunos e dos professores, a partir de trabalhos em três grupos: dois de professores (um de professores da escola e outro de professores em escolas de aldeias vizinhas) e um de mães e alunos da escola. Os grupos dos professores discutiram sobre os alunos que a escola possui e os alunos que desejam ter. Já o grupo de mães e alunos discutiram sobre os professores que a escola tem e refletiram sobre os professores que desejam ter. Após a discussão, as reflexões foram apresentadas.

O quarto e o quinto encontros, aconteceram respectivamente nos dias 4 de novembro e em 11 de dezembro de 2021, foi marcado pelas dinâmicas em grupos, quando discutimos as temáticas fundamentais para se organizar a Matriz Curricular. Os grupos apresentaram os resultados das discussões por meio de mandalas com os temas centrais e tópicos basilares para o currículo escolar, apresentados no tópico anterior.

Figura 23: Trabalhos em grupos



Arquivo: NEABI-IFMA,2021.

Vale destacar que durante os meses de setembro e outubro ocorrem as festas tradicionais no território Arariboia, como as festas tradicionais de passagem “Festa da Menina Moça” e “Festa dos Rapazes”, bem como a “Festa do Mel”, optando-se por não realizar encontros sobre o PPP nesse período. Dessa forma, houve uma visita das entidades parceiras à

aldeia Juçaral, nos dias 8 e 9 de outubro de 2021, com participação na realização da “Festa da Menina Moça”

A escuta dos Tentehar nesse processo tem sido fundamental para a compreensão de suas perspectivas educacionais e os rituais relacionados às festas tradicionais de passagem, pois representam um momento formativo no *éthos* cultural do nosso povo.

O sexto encontro foi realizado no dia 14 de janeiro do ano de 2022, onde ratificamos, por meio da Mandala Jabuti (Figura 20), os pilares centrais, eixos e temáticas que integram a EEI do nosso povo. Fizemos também uma breve discussão em torno do Novo Ensino Médio, seus fundamentos e concepções, estrutura e itinerários formativos e a partir disso, deliberamos por não incluir nesse processo de revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori, o nível do Ensino Médio, pois percebemos que precisaria de mais discussões por estarmos num processo de transição nesse nível da Educação Básica e não houve discussão suficiente, anteriormente, para tratar desse Novo Ensino Médio para as escolas indígenas no Maranhão. Acordamos, portanto, que seja, primeiramente, acompanhado pela mesma equipe técnica, essa implementação do Novo Ensino Médio na escola e posteriormente avaliado e incluído no PPP.

O sétimo e último encontro dessa etapa do processo de revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori, se dará no dia 22 de setembro de 2022, na aldeia Juçaral, onde, em seguida, acontecerá o II Encontro de Jovens Indígenas da Terra Arariboia e a Festa da Menina Moça ou Moqueado, entre os dias 23 a 26 de setembro. Será o momento de apresentação do documento para a comunidade escolar e lideranças indígenas antes do protocolo junto ao Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena. Destacaremos o caráter pedagógico e político do documento ao esclarecermos entre os participantes que o PPP nunca tem fim, nunca estará pronto e acabado, que deve ser flexível às mudanças que poderão ocorrer no documento ao longo do processo, irá necessitar alterações e adequações e que por se caracterizar por suas dimensões política e pedagógica, requer uma reflexão constante e permanente, buscando se aproximar e atender ao projeto societário do nosso povo.

Figura 24: Posters de divulgação do Encontro da Juventude e Festa do Moqueado



Fonte: Arquivo pessoal.

4.2.2 Estrutura: Concepções e práticas

Sabe-se que não existe uma estrutura padrão para construção e revisão do PPP de uma escola. Existem itens que são essenciais e devem aparecer no documento, mas a estrutura geral deve ser elaborada de acordo com o que faz sentido para a comunidade escolar envolvida.

Dessa forma, o produto apresentado, que é o próprio PPP do CEEI Geanni Sartori, é constituído no geral por tópicos que apontam as características da escola com ênfase nas metodologias, as metas e infraestrutura que a unidade de ensino oferece, o público atendido, as especificidades e diferenciações e as concepções do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Vasconcellos (2022), a estrutura básica de um PPP comporta três grandes elementos: O Marco Referencial, o Diagnóstico e a Programação. (que não precisa estar necessariamente com esse nome no documento).

Figura 25: Capa do PPP do CEEI Geanni Sartori



Arquivo: NEABI, 2022.

No Marco referencial foram apontadas questões sobre as finalidades, quais expectativas da comunidade sobre qual pessoa Tentehar se tem a intenção de formar; quais as concepções de educação escolar, de ensino e aprendizagem e de avaliação queremos desenvolver;

O diagnóstico se direciona para a realidade do CEEI Geanni Sartori e nessa etapa pontuamos as características da unidade de ensino referentes aos aspectos sociais, históricos, físicos e culturais; a organização do ambiente escolar, do conselho de gestão e do corpo de servidores.

No planejamento inserimos o calendário escolar, com destaque para a especificidade que precisa ser atendida pelo Estado, sobre os meses de setembro e outubro, onde ocorrem as festas tradicionais no território Arariboia e demais territórios do nosso povo no estado, bem como a Matriz Curricular com os ajustes a serem feitos e os projetos e eventos definidos.

Um ponto crucial nesse trabalho, como processo e como produto, é o alinhamento de todas as partes ou dimensões, pois as metas administrativas e as pedagógicas precisam estar na mesma linha ou direção da questão econômica\financeira da unidade de ensino. Nesse aspecto, optou-se nesse processo de revisão do PPP por um Conselho Gestor do CEEI Geanni

Sartori, com a participação de lideranças, organizações e instituições do nosso povo, buscando-se reflexões constantes sobre a aprendizagem e o caminho a seguir, com um olhar sobre onde a escola está e para onde queremos ir. Como está a estrutura física e o que precisa ser melhorado, em quanto tempo precisa ser melhorado e como essa ação será feita; quais recursos serão necessários.

Como podemos perceber, o documento posto como produto desse estudo, surgiu a partir de um movimento e momentos de mobilização, discussão e reflexão sobre Educação e Território iniciado ainda bem antes da proposição dessa pesquisa e se apresenta como referência para outras escolas indígenas no que tange a autonomia e o protagonismo do nosso povo.

5 CONCLUSÃO

Conforme apresentamos ao longo deste trabalho, nossas reflexões guiaram-se para compreender como o processo de revisão do PPP do CEEI Geanni Sartori, na aldeia Juçaral, Terra Indígena Arariboia contribui na articulação do diálogo intercultural crítico e na implementação das diretrizes da Educação Escolar Indígena entre o nosso povo, os Tentehar-Guajajara. Diante da complexidade da temática, não temos a intenção de esgotar as discussões, mas sim trazer considerações que advertem sobre a importância do seu aprofundamento, bem como lançar luz a novas questões de estudo e pesquisa e apontamentos para novas intervenções.

Como se pôde observar pela leitura da pesquisa, os termos identidade, protagonismo e resistência se tornaram presentes no decorrer dos capítulos, caracterizando-se como motivadores sociais e educacionais do processo de revisão do PPP. Por outro lado, mostrando o quanto ainda é necessário avançarmos nas discussões da nossa sociedade atual sobre a complexidade de relações étnicas que compõem e caracterizam tão fortemente o território brasileiro.

A Educação Escolar Indígena que foi o foco principal do estudo desta pesquisa ganhou tantos outros significados e desdobramentos nos fazendo refletir sobre a riqueza das maneiras de se educar nas perspectivas indígenas, que buscam constantemente pela sua própria liberdade. Esta liberdade que é o direito de se exercer uma cultura própria e não deveria, de forma alguma, ser negligenciada ou vista apenas como “diferente”, e sim como outra maneira de se entender e enriquecer o mundo. Esta liberdade que continuará resistindo perante a imposição hegemônica estabelecida pela cultura dominante da nossa sociedade.

A aldeia Juçaral protagonizou a revisão do que deve ser considerado essencial e singular na EEI, expresso no PPP, destacando-se a atuação de lideranças da COCCALITIA, pais e mães dos estudantes e docentes indígenas e não indígenas e contribuiu, sem dúvida, para a promoção do diálogo intercultural ao trazer à baila uma interpretação de como os processos identitários dos povos indígenas são plurais.

Apontando-se, também, como pontos relevantes surgidos dentro das perspectivas educacionais na direção da interculturalidade e da especificidade como diretrizes educacionais, a possibilidade da mudança do nome da Escola para Santarena Kapy, a participação dos sábios e sábias Tentehar-Guajajara nas escolas, a alfabetização na língua tentehar e a

ampliação do seu uso com a implementação de tecnologias digitais no fortalecimento da identidade e da memória do povo e da aldeia, além da integração das festas tradicionais e da agenda do movimento indígena ao calendário escolar, bem como o reconhecimento e a valorização da Educação Indígena do povo Tentehar- Guajajara. Ressaltando-se os seus elementos constituintes, por meio da tradição, da cultura, da língua e do território e a partir daí os pilares que fundamentam o currículo na sua dimensão integral e articulada a apropriação dos conhecimentos e códigos da sociedade envolvente por meio da ciência traduzida e transposta no currículo, indo além do imposto como escola convencional.

Assim, destacamos que a escola indígena, em uma perspectiva intercultural, faz parte das estratégias de autonomia política dos povos indígenas e deve trabalhar temas e projetos ligados a seus projetos de vida à proteção da Terra Indígena e dos recursos naturais e deve dialogar com outros saberes. Reforçando um novo sentido para o ato de se educar, pautado no respeito, na autonomia e reconhecimento das diferenças e de uma relação mais próxima com o meio ambiente que nos cerca e trazendo em sua resistência, pistas para refletirmos sobre nossa própria educação na sociedade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, que asseguram que os princípios da especificidade, do bilinguismo, do multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais, orientaram a revisão do PPP por meio da pesquisa-ação, ao se fazer de forma autônoma e coletiva, valorizando os saberes, a oralidade e a história do povo Tentehar-Guajajara da Terra Indígena Arariboia, em diálogo com os demais saberes produzidos por outras sociedades humanas, contemplando a gestão territorial e ambiental e a sustentabilidade das comunidades.

Dessa forma, podemos afirmar que o direito à educação escolar diferenciada será garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

Portanto, a educação escolarizada destinada aos Povos Indígenas terá os melhores efeitos se contar com a participação efetiva de tais Povos. Participação efetiva significa a garantia de poder falar, opinar, sugerir, propor. Significa ser escutado com atenção. Significa também a possibilidade de experimentar, de colocar em execução seus projetos, seus experimentos, frutos de suas falas, de suas vozes, de suas sugestões e experiências.

A história da educação escolar indígena nos remete a uma história de vivências e aprendizados quando voltamos ainda no período colonial quando os indígenas eram remetidos a serem apenas catequizados. Com isso, percebemos que a educação até os dias atuais vive de lutas, perdas, conquistas, regressos e vitórias, já que grandes foram as lutas por políticas públicas que atendessem as expectativas dos povos indígenas por uma educação específica, diferenciada e de qualidade. Sabemos que a luta continua, pois as escolas indígenas necessitam colocar na prática tudo que está presente e que é vigente na Constituição de 1988, LDB e no RCNEI.

Quanto à concepção pedagógica que norteou a educação escolar indígena o que compreendemos é que muitos enfoques a nortearam. E com isso, muitos desafios a serem vencidos, como preservar a identidade cultural e étnica desses povos, contemplando a valorização da diversidade linguística existente no país, estruturar o currículo de forma que o saber cultural e comunitário seja trabalhado na prática. Logo, para que isso seja almejado as organizações e órgãos responsáveis devem promover o diferente na educação escolar indígena.

Nossa pretensão com o PPP do CEEI Geanni Sartori revisado e atualizado é que seja um instrumento que dialogue com a realidade do povo Tentehar – Guajajara e que tenha relevante impacto no processo educativo, em que os professores, na sua prática pedagógica, e estudantes se apropriem do seu conteúdo durante sua trajetória escolar e que sirva como referência para que outras comunidades do nosso povo, assim como outros povos indígenas, produzam suas reflexões acerca da EEI, enquanto um direito e como uma ferramenta de luta política.

Concluimos que ao se aprofundar sobre as questões indígenas no país, podemos perceber como ainda detemos um olhar que estereotipa outras culturas, classificando-as como certas ou erradas, e que ganha força e sentido pela herança cultural europeia. Portanto, espera-se que através dessa dissertação, possamos olhar para outros mundos possíveis, numa perspectiva intercultural, refletindo sobre a riqueza, valorizando a diversidade que caracterizam nosso país pelos mais diversos povos presentes no nosso território.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Emerson Rubens Mesquita. **A política vai à festa: Sagacidade e estratégia tentehar nas relações interétnicas**. 230f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- ALMEIDA, Tereza Cristina Cruz. **Educação Indígena sob a tutela da legislação: o desafio da afirmação étnica e cultural**. In: VASCONCELOS, José Gerardo; SOARES, Emanuel Luis Roque; CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre (Orgs.). *Entre tantos: diversidade na pesquisa educacional*. Fortaleza: Editora UFC, 2006. p.262-270.
- ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Memória, mediação e campesinato. As representações de uma liderança sobre as lutas camponesas da Pré-Amazônia Maranhense**. Manaus: Edições UEA, 2010. 220p.
- ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- AZIBEIRO, N.E (2003). **Educação intercultural e complexidade: desafios emergentes a partir das relações em comunidades populares**. In: FLEURI, R.M. (org.) *Educação Intercultural: mediações necessárias*. Rio de Janeiro: DP&A, p. 85 - 107.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 232 p.
- BANIWA, Gersem dos Santos Luciano. **EEI no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019. 296 p.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.
- BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. *História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 55-75, 2010.
- BERNARDI, L. T. M. S; **O Protagonismo do professor indígena: falando de cultura, saberes e fazeres**. XIII Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24579_12068.pdf. Acesso em 02/02/2021.
- BERNARDI, Lucí Teresinha Marchiori dos Santos. **O Protagonismo do professor indígena: falando de cultura, saberes e fazeres**. 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24579_12068.pdf. Acesso em 02 fev. 2021.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena**. V Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Constituição Federal, 1988. Art. 231. **Capítulo VIII Dos Índios**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_231_.asp. Acesso em: 01 mar. 2021.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da Educação Brasileira. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 02 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Caderno SECAD 3, Brasília, DF, abr., 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educa%CC80o%20indigena.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEI na Educação Básica. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11074-rceb005-12-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a EEI na Educação Básica**. Brasília: CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Dia de discussão do projeto pedagógico - Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/dia_discussao_projeto_pedagogico_v_prof.pdf. Acesso em: 28 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais da Educação Escolar Indígena**. Brasília: CNE/CEB, 1999. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/leis2.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF: MEC, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CÂNCIO, Raimundo Nonato de Pádua. **Práticas de colonialidade/decolonialidade na aquisição e aprendizagem de línguas na Amazônia**. Palmas, TO. EDUFT, 2020.

CANDAU, V. M. **Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Currículo sem Fronteiras**, v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011.

CANDAU, V. M. **Multiculturalismo e direitos humanos**. Disponível em <https://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/veracandau/multiculturalismo.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

CASTRO, Viveiro de. **“Os involuntários da Pátria”. Elogio do subdesenvolvimento**. Edições Chão de Feira Caderno de Leituras, n 65, Meio de 2017. Disponível: <https://chaodafeira.com/catalogo/caderno65>

CELENTANO, Danielle *et al.* **Desmatamento, degradação e violência no " Mosaico Gurupi"- A região mais ameaçada da Amazônia**. Estudos Avançados, v. 32, n. 92, p. 315-339, 2018.

CIARAMELLO, Patrícia. Regina. **(Des)caminhos educacionais: da Educação Indígena comunitária à universidade**. Guarapuava: Unicentro, 2014.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. **Aprisionando sonhos: a EEI no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

DIAS, Patrícia. **Educação intercultural e colonialidade: uma análise do currículo da aldeia-escola Zarup Wej da terra indígena Zoró**. 2017. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2017.

FALCÃO, Francisco Charles Fernandes, 1974- **Projeto político-pedagógico Shanenawa: saberes, fazeres e práticas discursivas / Francisco Charles Fernandes Falcão; orientadora: Dr^a. Paula Tatiana da Silva Antunes**. Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade, Rio Branco, 2019.

FERREIRA, Marcelo. Há 34 anos, padre Josimo era assassinado por sua luta em defesa da terra. **Brasil de Fato**. Publicado em: 10 de mai. de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/10/ha-34-anos-padre-josimo-era-assassinado-por-sua-luta-em-defesa-da-terra>. Acesso em: 25 set. 2021.

FLEURI, R. M. **Intercultura e educação**. Revista Brasileira de Educação, vol. 23, p. 16-35, maio-jun.-jul-ago. Rio de Janeiro, 2003.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação intercultural. Mediações necessárias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

FRANCO, M. A. S. **Pedagogia da Pesquisa-Ação**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.3, p.483-502, 2005. Disponível em: SciELO - Scientific Electronic Library On-line. Acesso em: 12 set. de 2021.

FRANKLIN, Adalberto. **Monoel da Conceição: sobrevivente do Brasil**. Imperatriz - MA. Editora Ética. 348 p.

FREINET, Célestin. **Pedagogia do bom-senso**. Trad. J. Batista. 7^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FREIRE, J. R. B. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: **EEI em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: Ibase, p. 11- 31, 2004.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: FREIRE, José Ribamar Bessa. **EEI em Terra Brasilis - tempo de novo descobrimento**. Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 11- 31.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. (Org.). **Formação de professores indígenas: repensando a trajetória**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006. p. 39-68. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

GUIMARÃES, F. F.; FINARDI, K. B. **Interculturalidade, internacionalização e intercompreensão: qual a relação?** Espírito Santo, 2015.

HUIZINGA, J. **Homo Ludens: o Jogo como Elemento na Cultura**. São Paulo: Perspectiva, 1938.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf&ved=2ahUKEwjR3uyeiJjpAhVLHrkGHcn-B2EQFjAKegQIBBAB&usq=AOvVaw1AKmbexuxCKHjqA7-50T0z&cshid=1588521801378. Acesso em: 14 abr. 2020.

INA (INDIGENISTAS ASSOCIADOS). **Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro**. Brasília/DF: Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/07/Fundacao-anti-indigena_Inesc_INA.pdf. Acesso em: 20 jul. 2022.

INEP. **Estatísticas sobre EEI no Brasil**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2007. 213p. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/estatisticas_sobre_educacao_escolar_indigena_no_brasil.pdf

KRAHÔ, Renato Yahé. **Proposta do projeto político pedagógico da Escola Estadual Indígena 19 de Abril**. 2017. 110f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2017.

KRENAK, A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. Companhia das Letras. São Paulo, 2019.

LIMA, A. C. S.; CARVALHO, L. F. S. **Interculturalidade(S): Das Retóricas Às Práticas.** Uma Apresentação. IN: LIMA, A. C. S.; CARVALHO, L. F. S.; RIBEIRO, G. L. (Org.). Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contra Capa, 2018.

LOPES, Ana Maria D'ávila. Interculturalidade e Direitos fundamentais culturais. In: Direitos económicos, sociais, culturais e ambientais. PIOVESAN, Flavia. e GARCIA, Maria (org.). Coleção Doutrinas Essenciais: Direitos Humanos; Vol. III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LOPES, Sawana Araújo. **Relações Étnico-raciais nas políticas educacionais e nos projetos político pedagógicos: desafios/** Sawana Araújo Lopes. - Joao Pessoa, 2016. Dissertação de Mestrado UFPB/CE.

LOPEZ, L. E. **Interculturalidad, educación y política em América Latina: perspectivas desde el sur.** Pistas para una investigación comprometida y dialogal. IN: Interculturalidad, Educación y Ciudadanía. Perspectivas latinoamericanas. LÓPEZ, L. E. (Ed.). Bolívia: FUNPROEIB Andes, 2009.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. **Cenário contemporâneo da EEI no Brasil.** Brasília: Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/reIEEI-cebcnerev.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação.** Liber Livros – Brasília, 2012.

MARANHÃO (Estado). Conselho Estadual de Educação. **Resolução Estadual nº 358/2004 - CEE, de 28 de outubro de 2004.** Estabelece normas para o funcionamento das Escolas Indígenas no Sistema de Ensino do Estado do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Conselho Estadual de Educação, 2004. Disponível em: http://conselhodeeducacao.ma.gov.br/files/2019/10/RESO_LU%C3%87%C3%83O-2004-358.pdf. Acesso em: 28 jan. 2021.

MARANHÃO (Estado). Decreto n. 34.557, de 14 de novembro de 2018. **Institui o Plano Decenal Estadual de Políticas Públicas voltadas para os Povos Indígenas no Maranhão-PPPI e, dá outras providências.** Diário Oficial do Estado do Maranhão. São Luís: DOEMA, 2018.

MARTINS, Larissa dos Santos. **Os filhos de Maíra: territorialidade e alteridade entre os Tentehar “da Arariboia”.** 124 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2019.

McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico.** São Paulo: Cortez, 2000.

MELIÀ, B. **Educação Indígena e Alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979.

MELIÀ, B. **Educação Indígena na escola.** Cadernos Cedes, ano XIX, nº 49, dezembro, 1999.

NETO, Jaspe Valle. **Educação Escolar Indígena Mura: Por entre Práticas Docentes e o Projeto Político-Pedagógico**. Manaus: UFAM, 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal do Amazonas.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº. 169 de 7 de junho de 1989 - sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes**. 1989.

OLIVEIRA, A. P. de P. L. de. **Memórias indígena e negra na Zona da Mata Mineira**. São João Nepomuceno: Museu de Arqueologia e Etnologia Americana/ Universidade Federal de Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <http://www.ufjf.br/maea/files/2009/10/propostafinal.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

PINEDA, Fabiola Luna. **É hora de sacudir os velhos preconceitos e de construir a terra: sobre a educação intercultural**. In: CANDAU, Vera Maria (org.) *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 94 - 123.

QUARESMA, F. J.P.; FERREIRA, M. N. O. **Os povos indígenas e a educação**. Revista Práticas de Linguagem. V. 3, n. 2, jul./dez. 2013.

RADECK, Ereni. Interculturalidade e educação popular: uma reflexão com base em autores alemães e brasileiros. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, EDUCERE, 9. 2009, Curitiba. **Anais eletrônicos**. Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3077_1894.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

RAMOS, N. **Interculturalidade(s) e mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas**. he overarching issues of the European space. Porto: Editora da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SARTORELLO, S. **La Co-teorización Intercultural de un modelo educativo em Chiapas, México**. Equador: Abya Yala, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 2 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **As relações de interculturalidade entre conhecimento científico e conhecimento tradicional pataxó na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê**. Orientadora: Maria Inêz Oliveira Araújo. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

SILVA, Vanilda Alves da; REBOLO, Flavinês. **A educação intercultural e os desafios para a escola e para o professor**. Interações, Campo Grande, MS, v. 18, n. 1, p. 179-190, jan./mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/inter/v18n1/1518-7012-inter-18-01-0179.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2021.

- SILVA; S.R.; VASCONCELOS; E. A. Reflexões sobre a educação escolar indígena. *In: Diversidade e o campo da educação: (re) leituras e abordagens contemporâneas*. Organizadores: Antônio Carlos Sardinha, Adriana Tenório, Marcos Vinicius de Freitas Reis – Macapá: UNIFAP, 306p, 2016.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1985 *apud* GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural** (2001). Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13179&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 26 maio 2022.
- VALLE NETO, Jaspe. **EEI Mura: Por entre Práticas Docentes e o Projeto Político-Pedagógico**. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013.
- VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14ª ed. São Paulo: Papirus, 2002.
- ZAPAROLI, Witembergue Gomes; PINHO, Maria José de. **A (re)produção de conhecimentos na perspectiva da multi, inter e transdisciplinaridade, disciplinar e cultural**. Fórum Internacional de Pedagogia – FIPED. *In: Educação em/para os direitos humanos, diversidade, ética e cidadania*. 1ed. Imperatriz: ETHOS, 2016, v. 1, p. 2130-2141.

ANEXO 1

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE ENSINO INDÍGENA GIANNI
SARTORI**



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

PROPOSTA PEDAGÓGICA DO
CENTRO DE ENSINO INDÍGENA
GIANNI SARTORI

ALDEIA JUÇARAL - AMARANTE - MA
2008



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

GOVERNADOR

Dr Jackson Kleper Lago

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

Lourenço Vieira da Silva

SECRETÁRIA ADJUNTA DE ENSINO

Profª Regina Galeno

SUPERINTENDENTE DE MODALIDADE E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS

Floriza Gomide Sales Rosa

SUPERVISOR DA EDUCAÇÃO INDÍGENA

Iza do Socorro Pereira Quadros

COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

Jackeline Brito da Silva

Maria do Socorro Melo Machado

Raimunda de Moraes Mota



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 - Histórico do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori

2 - Organização Administrativa e Pedagógica

2.1 – Estrutura organizacional da escola

3 – Caracterização da Clientela

4 – Diagnóstico

4.1 – Perfil dos Alunos

4.2 – Perfil dos professores

5 – Missão da Escola

6 – Visão da Escola

7 – Abordagem Metodológica

8 – Finalidade da Educação Escolar na Sociedade Nacional e na Escola Indígena

9 – Plano Curricular

9.1- Ensino Fundamental Regular (1ª a 8ª série)

9.1.1 - Plano Curricular do Ensino Fundamental Regular (1ª a 8ª série)

9.2 - Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (1ª a 8ª série)

9.2.1 – Plano Curricular do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (1ª a 8ª série)

9.3 – Plano Curricular do Ensino Médio

10 – Atividades coletivas do corpo docente

10.1 – Formação Continuada

10.2 – Planejamento

11 – Avaliação

11.1 - O Processo Avaliativo

11.2 – Avaliação do Rendimento Escolar

12 – Acompanhamento e Avaliação da Proposta Pedagógica



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

APRESENTAÇÃO

A construção desta Proposta resultou de formações continuadas, acompanhamento pedagógico, observações, orientações e discussões para a sua efetivação junto a toda equipe escolar do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori. Para tanto, neste processo, houve uma tentativa de se garantir, na medida do possível, uma maior participação da coletividade, considerando a realidade sócio-cultural desse grupo étnico, suas necessidades, interesses, perspectivas e a forma como estes compreendem a organização escolar.

Para a elaboração da referida Proposta, foi imprescindível o empenho e o compromisso da Equipe Gestora (diretora e secretário) e da equipe de professores, com assessoramento técnico-pedagógico de uma equipe da Supervisão de Educação Indígena e Supervisão de Inspeção Escolar que coordenaram o grupo de sistematização. Inicialmente foram produzidas versões preliminares para serem analisadas e debatidas coletivamente, para só então alcançarmos a versão final.

A Proposta Pedagógica do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori, enquanto instrumento vivo tem como principal finalidade nortear o trabalho pedagógico, mostrando os caminhos que a escola deve seguir na busca de se tornar uma escola específica, diferenciada, bilíngüe e intercultural, que trabalhe na perspectiva da garantia da qualidade do ensino ministrado.

1 – HISTÓRICO DO CENTRO DE ENSINO GIANNI SARTORI.



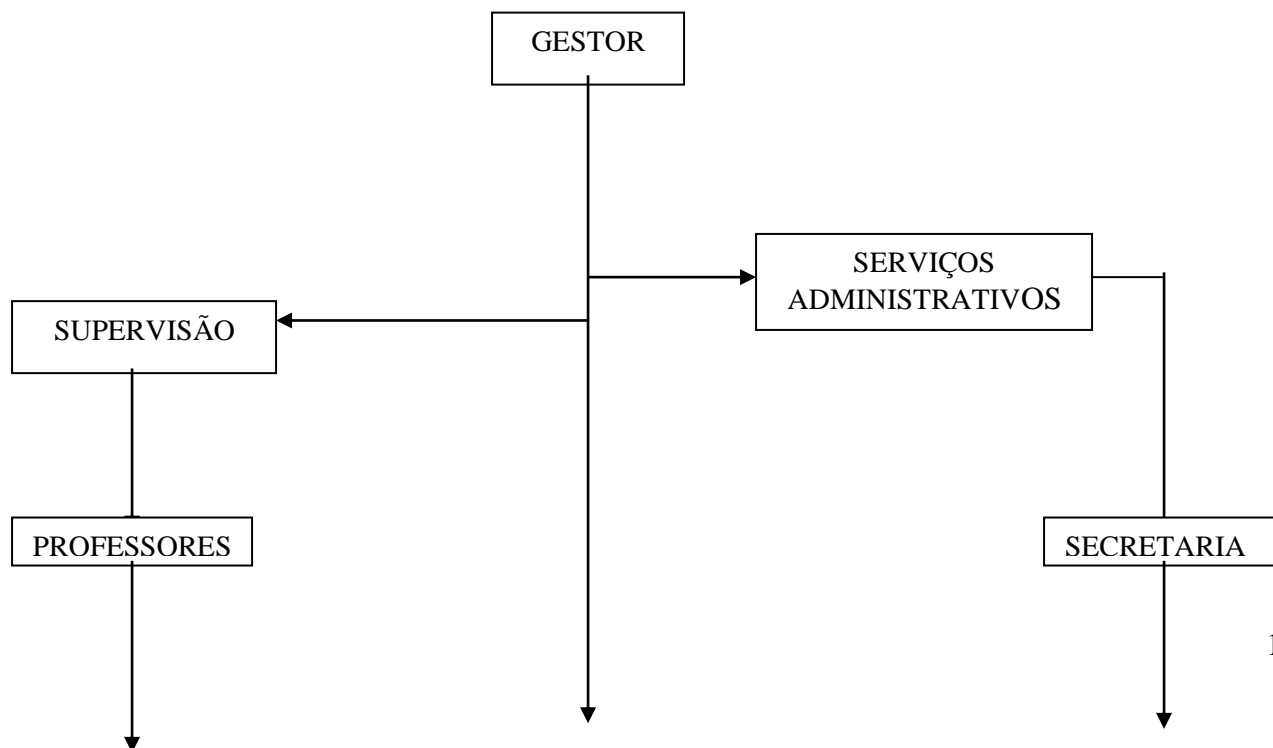
ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

O Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori está localizado na Aldeia Juçaral, e como a maioria das escolas indígenas do Maranhão, seu funcionamento começou atendendo crianças, jovens e adultos desde a Alfabetização até a 4ª série em turmas multietapa. Hoje, a escola tornou-se um centro de ensino, oferece o Ensino Fundamental Regular de 1ª a 8ª série, Ensino Fundamental na Modalidade Jovens e Adultos e Ensino Médio, onde atende a comunidade local e aldeias adjacentes.

A escola possui uma metodologia de trabalho voltada para o atendimento às necessidades específicas da comunidade a qual pertence, através de uma proposta de trabalho que respeita o ser como um todo, preparando-o para atuar de forma ativa e consciente no meio em que vive.

2. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGOGICA

2.1. Estrutura Organizacional da Escola





ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA



3. CARACTERIZAÇÃO DA CLIENTELA

Os alunos que estudam no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori são pertencentes à etnia Tentehar (Guajajara), a maioria destes mora na Aldeia Juçaral e os demais residem em aldeias adjacentes.

4. DIAGNÓSTICO

A principal finalidade do diagnóstico é o levantamento de conhecimentos prévios dos alunos, que possibilitará a tomada de consciência por parte dos docentes das reais dificuldades e necessidades para que se possa intervir de forma consciente, por meio da proposição de situações e atividades que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, permitirá um replanejamento das atividades tendo em vista a qualidade do ensino e da aprendizagem, e conseqüentemente a aquisição de novos conhecimentos.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

4.1. Perfil dos alunos

Os alunos do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori são tratados com respeito pelos profissionais da escola e buscam cotidianamente em suas atividades em sala de aula e fora desta, aprimoramento de seus conhecimentos com autodisciplina e responsabilidade, desenvolvendo-se ao mesmo tempo enquanto homem/mulher nos aspectos social, cultural, afetivo, emocional e psicomotor.

Neste Centro de Ensino, não se percebe problemas com indisciplina, vandalismo ou desrespeito aos profissionais que nela atuam.

Por meio de projetos e palestras, a escola tem investido em formações que dêem aos alunos condições para viver e interagir com produtividade na comunidade/sociedade em que estão inseridos.

4.2. Perfil dos professores

A equipe de professores que compõe o quadro docente do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori é formada por profissionais comprometidos com o desempenho de suas funções, tendo por meta oferecer um ensino de qualidade aos alunos com o anseio que os mesmos cresçam e desenvolvam-se como cidadãos críticos, responsáveis e atuantes, e que sejam capazes de interferir em suas realidades transformando-as.

Há um número significativo de professores desta escola que possuem ensino superior completo ou cursando, e há um grupo menor que possui ensino médio com formação em magistério indígena e/ ou convencional.

5. MISSÃO DA ESCOLA

O Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori tem por missão formar cidadãos livres, participativos e atuantes na comunidade, contribuindo para o bem estar da coletividade, por meio de uma postura democrática,



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

crítica e responsável, empenhados na manutenção e transmissão dos valores culturais e sociais de seu povo. Portanto, este Centro de Ensino Indígena visa contribuir para a reafirmação da identidade do povo Tentehar, ao mesmo tempo em que possibilita aos alunos se apropriarem dos conhecimentos da sociedade nacional.

6. VISÃO DA ESCOLA

Como forma de alcançar os objetivos almejados, o Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori se propõe a:

- ✓ Desenvolver uma educação de qualidade formando alunos leitores, escritores, ouvintes e falantes competentes na língua tentehar e na língua portuguesa;
- ✓ Estimular a pesquisa, a autonomia para aprender ao longo de toda vida;
- ✓ Desenvolver o raciocínio lógico;
- ✓ Inserir o aluno no mundo digital através do manuseio dos instrumentos de informática existentes na escola;
- ✓ Continuar os estudos por meio da implantação do Ensino Médio na própria comunidade.

7. ABORDAGEM METODOLÓGICA

È cada vez mais evidente que a preparação de cidadãos competentes para atuar de forma crítica e responsável na construção de uma sociedade mais justa, democrática e desenvolvida exige um perfil de qualificação em que o desenvolvimento das inteligências cognitivas, emocional e afetiva será decisivo na formação das crianças e jovens para a sua plena inserção social e no mundo do trabalho. É preciso, portanto, assegurar-lhes uma formação ética e solidária. É preciso ainda desenvolver sua capacidade de resolver problemas, selecionar e processar informações com autonomia e raciocínio crítico. É preciso dar-lhes condições de utilizar os conhecimentos adquiri-los para que tenham novas oportunidades num mundo cada vez mais complexo e competitivo. (apud Libâneo, 2004, p.245).



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

É difícil falar de uma abordagem metodológica específica quando se trata da educação escolar indígena, sobretudo porque esta se encontra em plena construção teórica e prática. Deve-se, entretanto ter claro que para a construção desta proposta precisou-se de um aporte ao qual a escola se vinculará, pelo menos, até a construção de uma nova proposta. Portanto, considerando que a educação escolar indígena deve garantir aos seus alunos um ensino específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural, e pensando, ainda, no trabalho que já vem sendo desenvolvido pelos professores do centro de Ensino Indígena Gianni Sartori, onde há a valorização dos educandos, respeito ao ritmo próprio de cada um, ao contexto sócio-cultural através de aulas-passeio, pesquisa de campo e projetos didáticos que estimulam um convívio pacífico, solidário e cooperativo, é que em caráter experimental a escola optou por trabalhar com a pedagogia naturalista de Celestin Freinet e com a Pedagogia de Projetos. Não é fortuita esta escolha, entende-se que esta metodologia é aproximada das práticas estabelecidas no cotidiano desta escola, nem tampouco se percebeu choques no que tange aos aspectos práticos de sua execução.

Estas opções se justificam por um lado, pelo fato de a Pedagogia de Freinet privilegiar a livre expressão, o trabalho com as mãos, a pesquisa experimental, o registro, a comunicação e a efetividade, e também, porque a Concepção de Freinet no que diz respeito ao “educar”, corrobora com entendimento vigente na escola de que este educar é trazer a vida da comunidade para dentro dela, suas manifestações morais e sociais, seus interesses, afeições e suas atividades manuais. Possibilitando, por exemplo, perceber o que há de próprio na prática dos professores que estando semelhante a este ou outro modelo teórico, é elemento importante para criação de novas metodologias. Por outro lado, a Pedagogia de Projetos permite a interdisciplinaridade, a integração dos conteúdos, o respeito ao ritmo de aprendizagem de cada aluno, torna os conteúdos significativos para o uso social, permite um desenvolvimento dos alunos de maneira mais global e favorece o compartilhamento dos objetivos, pois os alunos passam, a saber, aonde querem chegar, a finalidade da atividade, ou o produto final a ser construído, tendo uma visão do todo e não das partes.

8. FINALIDADE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA SOCIEDADE NACIONAL E NA ESCOLA INDÍGENA

A educação escolar, de acordo com as Diretrizes Nacionais tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 e com o Referencial Nacional Curricular para as Escolas Indígenas, a educação será desenvolvida através de programas integrados de ensino e



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

pesquisa que garantam aos alunos indígenas, um ensino específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural, proporcionando ao mesmo tempo o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas, contribuindo, sobretudo, para o resgate e fortalecimento das práticas sócio-culturais e da língua materna.

9. PLANO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Na organização curricular foram elencados alguns pressupostos que se constituem como princípios norteadores das intenções educativas do Centro de Educação Indígena Gianni Sartori que serão concretizadas através do currículo nos aspectos legais, psicológicos, sócio-econômico-culturais, afetivo, antropológicos e cognitivos.

Esta proposta tem a intenção de reafirmar o valor social da escola como instituição que tem por responsabilidade ajudar seus alunos a desenvolverem determinadas capacidades importantes para o convívio social. Desta maneira, a escola precisa definir suas intenções educativas para que possa ter clareza do rumo a ser tomado, tendo em vista a finalidade para a qual existe que é a formação integral do ser humano, através de:

9.1. Plano Curricular da Educação Infantil (Pré-Escolar)

Segundo a LDB em seu art. 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil oferecida no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori visa atender o seguinte nível e faixa etária:

- ✓ Pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade.

Objetivos:

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Identificar e enfrentar situações de conflito, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;
- Brincar;
- Adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência;
- Identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe.

9.1.2. Eixos para o desenvolvimento e aprimoramento dos Conhecimentos de Mundo:

✓ Movimento

Objetivos:

- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;
- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as possibilidades de seu corpo;
- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;
- Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento, etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;
- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos:

- Expressividade;
- Equilíbrio e coordenação.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Metodologia:

- Utilizar intencionalmente expressões de movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras;
- Apropriar-se progressivamente de estrutura rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos;
- Valorizar e ampliar as possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança;
- Participar em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento;
- Utilizar recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa;
- Manipular materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

✓ **Música**

Objetivos:

- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo;
- Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais;
- Incentivar o interesse pela musicalidade indígena, cantando e exercitando as cantorias tradicionais.

Conteúdos:

- O fazer musical;
- Apreciação musical;
- As fontes sonoras;
- O registro musical.

Metodologia:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Reconhecimento e utilização expressiva, em contextos musicais das diferentes características geradas pelo silêncio e pelos sons: altura (graves ou agudos), duração (curtos ou longos), intensidade (fracos ou fortes) e timbre (característica que distingue e “personaliza” cada som);
- Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical;
- Repertório de canções para desenvolver a memória musical;
- Escutar obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da produção musical brasileira e de outros povos e países;
- Reconhecimento de elementos musicais básicos: frases, partes, elementos que se repetem etc. (formas);
- Informações sobre as obras ouvidas e sobre seus compositores para iniciar seus conhecimentos sobre a produção musical
- Desenvolver recursos técnicos para a confecção de instrumentos musicais típicos da aldeia.

✓ **Artes Visuais**

Objetivos:

- Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura;
- Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.

Conteúdos:

- O fazer artístico;
- Apreciação em artes visuais.

Metodologia:

- Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pinceis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc.; de meios, como tintas, água, areia, terra, argila



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

etc.; e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.;

- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas;
- Criação de desenhos, pinturas, colagem, modelagens a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das Artes Visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura etc;
- Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para o fazer artístico;
- Valorização de suas próprias produções, das de outras criança e da produção de arte em geral;
- Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagem, ilustrações, cinema etc.;
- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos;
- Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

✓ **Linguagem Oral e Escrita**

Objetivos:

- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livro revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- Escolher os livros para ler e apreciar.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Conteúdos:

- Falar e escutar;
- Práticas de leitura;
- Práticas de escrita.

Metodologia:

- Uso de linguagem oral para conversar na Língua Portuguesa e Língua Indígena, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, idéias, preferências e sentimentos e relatar suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;
- Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa;
- Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas idéias e pontos de vista;
- Relatos de experiências vívidas e narração de fatos em seqüência temporal e causal;
- Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor;
- Conhecimento e reprodução de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas canções;
- Participação nas situações em que os adultos lêem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícia de jornal, informativos, parlendas trava-línguas etc;
- Participação em situações em que as crianças leiam, ainda que não o façam de maneira convencional;
- Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário;
- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas histórias em quadrinhos etc., previamente apresentados em grupo;
- Valorização de leitura como fonte de prazer e entretenimento;
- Propor situações em que as crianças estabeleçam uma relação entre o que é falado e o que está escrito (embora ainda não saibam ler convencionalmente);



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Propor situações em que as crianças precisam descobrir o sentido do texto apoiando-se nos mais diversos elementos, como nas figuras que o acompanham, em seus conhecimentos prévios sobre o assunto, no conhecimento que tem sobre algumas características próprias do gênero etc;
- Organizar momentos de leitura livre, possibilitando às crianças a escolha de suas leituras e o contato com os livros, de forma que possam manuseá-los, por exemplo, nos momentos de atividades diversificadas;
- Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita;
- Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário;
- Produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins;
- Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna;
- Respeito pela produção própria e alheia;
- Considerar o destinatário ausente e a necessidade da clareza do texto para que ele possa compreender a mensagem;
- Realizar várias versões do texto sobre o qual se trabalha, produzindo alterações que podem afetar tanto o conteúdo como a forma em que foi escrito.

✓ **Natureza e Sociedade**

Objetivos:

- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social, formulando perguntas, imaginando situações para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando idéias;
- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos;
- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Conteúdos:

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar;
- Os lugares e suas paisagens;
- Objetos e processos de transformação;
- Os seres vivos;
- Os fenômenos da natureza.

Metodologia:

- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outras;
- Conhecimento de modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado;
- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição;
- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural;
- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanhas etc.);
- Utilização, com a ajuda de adultos, de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo;
- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente;
- Participação em atividades que envolvam processos de confecção de objetos;
- Reconhecimento de algumas características de objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais;
- Conhecimento de algumas propriedades dos objetos: refletir, ampliar ou inverter as imagens, produzir, transmitir ou ampliar sons, propriedades ferromagnéticas etc.;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Cuidados no uso dos objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes, e à sua conservação;
- Estabelecimento de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais;
- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo;
- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial;
- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente;
- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas;
- Percepção dos cuidados com o corpo, à preservação de acidentes e à saúde de forma geral;
- Valorização de atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo;
- Estabelecimentos de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuvas, secas etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem;
- Participação em diferentes atividades envolvendo a observação e a pesquisa sobre a ação de luz, calor, som, força e movimento.

✓ **Matemática**

Objetivos:

- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano;
- Comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativos a quantidade, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;
- Comunicar idéias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativas a quantidades, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;
- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios.

Conteúdos:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Números e sistema de numeração;
- Contagem;
- Notação e escrita numéricas;
- Operações;
- Grandezas e medidas;
- Espaço e forma.

Metodologia:

- Utilização da contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade;
- Utilização de noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas;
- Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais;
- Identificação da posição de um objeto ou número numa série, explicitando a noção de sucessor e antecessor;
- Identificação de números nos diferentes contextos em que se encontram;
- Comparação de escritas numéricas, identificando algumas regularidades;
- Jogos de esconder ou de pegar, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto esperam os outros se posicionarem;
- Brincadeiras e cantigas que incluem diferentes formas de contagem;
- Exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas;
- Introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais;
- Marcação do tempo por meio de calendários
- Experiências com dinheiro em brincadeiras ou situações de interesses das crianças;
- Explicação e/ou representação da posição de pessoas e objetos, utilizando vocabulários pertinentes nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras, tipos de contornos, bidimensionalidade, tridimensionalidade, faces planas, lados retos etc;
- Representar por meio de desenhos objetos bidimensionais e tridimensionais;
- Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;
- Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência.

✓ **Avaliação da Educação Infantil**

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

9.2. Ensino Fundamental Regular (1ª a 8ª séries)

Objetivos

- Conscientizar-se da necessidade de exercer sua cidadania por meio da participação social e política em sua comunidade, conhecendo e exercendo seus direitos e deveres políticos, civis e sociais;
- Desenvolver o espírito de solidariedade, cooperação e o respeito pelo outro;
- Desenvolver a capacidade crítica e reflexiva;
- Construir progressivamente a noção de identidade nacional, ética e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- Perceber-se como parte integrante do meio ambiente e como co-responsável pela sua preservação.

9.2.1 – Plano Curricular do Ensino Fundamental Regular (1ª a 8ª séries)

✓ **Língua Indígena**

Objetivos:

- Possibilitar que os alunos indígenas usufruam dos direitos lingüísticos que lhes são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas lingüísticas e garantindo a manutenção da rica diversidade lingüística do país;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas da língua indígena falada;
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito.

Conteúdos:

- Leitura;
- Expressão Oral;
- Expressão Escrita;
- Conhecimentos lingüísticos

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações sócio-culturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Utilizar a transversalidade como forma de compreender a multiplicidade cultural, étnica, social, econômica, dentre outras, do seu contexto local e dos demais contextos;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Aventurar-se na leitura e na escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

✓ **Língua Portuguesa**

Objetivos:

- Compreender que o uso da linguagem verbal é meio de comunicação e de manifestação dos pensamentos e sentimentos das pessoas e dos povos;
- Reconhecer e valorizar a diversidade lingüística existente no país;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Usar a(s) língua(s) do seu repertório lingüístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos;
- Utilizar os diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística em instâncias públicas, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado;
- Expandir o uso da linguagem em instancias privadas e utilizadas com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- Utilizar a linguagem com instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc.;
- ser leitor e escritor competente na(s) língua(s) onde essas competências for(em) julgada(s) necessária(s) e relevante(s).

✓ **Conteúdos:**

- Leitura;
- Expressão Oral;
- Expressão Escrita;
- Conhecimentos lingüísticos

Metodologia:

- Oferecer textos escritos impressos de boa qualidade que possam servir de referência de escrita para os alunos;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Propor situações de produção de textos, em pequenos grupos, nas quais os alunos compartilhem as atividades, embora realizando diferentes tarefas: produzir propriamente, grafar e revisar;
- Organizar diferentes momentos e espaços de leitura: leitura oral feita pelo professor, leitura livre realizada pelo aluno, leitura em voz alta (individual ou em grupo), leitura silenciosa, etc.;
- Produzir textos a partir de outros conhecidos: um bilhete ou carta que o personagem de um conto teria escrito a outro, um trecho do diário de um personagem, uma mensagem de alerta sobre os perigos de uma dada situação, uma notícia informando a respeito do desfecho de uma trama, uma crônica sobre acontecimentos curiosos, etc.;
- Reescrever ou parafrasear bons textos já repertoriados mediante a leitura;
- Transformar um gênero em outro: escrever um conto de mistério a partir de uma notícia policial e vice versa: transformar uma entrevista e reportagem e vice versa, etc;
- Dar o começo de um texto para os alunos continuarem (ou o fim, para que escrevam o início e o meio);
- Planejar coletivamente o texto (o enredo da história, por exemplo) para que depois cada aluno escreva a sua versão (ou que o façam em pares ou trios);
- Planejar situações em que os alunos tenham que revisar e reescrever suas produções, com o objetivo de melhorar ou corrigir os possíveis erros;
- Propor atividades em que os alunos possam superar suas dificuldades ortográficas;
- Desenvolver o comportamento leitor através de atividades que estimulem o gosto pela leitura.

✓ **Matemática**

Objetivos:

- Saber identificar e utilizar os conhecimentos matemáticos com meio de compreender o mundo à sua volta;
- Saber fazer uso de conhecimentos matemáticos na tomada de decisões;
- Resolver situações-problema, por meio dos passos de reconhecimento do problema que tem de ser resolvido, enunciação desse problema, busca das soluções e avaliação dos resultados encontrados;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Saber transmitir idéias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em Língua Portuguesa e Indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas;
- Saber desenvolver a matemática que está presente em diversas áreas, como História, Geografia, Lingüística e Ciências, entre outras;
- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avalia-las criticamente;
- Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;
- Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;
- Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;
- Sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Conteúdos:

- Numero – uma nova leitura de mundo;
- Números naturais e Sistema de Numeração Decimal;
- Operação com Números naturais;
- Espaço e Forma;
- Grandezas e medidas;
- Geometria.

Metodologia:

- Reconhecimento de números no contexto diário;
- Utilização de diferentes estratégias para qualificar elementos de uma coleção: contagem, pareamento, estimativa, e correspondência de agrupamentos;
- Utilização de diferentes estratégias para identificar números em situações que envolvem contagens e medidas;
- Comparação e ordenação de coleção pela quantidade de elementos e ordenação de grandezas pelo aspecto da medida;
- Formulação de hipóteses sobre a grandeza numérica, pela identificação da quantidade de algarismo e da posição ocupada por eles na escrita numérica;
- Leitura, escrita, comparação e ordenação de números familiares ou freqüentes;
- Observação de critérios que definem uma classificação de números (maior que, menor que, estar entre) e de regras usadas em seriações (mais 1, mais 2, dobro, metade);
- Contagem em escalas ascendentes e descendentes de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez, etc., a partir de qualquer número dado;
- Identificação de regularidades na série numérica para nomear, ler e escrever números menos freqüentes;
- Utilização de calculadora para produzir e comparar escritas numéricas;
- Organização em agrupamentos para facilitar a contagem e a comparação entre grandes coleções;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Leitura, escrita, comparação e ordenação de notações numéricas pela compreensão das características do sistema de numeração decimal (base, valor posicional);
- Análise, interpretação, resolução e formulação de situações-problema, compreendendo alguns dos significados das operações, em especial da adição e da subtração;
- Reconhecimento de que diferentes situações-problema podem ser resolvidas por uma única operação e de que diferentes operações podem resolver um mesmo problema;
- Utilização de sinais convencionais (+, -, x, :, =) na escrita das operações;
- Construção dos fatos básicos das operações a partir de situações-problema, para constituição de um repertório a ser utilizado no cálculo;
- Organização dos fatos básicos das operações pela identificação de regularidades e propriedades;
- Utilização da decomposição das escritas numéricas para a realização do cálculo mental exato e aproximado;
- Cálculos de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais;
- Cálculo de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais;
- Utilização de estimativas para avaliar a adequação de um resultado e uso de calculadora para desenvolvimento de estratégias de verificação e controle de cálculo;
- Localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e algumas indicações de posição;
- Movimentação de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e algumas indicações de direção e sentido;
- Descrição da localização e movimentação de pessoas ou objetos no espaço, usando sua própria metodologia;
- Dimensionamento de espaços, percebendo relações de tamanho e forma;
- Interpretação e representação de posição e de movimentação no espaço a partir da análise de maquetes, esboços, croquis e itinerários;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Observação de formas geométricas presentes em elementos naturais e nos objetos criados pelo homem e de suas características: arredondadas;
- Comparação de grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida conhecidos – fita métrica, balança, recipientes de um litro, etc;
- Identificação de unidades de tempo – dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano;
- Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores;
- Leitura e interpretação de informações contidas em imagens;
- Criação de registros pessoais para comunicação das informações coletadas.

✓ **História**

Objetivos:

- Identificar algumas características do modo de vida do seu povo;
- Reconhecer alguns marcadores e medidas de tempo utilizado por sua comunidade e suas diferenças e semelhanças com os utilizados por outros povos;
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais;
- Refletir criticamente sobre algumas das relações – do presente e do passado – entre povos indígenas, Estado e sociedade no Brasil;
- Conhecer e saber utilizar alguns direitos territoriais e políticos, garantidos em lei aos povos indígenas no país;
- Dominar alguns instrumentos para se movimentar em universos de valores alheios com autonomia e atitudes críticas;
- Expor idéias, argumentar com clareza, respeitar diferentes pontos de vista e compartilhar idéias e conhecimentos.
- Reconhecer algumas fontes de informação para estudos históricos, saber extrair delas alguns dados significativos e identificar suas linguagens;
- Organizar alguns dos conhecimentos conquistados e representá-los por meio de algumas linguagens.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Conteúdos:

- A História e suas transformações
 - Todos têm história;
 - Processo de ocupação e construção do espaço social;
 - Relações sociais de produção;
 - Expressões de vida de um povo.
- As Sociedades antigas e medievais;
- Sociedades do mundo antigo;
- As versões indígenas da história;
- Modos de viver dos povos indígenas;
- A História de nosso povo;
- O direito a terra e à cidadania;
- A história dos outros povos;
- Transição dos tempos medievais:
 - A Europa entre o feudalismo e o capitalismo: séc. XIV/XV ao XVIII/ XIX;
 - As Américas e a formação do Antico Sistema Colonial;
- A era das revoluções:
 - O processo de formação dos Estados Unidos da América: a expansão territorial, A Guerra de Secessão e a Consolidação do Capitalismo;
 - O processo de formação dos Estados Nacionais e Liberais na América Latina: A Fragmentação e as disputas Internacionais;
 - Independência política do Brasil;
 - Maranhão: de Colônia a Província.
- O mundo em confronto
 - A 2ª Revolução Industrial e o Imperialismo na Ásia, na África e na América Latina;
 - Crise da sociedade liberal;
 - A América do século XX;
 - Brasil Republicano: República Velha; Do movimento de trinta ao populismo; da crise do populismo à ditadura militar;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Da revolução dos anos 60 às incertezas dos anos 80;
- Maranhão contemporâneo.

Metodologia:

- Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade;
- Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na localidade;
- Reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência;
- Identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e da comunidade indígena estudada;
- Estabelecer relações entre o presente e o passado;
- Identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções;
- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico;
- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade dos alunos e da cultura indígena.

✓ **Geografia**

Objetivos:

- Reconhecer e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico;
- Problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para ações sobre espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
- Organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica de sua etnia;
- Conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não-indígena;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Identificar, expressar, divulgar e valorizar a maneira de se apropriar da natureza de grupo étnico, desenvolvendo atitudes de auto-estima positiva nos planos social e individual;
- Reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade;
- Compreender as relações que os povos indígenas estabelecem entre si e com a natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do seu território;
- Conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica;
- Problematizar ações de marginalização, racismo e preconceito da sociedade “brasileira”, especialmente a do seu entorno, de modo a tornar o conhecimento um instrumento de luta e defesa do seu território e sua cidadania;
- Compreender o lugar do homem e de sua morada no universo;
- Ter como base para estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores, técnicos, vídeos etc.), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
- Ter autonomia intelectual, capacidade de saber analisar, de entender os espaços geográficos vividos e não vividos, de saber buscar informação, pesquisar, fazer perguntas, tirar conclusões.

Conteúdos:

- A Natureza e suas transformações
 - A percepção do espaço vivido;
 - Cada lugar uma paisagem;
 - Trabalho modifica a natureza;
 - A organização da sociedade e a atuação coletiva.
- A compreensão do mundo através da geografia
 - A cartografia aproximando os lugares;
 - O Brasil, suas múltiplas paisagens e a integração com outros centros administrativos;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- O trabalho e a tecnologia modificando e integrando diferentes espaços;
- A diversidade do espaço geográfico no mundo.

Metodologia:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- Reconhecer por meio da observação da paisagem local e de outras paisagens as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;
- Realizar leitura de mapas políticos, Atlas, mapas e globos terrestres;
- Produzir roteiros e mapas simples de sua escola, de sua aldeia, do seu município e outras localidades como forma de compreender as relações de distância e direção e o sistema de cores e legenda.

✓ **Ciências**

Objetivos:

- Ter uma atitude capaz de examinar evidências, tirar conclusões, reconhecendo implicações;
- Formular juízo crítico sobre a história atual vivenciada pela sociedade indígena;
- Ampliar sua compreensão crítica da realidade e a capacidade de atuação sobre ela;
- Ser capaz de observar, comparar, experimentar, interpretar e discutir fenômenos que ocorrem à sua volta;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos de seu povo sobre o tema estudado;
- Compreender os conceitos formulados pela ciência a respeito do tema;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Identificar as criações técnicas presentes nas máquinas, ferramentas e utensílios desenvolvidos e empregados pela sua comunidade;
- Saber descrever e explicar o funcionamento das criações técnicas indígenas;
- Empregar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade de vida em sua comunidade;
- Utilizar os conhecimentos obtidos para apoiar a autonomia econômica, social e política de seu povo;
- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para construção coletiva de conhecimento;
- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser desenvolvido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

Conteúdos:

- Os seres vivos no ambiente
- Saúde – Qualidade de vida
- Ciência e tecnologia
- O universo



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Metodologia:

- Observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes;
- Estabelecer relações entre características e comportamentos dos seres vivos e condições do ambiente em que vivem, valorizando a diversidade da vida;
- Observar e identificar algumas características do corpo humano e alguns comportamentos nas diferentes fases da vida, no homem e na mulher aproximando-se à noção de ciclo vital do seres humanos e respeitando as diferenças individuais;
- Reconhecer processos e etapas de transformação de materiais em objetos;
- Realizar experimentos simples sobre materiais e objetos do ambiente para investigar a características e propriedades dos materiais e de algumas formas de energia;
- Utilizar características e propriedades de materiais, objetos, seres vivos para elaborar classificações;
- Formular perguntas e suposições sobre o assunto em estudo;
- Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sobre orientação do professor;
- Comunicar de modo oral, escrito e por meio de desenhos, perguntas, suposições, dados e conclusões, respeitando as diferentes opiniões e utilizando as informações obtidas para justificar suas idéias;
- Valorizar atitudes e comportamentos favoráveis à saúde, em relação à alimentação e à higiene pessoal, desenvolvendo a responsabilidade do cuidado com o próprio corpo e com os espaços que habita.

✓ **Arte**

Objetivos:

- Conhecer e valorizar as expressões artísticas da sua cultura, compreendendo como um dos aspectos formadores da identidade étnica;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Compreender o sentido da arte como algo que propicia o desenvolvimento da imaginação, da percepção, do fazer, e que permite ampliar a dimensão da realidade cotidiana, passando a ter uma participação mais ativa nos processos culturais, em especial os criativos, necessários à construção de outros conhecimentos;
- Desenvolver habilidades e capacidades individuais em relação às diferentes modalidades artísticas, tais como música, artes visuais, teatros e outras;
- Conhecer as tantas formas de artes existentes entre outros povos, compreendendo por intermédio delas a questão da diversidade racial;
- Compreender a importância da produção artística no contexto de sua sociedade no contexto universal da arte.

Conteúdos:

- Artes visuais na vida do homem e sua importância;
- Leitura das imagens do cotidiano: cultura local, convívio diário, natureza, e imagens artísticas;
- Manifestações populares e religiosas do Maranhão;
- Manifestações culturais e religiosas dos povos indígenas no Maranhão e no Brasil;
- Releitura de danças populares;
- Identificação e interpretação de estilos musicais, em diferentes épocas, povos e culturas;
- Aspectos elementares da história do teatro;
- Artes visuais na vida do homem e sua importância;
- Tipos de comunicação visual: propagandas, televisão, jornais, etc.;
- Pintura: temas, estilos, técnicas e pintores;
- História em quadrinhos;
- A dança e a sua importância para o homem através da história, e suas manifestações folclóricas;
- Estudo sobre as manifestações populares maranhenses e suas influências: religiosas, raciais e étnicas;
- Compreensão das bases formadoras da produção musical brasileira: influência indígena, africana e européia na evolução da música;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Interpretação e dramatização de textos;
- Os artistas e suas obras – local, regional, nacional e internacional;
- As manifestações culturais no mundo;
- Os movimentos artísticos;
- Vivências de danças folclóricas e regionais, compreendendo seu contexto de manifestação;
- Compreensão das formas culturais, regionais, nacionais e internacionais, numa perspectiva etnocultural e sociocultural.

Metodologia:

- Uso de diversos materiais: pincéis, lápis, giz de cera, papéis, tintas, argila, sementes, penas de animais, raízes, galhos, folhas secas e outros existentes na localidade;
- Imagem visual: desenho, colagem, pintura, gravura, escultura;
- Realizar variados movimentos corporais básicas utilizando diferentes ritmos;
- Improvisação corporal, com ritmos sonoros, inventando, imitando, registrando, recriando e repetindo seqüência de movimentos;
- Interpretar por meio de gestos cantigas de roda, histórias, músicas, poesias e outros;
- Brincadeiras, jogos, danças, atividades diversas em articulação com o ritmo;
- Produzir tapeçarias, cestarias, adereços, artes em barro, outros;
- Criar roteiros a partir de histórias e textos para encenação em grupos.

✓ **Educação Física**

Objetivos:

- Conhecer e avaliar os elementos da cultura corporal de movimento da sociedade envolvente;
- Contribuir para a educação corporal de uma vida mais saudável;
- Revitalizar aspectos da cultura corporal de movimento indígena;
- Divulgar aspectos da cultura indígena para a sociedade brasileira;
- Estimular a troca de conhecimentos e técnicas dos povos indígenas entre si;
- Adotar atitude de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência,



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são produzidos, analisando criticamente os divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito.

Conteúdos:

- A cultura corporal do próprio grupo;
- A cultura corporal de movimento de outros povos indígenas;
- A cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).

- Conhecimentos sobre o corpo;
- Saúde corporal;
- Jogos, danças, lutas, brincadeiras, técnicas de confecção de utensílios, técnicas de caça, pesca, plantio etc;
- Histórias e significados culturais das diferentes práticas corporais tradicionais.

Metodologia:

- Aprender sobre a cultura corporal do próprio grupo por meio de atividades de prática desportivas, danças, lutas, brincadeiras etc;
- Conhecer e vivenciar a cultura corporal de movimento de outros povos indígenas, por meio da experimentação de diferentes práticas culturais;
- Conhecer e experimentar a cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).

✓ **Língua Inglesa**

Objetivos:

- Compreender o mundo e a sociedade a partir do contato com textos e situações relativas à Língua Inglesa;
- Comunicar-se nas modalidades oral e escrita, empregando aspectos vocabulares, semânticos e sintáticos pertinentes à Língua Estrangeira/Inglês;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Tecer comparações entre os aspectos intrínsecos das línguas inglesa e portuguesa;
- Refletir sobre os costumes, maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu papel enquanto cidadão de seu país e do mundo;
- Reconhecer a importância do estudo de uma língua estrangeira para o próprio desenvolvimento, bem como, na busca de soluções criativas e inovadoras para problemas e situações de violência;
- Construir conhecimentos a partir da interação entre seus conhecimentos prévios com outra língua;
- Construir consciência lingüística e crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados;
- Utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

Conteúdos:

- Verb to be (affirmative; negative and interrogative forms) – Simple Present;
- Pronouns;
- Possessive Pronouns;
- Interrogative Pronouns;
- Demonstrative Pronouns;
- Greetings;
- Verb to Have – Simple Present Tense;
- Genitive Case;
- Modal Verbs (Can);
- Prepositions;
- There is / There are_ Simple Present;
- Regular Verbs;
- Adjective;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Simple Past of Regular and Irregular Verbs;
- Imperative Mood;
- Question Tag;
- Present Continuous Tense;
- Time;
- Reflexive Pronouns;
- Irregular Verbs;
- Future Tense;
- Conditional Present Perfect Tense;
- Past Perfect Tense;
- Texts (Reading and Writing).

Metodologia:

- Usar a língua inglesa como ferramenta que o capacite para compreender e interagir nos diferentes contextos sociais;
- Utilizar a transversalidade como forma de compreender a multiplicidade cultural, étnica, social, econômica, dentre outras do seu contexto local e dos demais contextos;
- Buscar, de modo interdisciplinar, resposta as diferentes temáticas emergidas das necessidades e demandas locais, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento, reforçando a importância do Currículo como um todo;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Aventurar-se na leitura e na escrita de pequenos textos na língua inglesa, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

✓ **Direito Indígena**

Objetivos:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Conscientizá-los de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro;
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais;
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual;
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações;
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte;
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito;
- Direitos indígenas na Constituição Federal;
- Da organização do Estado;
- Da organização dos poderes;
- Da ordem econômica e financeira;
- Da ordem social;
- Novas perspectivas;
- Escravização e massacres;
- Remoção e confinamento;
- Violência e exploração sexual das mulheres indígenas;
- Luta contra o etnocídio;
- Luta contra o genocídio brasileiro;
- Um povo de coragem lutando para ser livre;
- Direito à saúde;
- Movimentos indígenas;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional;
- Repressão cultural e religiosa;
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar;
- Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia;
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis líderes e mártires da resistência;
- Direito a terra e a dignidade.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado a luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena;
- Pesquisa.

✓ **Ensino Religioso**

Objetivos:

- Identificar algumas características do modo de vida do seu povo;
- Reconhecer as diferenças dos grupos;
- Manter as manifestações religiosas do seu povo;
- Participar das manifestações religiosas de seu povo;
- Compreender e respeitar as manifestações culturais de seu povo;
- Interagir com a comunidade da qual faz parte;
- Entender que a importância da participação e do relacionamento fraterno para o crescimento pessoal e grupal;
- Conhecer as crenças e mitos sagrados dos indígenas do Maranhão;

Conteúdos:

- Os grupos e sua diferença;
- O que tenho em comum com outro;
- Estar junto é ajudar a quem precisa;
- Eu e o outro;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- A escola na construção coletiva;
- Sou membro de uma comunidade;
- O grupo me faz crescer;
- Lugares onde a comunidade se reúne;
- Cresço pela participação e relacionamento fraterno;
- Crenças e mitos sagrados para os indígenas do Maranhão;
- Acontecimentos religiosos marcantes na vida do povo indígena;
- Acontecimentos religiosos integrados na cultura do povo indígena;
- Grandes acontecimentos celebrados pelos os povos indígenas;
- Formação da consciência moral;
- Os limites éticos e as tradições religiosas.

Metodologia:

- Relacionar as características que possui em comum com o outro;
- Identificar as pessoas da sua convivência: família, vizinho, colegas e outros;
- Compreender a importância da diferença entre os seres;
- Desenvolver atitudes solidárias em cada grupo que participa;
- Reconhecer que é na participação que solidificamos os laços de amor e de união;
- Compreender que a convivência em grupo é indispensável para o seu crescimento;
- Compreender que a escola é um espaço de sociabilidade;
- Identificar os elementos que fazem parte da comunidade;
- Identificar os locais de celebração e reunião da comunidade;
- Relatar acontecimentos marcantes na sua vida;
- Descrever os acontecimentos que foram integrados na cultura de um povo;
- Reconhecer os grandes acontecimentos que são celebrados.

9.3. Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (1ª a 8ª série)

Objetivos



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Priorizar a formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas, para que todos possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, as novas transformações científicas e tecnológicas e seu impacto na vida social e cultural;
- Contribuir para a formação de cidadão democrático, mediante o ensino dos direitos humanos, o incentivo à participação social ativa e crítica, o estímulo à solução pacífica de conflitos e a erradicação dos preconceitos culturais e da discriminação, por meio de uma educação intercultural;
- Promover a compreensão e a apropriação dos avanços científicos, tecnológicos e técnicos, no contexto de uma formação de qualidade, fundamentada em valores solidários e críticos, em face do consumismo e individualismo;
- Elaborar e implementar currículos flexíveis, diversificados e participativos, que sejam também definidos a partir das necessidades e do interesse do grupo, de modo a levar em consideração sua realidade sociocultural, científica e tecnológica e reconhecer seu saber;
- Garantir a criação de uma cultura de questionamento nos espaços ou centros educacionais, contando com mecanismos de reconhecimento da validade da experiência;
- Incentivar educadores e alunos a desenvolver recursos de aprendizagem diversificados, utilizar os meios de comunicação de massa e promover a aprendizagem dos valores de justiça, solidariedade e tolerância, para que se desenvolva a autonomia intelectual e moral dos alunos envolvidos na EJA.

9.3.1 – Plano Curricular do Ensino Fundamental na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (1ª a 8ª série)

✓ **Língua Indígena**
Objetivos:

- Possibilitar que os alunos indígenas usufruam dos direitos lingüísticos que lhes são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição;
- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas lingüísticas e garantindo a manutenção da rica diversidade lingüística do país;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas da língua tentehar
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito.

Conteúdos:

- Leitura;
- Expressão Oral;
- Expressão Escrita;
- Conhecimentos lingüísticos

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações sócio-culturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Utilizar a transversalidade como forma de compreender a multiplicidade cultural, étnica, social, econômica, dentre outras, do seu contexto local e dos demais contextos;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Aventurar-se na leitura e na escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

✓ **Língua Portuguesa**

Objetivos:

- Compreender que o uso da linguagem verbal é meio de comunicação e de manifestação dos pensamentos e sentimentos das pessoas e dos povos;
- Reconhecer e valorizar a diversidade lingüística existente no país;
- Usar a(s) língua(s) do seu repertório lingüístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos;
- Utilizar os diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística em instâncias públicas, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado;
- Expandir o uso da linguagem em instancias privadas e utilizadas com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir a palavra e produzir textos – tanto orais como escritos – coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados;
- Utilizar a linguagem com instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc;
- Ser leitor e escritor competente na(s) língua(s) onde essa (s) competência(s) for (em) julgada(s) necessária(s) e relevante(s).

Conteúdos:

- Leitura;
- Expressão Oral;
- Expressão Escrita;
- Conhecimentos lingüísticos.

Metodologia:

- Oferecer textos escritos impressos de boa qualidade que possam servir de referência de escrita para os alunos;
- Propor situações de produção de textos, em pequenos grupos, nas quais os alunos compartilhem as atividades, embora realizando diferentes tarefas: produzir propriamente, grafar e revisar;
- Organizar diferentes momentos e espaços de leitura: leitura oral feita pelo professor, leitura livre realizada pelo aluno, leitura em voz alta (individual ou em grupo), leitura silenciosa, etc.;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Produzir textos a partir de outros conhecidos: um bilhete ou carta que o personagem de um conto teria escrito a outro, um trecho do diário de um personagem, uma mensagem de alerta sobre os perigos de uma dada situação, uma notícia informando a respeito do desfecho de uma trama, uma crônica sobre acontecimentos curiosos, etc.;
- Reescrever ou parafrasear bons textos já repertoriados mediante a leitura;
- Transformar um gênero em outro: escrever um conto de mistério a partir de uma notícia policial e vice versa: transformar uma entrevista e reportagem e vice versa, etc.;
- Dar o começo de um texto para os alunos continuarem (ou o fim, para que escrevam o início e o meio);
- Planejar coletivamente o texto (o enredo da história, por exemplo) para que depois cada aluno escreva a sua versão (ou que o façam em pares ou trios):
- Planejar situações em que os alunos tenham que revisar e reescrever suas produções, com o objetivo de melhorar ou corrigir os possíveis erros;
- Propor atividades em que os alunos possam superar suas dificuldades ortográficas;
- Desenvolver o comportamento leitor através de atividades que estimulem o gosto pela leitura.

✓ **Matemática**

Objetivos:

- Saber identificar e utilizar os conhecimentos matemáticos com meio de compreender o mundo à sua volta;
- Saber fazer uso de conhecimentos matemáticos na tomada de decisões;
- Resolver situações-problema, por meio dos passos de reconhecimento do problema que tem de ser resolvido, enunciação desse problema, busca das soluções e avaliação dos resultados encontrados;
- Saber transmitir idéias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em Língua Portuguesa e Indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas;
- Saber desenvolver a matemática que está presente em diversas áreas, como História, Geografia, Lingüística e Ciências, entre outras;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar o mundo à sua volta e perceber o caráter de jogo intelectual, característico da Matemática, como aspecto que estimula o interesse, a curiosidade, o espírito de investigação e o desenvolvimento da capacidade para resolver problemas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos do ponto de vista do conhecimento e estabelecer o maior número possível de relações entre eles, utilizando para isso o conhecimento matemático (aritmético, geométrico, métrico, algébrico, estatístico, combinatório, probabilístico); selecionar, organizar e produzir informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las criticamente;
- Resolver situações-problema, sabendo validar estratégias e resultados, desenvolvendo formas de raciocínio e processos, como dedução, indução, intuição, analogia, estimativa, e utilizando conceitos e procedimentos matemáticos, bem como instrumentos tecnológicos disponíveis;
- Comunicar-se matematicamente, ou seja, descrever, representar e apresentar resultados com precisão e argumentar sobre suas conjecturas, fazendo uso da linguagem oral e estabelecendo relações entre ela e diferentes representações matemáticas;
- Estabelecer conexões entre temas matemáticos de diferentes campos e entre esses temas e conhecimentos de outras áreas curriculares;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a auto-estima e perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;
- Sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social.

Conteúdos:

- Numero – uma nova leitura de mundo;
- Números naturais e Sistema de Numeração Decimal;
- Operação com Números naturais;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Espaço e Forma;
- Grandezas e medidas;
- Geometria.

Metodologia:

- Reconhecimento de números no contexto diário;
- Utilização de diferentes estratégias para qualificar elementos de uma coleção: contagem, pareamento, estimativa, e correspondência de agrupamentos;
- Utilização de diferentes estratégias para identificar números em situações que envolvem contagens e medidas;
- Comparação e ordenação de coleção pela quantidade de elementos e ordenação de grandezas pelo aspecto da medida;
- Leitura, escrita, comparação e ordenação de números familiares ou freqüentes;
- Observação de critérios que definem uma classificação de números (maior que, menor que, estar entre) e de regras usadas em seriações (mais 1, mais 2, dobro, metade);
- Contagem em escalas ascendentes e descendentes de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez, etc., a partir de qualquer número dado;
- Identificação de regularidades na série numérica para nomear, ler e escrever números menos freqüentes;
- Utilização de calculadora para produzir e comparar escritas numéricas;
- Organização em agrupamentos para facilitar a contagem e a comparação entre grandes coleções;
- Leitura, escrita, comparação e ordenação de notações numéricas pela compreensão das características do sistema de numeração decimal (base, valor posicional);
- Análise, interpretação, resolução e formulação de situações-problema, compreendendo alguns dos significados das operações, em especial da adição e da subtração;
- Reconhecimento de que diferentes situações-problema podem ser resolvidas por uma única operação e de que diferentes operações podem resolver um mesmo problema;
- Utilização de sinais convencionais (+, -, x, :, =) na escrita das operações;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Construção dos fatos básicos das operações a partir de situações-problema, para constituição de um repertório a ser utilizado no cálculo;
- Organização dos fatos básicos das operações pela identificação de regularidades e propriedades;
- Utilização da decomposição das escritas numéricas para a realização do cálculo mental exato e aproximado;
- Cálculos de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais;
- Cálculo de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais;
- Utilização de estimativas para avaliar a adequação de um resultado e uso de calculadora para desenvolvimento de estratégias de verificação e controle de cálculo;
- Localização de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e algumas indicações de posição;
- Movimentação de pessoas ou objetos no espaço, com base em diferentes pontos de referência e algumas indicações de direção e sentido;
- Descrição da localização e movimentação de pessoas ou objetos no espaço, usando sua própria metodologia;
- Dimensionamento de espaços, percebendo relações de tamanho e forma;
- Interpretação e representação de posição e de movimentação no espaço a partir da análise de maquetes, esboços, croquis e itinerários;
- Observação de formas geométricas presentes em elementos naturais e nos objetos criados pelo homem e de suas características: arredondadas;
- Comparação de grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida conhecidos – fita métrica, balança, recipientes de um litro, etc;
- Identificação de unidades de tempo – dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano;
- Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores;
- Leitura e interpretação de informações contidas em imagens;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Criação de registros pessoais para comunicação das informações coletadas.

✓ História

Objetivos:

- Identificar algumas características do modo de vida do seu povo;
- Reconhecer alguns marcadores e medidas de tempo utilizado por sua comunidade e suas diferenças e semelhanças com os utilizados por outros povos;
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais;
- Refletir criticamente sobre algumas das relações – do presente e do passado – entre povos indígenas, Estado e sociedade no Brasil;
- Conhecer e saber utilizar alguns direitos territoriais e políticos, garantidos em lei aos povos indígenas no país;
- Dominar alguns instrumentos para se movimentar em universos de valores alheios com autonomia e atitudes críticas;
- Expor idéias, argumentar com clareza, respeitar diferentes pontos de vista e compartilhar idéias e conhecimentos.
- Reconhecer algumas fontes de informação para estudos históricos, saber extrair delas alguns dados significativos e identificar suas linguagens;
- Organizar alguns dos conhecimentos conquistados e representá-los por meio de algumas linguagens.

Conteúdos:

- A História e suas Transformações
 - Todos têm história;
 - Processo de ocupação e construção do espaço social;
 - Relações sociais de produção;
 - Expressões de vida de um povo.
- As Sociedades antigas e medievais;
- Sociedades do mundo antigo;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- As versões indígenas da história;
- Modos de viver dos povos indígenas;
- A História de nosso povo;
- O direito à terra e à cidadania;
- A história dos outros povos;
- Transição dos Tempos Medievais:
 - A Europa entre o feudalismo e o capitalismo: séc. XIV/XV ao XVIII/ XIX;
 - As Américas e a formação do Antico Sistema Colonial;
- A Era das Revoluções
 - O processo de formação dos Estados Unidos da América: a expansão territorial, A Guerra de Secessão e a Consolidação do Capitalismo;
 - O processo de formação dos Estados Nacionais e Liberais na América Latina: A Fragmentação e as disputas Internacionais;
 - Independência política do Brasil;
 - Maranhão: de Colônia a Província.
- O Mundo em confronto
 - A 2ª Revolução Industrial e o Imperialismo na Ásia, na África e na América Latina;
 - Crise da sociedade liberal;
 - A América do século XX;
 - Brasil Republicano: República Velha; do movimento de trinta ao populismo; da crise do populismo à ditadura militar;
 - Da Revolução dos anos 60 às incertezas dos anos 80;
- Maranhão contemporâneo.

Metodologia:

- Comparar acontecimentos no tempo, tendo como referência anterioridade, posterioridade e simultaneidade;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Reconhecer algumas semelhanças e diferenças sociais, econômicas e culturais, de dimensão cotidiana, existentes no seu grupo de convívio escolar e na localidade;
- Reconhecer algumas permanências e transformações sociais, econômicas e culturais nas vivências cotidianas das famílias, da escola e da coletividade, no tempo, no mesmo espaço de convivência;
- Identificar diferenças culturais entre o modo de vida de sua localidade e da comunidade indígena estudada;
- Estabelecer relações entre o presente e o passado;
- Identificar alguns documentos históricos e fontes de informações discernindo algumas de suas funções;
- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico;
- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade dos alunos e da cultura indígena.

✓ **Geografia**

Objetivos:

- Reconhecer e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico;
- Problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para ações sobre espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
- Organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica de sua etnia;
- Conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não-indígena;
- Identificar, expressar, divulgar e valorizar a maneira de se apropriar da natureza de grupo étnico, desenvolvendo atitudes de auto-estima positiva nos planos social e individual;
- Reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Compreender as relações que os povos indígenas estabelecem entre si e com a natureza e desenvolver atitudes positivas com relação à preservação do seu território;
- Conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica;
- Problematizar ações de marginalização, racismo e preconceito da sociedade “brasileira”, especialmente a do seu entorno, de modo a tornar o conhecimento um instrumento de luta e defesa do seu território e sua cidadania;
- Compreender o lugar do homem e de sua morada no universo;
- Ter como base para estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores, técnicos, vídeos etc.), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida de seu povo;
- Ter autonomia intelectual, capacidade de saber analisar, de entender os espaços geográficos vividos e não vividos, de saber buscar informação, pesquisar, fazer perguntas, tirar conclusões.

Conteúdos:

- A natureza e suas transformações
 - A percepção do espaço vivido;
 - Cada lugar uma paisagem;
 - Trabalho modifica a natureza;
 - A organização da sociedade e a atuação coletiva.
- A compreensão do mundo através da geografia
 - A cartografia aproximando os lugares;
 - O Brasil, suas múltiplas paisagens e a integração com outros centros administrativos;
 - O trabalho e a tecnologia modificando e integrando diferentes espaços;
 - A diversidade do espaço geográfico no mundo.

Metodologia:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;
- Compreender e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições;
- Fazer leituras de imagens, de dados e de documentos de diferentes fontes de informação, de modo a interpretar, analisar e relacionar informações sobre o espaço geográfico e as diferentes paisagens;
- Reconhecer por meio da observação da paisagem local e de outras paisagens as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação dela pela ação de sua coletividade, de seu grupo social;
- Realizar leitura de mapas políticos, Atlas, mapas e globos terrestres;
- Produzir roteiros e mapas simples de sua escola, de sua aldeia, do seu município e outras localidades como forma de compreender as relações de distância e direção e o sistema de cores e legenda.

✓ **Ciências**

Objetivos:

- Ter uma atitude capaz de examinar evidências, tirar conclusões, reconhecendo implicações;
- Formular juízo crítico sobre a história atual vivenciada pela sociedade indígena;
- Ampliar sua compreensão crítica da realidade e a capacidade de atuação sobre ela;
- Ser capaz de observar, comparar, experimentar, interpretar e discutir fenômenos que ocorrem à sua volta;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos de seu povo sobre o tema estudado;
- Compreender os conceitos formulados pela ciência a respeito do tema;
- Identificar as criações técnicas presentes nas máquinas, ferramentas e utensílios desenvolvidos e empregados pela sua comunidade;
- Saber descrever e explicar o funcionamento das criações técnicas indígenas;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Empregar os conhecimentos obtidos para melhorar a qualidade de vida em sua comunidade;
- Utilizar os conhecimentos obtidos para apoiar a autonomia econômica, social e política de seu povo;
- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive;
- Identificar relações entre conhecimento científico, produção de tecnologia e condições de vida, no mundo de hoje e em sua evolução histórica;
- Formular questões, diagnosticar e propor soluções para problemas reais a partir de elementos das Ciências Naturais, colocando em prática conceitos, procedimentos e atitudes desenvolvidos no aprendizado escolar;
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros, etc., para coleta, organização, comunicação e discussão de fatos e informações;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para construção coletiva de conhecimento;
- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser desenvolvido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

Conteúdos:

- Os Seres Vivos no Ambiente
- Saúde – Qualidade de Vida
- Ciência e Tecnologia
- O Universo

Metodologia:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes;
- Estabelecer relações entre características e comportamentos dos seres vivos e condições do ambiente em que vivem, valorizando a diversidade da vida;
- Observar e identificar algumas características do corpo humano e alguns comportamentos nas diferentes fases da vida, no homem e na mulher aproximando-se à noção de ciclo vital do seres humanos e respeitando as diferenças individuais;
- Reconhecer processos e etapas de transformação de materiais em objetos;
- Realizar experimentos simples sobre materiais e objetos do ambiente para investigar a características e propriedades dos materiais e de algumas formas de energia;
- Utilizar características e propriedades de materiais, objetos, seres vivos para elaborar classificações;
- Formular perguntas e suposições sobre o assunto em estudo;
- Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sobre orientação do professor;
- Comunicar de modo oral, escrito e por meio de desenhos, perguntas, suposições, dados e conclusões, respeitando as diferentes opiniões e utilizando as informações obtidas para justificar suas idéias;
- Valorizar atitudes e comportamentos favoráveis à saúde, em relação à alimentação e à higiene pessoal, desenvolvendo a responsabilidade do cuidado com o próprio corpo e com os espaços que habita.

✓ **Arte**

Objetivos:

- Conhecer e valorizar as expressões artísticas da sua cultura, compreendendo como um dos aspectos formadores da identidade étnica;
- Compreender o sentido da arte como algo que propicia o desenvolvimento da imaginação, da percepção, do fazer, e que permite ampliar a dimensão da realidade cotidiana, passando a ter



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

uma participação mais ativa nos processos culturais, em especial os criativos, necessários à construção de outros conhecimentos;

- Desenvolver habilidades e capacidades individuais em relação às diferentes modalidades artísticas, tais como música, artes visuais, teatros e outras;
- Conhecer as tantas formas de artes existentes entre outros povos, compreendendo por intermédio delas a questão da diversidade racial;
- Compreender a importância da produção artística no contexto de sua sociedade no contexto universal da arte.

Conteúdos:

- Artes visuais na vida do homem e sua importância;
- Leitura das imagens do cotidiano: cultura local, convívio diário, natureza, e imagens artísticas;
- Manifestações populares e religiosas do Maranhão;
- Manifestações culturais e religiosas dos povos indígenas no Maranhão e no Brasil;
- Releitura de danças populares;
- Identificação e interpretação de estilos musicais, em diferentes épocas, povos e culturas;
- Aspectos elementares da história do teatro;
- Artes visuais na vida do homem e sua importância;
- Tipos de comunicação visual: propagandas, televisão, jornais, etc.;
- Pintura: temas, estilos, técnicas e pintores;
- História em quadrinhos;
- A dança e a sua importância para o homem através da história, e suas manifestações folclóricas;
- Estudo sobre as manifestações populares maranhenses e suas influências: religiosas, raciais e étnicas;
- Compreensão das bases formadoras da produção musical brasileira: influência indígena, africana e européia na evolução da música;
- Interpretação e dramatização de textos;
- Os artistas e suas obras – local, regional, nacional e internacional;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- As manifestações culturais no mundo;
- Os movimentos artísticos;
- Vivências de danças folclóricas e regionais, compreendendo seu contexto de manifestação;
- Compreensão das formas culturais, regionais, nacionais e internacionais, numa perspectiva etnocultural e sociocultural.

Metodologia:

- Uso de diversos materiais: pincéis, lápis, giz de cera, papéis, tintas, argila, sementes, penas de animais, raízes, galhos, folhas secas e outros existentes na localidade;
- Imagem visual: desenho, colagem, pintura, gravura, escultura;
- Realizar variados movimentos corporais básicas utilizando diferentes ritmos;
- Improvisação corporal, com ritmos sonoros, inventando, imitando, registrando, recriando e repetindo seqüência de movimentos;
- Interpretar por meio de gestos cantigas de roda, histórias, músicas, poesias e outros;
- Brincadeiras, jogos, danças, atividades diversas em articulação com o ritmo;
- Produzir tapeçarias, cestarias, adereços, artes em barro, outros;
- Criar roteiros a partir de histórias e textos para encenação em grupos.

✓ **Educação Física**

Objetivos:

- Conhecer e avaliar os elementos da cultura corporal de movimento da sociedade envolvente;
- Contribuir para a educação corporal de uma vida mais saudável;
- Revitalizar aspectos da cultura corporal de movimento indígena;
- Divulgar aspectos da cultura indígena para a sociedade brasileira;
- Estimular a troca de conhecimentos e técnicas dos povos indígenas entre si;
- Adotar atitude de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência,
- Conhecer a diversidade de padrões de saúde, beleza e estética corporal que existem nos diferentes grupos sociais, compreendendo sua inserção dentro da cultura em que são



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

produzidos, analisando criticamente os divulgados pela mídia e evitando o consumismo e o preconceito.

Conteúdos:

- A cultura corporal do próprio grupo;
- A cultura corporal de movimento de outros povos indígenas;
- A cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).

- Conhecimentos sobre o corpo;
- Saúde corporal;
- Jogos, danças, lutas, brincadeiras, técnicas de confecção de utensílios, técnicas de caça, pesca, plantio etc;
- Histórias e significados culturais das diferentes práticas corporais tradicionais.

Metodologia:

- Aprender sobre a cultura corporal do próprio grupo por meio de atividades de prática desportivas, danças, lutas, brincadeiras etc;
- Conhecer e vivenciar a cultura corporal de movimento de outros povos indígenas, por meio da experimentação de diferentes práticas culturais;
- Conhecer e experimentar a cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).

✓ **Língua Inglesa**

Objetivos:

- Compreender o mundo e a sociedade a partir do contato com textos e situações relativas à Língua Inglesa;
- Comunicar-se nas modalidades oral e escrita, empregando aspectos vocabulares, semânticos e sintáticos pertinentes à Língua Estrangeira/Inglês;
- Tecer comparações entre os aspectos intrínsecos das línguas inglesa e portuguesa;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Refletir sobre os costumes, maneiras de agir e interagir e as visões de seu próprio mundo, possibilitando maior entendimento de um mundo plural e de seu papel enquanto cidadão de seu país e do mundo;
- Reconhecer a importância do estudo de uma língua estrangeira para o próprio desenvolvimento, bem como, na busca de soluções criativas e inovadoras para problemas e situações de violência;
- Construir conhecimentos a partir da interação entre seus conhecimentos prévios com outra língua;
- Construir consciência lingüística e crítica dos usos que se fazem da língua estrangeira que está aprendendo;
- Ler e valorizar a leitura como fonte de informação e prazer, utilizando-a como meio de acesso ao mundo do trabalho e dos estudos avançados;
- Utilizar outras habilidades comunicativas de modo a poder atuar em situações diversas.

Conteúdos:

- Verb to be (affirmative; negative and interrogative forms) – Simple Present;
- Pronouns;
- Possessive Pronouns;
- Interrogative Pronouns;
- Demonstrative Pronouns;
- Greetings;
- Verb to Have – Simple Present Tense;
- Genitive Case;
- Modal Verbs (Can);
- Prepositions;
- There is / There are_ Simple Present;
- Regular Verbs;
- Adjective;
- Simple Past of Regular and Irregular Verbs;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Imperative Mood;
- Question Tag;
- Present Continuous Tense;
- Time;
- Reflexive Pronouns;
- Irregular Verbs;
- Future Tense;
- Conditional Present Perfect Tense;
- Past Perfect Tense;
- Texts (Reading and Writing).

Metodologia:

- Usar a língua inglesa como ferramenta que o capacite para compreender e interagir nos diferentes contextos sociais;
- Utilizar a transversalidade como forma de compreender a multiplicidade cultural, étnica, social, econômica, dentre outras do seu contexto local e dos demais contextos;
- Buscar, de modo interdisciplinar, resposta às diferentes temáticas emergidas das necessidades e demandas locais, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento, reforçando a importância do Currículo como um todo;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Aventurar-se na leitura e na escrita de pequenos textos na língua inglesa, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

✓ **Direito Indígena**

Objetivos:

- Conscientizá-los de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais;
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual;
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações;
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte;
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito;
- Direitos indígenas na Constituição Federal;
- Da organização do Estado;
- Da organização dos poderes;
- Da ordem econômica e financeira;
- Da ordem social;
- Novas perspectivas;
- Escravização e massacres;
- Remoção e confinamento;
- Violência e exploração sexual das mulheres indígenas;
- Luta contra o etnocídio;
- Luta contra o genocídio brasileiro;
- Um povo de coragem lutando para ser livre;
- Direito à saúde;
- Movimentos indígenas;
- Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional;
- Repressão cultural e religiosa;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar;
- Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia;
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, líderes e mártires da resistência;
- Direito a terra e a dignidade.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado a luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito a evolução do direito indígena;
- Pesquisa.

✓ **Ensino Religioso**

Objetivos:

- Identificar algumas características do modo de vida do seu povo;
- Reconhecer as diferenças dos grupos;
- Manter as manifestações religiosas do seu povo;
- Participar das manifestações religiosas de seu povo;
- Compreender e respeitar as manifestações culturais de seu povo;
- Interagir com a comunidade da qual faz parte;
- Entender que a importância da participação e do relacionamento fraterno para o crescimento pessoal e grupal;
- Conhecer as crenças e mitos sagrados dos indígenas do Maranhão;

Conteúdos:

- Os grupos e sua diferença;
- O que tenho em comum com outro;
- Estar junto é ajudar a quem precisa;
- Eu e o outro;
- A escola na construção coletiva;
- Sou membro de uma comunidade;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- O grupo me faz crescer;
- Lugares onde a comunidade se reúne;
- Cresço pela participação e relacionamento fraterno;
- Crenças e mitos sagrados para os indígenas do Maranhão;
- Acontecimentos religiosos marcantes na vida do povo indígena;
- Acontecimentos religiosos integrados na cultura do povo indígena;
- Grandes acontecimentos celebrados pelos os povos indígenas;
- Formação da consciência moral;
- Os limites éticos e as tradições religiosas.

Metodologia:

- Relacionar as características que possui em comum com o outro;
- Identificar as pessoas da sua convivência: família, vizinho, colegas e outros;
- Compreender a importância da diferença entre os seres;
- Desenvolver atitudes solidárias em cada grupo que participa;
- Reconhecer que é na participação que solidificamos os laços de amor e de união;
- Compreender que a convivência em grupo é indispensável para o seu crescimento;
- Compreender que a escola é um espaço de sociabilidade;
- Identificar os elementos que fazem parte da comunidade;
- Identificar os locais de celebração e reunião da comunidade;
- Relatar acontecimentos marcantes na sua vida;
- Descrever os acontecimentos que foram integrados na cultura de um povo;
- Reconhecer os grandes acontecimentos que são celebrados.

9.3 - Ensino Médio - Regular

A formação de jovens indígenas implica em esforços que contemplem as necessidades impostas pela diferenciação deste segmento. Processos próprios associados às diversas outras formas educativas inseridas nas culturas indígenas em decorrência do contato possibilitam, no contexto atual, a progressiva ocupação das modalidades de ensino escolar, incluindo-se ao que se refere este texto. Por outro lado, como instrumento



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

fundamental de autodeterminação não se pode perder de vista a centralidade de cada cultura indígena na defesa da sua identidade num mundo de tendências homogeneizantes.

O Ensino Médio Regular no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori tem, portanto, como principais objetivos:

- Despertar a sensibilidade e as potencialidades do educando, visando o desenvolvimento de sua auto-estima, capacidade realizadora e crítica;
- Organizar situações de ensino que desenvolvam atitudes de disponibilidade para atualização, flexibilidade para mudanças, gosto pela leitura e empenho na escrita;
- Desenvolver atividades pedagógicas, respeitando a experiência do adolescente e do adulto, assim como suas aptidões e valores culturais;
- Promover atividades que visem a preservação da higiene e saúde, assim como a educação sexual, ordem, disciplina, sociabilidade, cooperação e respeito;
- Proporcionar condições de aprendizagem, visando a formação de habilidades convenientes à sua educação integral;
- Proporcionar condições que favoreçam o seu desenvolvimento físico, intelectual, afetivo e social;
- Desenvolver pessoas saudáveis e autônomas, com grande capacidade de inserção social;
- Utilizar estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos;
- Desenvolver o comprometimento do educando com o seu próprio desenvolvimento intelectual com a ampliação do horizonte cultural e com a sua formação permanente.

9.3.1 – Plano Curricular do Ensino Médio Regular

✓ Língua Indígena

Esta área de conhecimento visa possibilitar que os alunos indígenas usufruam dos direitos lingüísticos que lhes são assegurados, como cidadãos brasileiros, pela Constituição, atribuindo prestígio às línguas



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas lingüísticas e garantindo a manutenção da rica diversidade lingüística do país, favorecendo o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito.

Conteúdos:

- Leitura;
- Expressão Oral;
- Expressão Escrita;
- Conhecimentos lingüísticos

✓ **Língua Portuguesa**

Esta área de conhecimento humano visa expandir o uso da linguagem em todas as instâncias de ação do homem, seja pública ou privada, sabendo utilizar as palavras e produzir textos - tanto orais quanto escritos - coerentes, coesos, adequados a destinatários, aos objetivos que se propõe e aos assuntos tratados.

No Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori, a Língua Portuguesa será trabalhada utilizando diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-las às circunstâncias da situação comunicativa em que participam, conhecendo e respeitando as diferentes variedades lingüísticas do Português falado abordando:

- a) Convivência na sociedade - ética e pluralidade cultural;
- b) Convivência com as diferentes linguagens - pluralidade cultural;
- c) Convivência com as profissões - ética e cidadania;
- d) Convivência com o corpo e suas transformações - saúde e orientação sexual;
- e) Hábitos e costumes da sociedade brasileira nas várias épocas:
 - pluralidade cultural;
 - ética;
 - religiosidade;
 - educação sexual;
- f) Relacionamento intra e interpessoal:



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- ética;
- cidadania;
- educação sexual.

✓ **Literatura**

A Literatura vincula a percepção da realidade, é um trabalho de construção cuja significação maior é a experiência de sentir e de pensar a realidade, de forma especial entre a tradição e a atualidade.

Conhecendo e respeitando as diferentes variedades lingüísticas do Português falado, compreendem os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação sociais, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz.

✓ **Língua Estrangeira Moderna – Inglês**

O estudo de uma ou mais línguas estrangeiras, é uma necessidade frente ao mundo globalizado. Estamos vivendo um momento em que o conhecimento é a maior riqueza do homem. Este conhecimento tem que ser o mais generalista possível. Saber se comunicar é a porta de acesso ao mundo da tecnologia.

Assim, a aprendizagem possibilitará a percepção do aluno como ser humano e como cidadão. O ouvir mais do que produzir, através de comandos diários, explicações dos tópicos, músicas, jogos e vocabulário dinamizam e direcionam o encorajamento da comunicação através de situações de estímulo e produções orais e escritas.

O estudo da língua estrangeira, objetiva ingressar o educando no mundo dos significados que a nova ordem mundial está solicitando do homem no momento histórico atual.

✓ **Matemática**



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Matemática foi criada e vem sendo desenvolvida pelo homem em função de suas necessidades sociais. É uma das mais antigas ciências, já sofreu rupturas e reformas, portanto, é uma das mais atuais. Matemática fácil e gostosa é aquela que corresponde às necessidades para as quais o homem se selecionou, ou seja, aquela construída a partir da ação sobre o próprio ambiente que construiu e continua construindo.

O objetivo da Matemática, não é formar matemático e, sim, preparar cidadãos para a vida e, possivelmente, para a universidade, por meio do desenvolvimento de habilidades matemáticas e raciocínio lógico-dedutivo que devem estar presentes, na vida de qualquer indivíduo.

✓ **Química**

O nosso objetivo é que, com o estudo da Química, o educando perceba que o mundo em que vivemos sofre inúmeras transformações, cada vez com maior velocidade. Em todas elas, há presença notável de um grande número de máquinas sofisticadas. E nisso a Química tem um papel importantíssimo, pois, ela é a ciência que permite o desenvolvimento de novos materiais para a construção de toda a tecnologia de que necessitamos. É a Química que permite a pesquisa de substâncias, destinada à saúde e ao bem-estar do ser humano.

A química é a ciência que estuda a estrutura interna das substâncias e suas transformações. No laboratório e indústrias químicas são obtidas substâncias que possibilitam, entre outras coisas: tratamento e a cura de doenças, melhores tecidos, fabricação de produtos de higiene, etc.

✓ **Física**

A Física é a ciência do mundo natural que trata dos componentes fundamentais do universo, as forças que eles exercem, e os resultados destas forças.

No Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori, o ensino de Física será feito de forma que o educando possa compreender a natureza, introduzindo-o no campo da ciência, dando base para estudos cada vez mais avançados, tendo como ponto de partida o desenvolvimento da capacidade de utilizar a Física como meio de interpretação da realidade.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Como ciência, a Física faz uso do método científico. Baseia-se essencialmente na matemática e na lógica quando da formulação de seus conceitos.

✓ **História**

Espera-se que ao longo do curso, os alunos do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori gradativamente, possam, na verdade, compreender a validade do ensino de História, posicionar-se, fazerem escolhas e agirem crítica e criteriosamente.

Nesse sentido, os educandos neste componente curricular deverão:

- Utilizar métodos de pesquisa e de produção de textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos, iconográficos e sonoros;
- Valorizar o patrimônio sócio-cultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como um direito dos povos e indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia;
- Reconhecer mudanças e permanência, nas vivências humanas;
- Questionar a sua realidade, identificando alguns de seus problemas e refletir as possíveis soluções;
- Reconhecer as formas de atuação política institucional e organizações coletivas da sociedade civil.

✓ **Geografia**

Abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitem apresentar aos alunos em diferentes momentos da escolaridade as novas configurações territoriais em que a terra está submetida, de modo que os alunos possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito.

No Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori as competências e habilidades básicas em Geografia serão desenvolvidas de forma que o nosso aluno possa:

- Conhecer a organização do espaço geográfico e o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações;
- Compreender o papel das sociedades em sua construção e na produção do território, da paisagem e do lugar;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- Identificar e avaliar as ações dos homens em sociedade e suas conseqüências em diferentes espaços e tempos, de modo a construir referências que possibilitem uma participação ativa nas questões ambientais;
- Compreender a espacialidade e temporalidade dos fenômenos geográficos estudados em suas dinâmicas e interações;
- Compreender que as melhorias nas condições de vida, os direitos políticos, os avanços tecnológicos e as transformações sócio-culturais são conquistas decorrentes de conflitos e acordos, que ainda não são usufruídos por todos os seres humanos e, dentro de suas possibilidades, empenhar-se em democratizá-las;
- Conhecer e saber utilizar procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições.

✓ **Educação Física**

Na prática da Educação Física a Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori procura estudar os fenômenos do movimento corporal, construindo conhecimentos significativos sobre a sua existência, através das manifestações do movimento humano, podendo assumir várias formas de acordo com as diferentes necessidades. Essas atividades corporais na escola têm reflexos na formação social, atua na formação da personalidade, comportamento e autonomia de cada um, refletindo no aprendizado de outras disciplinas.

Os gestos, as posturas e as expressões faciais são criados, mantidos, ou modificados em virtude de o homem ser um ser social e viver num determinado contexto cultural.

O educando por sua vez, aprende a fazer uso das expressões corporais, de acordo com o ambiente em que se desenvolve como pessoa. Por isso, acreditamos numa ação pedagógica que trabalhe o nosso aluno no sentido de modificar e interagir com o mundo, através da Educação Física e da Recreação.

✓ **Biologia**

Por meio dos conteúdos propostos na disciplina, no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori os alunos do Ensino Médio estudam as condições básicas que venham garantir a sobrevivência e perpetuação dos seres vivos, inclusive da espécie humana, a interação adaptativa desses com os demais elementos da natureza, na qual o homem se diferencia pelo processo de aquisição da cultura.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Portanto, o ensino da Biologia tem como objetivo fundamental proporcionar conceitos e valores para alcance de um equilíbrio capaz de tornar a vida o centro das atenções do homem e, conseqüentemente, conduzir o educando, cada vez mais, à co-responsabilidade por uma vida digna neste planeta.

Este componente curricular é trabalhado ressaltando-se que é uma ciência viva que se renova a cada geração, exibindo um aumento notável no patrimônio dos conhecimentos já adquiridos, e está cada vez mais capacitada na busca de respostas para as inúmeras indagações existentes e para aquelas que deverão surgir.

A própria sobrevivência do homem acha-se inteiramente ligada aos conhecimentos proporcionados pela ciência.

É uma meta do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori no tratamento deste componente curricular superar teorias, promover aprendizagem que aproxime a teoria à prática, para que não haja distância entre o aprender e o realizar.

A Biologia propõe o desenvolvimento de competências que permitem aos alunos atitudes de valorização do próprio corpo, da saúde mental, da sua vida e da vida dos outros, com a finalidade de fortalecer as relações entre Ciências / Tecnologia / Sociedade.

✓ **Filosofia**

No novo currículo do Ensino Médio, o peso principal está na compreensão dos conhecimentos para uso cotidiano. Conhecimento para serem usados, no dia-a-dia, são aquelas que possibilitam ao estudante usar o que aprendeu para se comunicar melhor com seu grupo social, interagir no trabalho, consultar livros e pesquisar, questionar os conhecimentos que recebeu na escola, na igreja, pela televisão, enfim, tomar decisões no momento que precisar.

O objetivo da disciplina Filosofia não é apenas propiciar ao aluno um mero enriquecimento intelectual, Ela é parte de uma proposta de ensino que pretende desenvolver no aluno a capacidade para responder, lançando mão dos conhecimentos adquiridos, as questões advindas das mais variadas situações. A Filosofia tem esse objetivo: formar o cidadão capaz de perceber o mundo e atuar sobre ele a partir de sua comunidade. Refletir sobre os fatos e acontecimentos; agir com dignidade e respeito e, acima de tudo, lutar por sua cidadania.

✓ **Arte**



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

A Arte é a mais antiga forma de comunicação e uma das mais atuais. Ela está presente em todos os ramos de atividade humana e é uma matéria interdisciplinar, portanto, integradora das outras disciplinas. Em nossa Escola a Arte é trabalhada com a formação dos sentidos estéticos e o desenvolvimento destes para a apreensão do conhecimento, presente na produção artística, ensinando a ver, sentir e perceber.

Partindo de uma fundamentação teórica, clara e atrativa, a Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori ministra este componente curricular com exemplos teóricos e ilustrativos, que fazem a relação com a realidade ou explicitam a sua função, acompanhados de atividades e exercícios que visam desenvolver a percepção, a sensibilidade, o domínio de técnicas e as demais habilidades, favorecendo o processo criativo.

✓ **Sociologia**

A escola está inserida no contexto da sociedade brasileira, marcada pelas desigualdades do sistema capitalista. Compreender as relações entre esta escola e o contexto político, econômico e social é de fundamental importância. O que se quer é buscar na Sociologia subsídios teóricos e instrumentos de reflexão que contribuam para colocar os alunos de frente para a escola e para a sociedade no sentido de (re) conhecê-la em seus múltiplos aspectos.

Na Sociologia é trabalhado o conhecimento e a valorização do aluno no seu contexto social, propondo informações do meio, para que o aluno acesse, e registre por si mesmo dados adquiridos de diferentes fontes sociais.

Nesta proposta, está em jogo a compreensão das razões que, até hoje, impossibilitaram superar ou amenizar o problema educacional, e a Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori no tratamento deste componente curricular procura formas de contribuir para essa superação.

Nesta proposta, está em jogo a compreensão das razões que, até hoje, impossibilitaram superar ou amenizar o problema educacional, e a Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori no tratamento deste componente curricular procura formas de contribuir para essa superação.

10. ATIVIDADES COLETIVAS DO CORPO DOCENTE



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- ✓ Reuniões Pedagógicas;
- ✓ Reuniões de Pais;
- ✓ Reuniões de Planejamento;
- ✓ Grupos de Estudo.

10.1. Formação Continuada

“A Educação Continuada se faz necessária pela própria natureza do saber e fazer humano como práticas que se transformam constantemente. A realidade muda e o saber que construímos sobre ela precisam ser revisto e ampliado sempre. Dessa forma, um programa de educação continuada se faz necessário para atualizarmos nossos conhecimentos, principalmente para analisarmos as mudanças que ocorrem em nossa prática, bem como para atribuímos direções esperadas a essas mudanças. (apud, Libâneo, 2004, p.79)

Segundo orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394/96 que em seu artigo 61 diz o seguinte: “a formação de profissionais da educação, de modo a atender os objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamento”.

I - a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades “a Formação Continuada oferecida aos professores do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori é realizada no início de cada período letivo e em outros momentos do ano de acordo com o calendário da Supervisão de Educação Indígena, sendo que esta é responsável pela organização e realização desses momentos formativos”.

“Estabelecer e assegurar a qualidade de programas contínuos de formação sistemática do professor indígena especialmente no que diz respeito aos conhecimentos relativos aos processos escolares de ensino-aprendizagem, à alfabetização, à construção coletiva de conhecimento na escola e à valorização do patrimônio cultural da população atendida” (Valente 2001. PNE, p. 135).



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Outrossim, lembramos que este espaço formativo oferecido pela Supervisão de Educação Indígena não inviabiliza a organização de outros momentos formativos, sejam eles promovidos pela escola ou em parcerias com Organizações não Governamentais ou outros órgãos do governo municipal, estadual ou federal.

10.2. Planejamento

“No planejamento escolar, o que se planeja são as atividades de ensino e de aprendizagem, fortemente determinadas por uma intencionalidade educativa envolvendo objetivos, valores, atitudes, conteúdos, modos de agir dos educadores que atuam na escola [...] o ato de planejar não se reduz ao momento da elaboração dos planos de trabalho. É uma atividade permanente de reflexão e ação. O planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em suas condições concretas, de busca de alternativas para solução de problemas e tomadas de decisões, possibilitando a revisão dos planos e projetos, a correção no rumo das ações. (Libâneo, 2004, P. 150).

O Planejamento escolar é uma atividade que consiste na previsão da ação a ser realizado, o que implica, necessariamente, na definição de objetivos a atingir e de necessidades a serem supridas, tendo em o meio social em os alunos estão inseridos, o ritmo de aprendizagem, conhecimentos prévios dos alunos, considerando ainda as possibilidades reais, procedimentos e recursos disponíveis, tempo para execução e forma de avaliação.

De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9304/96 em seu art.13, inciso V, uma das incumbências dos docentes é a de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento. Tendo em vista esse indicativo legal e a natureza intencional da atividade docente que requer uma antecipação da prática de modo a prever e a programar as ações e os resultados desejados, é que o Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori se organizou para realizar suas atividades de planejamento quinzenalmente.

11. AVALIAÇÃO

11.1. O Processo Avaliativo



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Embora sejam os alunos os que respondam provas e questionários, na realidade não são os alunos que são avaliados. O que se avalia é o rendimento do sistema por meio das respostas dos alunos. Então, as interrogações dos estudos deveria consistentemente orienta-se, não às pessoas, que são os alunos, mas ao sistema no qual estão inseridos esses alunos. (apud Libâneo, 2004, p. 238).

A Respeito da Avaliação da Aprendizagem, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 24, inciso V, alínea a diz o seguinte “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Partindo da determinação presente na LDB, a avaliação não se resume a realização de provas e a atribuição de notas, mas é uma atividade que proporciona o levantamento de dados que devem ser submetidos a uma apreciação qualitativa que irá instrumentalizar orientar e retroalimentar o processo de planejamento. Desta forma, fica evidente que a avaliação não deve ser realizada em momentos pontuais, utilizando-se apenas de um determinado instrumento, mas ao avaliar o professor pode utilizar-se de momentos não formais como, por exemplo: estudo em grupo, debate, apresentação de trabalho, opções, participação em sala de aula, realização de atividades, pesquisas, ou outras formas de avaliar que o professor utilize desde que não contrarie o disposto na lei.

A maneira pela qual uma sociedade seleciona, classifica, Distribui, transmite e avalia os saberes educacionais. Destinados ao ensino reflete a distribuição do poder em seu interior e a maneira pela qual se encontra aí assegurado o controle social dos comportamentos Individuais. (apud Libâneo, 2004, p.169).

Atualmente, a ênfase está no aprender e não mais no ensinar, o que significa uma mudança no currículo, na postura do professor, da organização de sala de aula, da gestão de sala de aula, dos tipos de atividades, da gestão escolar, e principalmente, do próprio jeito de avaliar os alunos. Nessa perspectiva, essa forma de avaliar se enquadra na Concepção Formativa, a qual considera que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes. Nesse caso, o professor deve diversificar as formas de ensinar e agrupar os alunos.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Assim, o projeto de educação deve estar pautado pela cooperação e pela inclusão no lugar da competição e da exclusão.

Portanto, para que a avaliação esteja a serviço da aprendizagem dos alunos e das alunas é essencial que o professor conheça cada aluno e suas necessidades, pois só assim poderá pensar em diferentes estratégias que atendam a diversidade existente dentro da sala de aula.

11.2. Avaliação do Rendimento Escolar

.A avaliação tem como objetivo explicitar o processo de ensino e aprendizagem pelo qual professor e aluno passam, revelando as conquistas e dificuldades, os conteúdos e procedimentos adotados. No processo de ensino as observações e os registros deverão subsidiar as atividades de avaliação, planejamento e replanejamento.

A avaliação da aprendizagem será realizada com auxílio de procedimentos e instrumentos diversificados, objetivando melhor acompanhamento da aprendizagem do aluno, considerando-se as diferenças individuais e a diversidade da sala de aula.

O Ensino Fundamental Regular e na modalidade de Educação de Jovens e Adultos oferecidos pelo Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori tem como princípio, a interdisciplinaridade e poderão ser adotados procedimentos como pesquisas, trabalho individual e em grupo; avaliações interdisciplinares (servindo para duas ou mais disciplinas), aplicação de provas objetivas e subjetivas e a observação do aluno quanto:

- ✓ Ao desenvolvimento da capacidade da leitura e escrita na Língua Indígena e Língua Portuguesa;
- ✓ Ao compreender e saber recontar histórias e notícias narradas oralmente ou lidas;
- ✓ Ao aprender a interagir socialmente na língua indígena e na segunda língua (portuguesa);
- ✓ Ao desenvolvimento da capacidade para identificação e resolução de problemas no contexto da realidade escolar e da comunidade;
- ✓ Ao saber identificar e utilizar os conhecimentos matemáticos como meio de compreender o mundo a sua volta;
- ✓ Ao saber transmitir idéias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em língua portuguesa e indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

- ✓ Ao sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social;
- ✓ Ao desenvolvimento da capacidade para análise e síntese, de argumentar e selecionar conceitos, fatos e informações;
- ✓ Ao desenvolvimento da capacidade de relacionar os novos conhecimentos aos conhecimentos já existentes.

A avaliação será realizada por meio de um processo contínuo de construção do conhecimento dos alunos, utilizando-se dos seguintes instrumentos avaliativos:

- ✓ Avaliação diagnóstica;
- ✓ Avaliação formativa;
- ✓ Recuperação paralela;
- ✓ Avaliação final.

A recuperação paralela é entendida como recuperação dos conteúdos não aprendidos no período regular e deverá ser oferecida em cada bimestre.

A avaliação será expressa em nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Fica definido que a sistemática de avaliação será desenvolvida da seguinte forma:

- ✓ Para promoção o aluno deverá obter no mínimo 28 pontos ao longo do ano letivo;
- ✓ Ao final do ano letivo será considerado aprovado o aluno que obtiver Média Anual (MA) mínima de 7,0 (produtividade 70%);
- ✓ A Média Anual (MA) será obtida através da média aritmética dos quatro bimestres;
- ✓ O aluno que não atingir Média Anual prestará Exame Final (EF), sendo submetido a estudos de recuperação dos conteúdos não assimilados;
- ✓ Para submeter-se ao Exame Final o aluno deverá obter no decorrer do ano letivo, no mínimo, 16 pontos, que equivale a Média anual 4.0 (quatro);
- ✓ A média Final será obtida através da média aritmética entre a média Anual e a nota do Exame Final, cujo resultado deverá ser de no mínimo sete (7.0).

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

Esta Proposta se constitui um referencial para as atividades pedagógicas desenvolvidas pela equipe escolar do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori, porém, não tem fim em si mesmo e não está pronta, pois a mesma passará por modificações anualmente ou sempre que a comunidade escolar acreditar que seja necessário. A equipe escolar fará sempre o acompanhamento do desenvolvimento das atividades e deve traçar um confronto entre os objetivos pretendidos para cada nível e modalidade de ensino e os resultados obtidos, sendo que essa análise entrará como indicador fundamental no processo avaliativo global deste Centro de Ensino.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA ADJUNTA DE ENSINO
SUPERINTENDÊNCIA DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS
SUPERVISÃO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA

REFERÊNCIAS

- As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena, Ministério da Educação – MEC;
- BASTOS, João Batista (org). Gestão Democrática – Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 3ª edição.
- LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96;
- LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2003.
- PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, e Educação Física), Ministério da Educação – MEC;
- Proposta Curricular de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental – Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Matemática – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Língua Portuguesa – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de História – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Geografia – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Ciências Naturais – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Artes – 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular de Ensino Religioso – 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental, Governo do Estado do Maranhão;
- Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos (primeiro e segundo seguimento) Ministério da Educação – MEC;
- Referenciais Curriculares para Educação Infantil, Ministério da Educação – MEC;
- Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, Ministério da Educação – MEC;
- Referenciais para a formação de professores indígenas, Ministério da Educação – MEC;
- SILVA, Aracy Lopes da e FERREIRA, Mariana Kawall Leal (org). Práticas Pedagógicas na Escola Indígena. – São Paulo: Global, 2001.

APÊNDICE A

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE ENSINO INDÍGENA GIANNI
SARTORI – REVISADO**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC
SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DE ENSINO E APRENDIZAGEM - SAGEA
SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM-SUGEDA
SUPERVISÃO DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS-SUPMODE
UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO-URE/IMPERATRIZ
NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIRO E INDÍGENA - NEABINFMA PORTO FRANCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS - PPGFOPRED/UFMA



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori
Terra Indígena Arariboia
Aldeia Juçaral
Povo Tentehar (Guajajara)
Junho 2022

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR

Governador do Estado do Maranhão

LEUZINETE PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado da Educação

NÁDIA CHRISTINA GUIMARÃES DUTRA

Secretária Adjunta de Ensino

SILVANA MARIA MACHADO BASTOS

Superintendente da Educação Básica

Gestora da Unidade Regional de Educação de Imperatriz

JOSÉ AMORIM FILHO GUAJAJARA

Gestor do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

Coordenadora do Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena
do IFMA Porto Franco

BETÂNIA OLIVEIRA BARROSO

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em
Práticas Educativas - PPGFOPRED\UFMA

APRESENTAÇÃO

A revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori da Aldeia Juçaral do povo Tentehar, na Terra Indígena (TI) Arariboia ocorreu a partir de uma demanda apontada pela Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia - COCCALITIA e se deu através ações conjuntas da Unidade Regional de Educação (URE) de Imperatriz, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Avançado Porto Franco e do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED\UFMA.

A principal ação dos envolvidos nessa tarefa foi a escuta das demandas e dos anseios dessa comunidade escolar em relação ao que ela espera da educação escolar indígena, bem como a discussão da importância do PPP para a comunidade.

Dessa forma, foram realizados encontros no CEI Gianni Sartori com o objetivo de conhecer quais eram as aspirações da aldeia e as perspectivas educacionais do povo Tentehar (Guajajara). A metodologia desses momentos se constituiu a partir da escuta das lideranças, dos professores, dos pais e alunos. Com tempo de fala livre para se manifestarem sobre a realidade da escola e sobre como a educação escolar indígena deve ser um meio para a reafirmação da sua identidade étnica e para a compreensão do mundo não-indígena.

Para tanto, foi crucial a participação dos Tentehar (Guajajara) na construção do referido documento, fato refletido notoriamente no esforço de implementar processos dialógicos entre a educação expressa nos princípios culturais *Tentehar* e da educação convencional dita ocidental.

Este Projeto Político-Pedagógico, portanto, pode ser um instrumento a mais, na busca pela reafirmação não apenas identitárias, mas, sobretudo, de seus valores étnicos, refletidos na tradição, na cultura e no território.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	206
INTRODUÇÃO.....	208
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	211
2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA.....	212
3. ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	214
4. O QUE A INSTITUIÇÃO OFERTA.....	216
5. CONTEXTO SOCIAL / CULTURAL DA ESCOLA.....	217
6. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA.....	218
7. MARCO CONCEITUAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA.....	222
8. PLANO DE AÇÃO – AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA.....	225
9. A MISSÃO DA ESCOLA.....	230
10. VISÃO DA ESCOLA.....	231
11. CONSELHO DE CLASSE.....	231
12. AVALIAÇÃO.....	232
13. MONITORAMENTO / ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO.....	233
14. OS COMPONENTES CURRICULARES.....	234
14.1. COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO.....	247
14.2. COMPONENTES CURRICULARES ENSINO FUNDAMENTAL: 6º AO 9º ANO.....	260
REFERÊNCIAS.....	291
ANEXOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

A educação escolarizada destinada aos Povos Indígenas terá os melhores efeitos se contar com a participação efetiva de tais Povos. Participação efetiva significa a garantia de poder falar, opinar, sugerir, propor. Significa ser escutado com atenção. Significa também a possibilidade de experimentar, de colocar em execução seus projetos, seus experimentos, frutos de suas falas, de suas vozes, de suas sugestões e experiências.

Este Projeto Político-Pedagógico, caminhou exatamente nesse sentido: de ouvir os indígenas, suas falas, suas sugestões e proposições. As vozes vieram dos mais diferentes e variados integrantes da comunidade. Estudantes: adolescentes, jovens e adultos. Docentes, tanto os indígenas, quanto os não indígenas. Anciãs e Anciãos, conhecidos pelos Tentehar, em sua língua, como *Zaryi*, termo utilizado para a mulher idosa e avó. E *Tumui*, termo referente ao homem idoso e avô. Caciques e Lideranças, também falaram, assim também como pais e mães de estudantes. Refletimos, discutimos acerca das variadas proposições que apresentaram, exatamente na proposição que consta no texto da LDB: “Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas”¹. Este PPP, portanto, pode ser visto como um projeto a ser executado, oriundo das vozes participativas dos indígenas.

As participações efetivas que foram moldando esse Projeto Político-Pedagógico, se deram em seis encontros (rodas de conversa e oficinas) no Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, pertencente aos Tentehar (Guajajara), na aldeia Juçaral. Tais encontros foram mediados pedagogicamente pela equipe do IFMA Campus Avançado Porto Franco, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI, da Unidade Regional de Educação - URE de Imperatriz e do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas da UFMA. Com apoio e coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia e da Equipe Gestora do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.

A base onde se ancora este Projeto Político-Pedagógico são os preceitos legais que dão sustentação à educação escolar indígena. É a Constituição de 1988 que amplia e inspira os atos legislativos que doravante se sucederão. “São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes,

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/1996

línguas, crenças e tradições...”² Esse texto assegura aos indígenas permanecerem como tais, ou seja, garantia da manutenção da diferença, com a expressão de todas as suas manifestações culturais, quanto do seu modo de vida manifestado no cotidiano.

No âmbito educacional, é garantido e assegurado às comunidades indígenas também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.³ A comunidade da Aldeia Juçaral e as demais da Terra Indígena Arariboia, tem demonstrado não só interesse, como tem adotado medidas e estratégias para a preservação da sua língua. É no contexto da escola que o idioma indígena tem sido trabalhado pontualmente, sobretudo, no âmbito da escrita e da leitura.

É nesse sentido que a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), se posiciona em seu artigo 28, item 3: “deverão ser adotadas disposições para se preservar as línguas indígenas dos povos interessados e promover desenvolvimento e prática das mesmas.”

Além do bilinguismo, este Projeto Pedagógico também tem como objetivo ser a expressão das aspirações educacionais dos Tentehar (Guajajara) do Pindaré. Tais aspirações podem ser entendidas pela expectativa de uma educação que valorize, respeite, promova, ressignifique e resgate os preceitos culturais, materiais e imateriais. Ao mesmo tempo, que seja uma educação de qualidade, cujos níveis alcancem os mesmos (e quiçá superem) da educação escolarizada dos não indígenas, colocando os indígenas em condições de igualdade com os outros segmentos da comunidade escolar nacional.

Esses objetivos, portanto, almejam o atendimento aos princípios, da educação escolar indígena, ou seja, da igualdade social, da especificidade, da diferenciação, da interculturalidade e do bilinguismo.

Outro marco teórico que sustenta esse Projeto Pedagógico é o pensamento de Demerval Saviani. De acordo com a Pedagogia de Saviani, é papel do educador procurar conhecer a realidade dos estudantes. Esse conhecimento, entendido como um mapeamento, facilita na compreensão acerca do prévio conhecimento de alunos e alunas, facilitando assim na preparação dos assuntos a serem trabalhados. Segundo Saviani, a educação é vista como uma produção do saber, e o ensino, como integrante da ação no processo de educação, tem no professor seu principal representante (SAVIANI,

² Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 231.

³ Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 210.

1991). Nesse sentido, o professor é o produtor do saber e o estudante o seu consumidor imediato.

Esse marco teórico se alinha a perspectiva em torno da dimensão política e pedagógica do PPP direcionado a Educação Indígena, já se pode perceber corroborando Baniwa que trata da emergência do movimento articulado de professores indígenas como aliado ao movimento maior dos povos indígenas e isso contribuiu para se criar condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominadas escolas-piloto indígenas. São denominadas escolas-piloto por se tratarem de experiências inovadoras de iniciativa não-governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e de suas assessorias. As experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por todo o território brasileiro. Essas escolas são as primeiras que levam em consideração a idéia central da educação escolar indígena diferenciada: a de pensar e praticar os processos político-pedagógicos a partir das realidades sócio-históricas dos distintos povos

Este Projeto Pedagógico também está amparado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, cujo texto está na Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica. As Diretrizes desta Resolução, em suas orientações deixa claro em primeiro lugar, sobre os princípios que são os fundamentos da Educação Escolar Indígena, os quais são: princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade.

Em segundo lugar, mais precisamente acerca dos objetivos da Resolução, chamamos atenção sobre os “processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico”. Em terceiro lugar, assegura a organização comunitária, privilegiando as práticas socioculturais e econômicas, bem como suas formas de produção de conhecimento, onde seja evidenciado e valorizado suas formas próprias de ensino e aprendizagem, podendo ser veiculado em língua indígena.

Esses pontos em destaque da Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012 enumerados acima, estão pautados nesse Projeto Pedagógico. Ele é uma tentativa de um exercício pedagógico para que esta Escola Indígena seja protagonista na utilização dos seus processos próprios de aprendizagem, concomitante com a utilização de seu idioma.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

- 1.1.** Denominação: Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori
- 1.2.** Endereço: Aldeia Juçaral, Terra Indígena Arariboia, Município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão – Brasil.
- 1.3.** Telefones: (99)
- 1.4.** E-mail institucional:
E-mail alternativo:
- 1.5.** Página da Escola:
- 1.6.** Dependência Administrativa: Rede Estadual de Ensino
- 1.7.** Entidade Mantenedora: Governado do Estado do Maranhão – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
- 1.8.** Núcleo Regional: Unidade Regional de Educação – URE/Santa Inês.
- 1.9.** Instituições e Organizações Parceiras:
- ✓ Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia
COCCALITIA
 - ✓ Guardiões Indígenas de Proteção Ambiental e Territorial
 - ✓ Brigada Indígena Juçaral de Combate e Prevenção aos Incêndios
Florestais- PREV FOGO IBAMA
 - ✓ Polo Base de Saúde Indígena de Amarante do Maranhão – DSEI/MA/
 - ✓ Secretaria Municipal de Educação – Amarante do Maranhão/MA
 - ✓ Secretaria Municipal de Cultura - Amarante do Maranhão
 - ✓ Anciãos, Anciãs, Cantores e Cantoras, Pajés da Terra Indígena Arariboia
 - ✓ Unidade Regional de Educação – URE/Imperatriz
 - ✓ Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Coordenação Regional e Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá
 - ✓ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA
 - ✓ Universidade Federal do Maranhão - UFMA
- 1.10.** Tipo de Escola: Indígena (zona rural)

2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO CENTRO DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA GEANNI SARTORI

O início do processo de escolarização da aldeia Juçaral se deu pela iniciativa da própria comunidade há mais de 30 anos. Os próprios indígenas construíram a escola, de palha e pau, e com seus recursos pagavam uma professora Karaiw, chamada Benta Sales, para alfabetizá-los na língua portuguesa, já que ninguém sabia ler e escrever em português.

Por volta de 1992 foi construída uma escola com a doação financeira de um italiano chamado Gianni Sartori. Foram feitas duas salas: uma para a alfabetização e outra para funcionar como posto de saúde. Como homenagem, o espaço recebeu o nome do doador.

Em 1991, uma mudança na gestão das escolas indígenas foi realizada. O Ministério da Educação (MEC) lançou o Decreto nº 26, atribuindo a coordenação das ações de educação escolar indígena no país às Secretarias de Estaduais e Municipais de Educação, que foram imbuídas de desenvolverem ações de educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural (SÁ, 2014, p. 176).

Segundo Sá (2014), a confluência da construção da primeira escola e o decreto de responsabilidade da coordenação da educação escolar indígena motivou entre os Tentehar da aldeia Juçaral o engajamento na educação escolarizada de crianças, jovens e adultos bem como a formação pedagógica dos futuros professores da escola, como é o caso da professora Cíntia Guajajara que fez o magistério indígena e posteriormente passou a lecionar falando o idioma tentehar e escrevendo na língua portuguesa.

A escola que está localizada na Aldeia Juçaral, pertencente a Terra Indígena Arariboia. A Terra Indígena Arariboia está localizada nas mesorregiões oeste e centro maranhense, microregião de Imperatriz, coordenada 4º. 55' 19' S 46º.22' 33' W. Situada nos municípios de Amarante do Maranhão, Buriticupu, Arame, Santa Luzia, Grajaú e Bom Jesus das Selvas. Integra o Bioma Amazônia (97,56) e o Bioma Cerrado (2,44) e possui extensão de 413.288,0472 hectares. Foi homologada pelo Decreto 98.852 de 23/01/1990. É constituída porcerca de 60 aldeias organizadas em nove micro-regiões: Lagoa Comprida; Zutiwa; Canudal; Arariboia; Angico Torto; Bom Jesus; ... E que além

do povo Tentehar, a Terra Indígena Arariboia abriga também em seu interior o povo Awá-Guajá. Na Terra Indígena Arariboia as comunidades que a constituem têm sido envolvidas em sucessivas façanhas da lógica desenvolvimentista civilizada. Nas Décadas de 60, 70 e 80 do século passado, por exemplo, aconteceu uma façanha extremamente impactante aos povos indígenas desta territorialidade. Referimo-nos aqui ao processo de implantação do “Projeto Grande Carajás”. Mega empreendimento econômico, que causou transtornos e danos irreparáveis aos povos Tentehar e da Terra Arariboia. Outra onda impactante social e ambientalmente abateu-se sobre esta mesma territorialidade e seus habitantes no início da década de 90, prolongando-se, sobretudo suas consequências nefastas, até o presente momento. Trata-se da abertura da Terra Indígena Arariboia a uma desregulada exploração madeireira.

Os Tentehar (Guajajara), mantêm, portanto, longo tempo de contato com a sociedade nacional. Esse tempo lhes proporcionou a adoção de variadas estratégias para a continuidade de sua existência física, a garantia de seu espaço físico, como também a incorporação de variados elementos culturais, sendo esses reelaborados de acordo com suas percepções do mundo e do contexto social, geográfico, político e econômico em que estão inseridos.

Os Guajajara, se autodenominam Tentehar ete, cujo significado para eles é: “*nós somos gente verdadeira*”, ou “*gente verdadeira*”⁴. Essa expressão soa como uma demarcação, uma posição frente a uma oposição. Implica também uma afirmação de autenticidade, de exatidão, daquilo que está correto, do que é sincero, e outros adjetivos mais que podem ser oriundos da palavra *verdade*.

O Centro de Educação Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori oferece Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens, Adultos e Idosos-EJAI, de nível fundamental e médio. Atende nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

3. ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Esta escola está organizada de uma maneira que atenda aos anseios da comunidade escolar. Esta comunidade é composta por docentes, discentes, gestores, pais, mães, avós, avôs e lideranças indígenas tanto da aldeia Juçaral, quanto de outras aldeias circunvizinhas da Terra Indígena Arariboia.

O corpo docente é composto por professores indígenas e não indígenas, onde os não indígenas todos possuem curso de graduação e a maioria dos indígenas, que ainda se encontram em fase de conclusão de seus cursos, excetuando-se uma professora que já concluiu a Licenciatura Intercultural e o Mestrado. Os docentes indígenas residem todos na Terra Indígena Arariboia, sendo a grande maioria na Aldeia Juçaral. Já os docentes não indígenas, são residentes em povoados próximos e na sede do município de Amarante do Maranhão - MA.

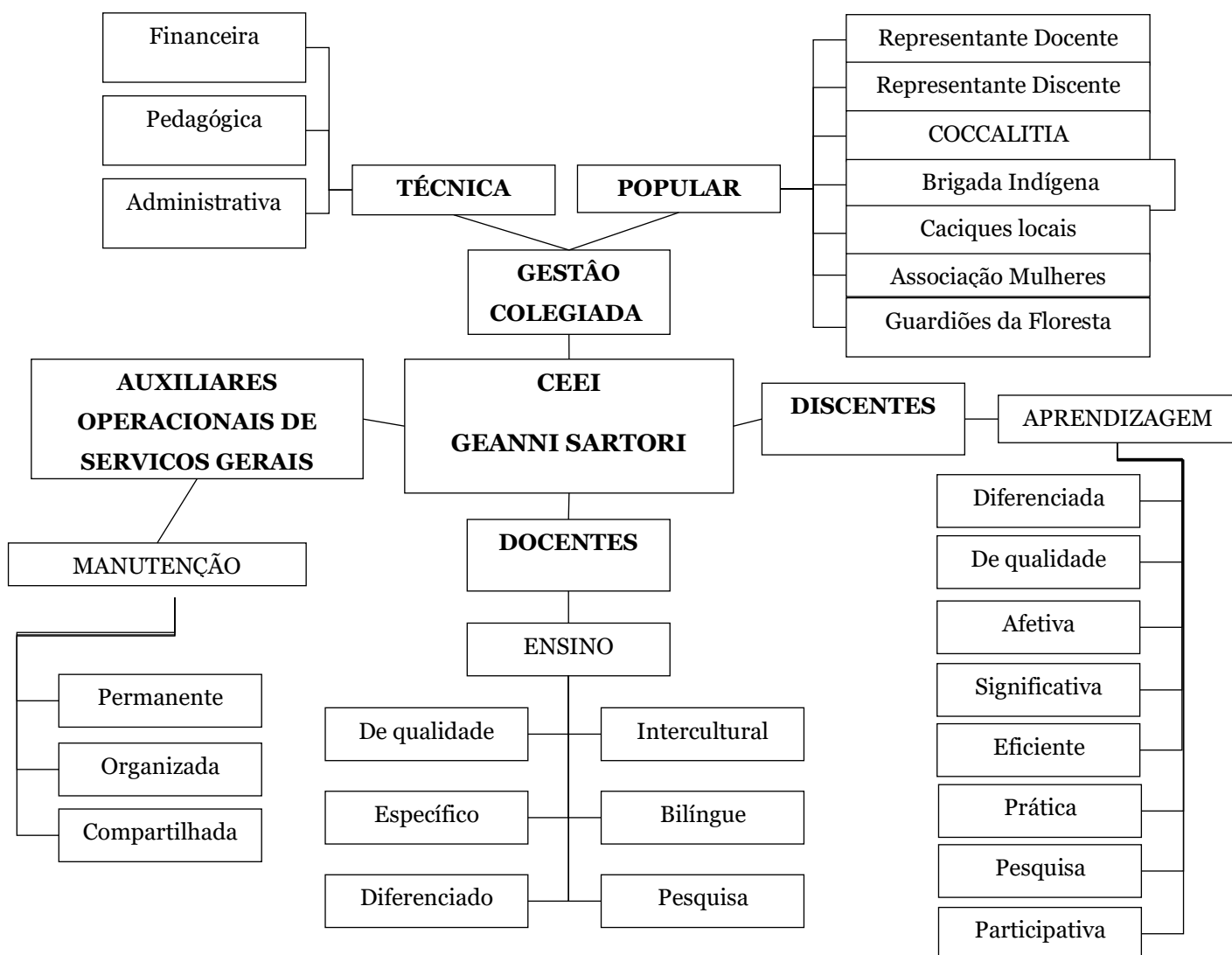
O corpo discente é absolutamente indígena, pertencente ao Povo Tentehar (Guajajara). São residentes nas aldeias da Terra Arariboia, sendo a maioria da aldeia Juçaral e aldeias circunvizinhas. Este documento está sendo elaborado com a participação efetiva dos estudantes, cujas contribuições tem demonstrado maturidade, empenho e compromisso com as atividades da escola.

Pais e mães, avôs e avós dos estudantes, e outros parentes, também tem cooperado com a formatação deste projeto político - pedagógico. Tem sido notável a participação, com sugestões, e sobretudo, no acompanhamento das discussões e proposições apresentadas para o bom andamento das atividades escolares.

Outro segmento do Povo Tentehar, são as suas lideranças. Dentre estas lideranças, destacam-se: caciques, professores, cantores e outros expoentes desse povo. De forma decisiva, tem participado da elaboração deste Projeto Político-Pedagógico, com sugestões, através de uma fala ponderada, cautelosa e às vezes exortativa, no sentido de que a escola caminhe por uma via de resguardar os elementos que compõem o arcabouço cultural do Povo Tentehar (Guajajara) do território Arariboia.

No âmbito da organização administrativa, didática e disciplinar, o Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori será regido pelas normas estabelecidas no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão, e posteriormente será regido também por um regimento interno específico.

O organograma seguinte demonstra como está sendo pensado o Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.



O Prédio escolar é constituído de 01 bloco onde constam 02 salas de aula. Constam ainda no prédio escolar, as seguintes dependências:

- 01 Sala para Direção;
- 01 Pátio;
- 01 Cozinha;
- 01 Banheiro para estudantes (feminino);
- 01 Banheiro para estudantes (masculino);

4. O QUE A INSTITUIÇÃO OFERTA

O Estabelecimento de Ensino oferta de forma presencial os seguintes níveis e séries escolares:

- 4.1.** Educação Infantil
- 4.2.** Ensino Fundamental – Anos iniciais: do 1º ao 5º Ano. Esta clientela a escola atende no turno matutino.
- 4.3.** Ensino Fundamental – Anos finais: do 6º ao 9º Ano. São atendidos no turno vespertino
- 4.4.** Ensino Médio – do 1ª a 3ª Série. Os estudantes do Ensino Médio frequentam a escola no turno noturno.
- 4.5.** Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, nível fundamental e médio. Os estudantes do Educação de Jovens, Adultos e Idosos, frequentam a escola no turno noturno.
- 4.6.** O Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori se propõe, enquanto instituição educacional, a oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a seu corpo discente, na medida da identificação dessa demanda. Se propõe também na busca dos recursos necessários para a aquisição de equipamentos, materiais e capacitação para os docentes, para o atendimento dos estudantes que necessitarem. No primeiro momento, a proposição deste Estabelecimento de Ensino é a inclusão dos estudantes que apresentarem Necessidades Educacionais Especiais-NEE, em classe comum do ensino regular, dando a devida atenção e os cuidados necessários que cada discente apresentar. O Atendimento Educacional Especializado, em que esta Escola propõe tem como base a Resolução Nº 04 de 02 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

5. CONTEXTO SOCIAL / CULTURAL DA ESCOLA

O longo tempo de contato dos Tentehar (Guajajara) com variados segmentos da sociedade nacional majoritária, proporcionou a incorporação de variados elementos culturais no seio do ethos comunitário. A incorporação de tais elementos, deu-se na maioria das vezes de forma compulsória, pois era uma alternativa de sobrevivência.

De maneira estratégica, os Tentehar souberam fazer as devidas adaptações e traduções dos novos elementos, convertendo-os em novas formas de pensar, agir e fazer. Isso garantiu sua existência como Povo diferenciado até os dias de hoje.

Atualmente, a língua Tentehar é mantida como primeira língua no cotidiano das comunidades, como também na condução de rituais, cerimônias, celebrações religiosas e culturais, que só podem ser realizados na língua indígena. Na aldeia Juçaral, a língua portuguesa é tida como língua franca por proporcionar a comunicação com a sociedade envolvente.

A escola indígena hoje, se constitui como um espaço que busca por consolidação dos valores culturais dos Tentehar. Busca também consolidar a associação entre os conhecimentos ditos científicos universais e os outros conhecimentos, os saberes tradicionais, saberes culturais dos Tentehar. A escola, portanto, caminha na direção da valorização da educação escolar, formal e na valorização da educação informal, a educação do cotidiano, a educação indígena do Povo Tentehar.

Nesse sentido, esta escola tem buscado a aprimoração de suas metodologias, das abordagens pedagógicas, da eficiência da gestão escolar, valorizando os espaços e tempos de aprendizagem, priorizando um relacionamento afetivo na relação professor/aluno; aluno/professor; gestão/professor; gestão/aluno.

Busca também a aproximação dos pais, mães, avós, avôs, lideranças e outros expoentes da comunidade indígena, para a soma de esforços, compartilhamento de experiências e acompanhamento do trabalho pedagógico escolar. Pois essa proximidade fortalece, e dá sentido coletivo de comunidade escolar indígena. Essa aproximação fortalece também, não só os valores culturais, como faz valer a importância da prática das principais manifestações culturais do Povo Tentehar (Guajajara).

O contexto, sinaliza para o fortalecimento das atividades pedagógicas, priorizando um direcionamento para uma educação específica

para o Povo Tentehar (Guajajara) da Terra Arariboia. Sinaliza também com proposições diferenciadas objetivando a efetivação da aprendizagem.

A ideia é criar um contexto linguístico de produção e reprodução dos usos mais frequentes do idioma Tentehar, de tal modo que seja uma prática de todo o trabalho pedagógico da escola. Essa atividade pressupõe um diálogo com os docentes de língua indígena da escola, proporcionando um processo de interdisciplinaridade.

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

É difícil falar de uma abordagem metodológica específica quando se trata da educação escolar indígena, sobretudo porque esta proposta se encontra em processo de construção teórica e prática. Deve-se, entretanto, ter claro que para a construção desta proposta precisou-se de um aporte ao qual a escola se vinculará, pelo menos, até a construção de uma nova proposta. Portanto, considerando que a educação escolar indígena deve garantir aos seus alunos um ensino específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural, e pensando, ainda, no trabalho que já vem sendo desenvolvido pelos professores do centro de Ensino Escolar Indígena Gianni Sartori, onde há a valorização dos educandos, respeito ao ritmo próprio de cada um, ao contexto sócio-cultural através de aulas-passeio, pesquisa de campo e projetos didáticos que estimulam um convívio pacífico, solidário e cooperativo.

São várias as abordagens metodológicas, que exprimem uma proposta pedagógica. Em se tratando de educação escolar indígena, no entanto, a abordagem metodológica, que norteie a proposta pedagógica deve caminhar na direção dos princípios basilares dessa educação, ou seja: sua especificidade, sua diferenciação, sua interculturalidade e seu bilinguismo, e mais recentemente com a Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012, o princípio da igualdade social.

Com o Decreto Presidencial nº 26 de fevereiro de 1991, a gestão da educação escolar indígena é transferida da Fundação Nacional do Índio (Funai), para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo o decreto, o MEC passa a coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, com a audiência da Funai. No entanto, as ações, no que se refere às atividades práticas, serão desenvolvidas pelos estados e/ou municípios, através de suas secretarias de educação.

Dessa forma, o MEC passa a atender mais uma demanda educativa. Está agora sob sua custódia mais uma modalidade de educação: a escolar indígena. (PINTO, 2013). Tentando amenizar o impacto na absorção dessa nova clientela, o Ministério da Educação, elaborou uma política de educação escolar indígena, objetivando nortear suas ações. Para tanto, reuniu-se de especialistas tanto indígenas, quanto não indígenas já atuantes em projetos e ações educativas alternativas, para preparar o caminho de atuação de estados ou municípios que iriam ser os executores dessa nova educação escolar indígena.

Inicialmente é criado no âmbito do Ministério da Educação, um comitê de educação escolar indígena, cuja finalidade é "subsidiar as ações e proporcionar apoio técnico-científico às decisões que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados com o Programa de Educação Escolar Indígena"⁵.

Com essas ações é que vai se delineando os princípios da educação escolar indígena, devendo ser: específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Por educação específica entendemos ser aquela cuja proposta ou proposição é exclusiva, ou seja, tem uma destinação própria. É particularizada. É especial, no sentido de estar fora do comum, do trivial. A educação diferenciada é aquela que está diretamente relacionada com a questão da *singularidade*. Pode ser também, do *extraordinário*. A proposta é apresentar uma educação singular, extraordinária, na medida em que se reconhece a singularidade de cada povo indígena. No âmbito da educação intercultural, Collet afirma que: "É tudo que está relacionado entre duas ou mais culturas. Pode ser relações de troca, ou o que está apropriado entre duas culturas. Inter + cultura = entre / culturas. Intercultural." (COLLET, 2006, p. 123). O bilinguismo, é o aprendizado da leitura e da escrita tanto em Língua Portuguesa, quanto em Língua Indígena. Os povos indígenas que vivem no Maranhão, embora não haja um dado estatístico que venha mensurar essa informação, acreditamos que um percentual considerável dos indígenas, são bilíngues. Esse bilinguismo, no entanto, não foi aprendido na escola. A condição de bilíngues foi resultado do contato estabelecido e mantido com variados segmentos da população brasileira.

O aprendizado da língua portuguesa se apresenta como uma condição vital para os indígenas. O sucesso nas empreitadas que o contato demanda, está intimamente relacionado com o domínio da língua portuguesa.

⁵ Portaria Interministerial nº 559/91

Esse domínio se configura inicialmente na aquisição da fluência, que se expressa no falar e no entender a língua portuguesa. As relações oriundas do contato, geralmente se manifestam pela oralidade. Nesse sentido é de fundamental importância o entendimento oral da língua portuguesa.

O bilinguismo, todavia, enquanto proposta pedagógica entendido como princípio da educação escolar indígena, se sustenta no ensino de duas modalidades para o aprendizado da língua: Primeira, da alfabetização do indígena em sua língua nativa, ou seja, o ensinamento da leitura e da escrita em sua língua. A segunda é o ensinamento em língua portuguesa, também da leitura e escrita. Essa é a proposta do bilinguismo.

Diante, portanto dos princípios da educação escolar indígena, acreditamos que o pensamento pedagógico de Célestin Freinet⁶ melhor se adequa aos postulados dessa educação.

Freinet postula uma pedagogia de valorização do ser humano, seu trabalho manual, sua vivência em seu meio de habitação e a livre expressão. A escola que propõe Freinet, é em espaço que se aproxima da vida, para isso, é necessário fazer observações para conhecer o contexto da vida social, vida ambiental, vida econômica e vida cultural do contexto da escola.

Nesse sentido ele propõe aulas fora da escola, como aulas passeio, e outras atividades que desenvolvam interesses por questões ligadas ao dia a dia da escola, dos estudantes, da gestão e da comunidade escolar como um todo.

Vale destacar que as aulas passeio, não estão simplesmente voltadas para atividades fora da escola, mas, sim para despertar a conscientização no interesse sobre as questões sociais, ambientais, culturais e estruturais do seu meio, da sua comunidade. A ideia é a conscientização das questões sociais e da sua história social. Ou seja, a história do Povo, no caso, o Povo Tentehar (Guajajara).

Outro aspecto de destaque na pedagogia de Célestin Freinet é a afetividade. Segundo ele, é de suma importância a atividade física por um lado e a afetividade e o pensamento, por outro. Esse conjunto ajuda na formação

⁶ Celestin Freinet, nasceu na França, numa pequena vila chamada Gars, nos Alpes Franceses, em 1896. Sua infância e juventude foi no meio rural, cujas paisagens, modo de produção de trabalho artesanal, comportamento e valores do homem do campo, influenciou muito sua vida, repercutindo posteriormente em seu trabalho pedagógico.

integral do ser humano. Para Rosa Sampaio⁷, estudiosa de Freinet, a forma mais profunda de aprendizado é o envolvimento afetivo.

Ter como base a pedagogia de Freinet se constitui também um desafio, sobretudo para os docentes, pois para o pensador francês, o conhecimento deve ser despertado como uma vontade de saciar a sede. Ele ilustra a busca por conhecimento, exemplificando o caso do cavalo, que nunca é obrigado a beber água, ele só se dirige ao bebedouro, quando está com sede.

Se o aluno não tem sede de conhecimentos, nem qualquer apetite pelo trabalho que você lhe apresenta, também será trabalho perdido ‘enfiar-lhe’ nos ouvidos as demonstrações mais eloquentes. Seria como falar com um surdo... O cavalo não está com sede. E cuidado: com essa insistência ou com essa autoridade bruta, você corre o risco de suscitar nos alunos uma espécie de aversão fisiológica pelo alimento intelectual, e de bloquear, talvez para sempre, os caminhos reais que levam às profundidades fecundas do ser.” (FREINET, 2004:19)

A atitude do professor, segundo Freinet, deve ser o contrário. Deve contribuir para o despertar da sede, do conhecimento, de maneira natural, sem autoritarismo.

“Provocar a sede, mesmo que por meios indiretos. Restabelecer os circuitos. Suscitar um apelo interior para o alimento desejado. Então, os olhos se animam, as bocas se abrem, os músculos se agitam. Há aspiração e não atonia ou repulsão.” (FREINET, 2004:19).

Os esforços, portanto, caminham no sentido de uma prática pedagógica sempre voltada para produzir nos alunos e alunas o interesse pelo saber, pelo conhecimento, tanto o conhecimento dito científico, quanto o conhecimento do dia a dia, que acontece em outros ambientes fora da escola.

Despertar também o interesse pela cultura, no âmbito da valorização, ressignificação e aprendizado, com destaque para as manifestações culturais, rituais, celebrações, cantos e outros, dentro dos recônditos da cultura Tentehar, expressos através do idioma indígena.

⁷ SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker. Freinet: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

7. MARCO CONCEITUAL DO CENTRO DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA GEANNI SARTORI

Além dos princípios norteadores da educação escolar indígena (especificidade, diferenciação, interculturalidade e bilinguismo), esta escola está ancorada em princípios de igualdade entre os estudantes, entretanto, não dispensando a atenção individual que cada um deve merecer, no sentido de ajudar nas suas dificuldades em decorrência do processo de aprendizagem.

Esta escola também prima, em todo decorrer do trabalho pedagógico, por uma abordagem centrada na afetividade, pois é o afeto a base dos processos mentais, que contribuem decisivamente para a aprendizagem. Os processos mentais, portanto, envolvem no aspecto psicológico o conjunto dos componentes: cognitivo, emocional, motivacional e comportamental, cuja base, de tais componentes é a afetividade.

A escola também está ancorada no respeito mútuo, tanto na relação professor/aluno, quanto aluno/professor. O respeito também é estendido no relacionamento do corpo discente com a gestão da escola, com o corpo docente e com outros integrantes, como: zelador (a), merendeira, vigilantes, porteiros e outros.

Os valores que a comunidade escolar tem pactuado, estão assim firmados:

7.1. Os Valores da Escola

- Respeito às diferenças entre os seres humanos, no que se refere a cor, religião, orientação sexual, profissional, etnia, nacionalidade, pois cada ser individual e coletivo é livre para expressão de suas crenças, e o exercício de sua atividade profissional, de acordo com sua competência e oportunidade.
- Respeito e valorização ao modo de vida e aos aspectos culturais e manifestações do povo Tentehar, expressas de forma material e imaterial por meio da participação efetiva.
- Justiça, no entendimento dos direitos e dos deveres. Da honestidade. Da tolerância.
- Respeito aos mais velhos. Ao pai e a mãe, aos avós, as lideranças indígenas e não indígenas. Respeito aos mestres (professores e professoras). Respeito aos que hierarquicamente estão em posição mais elevada.

- Respeito ao meio ambiente, manifestado através do cuidado, preservação, limpeza, tanto do ambiente escolar, quanto do ambiente comunitário local (aldeia), e regional (município), etc.
- Respeito com a Terra Indígena Arariboia, no sentido de não exploração indiscriminada da mata, do rio, riachos e lagos, manifestado através do replantio de espécies nativas e de uma área inicial de preservação permanente.
- Conscientização e sensibilização da preservação e manutenção dos recursos naturais da Terra Indígena Arariboia.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.
- Solidariedade. Compromisso de ajudar as pessoas, particularmente diante dos pobres, dos desprotegidos, dos que sofrem, dos injustiçados, com o intuito de confortar, consolar e oferecer alternativas de ajuda.
- Auto Respeito. Autocuidado. Compromisso de cuidar bem de si, do corpo, afastando-se de perigos, e tudo que possa pôr em risco a própria vida.
- Da cooperação e parceria para com os colegas de sala de aula, e de outras séries.
- Cooperação e parceria com integrantes da comunidade e outros profissionais (colaboradores) da escola.
- Respeito coletivo (comunitário) e individual, aos mortos e aos momentos de luto em memória do falecimento de um membro da comunidade.
- Respeito coletivo (comunitário) e individual aos momentos de festas e outras celebrações do Povo Tentehar do território Arariboia, no sentido de participação e cooperação em todos os momentos do evento festivo.

Esses valores pactuados entre gestores, docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar, são buscados, aprimorados e vivenciados no âmbito das atividades da escola e fora dela.

É a partir deste marco conceitual, na perspectiva dos valores, que esta comunidade escolar, com a participação direta dos estudantes, esboçou sua visão, acerca de um perfil dos professores e professoras. Ou seja, os estudantes elencaram aquilo que esperam ser o comportamento, dos docentes, no decorrer do trabalho pedagógico. Este, portanto, é o perfil:

7.2. O que os Estudantes esperam dos professores:

- Que os docentes não coloquem os estudantes em atitudes constrangedoras, não chamando atenção (com censuras), em sala de aula. Que as correções, quando houver, sejam sempre em particular.
- Que haja respeito ao processo de aprendizagem de cada estudante, pois cada um tem ritmo e maneiras próprias de aprender.
- Que haja mais clareza nas explicações, mais dinamismo e ludicidade nas exposições das aulas.
- Que saibam impor limites claros na sala de aula.
- Que haja mais otimismo e crença no potencial de cada estudante, mesmo daqueles que não se manifestam com frequência em sala de aula.
- Que os conteúdos sejam de acordo com as necessidades dos alunos, que os assuntos alcancem mais a prática, no exercício diário da cidadania.
- Que os assuntos sejam trabalhados numa metodologia que privilegie a pesquisa, os seminários, trabalhos em grupos, exibição de filmes, documentários.
- Em relação especificamente aos docentes de Língua Indígena, sugere-se que a metodologia seja trabalhada de forma a contemplar a tradução simultânea das palavras e frases da língua indígena para a língua portuguesa. Sempre que a necessidade assim o exigir.
- Valorização e participação docente nas manifestações culturais do povo Tentehar.

Os professores e professoras também se manifestaram em relação a criar um perfil dos estudantes. Os docentes relataram de como gostariam que os alunos e alunas se expressassem em sala de aula. O perfil dos estudantes é esse:

7.3. O que os Professores esperam dos Estudantes:

- Que seja dedicada atenção em todo o tempo da aula, evitando conversas paralelas desnecessárias.
- Que o estudante seja participativo, fazendo as intervenções sempre que tiver dúvida em relação ao assunto que está sendo apresentado.
- Que o estudante demonstre sempre desejo em aprender, em querer conhecer.
- Que sejam mais companheiros e parceiros com os colegas em sala de aula.
- Que sejam menos competitivos, e mais solidários, sobretudo com aqueles que tem demonstrado baixo desempenho.

- Que valorize mais o professor, efetuando as atividades de casa, e justificando para o docente, sempre que faltar as aulas.
- Valorização e participação discente nas manifestações culturais do povo Tentehar.

8. PLANO DE AÇÃO – AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA.

O trabalho pedagógico da escola tem como objetivo principal o aprender. É a aprendizagem o foco principal desta escola. Nesse processo de aprendizagem, encontram-se dois sujeitos: o sujeito do ensinar, materializado na figura do professor, e o sujeito do aprender, cuja materialização é o aluno, o estudante. Embora sujeitos diferentes, compartilham da mesma finalidade: a aprendizagem.

O professor, enquanto profissional habilitado e qualificado para o ensino, deve propiciar as condições pedagógicas ao acionamento dos processos mentais por meio de atividades metodológicas adequadas. Na relação pedagógica, o professor deve ensinar de modo que o aluno possa aprender. Na educação escolar indígena, vale ressaltar, é ainda necessário que a prática pedagógica contemple o ensino específico, diferenciado, intercultural e bilíngue.

Como deve ser então os principais eixos da atividade docente:

8.1. Atividades dos Docentes:

As atividades docentes terão como base, no decorrer de todo trabalho pedagógico, seja qual for o componente curricular de sua responsabilidade, o desenvolvimento de competências nos discentes. Tais competências, serão expressas na manifestação de habilidades, atitudes e conhecimentos, relacionados ao componente curricular de responsabilidade do docente. O foco, portanto, é a aprendizagem.

Outro aspecto do desenvolvimento de competências, é o que está preconizado na Base Nacional Comum Curricular, cuja definição está assim expressa: “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania

e do mundo do trabalho.”⁸ Nesse sentido, é importante para os docentes desenvolverem suas atividades tendo como base os seguintes parâmetros:

- Ensinar adequadamente, compassadamente, de maneira tal que o aluno possa compreender de forma total e absoluta o conteúdo ensinado.
- Ensinar de forma que sejam valorizados todos os aspectos da cultura Tentehar, e nesse sentido, sempre buscar associar o conteúdo trabalhado com aspectos da cultura, do modo de vida e dos elementos que compõem o cotidiano do Povo Tentehar.
- Empreender esforços para que as aulas sejam em grande medida, uma forma de explorar os espaços da Terra Indígena Arariboia: o ambiente da aldeia e outras aldeias, a mata, rio, o espaço das Associações, da casa de cultura, a enfermaria, os templos das religiões, a casa de farinha, os pontos de roça, e outros espaços pertinentes ao aprendizado e descobertas.
- Ensinar de forma que sejam privilegiados, incentivados e valorizados os principais componentes das manifestações culturais dos Tentehar. Nesse sentido, aprimorar uma metodologia no âmbito da disciplina, que busque a confecção artesanal da pintura, ou da escultura, da moldura, da composição de letra e música, diretamente relacionada as manifestações da cultura Tentehar.
- Buscar no ato do ensino, uma associação de termos científicos da disciplina, com termos da língua indígena, objetivando a tradução, ou transliteração do termo científico em português, para o idioma Tentehar. Caso não haja o termo na língua, convocar os docentes da disciplina Língua Indígena, bem como os anciãos e anciãs, para empreender o processo de criação do termo no idioma Tentehar.

Na atividade do ensino, o docente deve ficar atento ao rendimento do estudante. Caso o rendimento esteja abaixo da expectativa, comunicar logo à gestão da escola, objetivando avaliar as possíveis causas para o baixo rendimento. Na avaliação do estudante é importante convocar também a participação dos pais ou responsáveis, para a busca coletiva da situação, visando o bem-estar do aluno. Buscando ainda o foco na atividade docente, objetivando a qualificar melhor a aprendizagem, as ações abaixo são imprescindíveis:

- Buscar nas atividades de lazer, ou atividades da educação física, elementos que melhor expressem os movimentos, as performances dos Povos Indígenas, sobretudo os Tentehar (Guajajara).

⁸ Base Nacional Comum Curricular (BNCC), p. 08. Brasil – Ministério da Educação e Cultura, 2017.

- Utilizar-se em sala de aula, de meios tecnológicos e mídias digitais, ou outros recursos pedagógicos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação, objetivando melhor compreensão do conteúdo, quanto à inserção dos estudantes para o acesso às inovações tecnológicas.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.
- Garantir relato oral etnográfico do ritual ou manifestação cultural do qual o aluno ou aluna estiver passando.
- No trabalho pedagógico, utilizar os conhecimentos, os processos de ação e as metodologias empregadas, pelas entidades indígenas da Terra Indígena Arariboia, objetivando não só a aproximação delas com a escola, como também a divulgação, valorização e o aprendizado de suas atividades. Nesse trabalho pedagógico, recomendamos que as atividades sejam organizadas de tal modo que as turmas visitem as sedes, ou os locais de trabalho dessas entidades. Por outro lado, essa recomendação não invalida que as entidades também possam apresentar suas ações na escola, nas salas de aula, ou no pátio.
- Reforçar como prática do ensino da Língua Tentehar, no âmbito da disciplina Língua Indígena, o ensinamento dos cantos do Povo Tentehar. Lembrando da importância de que esse ensinamento seja no devido respeito aos tempos e horários em que os mesmos devam ser cantados (ensinados), ou seja, os cantos da tarde, cantados a tarde, os da noite, à noite e os da manhã, sempre pela manhã.

O aluno, por sua vez, é o sujeito do aprender. E como tal, também tem um papel fundamental no processo de aprendizagem.

8.2. As atividades dos Discentes:

- Cooperar individual e coletivamente com o professor para o bom andamento da aula, evitando distração, dispersão, ou outro comportamento que não coopere para a ministração perfeita da aula. Nesse sentido, é importante atentar para as recomendações abaixo:
- Buscar o aprimoramento do aprendizado da língua indígena, na leitura, na escrita e na oralidade, incentivando outros colegas e o professor, para juntos empreenderem o saber coletivo do idioma Tentehar.
- Sugerir atividades que busquem o fortalecimento, a valorização, o respeito de todos os componentes da vida cultural dos Tentehar, que expressem nas

manifestações culturais, como festas, celebrações, rituais e outras formas de expressão da cultura.

- Cooperar efetivamente em todas as atividades oriundas das disciplinas, sejam em trabalhos individuais, ou em grupo, exercícios, avaliações, tanto em sala de aula, quanto fora dela, como também as atividades escolares para fazer em casa.
- Primar pelo respeito mútuo entre os estudantes de modo que ninguém seja discriminado por conta da cor, condição social, religião, ou outra questão que venha diminuir/inferiorizar qualquer estudante.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.

8.3. As Atividades da Gestão:

Além do professor e do aluno, as atividades pedagógicas que compõem o Plano de ação da escola requerem também a participação imprescindível da Gestão. À gestão escolar, por outro lado, cabe não somente a eficiência na utilização dos recursos financeiros, o gerenciamento administrativo dos materiais e equipamentos, o comando e incentivo dos recursos humanos; como também a orientação e acompanhamento às atividades pedagógicas. Para que essas atividades sejam mais eficientes, a promoção de um programa de formação inicial e continuada é de suma importância, pois a clientela educacional é diferenciada.

Os eixos abaixo relacionam a participação da Gestão escolar:

- Elaborar de forma eficiente o calendário escolar, com a participação da comunidade escolar, e definindo as prioridades e metas a serem atingidas.
- Fazer o acompanhamento das atividades docentes, no sentido de apoiar, valorizar e participar de forma integral delas.
- Acompanhar as atividades dos discentes, também no sentido de apoio, de valorização, fazendo as intermediações necessárias para o bom relacionamento entre professores e alunos de forma individual e coletiva.
- Propiciar a participação de pais, mães, avôs e avós, lideranças e outros integrantes da comunidade indígena, nas atividades da escola, objetivando o acompanhamento das atividades pedagógicas da escola.
- Integrar a participação de toda a comunidade escolar (docentes, discentes, merendeiras, zeladores, secretários, porteiros e outros), no sentido de valorização das atividades pedagógicas em sala de aula e fora da sala; bem como

a valorização também das outras atividades da escola, como: limpeza, preparo da alimentação escolar, portaria e atividades da secretaria, intencionando a conscientização de que cada atividade da escola tem sua importância e precisa ser valorizada e respeitada.

- Propor, apoiar e participar de atividades de valorização e respeito, das manifestações da cultura Tentehar (Guajajara), em todos os âmbitos que as atividades assim o exigirem, de acordo com a proposta apresentada.
- Buscar parcerias com outras instituições de educação e de assistência social, promotorias, conselho tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), ou órgãos e entidades parceiras, no sentido de se aliar na busca de soluções, cujos casos estejam além das competências da escola.
- Garantir o afastamento de meninas e meninos, (alunos da escola) para participação de festas e outras manifestações da cultura do Povo Tentehar, como a festa do moqueado por exemplo, de tal modo, que os mesmos não sejam prejudicados com faltas. De acordo com o Art. 79, § 2º, item III da LDB.
- Garantir também em caso de falecimento, de algum membro da comunidade, a ausência das aulas, de acordo com a expressão de luto do Tentehar, de acordo com o Art. 79, § 2º, item III, da LDB.
- Convocar e presidir reuniões bimestrais com os estudantes, professores e pais, com o objetivo de promover sensibilização acerca da importância dos estudos, da frequência nas atividades da escola, da reafirmação dos valores, da missão e da visão da escola. As reuniões terão como característica a ludicidade, com atividades de dinâmicas e um momento de reflexão.

8.4. Estratégias Para Maior Participação na Escola

Têm sido verificadas, de forma pontual, algumas ausências em sala de aula. De acordo com depoimento de vários docentes, alguns estudantes têm se ausentado da escola e não apresentam nenhuma justificativa. Tais ausências acontecem com o consentimento dos pais, no sentido de que eles são sabedores que seus filhos ou filhas não foram a escola.

No ambiente da escola, é quase impossível faltar e não ser notado. No ambiente da aldeia, por sua vez, os estudantes que faltam as aulas, também não ficam escondidos. Segundo alguns professores relataram, quando retornam para suas casas, encontram pelo caminho alguns estudantes faltosos, que os cumprimentam normalmente.

Diante do que está posto acima, faz-se necessário algumas reflexões.

Em primeiro lugar, pensamos que essa atitude pode revelar que a escola ainda não se tornou prioridade para tais estudantes, assim também como para seus pais. É como se a escola ainda não fizesse parte dos seus planos futuros. Nesse sentido, ir para a escola é como ir para outra atividade qualquer. Portanto, ir ou não ir, não faz qualquer diferença.

Em segundo lugar, esse fato pode apresentar sintomas de uma causa maior. Ou seja, pode apresentar que o desinteresse seja fruto de falta de atratividade, de ludicidade, de dinamismo, de curiosidade, ou outro fator, que a escola ainda não mostrou, e que só os que não se interessam podem atestar.

Em terceiro lugar, é necessário pensar acerca da própria escola indígena e o que ela significa para a comunidade. Ela é uma instituição importante? O que ela apresenta, seus resultados, suas atividades são relevantes? Ela tem respaldo da comunidade, no sentido ser chamada para opinar em decisões, propor sugestões? Como a escola é vista? Para esses questionamentos, faz necessário uma investigação mais aprimorada. Todavia, nos arriscamos a dizer que esta escola caminha paulatinamente para uma integração harmoniosa com a comunidade, em direção ao ajustamento de propósito sobre a perspectiva de futuro promissor.

Considerando agora o título desse item: Estratégias Para Maior Participação na Escola, apresentamos a seguinte ação estratégica:

Programar visitas semanais com todos os alunos da sala, na casa dos estudantes que não comparecem, ou que tem facilidade em não comparecer às aulas. As visitas têm como finalidade realizar atividades lúdicas, como dinâmicas, jogos, e outras atividades, com o intuito de fazer o estudante faltoso sentir-se importante, como de fato é, tanto para a Escola, quanto para a turma.

9. A MISSÃO DA ESCOLA

Proporcionar atendimento coletivo e ao mesmo tempo individualizado aos estudantes, tendo como base o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social, direcionado para uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, também reflexiva, inclusiva, significativa e prática, cujos resultados atendam às necessidades e anseios do Povo Tentehar (Guajajara) em seus mais variados aspectos, sobretudo, aos relacionados à manutenção, fortalecimento e valorização da sua cultura.

10. VISÃO DA ESCOLA

Ser a melhor Escola Indígena do Maranhão, sendo reconhecida pelo tratamento familiar aos estudantes, pela oferta de ensino e aprendizagem de qualidade e valorização da cultura Tentehar da Terra Indígena Arariboia

11. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe se constitui como um órgão colegiado desta escola. Sua natureza é consultiva e deliberativa, baseada em assuntos didático-pedagógicos, e no rendimento escolar dos estudantes. Está incumbido também de analisar ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. Portanto, o objeto do Conselho de Classe é o ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem.

O Conselho de Classe desta escola será composto pelos docentes, discentes e membros da gestão da escola. Poderão também compor este Conselho os pais ou responsáveis dos estudantes. Caciques e lideranças, representantes das Instituições Indígenas que atuam na Terra Indígena Arariboia, também terão acento. A critério da gestão da escola, representantes de outras instituições também poderão compor o Conselho, na condição de convidados, com direito a fala, mas sem direito a voto: Funai, Seduc, URE, IFMA, UFMA, Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão - MA, e outros que a Gestão da escola julgar necessário.

Os representantes indígenas serão escolhidos pela própria comunidade, obedecendo a seguinte composição: dois pais ou responsáveis representando o ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano. Dois pais ou responsáveis representando o Fundamental do 6º ao 9º ano. Os representantes discentes serão aqueles escolhidos por suas turmas, sendo dois discentes representando um ensino fundamental do 6º ao 9º ano e dois discentes do Ensino Médio.

Cabe ainda ao Conselho de Classe a verificação dos objetivos, dos conteúdos, e dos procedimentos metodológicos, no sentido de avaliar o cumprimento do Plano de Ação das Atividades Pedagógicas deste estabelecimento de ensino. Vale ressaltar que o Plano de Ação inclui todas as atividades que serão realizadas pela escola, tendo como base o Projeto Pedagógico.

11.1. Composição do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é composto pela Gestão da escola, pelos membros da coordenação pedagógica, pelo Corpo docente, e por representantes da comunidade, representados por mães ou pais dos estudantes. Podem compor também o conselho de classe, os estudantes. No entanto, a convocação destes para participarem da reunião será vedada, quando o assunto em pauta for a promoção final do resultado do ano letivo.

O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente a cada encerramento de período letivo, ou seja, bimestralmente. Poderá também se reunir extraordinariamente, desde que convocado por mediante justificativa apresentada à Gestão da Escola. As reuniões do Conselho de Classe serão registradas em Ata, cuja lavratura acontecerá em livro próprio, onde serão registradas todas as decisões tomadas.

11.2. Atribuições do Conselho de Classe

- Acompanhar os mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam as reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola.
- Acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo de ensino e aprendizagem.
- Atuar com responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para o ano e/ou série subsequente ou sua retenção, após a apuração dos resultados, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno.
- Receber pedidos de revisão de resultados em até setenta e duas (72) horas úteis após sua divulgação.

12. AVALIAÇÃO

É importante considerar vários aspectos, quando o assunto é a avaliação. Em primeiro lugar, é preciso ter clareza do que se quer avaliar. Nesse sentido é importante considerar o momento específico do processo de ensino e aprendizagem. Qual é esse momento? É o somatório dos pontos? É o potencial que o aluno vislumbra? Ou o comportamento que ele evidencia? Todavia, seja qual for o momento, ele não pode ser avaliado isoladamente.

Em segundo lugar, faz-se necessário definir o ponto de vista da nossa avaliação. Ela, portanto, tem que ser entendida como um processo. A avaliação

deve ser diagnóstica. Deve ser contínua. Adotaremos também a avaliação somativa, esta, no entanto, não pode ser realizada isoladamente.

A avaliação diagnóstica é o instrumento que considera o aluno em seus mais variados contextos, direcionando o foco tanto aos aspectos positivos, quanto aos negativos. Avalia, portanto, as aptidões, as competências, as habilidades do aluno como um todo. A avaliação contínua tem como metodologia a análise do aluno em todo o decorrer do processo de ensino e aprendizagem. O estudante é avaliado por inteiro, nas mais variadas expressões no processo de aprendizagem. Pode ser comum, as manifestações de insegurança, instabilidade, inconstância, ou outras demonstrações da fragilidade humana, que podem interferir no rendimento escolar, no entanto, podem não refletir a assimilação ou o aprendizado.

Muito mais importante que pensar em instrumentos de medidas, ou seja, a partir de critérios numéricos que evidenciam uma média mínima exigida, urge pensar e priorizar os critérios de avaliação a partir dos conteúdos trabalhados, da participação, do interesse, e do contexto que o estudante esteja inserido. A avaliação deverá ser sempre a favor da aprendizagem, e não a favor da seleção, onde o escalonamento algumas vezes é arbitrário e constrangedor. A avaliação deve ser também um ato de aprendizagem, nunca de punição.

Assim, a avaliação escolar deixa de ter uma exigência autoritária e formal, passando a ter uma exigência muito maior que é o compromisso com a construção da aprendizagem e da responsabilidade social do aluno.

Seguindo a orientação da Secretaria de Estado da Educação, com base na “Avaliação da Aprendizagem Orientações para a Prática Escolar⁹”, subsídio às escolas públicas do Maranhão, adotaremos como média para a promoção a nota 6,0. (seis, ponto zero). As notas, dessa escola valerão de 2,0 (dois, ponto zero), nota mínima, a 10,0 (dez, ponto zero), nota máxima. Excetuando-se que para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, não haverá aprovação com pendência.

13. MONITORAMENTO / ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A educação escolarizada pode ser entendida como um processo, que remete a uma expectativa de futuro. Entramos na escola hoje, projetando de

⁹ Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar – Seduc / Coordenação Silvana Maria Machado Bastos – São Luís, 2018.

alguma forma um amanhã diferente. E a expectativa é sempre por um amanhã melhor.

A educação escolar indígena que estamos propondo aqui, também remete a uma perspectiva de futuro. Queremos conhecer mais, saber mais. Queremos nos instrumentalizar, nos equipar, nos apropriar dos mecanismos teóricos e práticos para estarmos no mesmo patamar dos não indígenas. Ao mesmo tempo também, utilizar dessa educação escolarizada, para manter, fortalecer, valorizar e divulgar nossa cultura, nosso modo de vida, nossas festas, nossas celebrações e nossos valores.

Para isso, é necessário monitoramento do Projeto Político-Pedagógico. O acompanhamento sistemático nos ajudará a manter o rumo, ou tomar outro, na medida do que esteja acontecendo ao nosso redor. É necessário, portanto, rever o plano de ação, as atividades dos docentes, dos discentes, da gestão da escola. Necessário também o acompanhamento dos valores, do perfil que traçamos para os discentes e docentes.

Considerar sempre a Missão da escola, e se necessário for reconsiderar. Do mesmo modo, a Visão. Precisamos, no entanto, enxergá-la para jamais perdê-la de vista. Propõe-se que as ações de monitoramento dessa escola, com foco no que foi pactuado pelo conjunto da comunidade indígena da Pindaré, e da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico sejam feitas bimestralmente.

14. OS COMPONENTES CURRICULARES

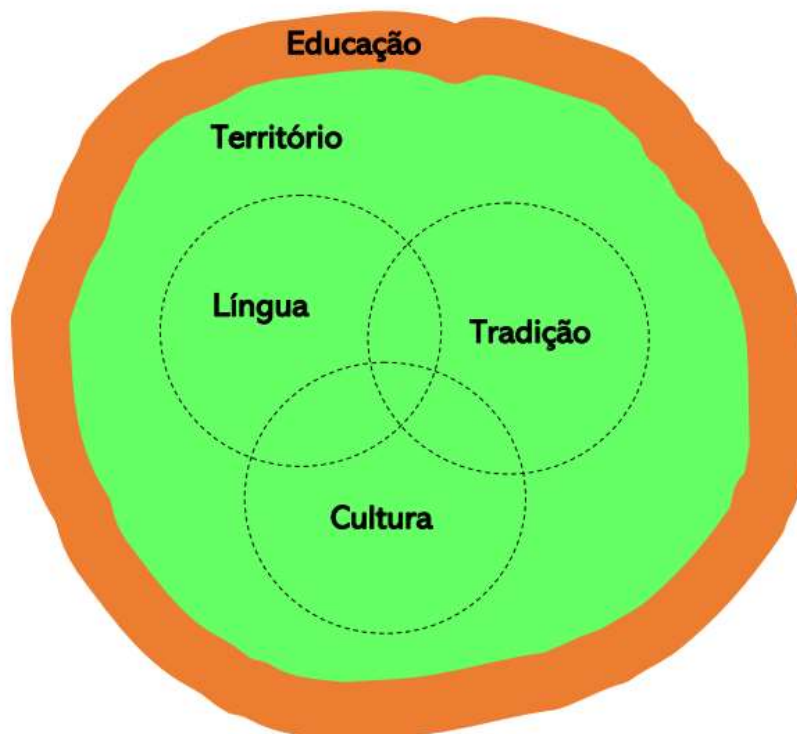
Os componentes curriculares deste Projeto Político-Pedagógico estão em conformidade com os princípios legais da educação escolar indígena, ou seja, sua especificidade, sua diferenciação, sua interculturalidade e seu bilinguismo. No entanto, recomendamos também que o trabalho pedagógico, na prática da sala de aula, seja pautado na pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani¹⁰.

Considerando essa pedagogia, é importante lembrar que o educador deve sempre procurar conhecer a realidade dos estudantes. Esse conhecimento, entendido como um mapeamento, facilita no entendimento acerca do prévio conhecimento sobre o assunto trabalhado.

¹⁰ Filósofo e pedagogo brasileiro, nascido em São Paulo.

O aluno, mesmo na condição de aprendiz, não chega à escola desprovido de conhecimento. Ele já tem um saber, fruto da vivência social, atentando-se para a ação pedagógica tradicional do nosso povo tem se firmado através de quatro pilares ou eixos centrais, que se relacionam entre si, a saber: Tradição, Cultura, Língua e Território.

Figura 1: Elementos constituintes e integradores da educação Tentehar-Guajajara

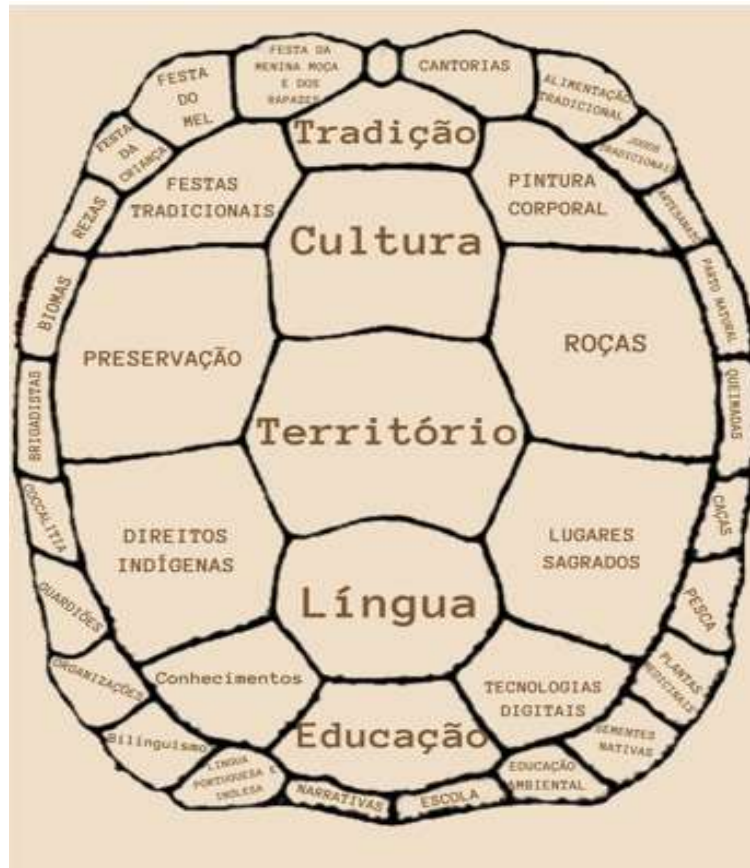


A matriz é organizada, como descrita anteriormente, em quatro grandes áreas ou pilares centrais que servem como eixo geradores que funcionam como ponto de partida para discutir os assuntos de interesse da comunidade, sempre visando o aprimoramento do modo de vida Tentehar-Guajajara, portanto não são estanques, ao contrário, são dinâmicos e frequentemente dialogando entre si e com os conhecimentos da ciência ocidental ou ocidentalizada, ditos; universais, transpostos em forma de componentes curriculares.

Cada pilar ou eixo contém em si uma gama de possibilidades, a divisão é meramente didática, pois todos os pilares - eixos dialogam com os outros campos. Portanto, é possível tratar da saúde tentehar através das narrativas históricas ou tratar de educação de jovens nos rituais de iniciação ou defesa do meio ambiente através do estudo de plantas nativas, entre outras composições possíveis. Nossa perspectiva é servir como pontos de compartilhamento dos

conhecimentos ancestrais e tradicionais, recebendo e devolvendo-os ao povo de forma a contribuir com o fortalecimento da autoestima, com uso da língua materna, com a tradição oral, com práticas tradicionais de cultivo, dentre outros.

Figura 2: Mandala Jabuti - Pilares centrais, eixos e temáticas



Fonte: Elaborado pelo NEABI – IFMA Porto Franco.

- **Pilar central – Tradição:**
Temáticas: educação tradicional, festas, rituais, narrativas míticas, arte material e imaterial, biografia de lideranças,
- **Pilar central – Cultura:**
Temática: saúde da mulher indígena, saúde da criança, saúde do idoso, praticas terapêuticas tradicionais, política de Saúde Indigenista, jogos e brincadeiras tradicionais,
- **Pilar central - Território:**
Temáticas: preservação ambiental, roças tradicionais, reflorestamento, riachos, guardiões, brigadistas, biomas, organizações, técnicas de caçadas

e pescarias, plantas medicinais, sementes nativas, Constituição brasileira, contexto político.

Pilar central – Língua:

Temática: bilinguismo tentehar-guajajra, tecnologias digitais, legislação indigenista, direito dos povos indígenas,

Na organização curricular foram elencados alguns pressupostos que se constituem como princípios norteadores das intenções educativas do Centro de 17 Educação Indígena Gianni Sartori que serão concretizadas através do currículo nos aspectos legais, psicológicos, sócio-econômico-culturais, afetivo, antropológicos e cognitivos. Esta proposta tem a intenção de reafirmar o valor social da escola como instituição que tem por responsabilidade ajudar seus alunos a desenvolverem determinadas capacidades importantes para o convívio social. Desta maneira, a escola precisa definir suas intenções educativas para que possa ter clareza do rumo a ser tomado, tendo em vista a finalidade para a qual existe que é a formação integral do ser humano, através de: 10.2. Plano Curricular da Educação Infantil (Pré-Escolar) Segundo a LDB em seu art. 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil oferecida no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori visa atender o seguinte nível e faixa etária:

- ✓ Pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade.

Objetivos:

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;
- Identificar e enfrentar situações de conflito, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;
- Brincar;

- Adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; 18

- Identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe. 10.2.1. Eixos para o desenvolvimento e aprimoramento dos Conhecimentos de Mundo

✓ **Movimento**

Objetivos:

- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;

- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as possibilidades de seu corpo;

- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;

- Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento, etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;

- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos:

- Expressividade;
- Equilíbrio e coordenação.

Metodologia:

- Utilizar intencionalmente expressões de movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras;

- Apropriar-se progressivamente de estrutura rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos; 19

- Valorizar e ampliar as possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança;
- Participar em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento;
- Utilizar recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa;
- Manipular materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Música

Objetivos:

- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo;
- Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais;
- Incentivar o interesse pela musicalidade indígena, cantando e exercitando as cantorias tradicionais.

Conteúdos:

- O fazer musical;
- Apreciação musical;
- As fontes sonoras;
- O registro musical.

Metodologia:

- Reconhecimento e utilização expressiva, em contextos musicais das diferentes características geradas pelo silêncio e pelos sons: altura (graves ou agudos), duração (curtos ou longos), intensidade (fracos ou fortes) e timbre (característica que distingue e “personaliza” cada som);
- Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical;
- Repertório de canções para desenvolver a memória musical;
- Escutar obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da produção musical brasileira e de outros povos e países; 20

- Reconhecimento de elementos musicais básicos: frases, partes, elementos que se repetem etc. (formas);
- Informações sobre as obras ouvidas e sobre seus compositores para iniciar seus conhecimentos sobre a produção musical Desenvolver recursos técnicos para a confecção de instrumentos musicais típicos da aldeia.

✓ Artes Visuais

Objetivos:

- Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura;
- Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.

Conteúdos:

- O fazer artístico; • Apreciação em artes visuais. Metodologia: • Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pinceis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc.; de meios, como tintas, água, areia, terra, argila etc.; e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.;
- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas;
- Criação de desenhos, pinturas, colagem, modelagens a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das Artes Visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura etc;
- Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para o fazer artístico;
- Valorização de suas próprias produções, e de outras crianças e da produção de arte em geral;
- Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagem, ilustrações, cinema etc.; 21
- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos;

- Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

✓ Linguagem Oral e Escrita

Objetivos:

- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;

- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livro, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;

- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;

- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;

- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;

- Escolher os livros para ler e apreciar.

Conteúdos:

- Falar e escutar;

- Práticas de leitura;

- Práticas de escrita.

Metodologia:

- Uso de linguagem oral para conversar na Língua Portuguesa e Língua Indígena, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, ideias, preferências e sentimentos e relatar suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;

- Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa;

- Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas ideias e pontos de vista;

- Relatos de experiências vividas e narração de fatos em sequência temporal e causal; 22

- Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor;
- Conhecimento e reprodução de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas canções;
- Participação nas situações em que os adultos lêem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícia de jornal, informativos, parlendas trava-línguas etc;
- Participação em situações em que as crianças leiam, ainda que não o façam de maneira convencional;
- Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário;
- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas histórias em quadrinhos etc., previamente apresentados em grupo;
- Valorização de leitura como fonte de prazer e entretenimento;
- Propor situações em que as crianças estabeleçam uma relação entre o que é falado e o que está escrito (embora ainda não saibam ler convencionalmente);
- Propor situações em que as crianças precisam descobrir o sentido do texto apoiando-se nos mais diversos elementos, como nas figuras que o acompanham, em seus conhecimentos prévios sobre o assunto, no conhecimento que tem sobre algumas características próprias do gênero etc;
- Organizar momentos de leitura livre, possibilitando às crianças a escolha de suas leituras e o contato com os livros, de forma que possam manuseá-los, por exemplo, nos momentos de atividades diversificadas;
- Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita;
- Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário;
- Produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins;
- Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna;
- Respeito pela produção própria e alheia;
- Considerar o destinatário ausente e a necessidade da clareza do texto para que ele possa compreender a mensagem;

23 • Realizar várias versões do texto sobre o qual se trabalha, produzindo alterações que podem afetar tanto o conteúdo como a forma em que foi escrito.

✓ **Natureza e Sociedade**

Objetivos:

- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social, formulando perguntas, imaginando situações para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias;

- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos;

- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.

Conteúdos:

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar;

- Os lugares e suas paisagens;

- Objetos e processos de transformação;

- Os seres vivos; • Os fenômenos da natureza. Metodologia:

- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outras;

- Conhecimento de modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado;

- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição;

- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural;

- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanhas etc.);

- Utilização, com a ajuda de adultos, de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo;

- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente;

- Participação em atividades que envolvam processos de confecção de objetos;
- Reconhecimento de algumas características de objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais;
- Conhecimento de algumas propriedades dos objetos: refletir, ampliar ou inverter as imagens, produzir, transmitir ou ampliar sons, propriedades ferromagnéticas etc.;
- Cuidados no uso dos objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes, e à sua conservação;
- Estabelecimento de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais;
- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo;
- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial;
- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente;
- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas;
- Percepção dos cuidados com o corpo, à preservação de acidentes e à saúde de forma geral;
- Valorização de atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo;
- Estabelecimentos de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuvas, secas etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem;
- Participação em diferentes atividades envolvendo a observação e a pesquisa sobre a ação de luz, calor, som, força e movimento.

✓ **Matemática**

Objetivos:

- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano;

- Comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativos a quantidade, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;

- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios

Conteúdos:

- Números e sistema de numeração;

- Contagem;

- Notação e escrita numéricas;

- Operações;

- Grandezas e medidas;

- Espaço e forma.

Metodologia:

Utilização da contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade;

Utilização de noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas;

Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais;

Identificação da posição de um objeto ou número numa série, explicitando a noção de sucessor e antecessor;

Identificação de números nos diferentes contextos em que se encontram;

Comparação de escritas numéricas, identificando algumas regularidades;

Jogos de esconder ou de pegar, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto esperam os outros se posicionarem; Brincadeiras e cantigas que incluem diferentes formas de contagem;

Exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas; Introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais;

Marcação do tempo por meio de calendários;

Experiências com dinheiro em brincadeiras ou situações de interesses das crianças;

Explicação e/ou representação da posição de pessoas e objetos, utilizando vocabulários pertinentes nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação;

Exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras, tipos de contornos, bidimensionalidade, tridimensionalidade, faces planas, lados retos etc;

Representar por meio de desenhos objetos bidimensionais e tridimensionais;

Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;

Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência.

✓ Avaliação da Educação Infantil

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

As atividades serão desenvolvidas tendo como parâmetro o quadro abaixo:

ATIVIDADES	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
1.Chegada	1. Disposição do material nos lugares. Cantos indígenas.
2.Atividades em conjunto	2. Saudação, agradecimento, chamada, cumprimento aos colegas e à professora, etc.
3.Atividades criativas individuais	3. Modelagem, artesanato, desenho, pintura, escultura, etc. Utilizar formas, modelos indígenas.
4.Atividades lúdicas e respiratórias	4. Jogos ao ar livre (arco e flecha, etc.), educação física. Brincadeira com bolas, e outros materiais, passeios nas imediações da comunidade, momentos de alimentação coletiva e compartilhada.
5.Atividades de higiene corporal. Alimentação escolar.	5. Banheiro: preparo para a alimentação escolar, Higiene dentária e outros cuidados higiênicos: lavar mãos, etc. Boas maneiras à mesa. Bons hábitos de nutrição.
6.Repouso	6. Deitados sobre almofadas, esteiras, etc.
7.Recreio dirigido	7. Jogos dirigidos, roda, pega-pega, uso de brinquedos, cantoria indígena, etc.
8.Informática Educacional e Atividades estéticas	8. Conhecimentos elementares. Música, canto, dança, estória e história, dramatização.

9. Comunicação e Expressão	9. Língua indígena. Figuras, desenhos, pintura corporal, Vídeos.
10. Avaliação das atividades. Preparação para a saída.	10. Arrumação do material e da sala. Canto indígena.

13.2 Componentes Curriculares do Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano

Esta primeira fase do Ensino Fundamental (anos iniciais) é de fundamental importância, pois aqui começa a expressão dos conhecimentos consolidados na fase anterior, a da Educação Infantil. Os alunos ainda são tratados como crianças, no entanto, nesta fase, as habilidades adquiridas já lhes garantem a resolução de alguns problemas. Já usam com mais domínio o comando da coordenação motora, grossa e fina.

Aqui, o ensino já é trabalhado no âmbito de disciplinas, cada uma com sua especificidade e complexidade. Os conceitos são outros. As habilidades e competências começam a ser expressas de forma mais notória. As aptidões de forma ainda bem elementar, também já se mostram. O trabalho docente, portanto, também já ganha outro desenho.

Na Segunda fase, o ensino já obtém outra característica. O grau de complexidade aumenta, e já se experimenta uma maior expressão das habilidades e competências. A oralidade é mais expressiva, e a compreensão de alguns conceitos é dominada com mais facilidade. A capacidade de abstração também é mais notória, sobretudo no âmbito do conhecimento da matemática.

Nessa fase, surgem novas disciplinas, que vão trabalhar mais no nível do pensamento mais aprofundado, da concentração, da ponderação, dando suporte para o exercício do pensamento crítico.

Inicialmente relacionaremos os componentes curriculares da primeira fase do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano, demonstrados no quadro abaixo:

Estrutura Curricular de Ensino Fundamental, Regular – Anos Iniciais

COMPONENTES CURRICULARES	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano		TOTAL
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
Base Nacional Comum											

Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	600
História	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	600
Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
Arte	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
Educação Física	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
Parte Diversificada											
Língua Indígena	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
TOTAL	25	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000	5.000

CHS = Carga Horária Semanal

CHA = Carga Horária Anual

Língua Portuguesa.

Objetivos:

- Compreender que o uso da linguagem verbal é meio de comunicação e de manifestação dos pensamentos e sentimentos das pessoas e dos povos.
- Usar a língua no seu repertório linguístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos.
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas do português falado, entendendo as peculiaridades linguísticas regionais do Brasil.
- Utilizar a linguagem com instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas etc.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Oferecer textos escritos impressos de boa qualidade que possam servir de referência de escrita para os alunos.

- Propor situações de produção de textos, em pequenos grupos, nas quais os alunos compartilhem as atividades, embora realizando diferentes tarefas: escrever e revisar.
- Organizar diferentes momentos e espaços de leitura: leitura oral feita pelo professor, leitura livre realizada pelo aluno, leitura em voz alta (individual ou em grupo), leitura silenciosa, entre outras; como por exemplo, o “cantinho da leitura”
- Fazer atividades de leitura e escrita na biblioteca da escola.
- Dar o começo de um texto para os alunos continuarem (ou o fim, para que escrevam o início e o meio).
- Desenvolver o comportamento leitor através de atividades que estimulem o gosto pela leitura. Recomendar leitura de textos, livros, revistas, jornais, cujos assuntos sejam referentes aos Povos Indígenas, e em especial ao Povo Tentehar (Guajajara).
- Explorar a escrita com temas, assuntos, contextos referentes ao espaço da Terra Indígena Rio Pindaré.

Matemática.

É importante conduzir essa disciplina, de modo que os primeiros ensinamentos sejam completamente atrativos. Ainda hoje é presente a noção de que a matemática é uma disciplina difícil. No senso comum ela ainda é vista como um “bicho de sete cabeças”. Para desconstruir essa noção, é fundamental que o docente se aproprie de variadas metodologias, objetivando despertar o interesse pela disciplina, como também demonstrar a possibilidade de todos se apropriarem do conteúdo. Faz-se necessário também, ratificar a importância da matemática e sua aplicabilidade no dia a dia.

Outro ponto a ressaltar, é fazer um percurso acerca da história da Matemática. Esse percurso deixará claro que esta ciência é uma invenção humana. Como invenção humana, ela está presente em todas as diferentes culturas, dos mais diferentes povos. Essa compreensão desmistifica a ideia de que a Matemática é uma criação de povos ditos evoluídos. É nessa perspectiva que se insere os pressupostos da Etnomatemática, apontado para questões ligadas ao saber matemático intrínseco aos Povos e suas culturas.

Objetivos:

- Selecionar, organizar e produzir informações relevantes, sempre utilizando como exemplos, situações, fatos ou objetos do cotidiano dos estudantes, para corretamente interpretá-los, resolvê-los e avaliá-los de forma crítica.

- Sentir segurança na própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a capacidade para resolver questões, não se importando com a possibilidade de erros iniciais, e assim desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
- Interagir com os colegas de sala de aula, sempre de forma cooperativa, objetivando o trabalho coletivo na busca de soluções para problemas propostos, com a intermediação do professor. Nessa atividade cooperativa, deve-se sempre respeitar o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.
- Saber transmitir ideias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em Língua Portuguesa e também em Indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas.
- Desenvolver a compreensão de que a matemática está presente em diversas áreas, como História, Geografia, Linguística e Ciências, entre outras.
- Interagir com os colegas de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando sempre o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;
- Sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social.

Conteúdos:

- Números e quantificações em Língua Portuguesa, em outras línguas e também em Língua Tentehar.
- Números naturais e Sistema de Numeração Decimal;
- Operação com Números naturais;
- Espaço e Forma;
- Grandezas e medidas;
- Geometria.
- Porcentagem.
- Fração decimal.
- Noções de Etnomatemática

Metodologia:

É de suma importância o entendimento da matemática, utilizando-se de variados recursos, sobretudo os que de alguma forma expressem a ludicidade. Quanto mais atrativa, envolvente e fascinante for a disciplina, mais resultados serão obtidos, sob o ponto de vista da aprendizagem. Os

procedimentos, as estratégias metodológicas para o ensino da matemática estão assim elencadas:

- Utilização de jogos, que incluam os numerais, e as quatro operações iniciais.
- Utilização de vídeos educativos, em especial com desenhos animados, que contemplem histórias com numerais, quantidade, altura, comprimento, peso, volume etc.
- Desenvolver atividades em grupo, oportunizando o aprendizado coletivo, sempre com a intermediação do docente, e desenvolver também o respeito ao ritmo e capacidade de aprendizagem dos outros colegas.
- Utilizar sempre que possíveis materiais e outros recursos que estejam disponíveis e ao alcance dos alunos e alunas, priorizando os do espaço da aldeia.
- Reconhecimento de números no contexto diário e a utilização de diferentes estratégias para qualificar elementos de uma coleção: contagem, estimativa, e correspondência de agrupamentos;
- Contagem em escalas ascendentes e descendentes de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez etc., a partir de qualquer número dado;
- Utilização de calculadora para produzir e comparar escritas numéricas e para o entendimento do avanço das técnicas científicas da matemática.
- Análise, interpretação, resolução e formulação de situações-problema, compreendendo alguns dos significados das operações, em especial da adição e da subtração;
- Cálculos de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais; e cálculo de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais;
- Comparação de grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida conhecidos – fita métrica, balança, recipientes de um litro.
- Identificar outras medidas, ou outros termos usados para as mesmas medidas, sobretudo aquelas utilizadas no contexto da comunidade indígena do Pindaré.
- Identificação de unidades de tempo – dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano, século, milênio.
- Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores.
- Aula expositiva, com ênfase no diálogo permanente com os alunos e alunas. Utilização frequente do quadro para explicação e constantemente a utilização do data-show.

- Atividades práticas em sala de aula relacionando com os estudos teóricos de assuntos trabalhados.
- Atividades de situações problemas, e outras questões pertinentes ao assunto trabalhado, buscando sempre exemplificar com elementos do cotidiano da comunidade indígena.
- Dinâmicas de grupo que promovam a interação, respeito mútuo e participação no coletivo retomando conhecimentos estudados nas disciplinas, priorizando sempre aqueles que mais dificuldades os estudantes manifestaram.
- Seminários, oficinas ou relatórios das atividades desenvolvidas, articuladas, sempre que possível, com elementos, materiais, ou qualquer outro objeto da cultura material dos indígenas.
- Exibição de filmes e documentários que expressem outras dimensões da matemática, sua história e seus principais expoentes.

Ciências.

Objetivos:

- Compreender que a Ciência é um tipo de conhecimento, e que existe outros, cuja diferença está em torno de procedimentos teóricos e metodológicos, resultado de técnicas utilizadas.
- Ser capaz de observar, comparar, experimentar, interpretar e discutir fenômenos que ocorrem à sua volta;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos do Povo Tentehar, que mesmo se não tiver o status de conhecimento científico, sua validade e importância não pode ser diminuída, pois tal conhecimento também pode ter validade, experimentado, testado, podendo ter o status de científico também.
- Identificar as criações técnicas presentes nas máquinas, ferramentas e utensílios desenvolvidos e empregados pela sua comunidade;
- Saber identificar, descrever e explicar o funcionamento das criações técnicas indígenas.
- Identificar e utilizar os conhecimentos obtidos para apoiar a autonomia econômica, social e política do Povo Tentehar, podendo gerar qualidade de vida, e o bem viver dos Povos Indígenas.
- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive.
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser desenvolvido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

Conteúdos:

- Os seres vivos no ambiente – Fauna e Flora.
- Saúde – Qualidade de vida. Doenças e enfermidades.
- Ciência e tecnologia.
- O universo.
- Mares e rios.

Metodologia:

- Observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes;
- Identificar a paisagem da aldeia, observando seus principais componentes, incluindo os seres humanos, os animais (domésticos e outros), rios e lagos, objetivando o levantamento de questões para diálogo e discussões, e possíveis atividades de pesquisa;
- Observar e identificar algumas características do corpo humano e alguns comportamentos nas diferentes fases da vida, no homem e na mulher, aproximando-se à noção de ciclo vital dos seres humanos e respeitando as diferenças individuais;
- Realizar experimentos simples sobre materiais e objetos do ambiente para investigar a características e propriedades dos materiais e de algumas formas de energia;
- Formular perguntas e suposições sobre o assunto em estudo;
- Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sobre orientação do professor;

História.**Objetivos:**

- Identificar algumas características do modo de vida do Povo Tentehar, identificando artefatos materiais e não materiais (imateriais).

- Identificar alguns possíveis marcadores e medidas de tempo utilizados por sua comunidade e suas diferenças e semelhanças com os utilizados por outros povos.
- Identificar, e reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais, destacando as principais conquistas, tanto no âmbito do Povo Tentehar, quanto de outros Povos Indígenas do Maranhão.
- Refletir criticamente sobre algumas das relações – do presente e do passado – entre povos indígenas, Estado e sociedade no Brasil.
- Reconhecer algumas fontes de informação para estudos históricos, saber extrair delas alguns dados significativos e identificar suas linguagens, bem como identificar os principais métodos da busca dos dados e informações no estudo da História.

Conteúdos:

- A História e suas transformações. Todos têm história. Processo de ocupação e construção do espaço social. As relações sociais de produção. As Sociedades antigas e medievais. Sociedades do mundo antigo.
- As versões indígenas da história. Modos de viver dos povos indígenas. A História do Povo Tentehar (Guajajara). O direito à terra e à cidadania. A história dos outros povos.
- Transição dos tempos medievais: a Europa entre o feudalismo e o capitalismo: séc. XIV/XV ao XVIII/ XIX.
- As Américas e a formação do antigo Sistema Colonial.
- A era das revoluções.
- O processo de formação dos Estados Unidos da América: a expansão territorial, A Guerra de Secessão e a Consolidação do Capitalismo.
- O processo de formação dos Estados Nacionais e Liberais na América Latina: A fragmentação e as disputas Internacionais.
- Independência política do Brasil.
- O Maranhão: de Colônia a Província.
- O mundo em confronto. A 2ª Revolução Industrial e o Imperialismo na Ásia, na África e na América Latina. Crise da sociedade liberal.
- Brasil Republicano: República Velha; do movimento de trinta ao populismo; da crise do populismo à ditadura militar.

Metodologia:

- Utilização de atividades em grupo, através de pesquisa, objetivando a realização de seminários, encontros etc.
- Pesquisa em documentos identificando alguns fatos e dados, acerca da história do Povo Tentehar.
- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico, tanto em documentos, quanto através de entrevista.
- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade, do entorno das aldeias e do modo de vida dos indígenas.
- Utilização de filmes e documentários acerca da história do Brasil, do Maranhão e dos Povos Indígenas, em especial do Povo Tentehar (Guajajara).
- Pesquisa em Universidades ou faculdades da região, acerca dos trabalhos acadêmicos sobre os Povos Indígenas, dando atenção ao Povo Tentehar (Guajajara) do Pindaré.

Geografia.

Objetivos:

- Identificar e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico, apontando as transformações que de imediato se percebe, tanto no contexto mais local (aldeia), quanto no mais amplo – da Terra Indígena como um todo.
- Problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para ações sobre espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo.
- Organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica da área de vivência do Povo Tentehar.
- Identificar, conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não indígena.
- Reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade.
- Conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica, e estabelecer bem a diferença, ressaltando os princípios, e valores.
- Ter como base para estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores,

técnicos, vídeos etc.), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do Povo Tentehar.

Conteúdos:

- A Natureza e suas transformações.
- A percepção do espaço vivido. Os lugares as paisagens.
- O trabalho e a modificação da natureza. A organização da sociedade e a atuação coletiva.
- A compreensão do mundo através da geografia. A cartografia aproximando os lugares.
- O Brasil, suas múltiplas paisagens e a integração com outros centros administrativos.
- O trabalho e a tecnologia modificando e integrando diferentes espaços.
- A diversidade do espaço geográfico no mundo.

Metodologia:

- Utilização de aula expositiva objetivando levar o aluno a compreender o tema estudado / Debates sobre o tema / Exercícios de fixação. Resumo da Aula.
- Atividade de pesquisa, utilizando o próprio ambiente da aldeia, e outros espaços que tenham maior abrangência, dentro da Terra Indígena e possivelmente fora dela, objetivando um trabalho comparativo, visando identificar os impactos e devastação do meio ambiente.
- Utilizar e compreender os procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições.
- Reconhecer por meio da observação da paisagem local e de outras paisagens as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação, tencionando um estudo comparativo das realidades espaciais, podendo ser próximas ou distantes da aldeia.
- Realizar leitura de mapas políticos, Atlas, mapas e globos terrestres.
- Produzir roteiros e mapas simples da escola, da aldeia, da Terra Indígena, e do seu município e outras localidades como forma de compreender as relações de distância e direção, e o sistema de cores e legendas.

Arte.

Objetivos:

- Conhecer e valorizar as expressões artísticas da sua cultura, compreendendo como um dos aspectos formadores da identidade étnica.

- Compreender o sentido da arte como algo que propicia o desenvolvimento da imaginação, da percepção, do fazer, e que permite ampliar a dimensão da realidade cotidiana, passando a ter uma participação mais ativa nos processos culturais, em especial os criativos, necessários à construção de outros conhecimentos.
- Desenvolver habilidades e capacidades individuais em relação às diferentes modalidades artísticas, tais como música, artes visuais, teatros e outras.
- Conhecer as tantas formas de artes existentes entre outros povos, compreendendo por intermédio delas a questão da diversidade racial.

Conteúdos:

- Leitura das imagens do cotidiano: cultura local, convívio diário, natureza, e imagens artísticas.
- Manifestações populares e religiosas do Maranhão; estudo sobre as manifestações populares maranhenses e suas influências: religiosas, raciais e étnicas.
- Conhecimento da arte indígena, destacando suas principais expressões. Destacar também seus principais expoentes, e as variadas formas e estilos artísticos.
- Manifestações culturais e religiosas dos povos indígenas no Maranhão e no Brasil, dando atenção ao Povo Tentehar (Guajajara).
- Identificação e interpretação de estilos musicais, em diferentes épocas, povos e culturas.
- Aspectos elementares da história do teatro.
- Artes visuais na vida do homem e sua importância.
- Tipos de comunicação visual: propagandas, televisão, jornais, entre outras.
- Pintura: temas, estilos, técnicas e pintores.
- Interpretação e dramatização de textos.
- Os artistas e suas obras – local, regional, nacional e internacional.

Metodologia:

- Uso de diversos materiais: pincéis, lápis, giz de cera, papéis, tintas, argila, sementes, penas de animais, raízes, galhos, folhas secas e outros existentes na localidade;
- Realizar variados movimentos corporais básicas utilizando diferentes ritmos;
- Improvisação corporal, com ritmos sonoros, inventando, imitando, registrando, recriando e repetindo sequência de movimentos;

- Interpretar por meio de gestos cantigas de roda, histórias, músicas, poesias e outros;
- Brincadeiras, jogos, danças, atividades diversas em articulação com o ritmo;
- Produzir tapeçarias, cestarias, adereços, artes em barro, outros;
- Criar roteiros a partir de histórias e textos para encenação em grupos.
- Incentivar a produção de artesanato indígena, tanto os que já são produzidos, como fomentar a produção de outras peças, formas, modelos, de artesanato.

Educação Física.

Objetivos:

- Contribuir para a educação corporal de uma vida mais saudável.
- Revitalizar aspectos da cultura corporal de movimento indígena, visando conhecer, divulgar e incentivar a prática entre os estudantes e outras pessoas da aldeia.
- Estimular a troca de conhecimentos e técnicas dos povos indígenas entre si.
- Adotar atitude de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência.

Conteúdos:

- A cultura corporal do Povo Tentehar (Guajajara).
- A cultura corporal de movimento de outros povos indígenas.
- A cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).
- Conhecimentos sobre o corpo.
- Saúde corporal.
- Jogos, danças, lutas, brincadeiras, técnicas de confecção de utensílios, técnicas de caça, pesca, plantio, entre outras.

Metodologia:

- Através da pesquisa, aprender sobre a cultura corporal do Povo Tentehar, por meio de atividades de prática desportivas, danças, lutas, brincadeiras, entre outras.
- Conhecer e vivenciar a cultura corporal de movimento de outros povos indígenas, por meio da experimentação de diferentes práticas culturais.
- Conhecer e experimentar a cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).
- Praticar outras modalidades esportivas, sobretudo as que estão em voga nos dias de hoje.

- Identificar e conhecer as principais regras das práticas desportivas que mais interessarem os indígenas.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas, o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

14.1. Componentes Curriculares Ensino Fundamental: 6º ao 9º Ano.

Os componentes curriculares da segunda fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), e conseqüentemente o ensino, como dito anteriormente, tem outra característica. Uma das tais é o maior grau de complexidade. No entanto, tal complexidade está plenamente ao alcance do domínio e do pleno conhecimento dos estudantes.

A atenção maior que o docente deve dedicar diz respeito às mudanças físicas, emocionais, cognitivas, sociais e psicológicas que os estudantes nessa fase do ensino manifestam. Esse período é de significativas transformações.

Os Tentehar (Guajajara), de acordo com sua cultura, identificam somente duas fases fundamentais no processo de desenvolvimento da vida humana: a infância e a vida adulta. O que pode atestar isso é a celebração da festa do moqueado, quando a menina entra na menarca. É exatamente esse fato biológico, que demarca a passagem da infância para a vida adulta na mulher.

Todavia, as transformações e modificações no âmbito das emoções, e do corpo físico, ocorrem como em todo o ser humano. Os indígenas, por sua vez, dão outro tratamento às alterações que ocorrem na vida dos seus jovens.

Os docentes, no exercício de suas atividades, devem fazer adequações necessárias para que suas abordagens metodológicas, tenham como objetivo garantir que a aprendizagem seja diferenciada e significativa. Nessa perspectiva é a partir do 6º ano, que os componentes curriculares e a organização escolar se alteram. Essa alteração serve para instigar as novas demandas e capacidades que surgem. O trabalho pedagógico é feito agora por professores especialistas. O aprofundamento dos conteúdos e a formalização das atividades é mais evidente, pois envolve várias áreas do conhecimento.

Dentre os componentes curriculares desta fase final do Ensino Fundamental, três componentes merecem um destaque especial. São eles: Língua Indígena, Legislação Indigenista e Educação Ambiental. Esses componentes integram a parte diversificada dos outros integrantes curriculares.

A distinção a essas três disciplinas deve-se ao fato de que elas dão um tom maior ao aspecto da especificidade, da diferenciação e do bilinguismo, princípios da educação escolar indígena. Outro fato, refere-se à ministração das mesmas, que é feita por docentes indígenas. Vale ressaltar, no entanto, que Educação Ambiental, se apresenta como um novo componente curricular, em decorrência disso, ainda não tem docente definido para a disciplina. Esses

componentes curriculares, portanto, estão demonstrados de forma mais detalhada, objetivando ser um guia, cujas orientações sejam mais detalhadas para o docente.

Segue abaixo a relação dos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, com seus respectivos conteúdos.

Estrutura Curricular de Ensino Fundamental, Regular – Anos Finais

COMPONENTES CURRICULARES	6º ano		7º ano		8º ano		9º ano		TOTAL
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
Base Nacional Comum									
Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120	480
História	03	120	03	120	03	120	03	120	480
Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Arte	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Educação Física	01	40	01	40	01	40	01	40	160
Parte Diversificada									
Língua Indígena	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Direitos Indígena	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Educação Ambiental	01	40	01	40	01	40	01	40	160
TOTAL	28	1.120	28	1.120	28	1.120	28	1.120	4.480

CHS = Carga Horária Semanal; **CHA** = Carga Horária Anual

6º Ano.

Língua Portuguesa.

A disciplina tem como objetivo que os estudantes leiam e produzam textos de qualidade, utilizando adequadamente as primeiras noções das regras gramaticais, além também de desenvolver a oralidade. É ainda objetivo aprimorar na prática dos exercícios as modalidades escrita e oral, bem como refletir criticamente sobre o que leem e escrevem.

Pretende-se, portanto, que os estudantes desta disciplina, saibam argumentar, fazendo as relações entre os textos lidos, adotando uma atitude crítica diante do que leem.

Conteúdo:

- Meu universo, minhas linguagens: enfatizar o ambiente linguístico, ressaltando como importante o bilinguismo: Língua Portuguesa e Língua Indígena.
- Gêneros textuais.
- Linguagem e língua; destacar as duas línguas faladas na aldeia.
- Linguagem verbal, linguagem não verbal e língua.
- Onomatopeia (reprodução de sons ou ruídos naturais), neologismo. Explorar termos da língua indígena e sons do ambiente da aldeia e da Terra Indígena.
- Minha língua é múltipla, influência de outras línguas na Língua Portuguesa.
- Gêneros textuais.
- Variedades linguísticas.
- Oralidade e escrita.
- Oralidade: caso. Explorar casos indígenas.

Matemática.

Esta disciplina objetiva despertar no aluno o hábito de fazer uso de seu raciocínio, bem como o de cultivar o gosto pela resolução de problemas. É importante que o aluno aprenda a validar estratégias, sempre verificando os resultados, no processo de desenvolvimento das formas de raciocínio matemático.

É de fundamental importância a interação com os colegas de forma cooperativa e coletiva, desenvolvendo a autoestima e perseverança na busca de soluções para problemas propostos, sempre com a intermediação e o incentivo do docente.

Conteúdo:

- Fatores e divisores de um número natural;
- Números primos e números compostos;
- Decomposição de um número natural em fatores primos;
- Determinação dos divisores naturais de um número natural;
- Múltiplos de um número natural;
- Critérios de divisibilidade;
- Máximo divisor comum (mdc);
- Números primos entre si;
- Mínimo múltiplo comum (mmc);
- Análise de informações representadas em gráficos e tabelas;

- Números naturais;
- Números decimais;
- Ideias associadas à adição e à subtração de números naturais e decimais;
- Propriedades;
- Ideias associadas à multiplicação e à divisão de números naturais e decimais;
- Propriedades;
- Expressões numéricas com as quatro operações;
- Potenciação de números naturais;
- Algumas propriedades da potenciação;
- Radiciação de números;
- Expressões numéricas envolvendo potenciação e radiciação.

Ciências.

O objetivo da disciplina é incentivar o aluno a criar a prática da observação, como primeiro passo da pesquisa. Além da observação importante também: o registro e os questionamentos, também como procedimento de pesquisa. Para isso, diversas fontes devem ser consultadas.

Nessa fase as crianças utilizam muito o “por que?” Elas têm curiosidade em saber a origem e as causas de quase tudo. Os fenômenos da natureza, por exemplo, chamam muito a atenção. Esta disciplina, se for bem trabalhada, pode contribuir para encontrar respostas para muitas questões. Pode também ajudar para que eles estejam em permanente exercício de questionamentos e raciocínio.

Conteúdo:

- A ciência e o Universo;
- Modelos do nosso Universo; o Universo e o mundo na perspectiva indígena.
- A Terra;
- Um problema sobre o nosso planeta;
- A Terra é redonda;
- A força que mantém a Lua e tudo o que conhecemos presos à Terra;
- A força gravitacional;
- Movimentos da Terra;
- Movimentos da Lua; as fases da Lua;
- O mar, as marés; os rios; os lagos.
- O ar e suas propriedades; o ar exerce pressão;

- Hidrosfera; por dentro da Terra; Biosfera;
- A integração dos sistemas terrestres;
- Como os seres vivos modificam o meio ambiente; exemplificar a partir da realidade indígena: Terra Indígena Rio Pindaré.
- O ciclo da água; a formação dos solos.

História.

Este componente curricular objetiva desenvolver nos alunos a compreensão de conceitos fundamentais para a aprendizagem e compreensão da História. Nesse sentido, o foco inicial será direcionado principalmente acerca da História como Ciência, e isso inclui a compreensão da dimensão humana, como sujeito da história, a importância das fontes históricas, o papel do profissional da História, ou seja, do historiador na produção histórica. Inclui também os conceitos dos tempos históricos (a anterioridade, posterioridade, simultaneidade, mudança e permanência).

É de suma importância que o aluno compreenda que todos somos sujeitos da História, pois somos nós os seus autores. É importante compreender também a diversidade das fontes no estudo da História e a importância delas na constituição do conhecimento histórico.

Conteúdo:

- Tecnologia e técnica são a mesma coisa?
- Com pedra, pau e fogo: técnicas para dominar a natureza;
- De caçadores e coletores a criadores e agricultores;
- Das representações rupestres à escrita;
- Como o ser humano lida com o sobrenatural. Diferentes formas de crenças.
- Só o ser humano tem religião: as primeiras manifestações religiosas. A religiosidade indígena antes da chegada dos europeus;
- A marcação e a contagem do tempo;
- O povoamento inicial das terras brasileiras. Histórico da ocupação das Terras Indígenas – os índios estavam aqui primeiro.
- Os caçadores e os coletores. Ainda existem no Brasil, povos caçadores e coletores: os Awá (Guajá)
- Os agricultores e os ceramistas.

Geografia.

A meta da disciplina é preparar os estudantes para aprender a se localizar no mundo, compreender o local onde vive, identificando potencialidades e vulnerabilidades, e as relações estabelecidas entre natureza e sociedade. Estimular e incentivar o aluno na aquisição da capacidade para desenvolver o raciocínio espacial.

O trabalho pedagógico, portanto, deve contemplar conteúdos que permitam ao estudante compreender a posição que ocupa no espaço e no tempo, bem como entender as interações da sociedade em que vive com a natureza. As questões locais, e regionais devem ser priorizadas, no entanto, deve-se sempre relacioná-las com as globais.

Conteúdo:

- O homem e a construção do espaço geográfico;
- A organização do espaço rural;
- A organização do espaço urbano;
- O espaço indígena, a Terra Indígena: outra concepção de ocupação da terra;
- O planeta Terra no universo, Sistema solar.
- A Terra: Movimentos, posição e forma da Terra.
- Cartografia: a origem da cartografia, sistema de orientação, coordenadas geográficas.
- A cartografia da Terra Indígena Rio Pindaré.

Arte.

Este componente curricular tem como objetivo o desenvolvimento e aprimoramento da reflexão e apreciação das produções artísticas em: artes visuais, dança, teatro e música. Dentro dessas quatro linguagens da arte, será dado ênfase à produção artística indígena.

Será também dado oportunidade para as produções individuais e coletivas dos estudantes, a partir do que mais ele (s) se interessarem.

Conteúdo:

- Conceitos prévios de “Arte”.
- Movimentos Artísticos.
- Cultura popular, Cultura de Massa e Alta cultura.
- As linguagens artísticas.
- A arte indígena.

Educação Física.

O docente desta disciplina deverá orientar-se a partir do entendimento acerca das questões inerentes às transformações corporais dos adolescentes. Nesse sentido, atentar para as diferenças de postura, comportamento, objetivando proporcionar oportunidades iguais de participação. É nessa fase que alguns demonstram naturalmente vontade de exhibir-se. Por outro lado, outros demonstram vergonha de expor seu corpo e seu desempenho.

Os conteúdos da disciplina devem contemplar um olhar especial para as produções de cultura corporal indígena: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Ela também deve caminhar no sentido de expor outras práticas desportivas, além do incentivo ao desporto e uma boa qualidade de vida, com os devidos cuidados com o corpo.

Conteúdo:

- Coordenação motora global e fina, coordenação visio motora.
- Iniciação esportiva (handebol, voleibol, futsal, basquetebol, xadrez, tênis de mesa).
- Posicionamento ofensivo e defensivo nas diferentes modalidades esportivas.
- Exercícios de equilíbrio e controle do corpo (como pular corda).
- Amostra de danças tipicamente brasileiras e danças indígenas.
- Atividades que envolvem habilidades básicas como as de equilíbrio, de correr, saltar, lançar, agarrar, todas envolvendo o lúdico e a fantasia.

Língua inglesa.

O Inglês é uma das línguas mais faladas no mundo, portanto, esse idioma se constitui como uma chave mágica que pode abrir vários os horizontes profissionais e pessoais. Na Internet, o idioma está em primeiro lugar com milhões de usuários que escrevem e falam. É a língua oficial de mais de 75 países do planeta.

Aprender uma nova língua, traz muitos benefícios para o cérebro e para a memória. Esses benefícios podem ocorrer em qualquer idade. No contexto atual da educação escolar indígena, é muito importante o estudo da Língua Inglesa. Esse aprendizado pode servir também como incentivo para o empenho e aprimoração da Língua Indígena.

Conteúdo:

- Ortografia das palavras ensinadas e pronunciadas em sala de aula.
- Pronúncia adequada das palavras ensinadas em sala de aula.
- Vocabulário: Objetos escolares, cores, instruções, itens pessoais, países, nacionalidades, línguas, termos e objetos da Língua Tentehar.
- Gramática: Simple Present of be, subject pronouns, Imperatives, Possessive adjectives e pronouns, Question words.
- Escrita de frases simples, que contenha: (sujeito, verbo, complemento); e textos curtos.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;

- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
 - Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas. Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
 - Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
 - Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia.
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena;

- Pesquisa.

Educação Ambiental:

"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."¹¹ É nesse entendimento que este componente curricular vai apresentar os conteúdos para serem ministrados a partir do 6º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Não se pretende com esse componente ensinar Meio Ambiente aos indígenas, na perspectiva de sua preservação, ou manutenção. Segundo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), "*As Terras Indígenas apresentam o menor número de desmatamento na Amazônia Legal*¹²". Essa informação por si só, já ensina muito. O que queremos, é aprender. Queremos estabelecer um diálogo, um aprendizado, um canal de sintonia entre esta escola e a comunidade, intermediado por seus principais representantes. Estes podem ser: lideranças, sábios e conhecedores da mata, professores, além de integrantes das instituições indígenas que lidam com a proteção e preservação da Terra.

Porém, para efeito deste Projeto Pedagógico, esta disciplina (Educação Ambiental), obedecerá aos mesmos padrões e critérios das outras, como avaliações, frequência, atividades, trabalhos. Todavia, apresentará um procedimento que valorize a atividade prática. Nesse sentido, suas ações pedagógicas estarão voltadas para atividades extra sala de aula, exatamente nos pressupostos de Célestin Freinet¹³.

Os conteúdos a serem discutidos e avaliados, para o 6º Ano, estão elencados abaixo:

- Conteúdo:

- Educação Ambiental – Uma Introdução acerca do histórico:

- Os primeiros movimentos ambientais e sociais (ecológicos / ambientalistas):

a) No Brasil.

¹¹ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>

¹² Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>

¹³ Ver Item 6 – ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

- b) No Maranhão.
- Procedimento Metodológico – (Sugestão): Pesquisa Documental.
- Introdução à Sociedade Sustentável: Promover a compreensão da necessidade de ser sustentável.
 - a) Conceito de Sustentabilidade (Sociedade Sustentável).
 - b) Lugares Autossustentáveis.
- Procedimento Metodológico (Atividade) – (Sugestão): Visitas a locais que utilizam técnicas sustentáveis.
- Estudar (observar) os impactos ambientais provocados pelas cidades e sociedades que não são sustentáveis.
- Os Resíduos Humanos: Informação acerca dos resíduos recicláveis e a compostagem dos resíduos orgânicos.
 - Atividades Humanas e o Lixo.
 - Lixo, Saúde e meio ambiente.
 - O destino do lixo é o aterro sanitário?
 - A reciclagem dos resíduos sólidos.
 - A reutilização de resíduos sólidos.
 - O que é coleta seletiva do lixo.
- Procedimento Metodológico (Atividade) – (Sugestões):
 - a) Construção de uma caixa de compostagem.
 - b) Caracterização e quantificação dos resíduos gerados nas residências e na escola.
 - c) Visita a um Aterro Sanitário Municipal.
 - d) Implantação da coleta seletiva de resíduos, primeiramente na escola.
- Meio Ambiente e Vida Humana – Como equilibrar?
 - a) Os outros animais: domésticos e selvagens – variedade da fauna.
 - b) A flora – fonte de recursos – não são inesgotáveis.
 - c) O Ar, o Clima: sol, chuva, calor, frio. Pode mudar?
- Procedimento Metodológico (Atividade) - Entrevista (Conversa) – Palestra: com alguém da comunidade (pode ser mais de uma pessoa), para falar das condições da Terra Indígena Rio Pindaré de ontem. Considerar: clima, animais (fauna), mata (flora), rio, comparando com os dias de hoje. Buscar alternativa de intervenção.

7º Ano.

Língua Portuguesa.

- Gêneros textuais.
- Leitura e produção de sentido;
- Multimodalidade.
- Interjeição.
- Sistematização do gênero biografia;
- Verbo (noções gerais).
- Verbo formas nominais, estrutura, tempos do modo indicativo, conjugação verbal.
- Tópico de ortografia: grafia de formas verbais em -ão / -am.

Matemática.

- Proporcionalidade.
- Razão.
- Razões especiais.
- Proporção.
- Porcentagem.
- Médias.
- A necessidade dos números negativos.
- O conjunto dos números inteiros.
- Os números indígenas.
- Operações matemáticas com grandezas indígenas: fração, medida, comprimento, peso, etc...
- Representação geométrica do conjunto dos números inteiros.
- Subconjuntos especiais do conjunto dos números inteiros.
- Módulo ou valor absoluto de um número inteiro.
- Simetria.
- Comparação de números inteiros.
- Operações com números inteiros.

Ciências.

- Darwinismo, competição e seleção natural.
- Especiação (surgimento de novas espécies).
- Os reinos dos seres vivos.
- Auto-organização dos seres vivos.

- Auto-organização celular.
- A vida no planeta Terra.
- A origem da vida.
- Processos de validação de uma teoria científica.
- Os conhecimentos indígenas também podem ser científicos.
- A classificação dos seres vivos, reinos dos seres vivos e suas subdivisões.
- A classificação indígena para os animais (fauna) e a classificação para a flora.
- Levantamento da Flora e da Fauna da Terra Indígena Rio Pindaré.

História.

- O ser humano e o tempo do trabalho;
- Da dominação pela terra à força do capital.
- Explorações ao mundo indígena.
- Relações de trabalho: servidão e assalariamento. Como o indígena é inserido nesse processo de trabalho.
- O poder da imagem: da religiosidade medieval ao mundo da propaganda.
- Esse tal “mercado” e o valor das coisas.
- Revoluções comerciais: mercado local e mercado global.
- Mercadores, banqueiros e burgueses: o mundo dos negócios ontem e hoje.
- A tecnologia das navegações: mares e rios.
- Representações europeias do mundo: medo, realidade e fantasia.

Geografia.

- Brasil: localização geográfica.
- A organização do território nacional.
- As Regiões Brasileiras.
- As Terras Indígenas Brasileiras.
- As Terras Indígenas do Maranhão
- O povo brasileiro.
- Os Povos Indígenas no Brasil.
- Os Povos indígenas no Maranhão.

Arte.

- O Homem na Pré-História
- A Arte nos ritos primitivos.

- A pintura rupestre e o teatro primitivo.
- A dança e a música nos diferentes povos. A dança e a música entre os Povos Indígenas no Brasil.
- Os diferentes sentidos de beleza nas culturas.
- O corpo como suporte musical.
- Performances musical.

Educação Física.

- História da Educação Física.
- Introdução à Educação Física – o corpo humano e os movimentos. Os jogos, os esportes.
- A importância da Educação Física.
- Finalidades e objetivos da Educação Física.
- Educação Física: Conceitos e Fundamentação.
- A importância das Atividades Físicas.
- A atividade física e os Povos Indígenas – Os movimentos Indígenas.
- Pesquisa sobre a cultura do movimento com objetivos de organizar um evento esportivo na escola, estimular o conhecimento teórico, a prática e a disseminação das atividades físicas e esportivas pelos alunos.

Língua inglesa.

- Apresentar pessoas e a si mesmo.
- Profissões.
- Uso de adjetivos.
- Demonstrar objetos por meio de pronomes.
- Fornecer informações pessoais utilizando o presente simples do Verbo to Be, nas formas afirmativa, negativa e interrogativa.
- Pronomes demonstrativos: this is / that is / these are / those are.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar e, sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do

estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.

- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social.
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento.
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados.
- Desenvolve a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.

- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito.
- Direitos indígenas na Constituição Federal.
- Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas. Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação.
- Trabalho em grupos.
- Leitura e interpretação de textos.
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena.
- Pesquisa.

Educação Ambiental.

- O Estudo das Águas - Limnologia

Objetivo: Promover a reeducação dos hábitos poluidores da água.

Conteúdo:

- a) Água na Natureza.
- b) As águas superficiais, subsuperficiais, subterrâneas e oceânicas;
- c) Importância da água;
- d) Os Ecossistemas Aquáticos;

- e) Águas Lênticas (água parada, pântano) / Eutrofização (excesso de nutrientes na água sobrecarga de matéria orgânica que compromete a qualidade da água).
- f) Águas Lóticas (água corrente).
- g) Ciclo da Água.
- h) Água nos seres vivos.
- i) A relação água X terra.
- j) Importância da mata ciliar.
- k) Distribuição global da vegetação conforme a água.
- l) Introdução à Hidrologia.
- m) Poluição das águas.
- n) Saneamento básico.

Metodologia: – (Atividades). Pesquisa:

- a) Identificar o método, os procedimentos de purificação da água. Que elementos adicionar? Tais elementos purificam mesmo? Nos prejudicam?
- b) As fontes de água mineral? São de confiança? Como é recolhida a água?

- O Estudo da Terra – Geologia.

Objetivo: Promover a compreensão da formação, preservação e recuperação do solo.

Conteúdo:

- a) A Terra.
- b) Regiões da Terra.
- c) A Terra Brasileira
- d) As Terras Indígenas no Brasil.
- e) As Terras Indígenas no Maranhão.
- f) A Terra Indígena Rio Pindaré (Componentes do solo/tipos de solo).
Modificações naturais e artificiais
- g) Estrutura da Terra.
- h) Constituição da Terra.
- i) Formação dos solos.

Metodologia: (Atividade) - Identificar o solo da Terra Indígena em diferentes partes. Próximo da escola. Próximo das casas. Próximo do rio. Na Mata.

- Estudo do Clima – Climatologia.

Objetivo: Promover a conscientização da necessidade do clima para a manutenção do meio ambiente.

Conteúdo:

- a) Atmosfera.
- b) Os gases componentes do ar.
- c) A influência das florestas na temperatura da atmosfera.
- d) Mudança na atmosfera pelos seres vivos (Respiração, Transpiração e Fotossíntese).
- e) Altitude e pressão.
- f) Ventos.
- g) Previsão do Tempo.
- h) Poluição do ar e seus efeitos no meio ambiente.

Metodologia: (Atividade) – Pesquisa: Como é feita a previsão do tempo? Que instrumentos utilizam? Qual o percentual de acerto, no que se refere às previsões?

- Classificação dos Seres Vivos – Taxonomia.

Objetivo: Conhecer os critérios de classificação dos seres vivos.

Conteúdo:

- a) Características dos seres vivos.
- b) Critérios para classificação dos seres vivos.
- c) Classificação dos animais da Terra Indígena Rio Pindaré.

Metodologia: (Atividade) – Pesquisa:

- a) Quantificar as diversas formas de seres em seu habitat, levando em consideração os encontrados na Terra Indígena Rio Pindaré.
- b) Como é feita a elaboração de chaves de identificação de seres vivos?

8º Ano.

Língua Portuguesa.

- Gêneros textuais.
- Parágrafo.
- Coesão textual.
- Coesão referencial.
- Frase, oração, período.

- Sujeito e predicado.
- Tipos de sujeito.
- Tipos de predicado.
- Pontuação.
- Tópico de ortografia: abreviaturas.
- Sistematização do gênero memórias.
- Predicado nominal.
- Predicativo do sujeito.
- Sistematização do gênero autobiografia.
- Predicado verbal.
- Transitividade verbal.
- Objeto direto.
- Objeto indireto.

Matemática.

- A reta e suas partes.
- Distância entre os dois pontos e medida de um segmento de reta.
- Segmentos congruentes e ponto médio de um segmento.
- Posições relativas de duas retas de um plano.
- Distância entre um ponto e uma reta.
- Distância entre duas retas paralelas.
- Mediatriz de um segmento.
- Ângulos.
- Bissetriz de um ângulo.
- Operações com medidas de ângulos.
- Ângulos complementares e ângulos suplementares.
- Ângulos opostos pelo vértice.
- Ângulos formados por duas retas paralelas cortadas por uma transversal.
- Retas paralelas, paralelogramos e trapézios.
- Ângulos e triângulos.
- Relações entre os ângulos de um triângulo.
- Relações entre os ângulos e os lados de um triângulo.

Ciências.

- As diferentes dimensões do ser humano.
- As origens biológicas do ser humano.
- O ser humano – uma abordagem filogenética.
- Paleontologia e a genética em parceria.
- Um ancestral comum entre chimpanzés, bonobos e humanos.
- Indivíduo – Biologia e cultura.
- As diferentes culturas humanas – As culturas indígenas.
- A integração do ser humano com o meio.
- Adaptação dos indígenas com o Meio Ambiente
- Os sentidos.
- Ossos e músculos.
- O fechamento operacional do sistema nervoso.
- As emoções e as ações.

História.

- Cidadania e política: o exercício de todo o dia – ser cidadão.
- Direitos e deveres hoje: o que são?
- Direitos naturais: de onde vem essa história?
- Inglaterra no século XVII: Começo de uma nova era?
- Liberdade e igualdade: ideias de ontem e de hoje.
- Iluminismo e noções de liberdade.
- Direitos Humanos e Direitos Indígenas.
- Uma revolução contra o absolutismo ou contra a miséria?
- A reinvenção da cidadania: novo conceito para um novo tempo.
- Da intenção ao gesto, liberdade e terror.
- Em nome da liberdade e da igualdade, mais uma vez.
- Napoleão, o imperador que virou mito.
- Mudanças e manutenção na ordem: a contrarrevolução e as revoluções liberais.
- Socialismos: entre a teoria e a prática, de Marx ao movimento operário.

Geografia.

- A Geografia e a compreensão do espaço mundial.
- Representação e regionalização do espaço mundial.
- As regionalizações do território americano.

- As Américas: do Norte, Central e do Sul.
- América: continente colônia.
- Américas: características naturais.
- América em partes: regionalização.

Arte.

- A arte nos espaços urbanos.
- A Arte Urbana e o Graffiti.
- A Cultura Hip Hop – O Rap, Breakdance e DJs;
- O empoderamento urbano do movimento negro.
- Expressões artísticas indígenas: Pintura? Escultura? Música? Dança?

Educação Física.

- Alongamento e Flexibilidade.
- Aquecimento (específico e recreativo).
- Condicionamento Físico.
- Voleibol: fundamentos, tática e técnica.
- Handebol: fundamentos, tática e técnica.
- Futsal: fundamentos, tática e técnica.
- Basquetebol: fundamentos, tática e técnica.
- Jogos Indígenas.
- Jogos de recreação e integração.
- Dinâmica esportiva – Em que o aluno compartilha seus dons esportivos com o restante do grupo.
- Atletismo.
- Instrumentos e apetrechos utilizados no lazer indígena.

Língua inglesa.

- Famous destinations (Destinos Famosos):
- Descrever lugares, povo, atividades rotineiras, momentâneas e de turismo.
- Empregar adjetivos para descrever lugares. Usar como referência lugares indígenas.
- Reconhecer e empregar o vocabulário referente aos meios de transportes.
- Presente simple / presente contínuo / Wh-questions.
- Meios de transportes.
- Uso do sufixo – ing.

- Reconhecer verbos que indicam preferências e que exigem a forma –ing.
- Expressão “I would like / I’d like”.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio à língua indígena, objetivando contribuir para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a ela. Como consequência, espera-se diminuir os riscos de perdas linguísticas, garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social.
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento.
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados.
- Desenvolve a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas.
- Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia.
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito a terra e a dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos.
- Leitura e interpretação de textos.
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena.

- Pesquisa.

Educação Ambiental

- O Estudo da Botânica.

Objetivo: Inserir no conhecimento, a prática da observação, para identificação das espécies nativas da Terra Indígena Rio Pindaré e dos Municípios de Bom Jardim e Santa Inês.

Conteúdo:

- a) Introdução aos Fungos.
- b) A Fotossíntese.
- c) A diversidade do Reino Vegetal.
- d) A diversidade da flora da Terra Indígena Rio Pindaré (incluindo a aquática).
- e) Plantas inferiores (algas, briófitas, líquens, pteridófitas).
- f) Plantas superiores (gimnospermas e angiospermas).
- g) O estudo da Flora Urbana.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa:

- a) Conhecendo a vegetação do rio Pindaré.
- b) “Vai vegetação, vem erosão”. Identificar pontos na Terra Indígena e em outros lugares do município.

- Zoologia – Identificando os animais.

Objetivos: Inserir no conhecimento, a prática da observação, para identificação dos animais nativos da Terra Indígena Rio Pindaré e dos Municípios de Bom Jardim e Santa Inês.

Conteúdo:

- a) Invertebrados.
- b) Vertebrados de sangue frio.
- c) Vertebrados de sangue quente.
- d) O estudo da Fauna Urbana.

Metodológico: (Atividades) – Pesquisa:

- a) Quais os animais da fauna urbana, que vivem na aldeia Januária?
- b) Os animais da Fauna Urbana são os mesmos domésticos?

- Ecologia e Qualidade de Vida.

Objetivos: Fomentar o estudo prático do meio ambiente local (na Aldeia). O que pode ser modificado, pra melhorar mais a qualidade de vida?

Conteúdo:

- a) Meio Ambiente em debate: as condições da Terra Indígena. As condições da aldeia – o clima. A paisagem. Os recursos. Os espaços. O potencial. As vulnerabilidades.
- b) O que é Ecologia. Como associar a ecologia e o espaço da aldeia.
- c) Como manter em equilíbrio o nosso ambiente?
- d) Os impactos ambientais. Como eles nos atingem.

Metodologia: (Atividades) – Debate. Seminário. Congresso. Para discussão acerca do conteúdo do item a), com a participação de toda a comunidade da Terra Indígena Rio Pindaré.

9º Ano.

Língua Portuguesa

- Gêneros textuais.
- Variedades linguísticas.
- A língua portuguesa no mundo.
- Oralidade: anedota.
- Intertextualidade.
- Sistematização do gênero e-mail.
- Período simples.
- Processo de formação das palavras.
- Orações reduzidas.
- Emprego do infinitivo.
- Conceitos complementares sobre o gênero do substantivo.
- Concordância verbal.
- Regência verbal, termos regentes x regidos.
- Revisão geral.

Matemática

- Segmentos proporcionais.
- Teorema de Tales e suas aplicações.
- Polígonos semelhantes.
- Triângulos semelhantes.

- Potências.
- Propriedades das potências.
- Notação científica.
- Raízes.
- Radicais.
- Operações com radicais.
- Racionalização de denominadores.
- Equações do 2º grau. Identificar seus coeficientes. Completas e incompletas.
- Fórmula geral.
- Resolução.
- Relação entre seus coeficientes e suas raízes.
- Resolução mental.

Ciências.

- O homem e a Ciência.
- A Ciência dos Povos Indígenas
- Evoluções e revoluções.
- Astronomia.
- Astronomia Indígena.
- O movimento.
- A mecânica de Newton.
- A Química e a sociedade.
- A Química dos Povos Indígenas.
- Modelos de partículas.
- A especificidade das partículas- os átomos.
- As ligações entre os átomos.
- Reações químicas.
- Temperatura e Calor. Processo de transmissão de calor.
- Óptica - Conceitos fundamentais.

História.

- Progresso e prosperidade.
- A cultura da prosperidade na Europa, o eurocentrismo.
- Disputas, armas e nacionalismos: a Europa a caminho da guerra.
- As ilusões desfeitas no palco da guerra.

- A imposição da paz e o pós-guerra.
- Revolução: na teoria e na prática.
- A Rússia czarista: entre a miséria social e a prosperidade do capital.
- Da guerra externa à guerra civil.
- Os arranjos de um sistema em implantação.
- Em nome do progresso.
- Do império à República: mudar para permanecer.
- Em nome do progresso: as primeiras realizações da República brasileira.
- A República Brasileira e os Povos Indígenas.
- É do município e do estado que se governa a República: a força dos coronéis.
- A força e o poder do café na Primeira República.
- A República dos excluídos.

Geografia.

- População Mundial.
- Evolução da população mundial.
- Os Povos Indígenas e a população mundial.
- Os fluxos populacionais no mundo.
- Geopolítica e Economia Mundial.
- Do mundo bipolar à Nova Ordem Mundial.
- Uma visão geral da atualidade.
- Questões sociais: a globalização da desigualdade social e econômica.
- Questões ambientais.
- O mundo que queremos.

Arte.

- A história e técnicas da Fotografia.
- A arte digital.
- Os instrumentos musicais acústicos, elétricos e eletrônicos.
- Criatividade e Originalidade.
- A instalação, a performance e o teatro interativo.
- A história e a arte cinematográfica.
- Gêneros cinematográficos.
- Cinema como fusão artística.

Educação Física.

- Práticas Corporais.
- Controle da respiração (textos).
- Importância dos alongamentos.
- Onze razões para correr e malhar.
- Atividade física regular e controle de peso.
- Aquecimento nas atividades físicas.
- Saúde e atividades Físicas.

Língua inglesa.

- Passado com verbos regulares e irregulares: afirmativa, negativa e interrogativa.
- Passado contínuo.
- Expressar e identificar ações ou situações no passado que demandam certo período de duração.
- Did/didn't.
- Verbos regulares + ed.
- Uso do verbo to have: have/has ever questions.
- Expressões I've never / have or has + past participle.
- Presente perfeito.
- Passado simples.
- Realizar comparações usando substantivos contáveis e incontáveis.
- Too many. Too much. Not enough.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.

- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Realizar atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas.
- Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena;
- Pesquisa.

Educação Ambiental.

- Ecologia e Ciência:

Objetivo: Promover a compreensão da importância do equilíbrio ecológico, fazendo uso, das descobertas científicas, para maior compreensão e entendimento do processo.

Conteúdo:

- a) Níveis de organização da Ecologia.
- b) Conceitos básicos de Ecologia.
- c) Fatores Ecológicos.
- d) Principais descobertas científicas no âmbito da ecologia.

- e) Aquecimento global.
- f) Lei da Tolerância.
- g) Lei do Mínimo.
- h) Fatores Abióticos (físicos, químicos e edáficos).
- i) Conceito de ecossistema.
- j) Os ciclos Biogeoquímicos.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa. Como recuperar uma área degradada? Como recuperar uma mata devastada? Como barrar os efeitos do aquecimento global?

- Ecologia Urbana:

Objetivos: Como inserir as diversas questões ambientais, no âmbito da poluição (do ar, sonora) no contexto urbano, no sentido de mitigar os efeitos?

Conteúdo:

- a) Ecologia da cidade.
- b) A cidade como um meio ambiente.
- c) Cidade e o clima.
- d) A cidade e as águas.
- e) O ar da cidade.
- f) Os sons da cidade.
- g) O solo e a paisagem da cidade.
- h) Saúde na cidade.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa: A cidade e a aldeia são diferentes? Em que consiste a diferença? Pode ser mais diferente?

- Turismo Ecológico:

Objetivo: Pensar em uma atividade no âmbito do Turismo Ecológico na Terra Indígena Rio Pindaré.

Conteúdo:

- a) Recursos naturais e atrativos turísticos.
- b) Turismo ecológico.
- c) Interpretação do meio ambiente.
- d) Trilhas interpretativas.
- e) Planejamento e elaboração de trilhas autoguiadas na Terra Indígena Rio Pindaré.
- f) Planejamento e elaboração de trilhas guiadas na Terra Indígena Rio Pindaré.

Metodologia: (Atividades) – Elaborar um Projeto de Turismo Ecológico para a Terra Indígena Arariboia

REFERÊNCIAS

A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Org.: Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupione – Brasília, MEC/MARI/Unesco, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial de nº 26 de fevereiro de 1991. Brasília, DF, 1991: transfere as ações de educação da Funai, para o MEC.

BRASIL. Decreto presidencial de nº 87.846 de 24/11/1982. Brasília, DF, Homologa a demarcação da área Indígena Rio Pindaré, no Estado do Maranhão.

BRASIL. Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 35, de 05 de novembro de 2003. Assunto: Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2004 Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. A Política Indigenista no Maranhão Provincial. São Luís: SIOGE, 1990.

COLLET, Célia. Interculturalidade e educação escolar indígena; um breve histórico. IN: GRUPIONI, Luís Donisete (org). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília, MEC/UNESCO, 2006

FREINET, Célestin. Pedagogia do bom-senso. Trad. J. Batista. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Mércio Pereira. O Índio na História – O Povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 32.685, de 8 de março de 2017. Dispõe sobre o regulamento do processo de Estágio Não-Obrigatório para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Médio Regular e nas suas Modalidades das Escolas da Rede Pública Estadual do Maranhão.

MARANHÃO. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar. Coordenação Silvana Maria Machado Bastos – São Luís, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Adjunta de Ensino, Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais, Supervisão de Educação de Jovens e Adultos. Informativo EJA. São Luís, 2019.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2005.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção no 169 de 7 de junho de 1989 - sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

PINTO, Rogério Tavares. “Escola pra quê?” Perspectivas e possibilidades: um olhar sobre a Escola da Aldeia Januária, dos índios Tentehar (Guajajara) do Pindaré. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Maranhão – Uema. São Luís, 2012.

REFERENCIAIS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO ESTADO DO MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. 2017.

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE ENSINO INDÍGENA JANUÁRIA, (Aldeia Januária – Bom Jardim/MA – 2007).

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker. Freinet: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papyrus, 2002.

ZANNONI, Claudio. Conflito e Coesão: O Dinamismo Tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.

APÊNDICE A

**PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO DE ENSINO INDÍGENA GIANNI
SARTORI – REVISADO**



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC
 SECRETARIA ADJUNTA DE GESTÃO DA REDE DE ENSINO E APRENDIZAGEM -SAGEA
 SUPERINTENDENCIA DE GESTÃO DO ENSINO E DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM-SUGEDA
 SUPERVISÃO DE MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS-SUPMODE
 UNIDADE REGIONAL DE EDUCAÇÃO-URE/IMPERATRIZ
 NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIRO E INDÍGENA - NEABINIFMA PORTO FRANCO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DOCENTE EM PRÁTICAS EDUCATIVAS - PPGFOPRED/UFMA



PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO
 Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori
 Terra Indígena Arariboia
 Aldeia Juçaral
 Povo Tentehar (Guajajara)
 Junho 2022

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JÚNIOR

Governador do Estado do Maranhão

LEUZINETE PEREIRA DA SILVA

Secretário de Estado da Educação

NÁDIA CHRISTINA GUIMARÃES DUTRA

Secretária Adjunta de Ensino

SILVANA MARIA MACHADO BASTOS

Superintendente da Educação Básica

Gestora da Unidade Regional de Educação de Imperatriz

JOSÉ AMORIM FILHO GUAJAJARA

Gestor do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori

ANA RAQUEL ALVES DE ARAÚJO

Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena
do IFMA Porto Franco

BETÂNIA OLIVEIRA BARROSO

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em
Práticas Educativas - PPGFOPRED\UFMA

APRESENTAÇÃO

A revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori da Aldeia Juçaral do povo Tentehar, na Terra Indígena (TI) Arariboia ocorreu a partir de uma demanda apontada pela Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia - COCCALITIA e se deu através ações conjuntas da Unidade Regional de Educação (URE) de Imperatriz, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal do Maranhão (IFMA) Campus Avançado Porto Franco e do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED\UFMA.

A principal ação dos envolvidos nessa tarefa foi a escuta das demandas e dos anseios dessa comunidade escolar em relação ao que ela espera da educação escolar indígena, bem como a discussão da importância do PPP para a comunidade.

Dessa forma, foram realizados encontros no CEI Gianni Sartori com o objetivo de conhecer quais eram as aspirações da aldeia e as perspectivas educacionais do povo Tentehar (Guajajara). A metodologia desses momentos se constituiu a partir da escuta das lideranças, dos professores, dos pais e alunos. Com tempo de fala livre para se manifestarem sobre a realidade da escola e sobre como a educação escolar indígena deve ser um meio para a reafirmação da sua identidade étnica e para a compreensão do mundo não-indígena.

Para tanto, foi crucial a participação dos Tentehar (Guajajara) na construção do referido documento, fato refletido notoriamente no esforço de implementar processos dialógicos entre a educação expressa nos princípios culturais *Tentehar* e da educação convencional dita ocidental.

Este Projeto Político-Pedagógico, portanto, pode ser um instrumento a mais, na busca pela reafirmação não apenas identitárias, mas, sobretudo, de seus valores étnicos, refletidos na tradição, na cultura e no território.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO.....	8
2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA.....	9
3. ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	11
4. O QUE A INSTITUIÇÃO OFERTA.....	13
5. CONTEXTO SOCIAL / CULTURAL DA ESCOLA.....	14
6. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	15
7. MARCO CONCEITUAL DO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA JANUÁRIA.....	19
8. PLANO DE AÇÃO – AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA ...	22
9. A MISSÃO DA ESCOLA.....	27
10. VISÃO DA ESCOLA.....	28
11. CONSELHO DE CLASSE.....	28
12. AVALIAÇÃO.....	29
13. MONITORAMENTO / ACOMPANHAMENTO DO PROJETO PEDAGÓGICO	30
14. OS COMPONENTES CURRICULARES.....	31
14.1. COMPONENTES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL - 1º AO 5º ANO.....	44
14.2. COMPONENTES CURRICULARES ENSINO FUNDAMENTAL: 6º AO 9º ANO.	57
REFERÊNCIAS.....	88
ANEXOS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

A educação escolarizada destinada aos Povos Indígenas terá os melhores efeitos se contar com a participação efetiva de tais Povos. Participação efetiva significa a garantia de poder falar, opinar, sugerir, propor. Significa ser escutado com atenção. Significa também a possibilidade de experimentar, de colocar em execução seus projetos, seus experimentos, frutos de suas falas, de suas vozes, de suas sugestões e experiências.

Este Projeto Político-Pedagógico, caminhou exatamente nesse sentido: de ouvir os indígenas, suas falas, suas sugestões e proposições. As vozes vieram dos mais diferentes e variados integrantes da comunidade. Estudantes: adolescentes, jovens e adultos. Docentes, tanto os indígenas, quanto os não indígenas. Anciãs e Anciãos, conhecidos pelos Tentehar, em sua língua, como *Zaryi*, termo utilizado para a mulher idosa e avó. E *Tumui*, termo referente ao homem idoso e avô. Caciques e Lideranças, também falaram, assim também como pais e mães de estudantes. Refletimos, discutimos acerca das variadas proposições que apresentaram, exatamente na proposição que consta no texto da LDB: “Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas”¹. Este PPP, portanto, pode ser visto como um projeto a ser executado, oriundo das vozes participativas dos indígenas.

As participações efetivas que foram moldando esse Projeto Político-Pedagógico, se deram em seis encontros (rodas de conversa e oficinas) no Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, pertencente aos Tentehar (Guajajara), na aldeia Juçaral. Tais encontros foram mediados pedagogicamente pela equipe do IFMA Campus Avançado Porto Franco, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas - NEABI, da Unidade Regional de Educação - URE de Imperatriz e do Programa de Pós-graduação em Formação Docente em Práticas Educativas da UFMA. Com apoio e coordenação da Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia e da Equipe Gestora do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.

A base onde se ancora este Projeto Político-Pedagógico são os preceitos legais que dão sustentação à educação escolar indígena. É a Constituição de 1988 que amplia e inspira os atos legislativos que doravante se sucederão. “São reconhecidos aos indígenas sua organização social, costumes,

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9.394/1996

línguas, crenças e tradições...”² Esse texto assegura aos indígenas permanecerem como tais, ou seja, garantia da manutenção da diferença, com a expressão de todas as suas manifestações culturais, quanto do seu modo de vida manifestado no cotidiano.

No âmbito educacional, é garantido e assegurado às comunidades indígenas também, a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.³ A comunidade da Aldeia Juçaral e as demais da Terra Indígena Arariboia, tem demonstrado não só interesse, como tem adotado medidas e estratégias para a preservação da sua língua. É no contexto da escola que o idioma indígena tem sido trabalhado pontualmente, sobretudo, no âmbito da escrita e da leitura.

É nesse sentido que a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), se posiciona em seu artigo 28, item 3: “deverão ser adotadas disposições para se preservar as línguas indígenas dos povos interessados e promover desenvolvimento e prática das mesmas.”

Além do bilinguismo, este Projeto Pedagógico também tem como objetivo ser a expressão das aspirações educacionais dos Tentehar (Guajajara) do Pindaré. Tais aspirações podem ser entendidas pela expectativa de uma educação que valorize, respeite, promova, ressignifique e resgate os preceitos culturais, materiais e imateriais. Ao mesmo tempo, que seja uma educação de qualidade, cujos níveis alcancem os mesmos (e quiçá superem) da educação escolarizada dos não indígenas, colocando os indígenas em condições de igualdade com os outros segmentos da comunidade escolar nacional.

Esses objetivos, portanto, almejam o atendimento aos princípios, da educação escolar indígena, ou seja, da igualdade social, da especificidade, da diferenciação, da interculturalidade e do bilinguismo.

Outro marco teórico que sustenta esse Projeto Pedagógico é o pensamento de Demerval Saviani. De acordo com a Pedagogia de Saviani, é papel do educador procurar conhecer a realidade dos estudantes. Esse conhecimento, entendido como um mapeamento, facilita na compreensão acerca do prévio conhecimento de alunos e alunas, facilitando assim na preparação dos assuntos a serem trabalhados. Segundo Saviani, a educação é vista como uma produção do saber, e o ensino, como integrante da ação no processo de educação, tem no professor seu principal representante (SAVIANI,

² Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 231.

³ Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 210.

1991). Nesse sentido, o professor é o produtor do saber e o estudante o seu consumidor imediato.

Esse marco teórico se alinha a perspectiva em torno da dimensão política e pedagógica do PPP direcionado a Educação Indígena, já se pode perceber corroborando Baniwa que trata da emergência do movimento articulado de professores indígenas como aliado ao movimento maior dos povos indígenas e isso contribuiu para se criar condições para o surgimento das primeiras escolas indígenas diferenciadas, denominadas escolas-piloto indígenas. São denominadas escolas-piloto por se tratarem de experiências inovadoras de iniciativa não-governamental, ou seja, das próprias comunidades indígenas e de suas assessorias. As experiências ainda são em pequeno número, mas estão hoje espalhadas por todo o território brasileiro. Essas escolas são as primeiras que levam em consideração a idéia central da educação escolar indígena diferenciada: a de pensar e praticar os processos político-pedagógicos a partir das realidades sócio-históricas dos distintos povos

Este Projeto Pedagógico também está amparado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, cujo texto está na Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012, do Conselho Nacional de Educação, através da Câmara de Educação Básica. As Diretrizes desta Resolução, em suas orientações deixa claro em primeiro lugar, sobre os princípios que são os fundamentos da Educação Escolar Indígena, os quais são: princípios da igualdade social, da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade.

Em segundo lugar, mais precisamente acerca dos objetivos da Resolução, chamamos atenção sobre os “processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico”. Em terceiro lugar, assegura a organização comunitária, privilegiando as práticas socioculturais e econômicas, bem como suas formas de produção de conhecimento, onde seja evidenciado e valorizado suas formas próprias de ensino e aprendizagem, podendo ser veiculado em língua indígena.

Esses pontos em destaque da Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012 enumerados acima, estão pautados nesse Projeto Pedagógico. Ele é uma tentativa de um exercício pedagógico para que esta Escola Indígena seja protagonista na utilização dos seus processos próprios de aprendizagem, concomitante com a utilização de seu idioma.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

- 1.1.** Denominação: Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori
- 1.2.** Endereço: Aldeia Juçaral, Terra Indígena Arariboia, Município de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão – Brasil.
- 1.3.** Telefones: (99)
- 1.4.** E-mail institucional:
E-mail alternativo:
- 1.5.** Página da Escola:
- 1.6.** Dependência Administrativa: Rede Estadual de Ensino
- 1.7.** Entidade Mantenedora: Governado do Estado do Maranhão – Secretaria de Estado da Educação (SEDUC)
- 1.8.** Núcleo Regional: Unidade Regional de Educação – URE/Santa Inês.
- 1.9.** Instituições e Organizações Parceiras:
- ✓ Comissão de Caciques e Lideranças da Terra Indígena Arariboia
COCCALITIA
 - ✓ Guardiões Indígenas de Proteção Ambiental e Territorial
 - ✓ Brigada Indígena Juçaral de Combate e Prevenção aos Incêndios
Florestais- PREV FOGO IBAMA
 - ✓ Polo Base de Saúde Indígena de Amarante do Maranhão – DSEI/MA/
 - ✓ Secretaria Municipal de Educação – Amarante do Maranhão/MA
 - ✓ Secretaria Municipal de Cultura - Amarante do Maranhão
 - ✓ Anciãos, Anciãs, Cantores e Cantoras, Pajés da Terra Indígena Arariboia
 - ✓ Unidade Regional de Educação – URE/Imperatriz
 - ✓ Fundação Nacional do Índio (FUNAI) - Coordenação Regional e Frente de Proteção Etnoambiental Awá-Guajá
 - ✓ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA
 - ✓ Universidade Federal do Maranhão - UFMA
- 1.10.** Tipo de Escola: Indígena (zona rural)

2. UM POUCO DE HISTÓRIA DO CENTRO DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA GEANNI SARTORI

O início do processo de escolarização da aldeia Juçaral se deu pela iniciativa da própria comunidade há mais de 30 anos. Os próprios indígenas construíram a escola, de palha e pau, e com seus recursos pagavam uma professora Karaiw, chamada Benta Sales, para alfabetizá-los na língua portuguesa, já que ninguém sabia ler e escrever em português.

Por volta de 1992 foi construída uma escola com a doação financeira de um italiano chamado Gianni Sartori. Foram feitas duas salas: uma para a alfabetização e outra para funcionar como posto de saúde. Como homenagem, o espaço recebeu o nome do doador.

Em 1991, uma mudança na gestão das escolas indígenas foi realizada. O Ministério da Educação (MEC) lançou o Decreto nº 26, atribuindo a coordenação das ações de educação escolar indígena no país às Secretarias de Estaduais e Municipais de Educação, que foram imbuídas de desenvolverem ações de educação escolar indígena específica, diferenciada e intercultural (SÁ, 2014, p. 176).

Segundo Sá (2014), a confluência da construção da primeira escola e o decreto de responsabilidade da coordenação da educação escolar indígena motivou entre os Tentehar da aldeia Juçaral o engajamento na educação escolarizada de crianças, jovens e adultos bem como a formação pedagógica dos futuros professores da escola, como é o caso da professora Cíntia Guajajara que fez o magistério indígena e posteriormente passou a lecionar falando o idioma tentehar e escrevendo na língua portuguesa.

A escola que está localizada na Aldeia Juçaral, pertencente a Terra Indígena Arariboia. A Terra Indígena Arariboia está localizada nas mesorregiões oeste e centro maranhense, microregião de Imperatriz, coordenada 4º. 55' 19' S 46º.22' 33' W. Situada nos municípios de Amarante do Maranhão, Buriticupu, Arame, Santa Luzia, Grajaú e Bom Jesus das Selvas. Integra o Bioma Amazônia (97,56) e o Bioma Cerrado (2,44) e possui extensão de 413.288,0472 hectares. Foi homologada pelo Decreto 98.852 de 23/01/1990. É constituída porcerca de 60 aldeias organizadas em nove micro-regiões: Lagoa Comprida; Zutiwa; Canudal; Arariboia; Angico Torto; Bom Jesus; ... E que além

do povo Tentehar, a Terra Indígena Arariboia abriga também em seu interior o povo Awá-Guajá. Na Terra Indígena Arariboia as comunidades que a constituem têm sido envolvidas em sucessivas façanhas da lógica desenvolvimentista civilizada. Nas Décadas de 60, 70 e 80 do século passado, por exemplo, aconteceu uma façanha extremamente impactante aos povos indígenas desta territorialidade. Referimo-nos aqui ao processo de implantação do “Projeto Grande Carajás”. Mega empreendimento econômico, que causou transtornos e danos irreparáveis aos povos Tentehar e da Terra Arariboia. Outra onda impactante social e ambientalmente abateu-se sobre esta mesma territorialidade e seus habitantes no início da década de 90, prolongando-se, sobretudo suas consequências nefastas, até o presente momento. Trata-se da abertura da Terra Indígena Arariboia a uma desregulada exploração madeireira.

Os Tentehar (Guajajara), mantém, portanto, longo tempo de contato com a sociedade nacional. Esse tempo lhes proporcionou a adoção de variadas estratégias para a continuidade de sua existência física, a garantia de seu espaço físico, como também a incorporação de variados elementos culturais, sendo esses reelaborados de acordo com suas percepções do mundo e do contexto social, geográfico, político e econômico em que estão inseridos.

Os Guajajara, se autodenominam Tentehar ete, cujo significado para eles é: “*nós somos gente verdadeira*”, ou “*gente verdadeira*”⁴. Essa expressão soa como uma demarcação, uma posição frente a uma oposição. Implica também uma afirmação de autenticidade, de exatidão, daquilo que está correto, do que é sincero, e outros adjetivos mais que podem ser oriundos da palavra *verdade*.

O Centro de Educação Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori oferece Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens, Adultos e Idosos-EJAI, de nível fundamental e médio. Atende nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

3. ORGANIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Esta escola está organizada de uma maneira que atenda aos anseios da comunidade escolar. Esta comunidade é composta por docentes, discentes, gestores, pais, mães, avós, avôs e lideranças indígenas tanto da aldeia Juçaral, quanto de outras aldeias circunvizinhas da Terra Indígena Arariboia.

O corpo docente é composto por professores indígenas e não indígenas, onde os não indígenas todos possuem curso de graduação e a maioria dos indígenas, que ainda se encontram em fase de conclusão de seus cursos, excetuando-se uma professora que já concluiu a Licenciatura Intercultural e o Mestrado. Os docentes indígenas residem todos na Terra Indígena Arariboia, sendo a grande maioria na Aldeia Juçaral. Já os docentes não indígenas, são residentes em povoados próximos e na sede do município de Amarante do Maranhão - MA.

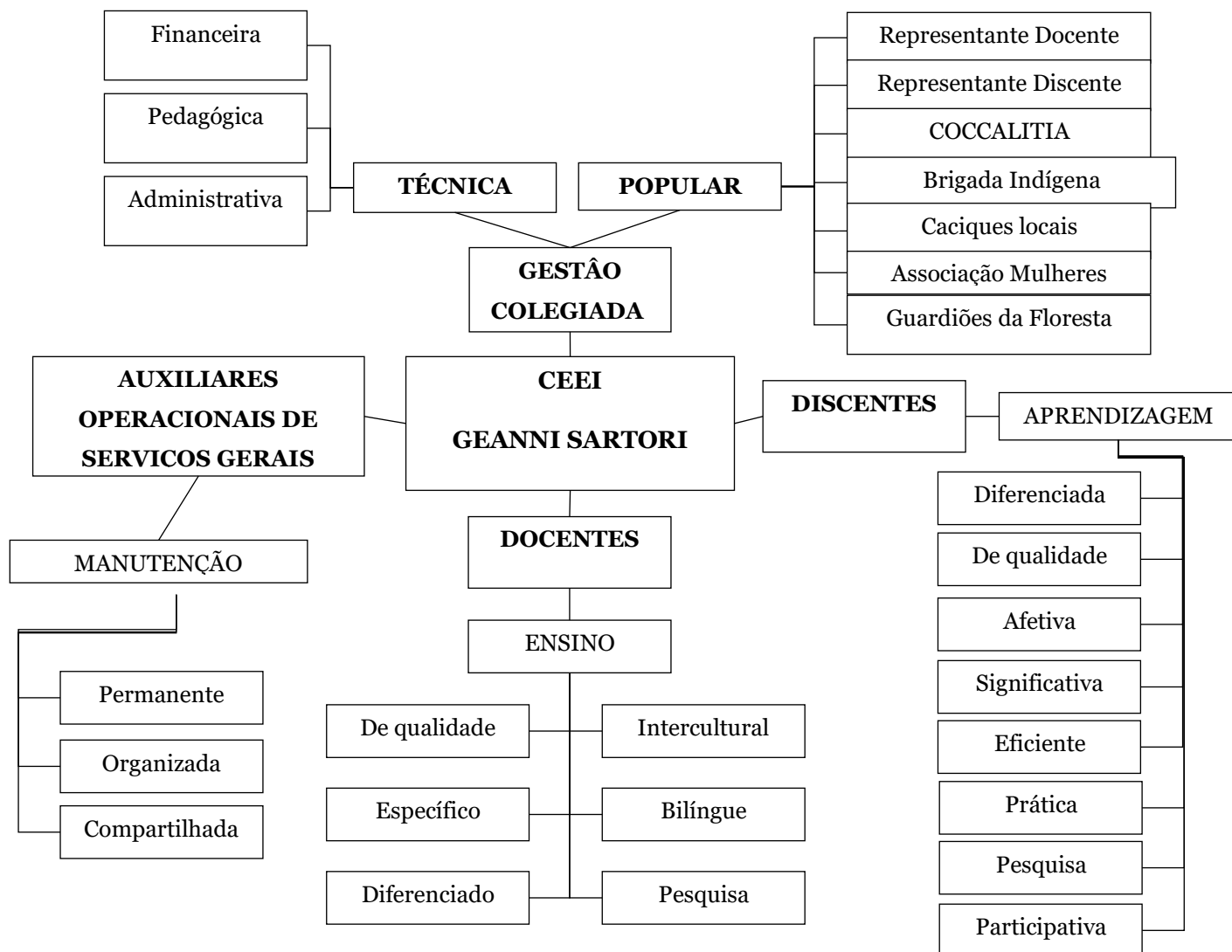
O corpo discente é absolutamente indígena, pertencente ao Povo Tentehar (Guajajara). São residentes nas aldeias da Terra Arariboia, sendo a maioria da aldeia Juçaral e aldeias circunvizinhas. Este documento está sendo elaborado com a participação efetiva dos estudantes, cujas contribuições tem demonstrado maturidade, empenho e compromisso com as atividades da escola.

Pais e mães, avôs e avós dos estudantes, e outros parentes, também tem cooperado com a formatação deste projeto político - pedagógico. Tem sido notável a participação, com sugestões, e sobretudo, no acompanhamento das discussões e proposições apresentadas para o bom andamento das atividades escolares.

Outro segmento do Povo Tentehar, são as suas lideranças. Dentre estas lideranças, destacam-se: caciques, professores, cantores e outros expoentes desse povo. De forma decisiva, tem participado da elaboração deste Projeto Político-Pedagógico, com sugestões, através de uma fala ponderada, cautelosa e às vezes exortativa, no sentido de que a escola caminhe por uma via de resguardar os elementos que compõem o arcabouço cultural do Povo Tentehar (Guajajara) do território Arariboia.

No âmbito da organização administrativa, didática e disciplinar, o Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori será regido pelas normas estabelecidas no Regimento Escolar dos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual do Maranhão, e posteriormente será regido também por um regimento interno específico.

O organograma seguinte demonstra como está sendo pensado o Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.



O Prédio escolar é constituído de 01 bloco onde constam 02 salas de aula. Constam ainda no prédio escolar, as seguintes dependências:

- 01 Sala para Direção;
- 01 Pátio;
- 01 Cozinha;
- 01 Banheiro para estudantes (feminino);
- 01 Banheiro para estudantes (masculino);

4. O QUE A INSTITUIÇÃO OFERTA

O Estabelecimento de Ensino oferta de forma presencial os seguintes níveis e séries escolares:

- 4.1.** Educação Infantil
- 4.2.** Ensino Fundamental – Anos iniciais: do 1º ao 5º Ano. Esta clientela a escola atende no turno matutino.
- 4.3.** Ensino Fundamental – Anos finais: do 6º ao 9º Ano. São atendidos no turno vespertino
- 4.4.** Ensino Médio – do 1ª a 3ª Série. Os estudantes do Ensino Médio frequentam a escola no turno noturno.
- 4.5.** Educação de Jovens, Adultos e Idosos – EJAI, nível fundamental e médio. Os estudantes do Educação de Jovens, Adultos e Idosos, frequentam a escola no turno noturno.
- 4.6.** O Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori se propõe, enquanto instituição educacional, a oferecer o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a seu corpo discente, na medida da identificação dessa demanda. Se propõe também na busca dos recursos necessários para a aquisição de equipamentos, materiais e capacitação para os docentes, para o atendimento dos estudantes que necessitarem. No primeiro momento, a proposição deste Estabelecimento de Ensino é a inclusão dos estudantes que apresentarem Necessidades Educacionais Especiais-NEE, em classe comum do ensino regular, dando a devida atenção e os cuidados necessários que cada discente apresentar. O Atendimento Educacional Especializado, em que esta Escola propõe tem como base a Resolução Nº 04 de 02 de outubro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, que institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

5. CONTEXTO SOCIAL / CULTURAL DA ESCOLA

O longo tempo de contato dos Tentehar (Guajajara) com variados segmentos da sociedade nacional majoritária, proporcionou a incorporação de variados elementos culturais no seio do ethos comunitário. A incorporação de tais elementos, deu-se na maioria das vezes de forma compulsória, pois era uma alternativa de sobrevivência.

De maneira estratégica, os Tentehar souberam fazer as devidas adaptações e traduções dos novos elementos, convertendo-os em novas formas de pensar, agir e fazer. Isso garantiu sua existência como Povo diferenciado até os dias de hoje.

Atualmente, a língua Tentehar é mantida como primeira língua no cotidiano das comunidades, como também na condução de rituais, cerimônias, celebrações religiosas e culturais, que só podem ser realizados na língua indígena. Na aldeia Juçaral, a língua portuguesa é tida como língua franca por proporcionar a comunicação com a sociedade envolvente.

A escola indígena hoje, se constitui como um espaço que busca por consolidação dos valores culturais dos Tentehar. Busca também consolidar a associação entre os conhecimentos ditos científicos universais e os outros conhecimentos, os saberes tradicionais, saberes culturais dos Tentehar. A escola, portanto, caminha na direção da valorização da educação escolar, formal e na valorização da educação informal, a educação do cotidiano, a educação indígena do Povo Tentehar.

Nesse sentido, esta escola tem buscado a aprimoração de suas metodologias, das abordagens pedagógicas, da eficiência da gestão escolar, valorizando os espaços e tempos de aprendizagem, priorizando um relacionamento afetivo na relação professor/aluno; aluno/professor; gestão/professor; gestão/aluno.

Busca também a aproximação dos pais, mães, avós, avôs, lideranças e outros expoentes da comunidade indígena, para a soma de esforços, compartilhamento de experiências e acompanhamento do trabalho pedagógico escolar. Pois essa proximidade fortalece, e dá sentido coletivo de comunidade escolar indígena. Essa aproximação fortalece também, não só os valores culturais, como faz valer a importância da prática das principais manifestações culturais do Povo Tentehar (Guajajara).

O contexto, sinaliza para o fortalecimento das atividades pedagógicas, priorizando um direcionamento para uma educação específica

para o Povo Tentehar (Guajajara) da Terra Arariboia. Sinaliza também com proposições diferenciadas objetivando a efetivação da aprendizagem.

A ideia é criar um contexto linguístico de produção e reprodução dos usos mais frequentes do idioma Tentehar, de tal modo que seja uma prática de todo o trabalho pedagógico da escola. Essa atividade pressupõe um diálogo com os docentes de língua indígena da escola, proporcionando um processo de interdisciplinaridade.

6. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

É difícil falar de uma abordagem metodológica específica quando se trata da educação escolar indígena, sobretudo porque esta proposta se encontra em processo de construção teórica e prática. Deve-se, entretanto, ter claro que para a construção desta proposta precisou-se de um aporte ao qual a escola se vinculará, pelo menos, até a construção de uma nova proposta. Portanto, considerando que a educação escolar indígena deve garantir aos seus alunos um ensino específico, diferenciado, bilíngüe e intercultural, e pensando, ainda, no trabalho que já vem sendo desenvolvido pelos professores do centro de Ensino Escolar Indígena Gianni Sartori, onde há a valorização dos educandos, respeito ao ritmo próprio de cada um, ao contexto sócio-cultural através de aulas-passeio, pesquisa de campo e projetos didáticos que estimulam um convívio pacífico, solidário e cooperativo.

São várias as abordagens metodológicas, que exprimem uma proposta pedagógica. Em se tratando de educação escolar indígena, no entanto, a abordagem metodológica, que norteie a proposta pedagógica deve caminhar na direção dos princípios basilares dessa educação, ou seja: sua especificidade, sua diferenciação, sua interculturalidade e seu bilinguismo, e mais recentemente com a Resolução CNE/CEB nº 05 de 22 de junho de 2012, o princípio da igualdade social.

Com o Decreto Presidencial nº 26 de fevereiro de 1991, a gestão da educação escolar indígena é transferida da Fundação Nacional do Índio (Funai), para o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Segundo o decreto, o MEC passa a coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, com a audiência da Funai. No entanto, as ações, no que se refere às atividades práticas, serão desenvolvidas pelos estados e/ou municípios, através de suas secretarias de educação.

Dessa forma, o MEC passa a atender mais uma demanda educativa. Está agora sob sua custódia mais uma modalidade de educação: a escolar indígena. (PINTO, 2013). Tentando amenizar o impacto na absorção dessa nova clientela, o Ministério da Educação, elaborou uma política de educação escolar indígena, objetivando nortear suas ações. Para tanto, reuniu-se de especialistas tanto indígenas, quanto não indígenas já atuantes em projetos e ações educativas alternativas, para preparar o caminho de atuação de estados ou municípios que iriam ser os executores dessa nova educação escolar indígena.

Inicialmente é criado no âmbito do Ministério da Educação, um comitê de educação escolar indígena, cuja finalidade é "subsidiar as ações e proporcionar apoio técnico-científico às decisões que envolvem a adoção de normas e procedimentos relacionados com o Programa de Educação Escolar Indígena"⁵.

Com essas ações é que vai se delineando os princípios da educação escolar indígena, devendo ser: específica, diferenciada, intercultural e bilíngue. Por educação específica entendemos ser aquela cuja proposta ou proposição é exclusiva, ou seja, tem uma destinação própria. É particularizada. É especial, no sentido de estar fora do comum, do trivial. A educação diferenciada é aquela que está diretamente relacionada com a questão da *singularidade*. Pode ser também, do *extraordinário*. A proposta é apresentar uma educação singular, extraordinária, na medida em que se reconhece a singularidade de cada povo indígena. No âmbito da educação intercultural, Collet afirma que: "É tudo que está relacionado entre duas ou mais culturas. Pode ser relações de troca, ou o que está apropriado entre duas culturas. Inter + cultura = entre / culturas. Intercultural." (COLLET, 2006, p. 123). O bilinguismo, é o aprendizado da leitura e da escrita tanto em Língua Portuguesa, quanto em Língua Indígena. Os povos indígenas que vivem no Maranhão, embora não haja um dado estatístico que venha mensurar essa informação, acreditamos que um percentual considerável dos indígenas, são bilíngues. Esse bilinguismo, no entanto, não foi aprendido na escola. A condição de bilíngues foi resultado do contato estabelecido e mantido com variados segmentos da população brasileira.

O aprendizado da língua portuguesa se apresenta como uma condição vital para os indígenas. O sucesso nas empreitadas que o contato demanda, está intimamente relacionado com o domínio da língua portuguesa.

⁵ Portaria Interministerial nº 559/91

Esse domínio se configura inicialmente na aquisição da fluência, que se expressa no falar e no entender a língua portuguesa. As relações oriundas do contato, geralmente se manifestam pela oralidade. Nesse sentido é de fundamental importância o entendimento oral da língua portuguesa.

O bilinguismo, todavia, enquanto proposta pedagógica entendido como princípio da educação escolar indígena, se sustenta no ensino de duas modalidades para o aprendizado da língua: Primeira, da alfabetização do indígena em sua língua nativa, ou seja, o ensinamento da leitura e da escrita em sua língua. A segunda é o ensinamento em língua portuguesa, também da leitura e escrita. Essa é a proposta do bilinguismo.

Diante, portanto dos princípios da educação escolar indígena, acreditamos que o pensamento pedagógico de Célestin Freinet⁶ melhor se adequa aos postulados dessa educação.

Freinet postula uma pedagogia de valorização do ser humano, seu trabalho manual, sua vivência em seu meio de habitação e a livre expressão. A escola que propõe Freinet, é em espaço que se aproxima da vida, para isso, é necessário fazer observações para conhecer o contexto da vida social, vida ambiental, vida econômica e vida cultural do contexto da escola.

Nesse sentido ele propõe aulas fora da escola, como aulas passeio, e outras atividades que desenvolvam interesses por questões ligadas ao dia a dia da escola, dos estudantes, da gestão e da comunidade escolar como um todo.

Vale destacar que as aulas passeio, não estão simplesmente voltadas para atividades fora da escola, mas, sim para despertar a conscientização no interesse sobre as questões sociais, ambientais, culturais e estruturais do seu meio, da sua comunidade. A ideia é a conscientização das questões sociais e da sua história social. Ou seja, a história do Povo, no caso, o Povo Tentehar (Guajajara).

Outro aspecto de destaque na pedagogia de Célestin Freinet é a afetividade. Segundo ele, é de suma importância a atividade física por um lado e a afetividade e o pensamento, por outro. Esse conjunto ajuda na formação

⁶ Celestin Freinet, nasceu na França, numa pequena vila chamada Gars, nos Alpes Franceses, em 1896. Sua infância e juventude foi no meio rural, cujas paisagens, modo de produção de trabalho artesanal, comportamento e valores do homem do campo, influenciou muito sua vida, repercutindo posteriormente em seu trabalho pedagógico.

integral do ser humano. Para Rosa Sampaio⁷, estudiosa de Freinet, a forma mais profunda de aprendizado é o envolvimento afetivo.

Ter como base a pedagogia de Freinet se constitui também um desafio, sobretudo para os docentes, pois para o pensador francês, o conhecimento deve ser despertado como uma vontade de saciar a sede. Ele ilustra a busca por conhecimento, exemplificando o caso do cavalo, que nunca é obrigado a beber água, ele só se dirige ao bebedouro, quando está com sede.

Se o aluno não tem sede de conhecimentos, nem qualquer apetite pelo trabalho que você lhe apresenta, também será trabalho perdido ‘enfiar-lhe’ nos ouvidos as demonstrações mais eloquentes. Seria como falar com um surdo... O cavalo não está com sede. E cuidado: com essa insistência ou com essa autoridade bruta, você corre o risco de suscitar nos alunos uma espécie de aversão fisiológica pelo alimento intelectual, e de bloquear, talvez para sempre, os caminhos reais que levam às profundidades fecundas do ser.” (FREINET, 2004:19)

A atitude do professor, segundo Freinet, deve ser o contrário. Deve contribuir para o despertar da sede, do conhecimento, de maneira natural, sem autoritarismo.

“Provocar a sede, mesmo que por meios indiretos. Restabelecer os circuitos. Suscitar um apelo interior para o alimento desejado. Então, os olhos se animam, as bocas se abrem, os músculos se agitam. Há aspiração e não atonia ou repulsão.” (FREINET, 2004:19).

Os esforços, portanto, caminham no sentido de uma prática pedagógica sempre voltada para produzir nos alunos e alunas o interesse pelo saber, pelo conhecimento, tanto o conhecimento dito científico, quanto o conhecimento do dia a dia, que acontece em outros ambientes fora da escola.

Despertar também o interesse pela cultura, no âmbito da valorização, ressignificação e aprendizado, com destaque para as manifestações culturais, rituais, celebrações, cantos e outros, dentro dos recônditos da cultura Tentehar, expressos através do idioma indígena.

⁷ SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker. Freinet: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

7. MARCO CONCEITUAL DO CENTRO DE ENSINO ESCOLAR INDÍGENA GEANNI SARTORI

Além dos princípios norteadores da educação escolar indígena (especificidade, diferenciação, interculturalidade e bilinguismo), esta escola está ancorada em princípios de igualdade entre os estudantes, entretanto, não dispensando a atenção individual que cada um deve merecer, no sentido de ajudar nas suas dificuldades em decorrência do processo de aprendizagem.

Esta escola também prima, em todo decorrer do trabalho pedagógico, por uma abordagem centrada na afetividade, pois é o afeto a base dos processos mentais, que contribuem decisivamente para a aprendizagem. Os processos mentais, portanto, envolvem no aspecto psicológico o conjunto dos componentes: cognitivo, emocional, motivacional e comportamental, cuja base, de tais componentes é a afetividade.

A escola também está ancorada no respeito mútuo, tanto na relação professor/aluno, quanto aluno/professor. O respeito também é estendido no relacionamento do corpo discente com a gestão da escola, com o corpo docente e com outros integrantes, como: zelador (a), merendeira, vigilantes, porteiros e outros.

Os valores que a comunidade escolar tem pactuado, estão assim firmados:

7.1. Os Valores da Escola

- Respeito às diferenças entre os seres humanos, no que se refere a cor, religião, orientação sexual, profissional, etnia, nacionalidade, pois cada ser individual e coletivo é livre para expressão de suas crenças, e o exercício de sua atividade profissional, de acordo com sua competência e oportunidade.
- Respeito e valorização ao modo de vida e aos aspectos culturais e manifestações do povo Tentehar, expressas de forma material e imaterial por meio da participação efetiva.
- Justiça, no entendimento dos direitos e dos deveres. Da honestidade. Da tolerância.
- Respeito aos mais velhos. Ao pai e a mãe, aos avós, as lideranças indígenas e não indígenas. Respeito aos mestres (professores e professoras). Respeito aos que hierarquicamente estão em posição mais elevada.

- Respeito ao meio ambiente, manifestado através do cuidado, preservação, limpeza, tanto do ambiente escolar, quanto do ambiente comunitário local (aldeia), e regional (município), etc.
- Respeito com a Terra Indígena Arariboia, no sentido de não exploração indiscriminada da mata, do rio, riachos e lagos, manifestado através do replantio de espécies nativas e de uma área inicial de preservação permanente.
- Conscientização e sensibilização da preservação e manutenção dos recursos naturais da Terra Indígena Arariboia.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.
- Solidariedade. Compromisso de ajudar as pessoas, particularmente diante dos pobres, dos desprotegidos, dos que sofrem, dos injustiçados, com o intuito de confortar, consolar e oferecer alternativas de ajuda.
- Auto Respeito. Autocuidado. Compromisso de cuidar bem de si, do corpo, afastando-se de perigos, e tudo que possa pôr em risco a própria vida.
- Da cooperação e parceria para com os colegas de sala de aula, e de outras séries.
- Cooperação e parceria com integrantes da comunidade e outros profissionais (colaboradores) da escola.
- Respeito coletivo (comunitário) e individual, aos mortos e aos momentos de luto em memória do falecimento de um membro da comunidade.
- Respeito coletivo (comunitário) e individual aos momentos de festas e outras celebrações do Povo Tentehar do território Arariboia, no sentido de participação e cooperação em todos os momentos do evento festivo.

Esses valores pactuados entre gestores, docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar, são buscados, aprimorados e vivenciados no âmbito das atividades da escola e fora dela.

É a partir deste marco conceitual, na perspectiva dos valores, que esta comunidade escolar, com a participação direta dos estudantes, esboçou sua visão, acerca de um perfil dos professores e professoras. Ou seja, os estudantes elencaram aquilo que esperam ser o comportamento, dos docentes, no decorrer do trabalho pedagógico. Este, portanto, é o perfil:

7.2. O que os Estudantes esperam dos professores:

- Que os docentes não coloquem os estudantes em atitudes constrangedoras, não chamando atenção (com censuras), em sala de aula. Que as correções, quando houver, sejam sempre em particular.
- Que haja respeito ao processo de aprendizagem de cada estudante, pois cada um tem ritmo e maneiras próprias de aprender.
- Que haja mais clareza nas explicações, mais dinamismo e ludicidade nas exposições das aulas.
- Que saibam impor limites claros na sala de aula.
- Que haja mais otimismo e crença no potencial de cada estudante, mesmo daqueles que não se manifestam com frequência em sala de aula.
- Que os conteúdos sejam de acordo com as necessidades dos alunos, que os assuntos alcancem mais a prática, no exercício diário da cidadania.
- Que os assuntos sejam trabalhados numa metodologia que privilegie a pesquisa, os seminários, trabalhos em grupos, exibição de filmes, documentários.
- Em relação especificamente aos docentes de Língua Indígena, sugere-se que a metodologia seja trabalhada de forma a contemplar a tradução simultânea das palavras e frases da língua indígena para a língua portuguesa. Sempre que a necessidade assim o exigir.
- Valorização e participação docente nas manifestações culturais do povo Tentehar.

Os professores e professoras também se manifestaram em relação a criar um perfil dos estudantes. Os docentes relataram de como gostariam que os alunos e alunas se expressassem em sala de aula. O perfil dos estudantes é esse:

7.3. O que os Professores esperam dos Estudantes:

- Que seja dedicada atenção em todo o tempo da aula, evitando conversas paralelas desnecessárias.
- Que o estudante seja participativo, fazendo as intervenções sempre que tiver dúvida em relação ao assunto que está sendo apresentado.
- Que o estudante demonstre sempre desejo em aprender, em querer conhecer.
- Que sejam mais companheiros e parceiros com os colegas em sala de aula.
- Que sejam menos competitivos, e mais solidários, sobretudo com aqueles que tem demonstrado baixo desempenho.

- Que valorize mais o professor, efetuando as atividades de casa, e justificando para o docente, sempre que faltar as aulas.
- Valorização e participação discente nas manifestações culturais do povo Tentehar.

8. PLANO DE AÇÃO – AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DA ESCOLA.

O trabalho pedagógico da escola tem como objetivo principal o aprender. É a aprendizagem o foco principal desta escola. Nesse processo de aprendizagem, encontram-se dois sujeitos: o sujeito do ensinar, materializado na figura do professor, e o sujeito do aprender, cuja materialização é o aluno, o estudante. Embora sujeitos diferentes, compartilham da mesma finalidade: a aprendizagem.

O professor, enquanto profissional habilitado e qualificado para o ensino, deve propiciar as condições pedagógicas ao acionamento dos processos mentais por meio de atividades metodológicas adequadas. Na relação pedagógica, o professor deve ensinar de modo que o aluno possa aprender. Na educação escolar indígena, vale ressaltar, é ainda necessário que a prática pedagógica contemple o ensino específico, diferenciado, intercultural e bilíngue.

Como deve ser então os principais eixos da atividade docente:

8.1. Atividades dos Docentes:

As atividades docentes terão como base, no decorrer de todo trabalho pedagógico, seja qual for o componente curricular de sua responsabilidade, o desenvolvimento de competências nos discentes. Tais competências, serão expressas na manifestação de habilidades, atitudes e conhecimentos, relacionados ao componente curricular de responsabilidade do docente. O foco, portanto, é a aprendizagem.

Outro aspecto do desenvolvimento de competências, é o que está preconizado na Base Nacional Comum Curricular, cuja definição está assim expressa: “como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania

e do mundo do trabalho.”⁸ Nesse sentido, é importante para os docentes desenvolverem suas atividades tendo como base os seguintes parâmetros:

- Ensinar adequadamente, compassadamente, de maneira tal que o aluno possa compreender de forma total e absoluta o conteúdo ensinado.
- Ensinar de forma que sejam valorizados todos os aspectos da cultura Tentehar, e nesse sentido, sempre buscar associar o conteúdo trabalhado com aspectos da cultura, do modo de vida e dos elementos que compõem o cotidiano do Povo Tentehar.
- Empreender esforços para que as aulas sejam em grande medida, uma forma de explorar os espaços da Terra Indígena Arariboia: o ambiente da aldeia e outras aldeias, a mata, rio, o espaço das Associações, da casa de cultura, a enfermaria, os templos das religiões, a casa de farinha, os pontos de roça, e outros espaços pertinentes ao aprendizado e descobertas.
- Ensinar de forma que sejam privilegiados, incentivados e valorizados os principais componentes das manifestações culturais dos Tentehar. Nesse sentido, aprimorar uma metodologia no âmbito da disciplina, que busque a confecção artesanal da pintura, ou da escultura, da moldura, da composição de letra e música, diretamente relacionada as manifestações da cultura Tentehar.
- Buscar no ato do ensino, uma associação de termos científicos da disciplina, com termos da língua indígena, objetivando a tradução, ou transliteração do termo científico em português, para o idioma Tentehar. Caso não haja o termo na língua, convocar os docentes da disciplina Língua Indígena, bem como os anciãos e anciãs, para empreender o processo de criação do termo no idioma Tentehar.

Na atividade do ensino, o docente deve ficar atento ao rendimento do estudante. Caso o rendimento esteja abaixo da expectativa, comunicar logo à gestão da escola, objetivando avaliar as possíveis causas para o baixo rendimento. Na avaliação do estudante é importante convocar também a participação dos pais ou responsáveis, para a busca coletiva da situação, visando o bem-estar do aluno. Buscando ainda o foco na atividade docente, objetivando a qualificar melhor a aprendizagem, as ações abaixo são imprescindíveis:

- Buscar nas atividades de lazer, ou atividades da educação física, elementos que melhor expressem os movimentos, as performances dos Povos Indígenas, sobretudo os Tentehar (Guajajara).

⁸ Base Nacional Comum Curricular (BNCC), p. 08. Brasil – Ministério da Educação e Cultura, 2017.

- Utilizar-se em sala de aula, de meios tecnológicos e mídias digitais, ou outros recursos pedagógicos na área da Tecnologia da Informação e Comunicação, objetivando melhor compreensão do conteúdo, quanto à inserção dos estudantes para o acesso às inovações tecnológicas.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.
- Garantir relato oral etnográfico do ritual ou manifestação cultural do qual o aluno ou aluna estiver passando.
- No trabalho pedagógico, utilizar os conhecimentos, os processos de ação e as metodologias empregadas, pelas entidades indígenas da Terra Indígena Arariboia, objetivando não só a aproximação delas com a escola, como também a divulgação, valorização e o aprendizado de suas atividades. Nesse trabalho pedagógico, recomendamos que as atividades sejam organizadas de tal modo que as turmas visitem as sedes, ou os locais de trabalho dessas entidades. Por outro lado, essa recomendação não invalida que as entidades também possam apresentar suas ações na escola, nas salas de aula, ou no pátio.
- Reforçar como prática do ensino da Língua Tentehar, no âmbito da disciplina Língua Indígena, o ensinamento dos cantos do Povo Tentehar. Lembrando da importância de que esse ensinamento seja no devido respeito aos tempos e horários em que os mesmos devam ser cantados (ensinados), ou seja, os cantos da tarde, cantados a tarde, os da noite, à noite e os da manhã, sempre pela manhã.

O aluno, por sua vez, é o sujeito do aprender. E como tal, também tem um papel fundamental no processo de aprendizagem.

8.2. As atividades dos Discentes:

- Cooperar individual e coletivamente com o professor para o bom andamento da aula, evitando distração, dispersão, ou outro comportamento que não coopere para a ministração perfeita da aula. Nesse sentido, é importante atentar para as recomendações abaixo:
- Buscar o aprimoramento do aprendizado da língua indígena, na leitura, na escrita e na oralidade, incentivando outros colegas e o professor, para juntos empreenderem o saber coletivo do idioma Tentehar.
- Sugerir atividades que busquem o fortalecimento, a valorização, o respeito de todos os componentes da vida cultural dos Tentehar, que expressem nas

manifestações culturais, como festas, celebrações, rituais e outras formas de expressão da cultura.

- Cooperar efetivamente em todas as atividades oriundas das disciplinas, sejam em trabalhos individuais, ou em grupo, exercícios, avaliações, tanto em sala de aula, quanto fora dela, como também as atividades escolares para fazer em casa.
- Primar pelo respeito mútuo entre os estudantes de modo que ninguém seja discriminado por conta da cor, condição social, religião, ou outra questão que venha diminuir/inferiorizar qualquer estudante.
- Incluir no sentido de acolher, respeitar qualquer pessoa com deficiência: baixa visão, cegueira, surdez e demais deficiências.

8.3. As Atividades da Gestão:

Além do professor e do aluno, as atividades pedagógicas que compõem o Plano de ação da escola requerem também a participação imprescindível da Gestão. À gestão escolar, por outro lado, cabe não somente a eficiência na utilização dos recursos financeiros, o gerenciamento administrativo dos materiais e equipamentos, o comando e incentivo dos recursos humanos; como também a orientação e acompanhamento às atividades pedagógicas. Para que essas atividades sejam mais eficientes, a promoção de um programa de formação inicial e continuada é de suma importância, pois a clientela educacional é diferenciada.

Os eixos abaixo relacionam a participação da Gestão escolar:

- Elaborar de forma eficiente o calendário escolar, com a participação da comunidade escolar, e definindo as prioridades e metas a serem atingidas.
- Fazer o acompanhamento das atividades docentes, no sentido de apoiar, valorizar e participar de forma integral delas.
- Acompanhar as atividades dos discentes, também no sentido de apoio, de valorização, fazendo as intermediações necessárias para o bom relacionamento entre professores e alunos de forma individual e coletiva.
- Propiciar a participação de pais, mães, avôs e avós, lideranças e outros integrantes da comunidade indígena, nas atividades da escola, objetivando o acompanhamento das atividades pedagógicas da escola.
- Integrar a participação de toda a comunidade escolar (docentes, discentes, merendeiras, zeladores, secretários, porteiros e outros), no sentido de valorização das atividades pedagógicas em sala de aula e fora da sala; bem como

a valorização também das outras atividades da escola, como: limpeza, preparo da alimentação escolar, portaria e atividades da secretaria, intencionando a conscientização de que cada atividade da escola tem sua importância e precisa ser valorizada e respeitada.

- Propor, apoiar e participar de atividades de valorização e respeito, das manifestações da cultura Tentehar (Guajajara), em todos os âmbitos que as atividades assim o exigirem, de acordo com a proposta apresentada.
- Buscar parcerias com outras instituições de educação e de assistência social, promotorias, conselho tutelar, Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), ou órgãos e entidades parceiras, no sentido de se aliar na busca de soluções, cujos casos estejam além das competências da escola.
- Garantir o afastamento de meninas e meninos, (alunos da escola) para participação de festas e outras manifestações da cultura do Povo Tentehar, como a festa do moqueado por exemplo, de tal modo, que os mesmos não sejam prejudicados com faltas. De acordo com o Art. 79, § 2º, item III da LDB.
- Garantir também em caso de falecimento, de algum membro da comunidade, a ausência das aulas, de acordo com a expressão de luto do Tentehar, de acordo com o Art. 79, § 2º, item III, da LDB.
- Convocar e presidir reuniões bimestrais com os estudantes, professores e pais, com o objetivo de promover sensibilização acerca da importância dos estudos, da frequência nas atividades da escola, da reafirmação dos valores, da missão e da visão da escola. As reuniões terão como característica a ludicidade, com atividades de dinâmicas e um momento de reflexão.

8.4. Estratégias Para Maior Participação na Escola

Têm sido verificadas, de forma pontual, algumas ausências em sala de aula. De acordo com depoimento de vários docentes, alguns estudantes têm se ausentado da escola e não apresentam nenhuma justificativa. Tais ausências acontecem com o consentimento dos pais, no sentido de que eles são sabedores que seus filhos ou filhas não foram a escola.

No ambiente da escola, é quase impossível faltar e não ser notado. No ambiente da aldeia, por sua vez, os estudantes que faltam as aulas, também não ficam escondidos. Segundo alguns professores relataram, quando retornam para suas casas, encontram pelo caminho alguns estudantes faltosos, que os cumprimentam normalmente.

Diante do que está posto acima, faz-se necessário algumas reflexões.

Em primeiro lugar, pensamos que essa atitude pode revelar que a escola ainda não se tornou prioridade para tais estudantes, assim também como para seus pais. É como se a escola ainda não fizesse parte dos seus planos futuros. Nesse sentido, ir para a escola é como ir para outra atividade qualquer. Portanto, ir ou não ir, não faz qualquer diferença.

Em segundo lugar, esse fato pode apresentar sintomas de uma causa maior. Ou seja, pode apresentar que o desinteresse seja fruto de falta de atratividade, de ludicidade, de dinamismo, de curiosidade, ou outro fator, que a escola ainda não mostrou, e que só os que não se interessam podem atestar.

Em terceiro lugar, é necessário pensar acerca da própria escola indígena e o que ela significa para a comunidade. Ela é uma instituição importante? O que ela apresenta, seus resultados, suas atividades são relevantes? Ela tem respaldo da comunidade, no sentido ser chamada para opinar em decisões, propor sugestões? Como a escola é vista? Para esses questionamentos, faz necessário uma investigação mais aprimorada. Todavia, nos arriscamos a dizer que esta escola caminha paulatinamente para uma integração harmoniosa com a comunidade, em direção ao ajustamento de propósito sobre a perspectiva de futuro promissor.

Considerando agora o título desse item: Estratégias Para Maior Participação na Escola, apresentamos a seguinte ação estratégica:

Programar visitas semanais com todos os alunos da sala, na casa dos estudantes que não comparecem, ou que tem facilidade em não comparecer às aulas. As visitas têm como finalidade realizar atividades lúdicas, como dinâmicas, jogos, e outras atividades, com o intuito de fazer o estudante faltoso sentir-se importante, como de fato é, tanto para a Escola, quanto para a turma.

9. A MISSÃO DA ESCOLA

Proporcionar atendimento coletivo e ao mesmo tempo individualizado aos estudantes, tendo como base o desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e social, direcionado para uma educação específica, diferenciada, intercultural e bilíngue, também reflexiva, inclusiva, significativa e prática, cujos resultados atendam às necessidades e anseios do Povo Tentehar (Guajajara) em seus mais variados aspectos, sobretudo, aos relacionados à manutenção, fortalecimento e valorização da sua cultura.

10. VISÃO DA ESCOLA

Ser a melhor Escola Indígena do Maranhão, sendo reconhecida pelo tratamento familiar aos estudantes, pela oferta de ensino e aprendizagem de qualidade e valorização da cultura Tentehar da Terra Indígena Arariboia

11. CONSELHO DE CLASSE

O Conselho de Classe se constitui como um órgão colegiado desta escola. Sua natureza é consultiva e deliberativa, baseada em assuntos didático-pedagógicos, e no rendimento escolar dos estudantes. Está incumbido também de analisar ações educacionais, indicando alternativas que busquem garantir a efetivação do processo ensino e aprendizagem. Portanto, o objeto do Conselho de Classe é o ensino e suas relações com a avaliação da aprendizagem.

O Conselho de Classe desta escola será composto pelos docentes, discentes e membros da gestão da escola. Poderão também compor este Conselho os pais ou responsáveis dos estudantes. Caciques e lideranças, representantes das Instituições Indígenas que atuam na Terra Indígena Arariboia, também terão acento. A critério da gestão da escola, representantes de outras instituições também poderão compor o Conselho, na condição de convidados, com direito a fala, mas sem direito a voto: Funai, Seduc, URE, IFMA, UFMA, Secretaria Municipal de Educação de Amarante do Maranhão - MA, e outros que a Gestão da escola julgar necessário.

Os representantes indígenas serão escolhidos pela própria comunidade, obedecendo a seguinte composição: dois pais ou responsáveis representando o ensino Fundamental do 1º ao 5º Ano. Dois pais ou responsáveis representando o Fundamental do 6º ao 9º ano. Os representantes discentes serão aqueles escolhidos por suas turmas, sendo dois discentes representando um ensino fundamental do 6º ao 9º ano e dois discentes do Ensino Médio.

Cabe ainda ao Conselho de Classe a verificação dos objetivos, dos conteúdos, e dos procedimentos metodológicos, no sentido de avaliar o cumprimento do Plano de Ação das Atividades Pedagógicas deste estabelecimento de ensino. Vale ressaltar que o Plano de Ação inclui todas as atividades que serão realizadas pela escola, tendo como base o Projeto Pedagógico.

11.1. Composição do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é composto pela Gestão da escola, pelos membros da coordenação pedagógica, pelo Corpo docente, e por representantes da comunidade, representados por mães ou pais dos estudantes. Podem compor também o conselho de classe, os estudantes. No entanto, a convocação destes para participarem da reunião será vedada, quando o assunto em pauta for a promoção final do resultado do ano letivo.

O Conselho de Classe se reunirá ordinariamente a cada encerramento de período letivo, ou seja, bimestralmente. Poderá também se reunir extraordinariamente, desde que convocado por mediante justificativa apresentada à Gestão da Escola. As reuniões do Conselho de Classe serão registradas em Ata, cuja lavratura acontecerá em livro próprio, onde serão registradas todas as decisões tomadas.

11.2. Atribuições do Conselho de Classe

- Acompanhar os mecanismos de recuperação de estudos, concomitantes ao processo de aprendizagem, que atendam as reais necessidades dos alunos, em consonância com a Proposta Pedagógica Curricular da escola.
- Acompanhar o processo de avaliação de cada turma, devendo debater e analisar os dados qualitativos e quantitativos do processo de ensino e aprendizagem.
- Atuar com responsabilidade na decisão sobre a possibilidade de avanço do aluno para o ano e/ou série subsequente ou sua retenção, após a apuração dos resultados, levando-se em consideração o desenvolvimento integral do aluno.
- Receber pedidos de revisão de resultados em até setenta e duas (72) horas úteis após sua divulgação.

12. AVALIAÇÃO

É importante considerar vários aspectos, quando o assunto é a avaliação. Em primeiro lugar, é preciso ter clareza do que se quer avaliar. Nesse sentido é importante considerar o momento específico do processo de ensino e aprendizagem. Qual é esse momento? É o somatório dos pontos? É o potencial que o aluno vislumbra? Ou o comportamento que ele evidencia? Todavia, seja qual for o momento, ele não pode ser avaliado isoladamente.

Em segundo lugar, faz-se necessário definir o ponto de vista da nossa avaliação. Ela, portanto, tem que ser entendida como um processo. A avaliação

deve ser diagnóstica. Deve ser contínua. Adotaremos também a avaliação somativa, esta, no entanto, não pode ser realizada isoladamente.

A avaliação diagnóstica é o instrumento que considera o aluno em seus mais variados contextos, direcionando o foco tanto aos aspectos positivos, quanto aos negativos. Avalia, portanto, as aptidões, as competências, as habilidades do aluno como um todo. A avaliação contínua tem como metodologia a análise do aluno em todo o decorrer do processo de ensino e aprendizagem. O estudante é avaliado por inteiro, nas mais variadas expressões no processo de aprendizagem. Pode ser comum, as manifestações de insegurança, instabilidade, inconstância, ou outras demonstrações da fragilidade humana, que podem interferir no rendimento escolar, no entanto, podem não refletir a assimilação ou o aprendizado.

Muito mais importante que pensar em instrumentos de medidas, ou seja, a partir de critérios numéricos que evidenciam uma média mínima exigida, urge pensar e priorizar os critérios de avaliação a partir dos conteúdos trabalhados, da participação, do interesse, e do contexto que o estudante esteja inserido. A avaliação deverá ser sempre a favor da aprendizagem, e não a favor da seleção, onde o escalonamento algumas vezes é arbitrário e constrangedor. A avaliação deve ser também um ato de aprendizagem, nunca de punição.

Assim, a avaliação escolar deixa de ter uma exigência autoritária e formal, passando a ter uma exigência muito maior que é o compromisso com a construção da aprendizagem e da responsabilidade social do aluno.

Seguindo a orientação da Secretaria de Estado da Educação, com base na “Avaliação da Aprendizagem Orientações para a Prática Escolar⁹”, subsídio às escolas públicas do Maranhão, adotaremos como média para a promoção a nota 6,0. (seis, ponto zero). As notas, dessa escola valerão de 2,0 (dois, ponto zero), nota mínima, a 10,0 (dez, ponto zero), nota máxima. Excetuando-se que para o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, não haverá aprovação com pendência.

13. MONITORAMENTO / ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

A educação escolarizada pode ser entendida como um processo, que remete a uma expectativa de futuro. Entramos na escola hoje, projetando de

⁹ Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar – Seduc / Coordenação Silvana Maria Machado Bastos – São Luís, 2018.

alguma forma um amanhã diferente. E a expectativa é sempre por um amanhã melhor.

A educação escolar indígena que estamos propondo aqui, também remete a uma perspectiva de futuro. Queremos conhecer mais, saber mais. Queremos nos instrumentalizar, nos equipar, nos apropriar dos mecanismos teóricos e práticos para estarmos no mesmo patamar dos não indígenas. Ao mesmo tempo também, utilizar dessa educação escolarizada, para manter, fortalecer, valorizar e divulgar nossa cultura, nosso modo de vida, nossas festas, nossas celebrações e nossos valores.

Para isso, é necessário monitoramento do Projeto Político-Pedagógico. O acompanhamento sistemático nos ajudará a manter o rumo, ou tomar outro, na medida do que esteja acontecendo ao nosso redor. É necessário, portanto, rever o plano de ação, as atividades dos docentes, dos discentes, da gestão da escola. Necessário também o acompanhamento dos valores, do perfil que traçamos para os discentes e docentes.

Considerar sempre a Missão da escola, e se necessário for reconsiderar. Do mesmo modo, a Visão. Precisamos, no entanto, enxergá-la para jamais perdê-la de vista. Propõe-se que as ações de monitoramento dessa escola, com foco no que foi pactuado pelo conjunto da comunidade indígena da Pindaré, e da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político-Pedagógico sejam feitas bimestralmente.

14. OS COMPONENTES CURRICULARES

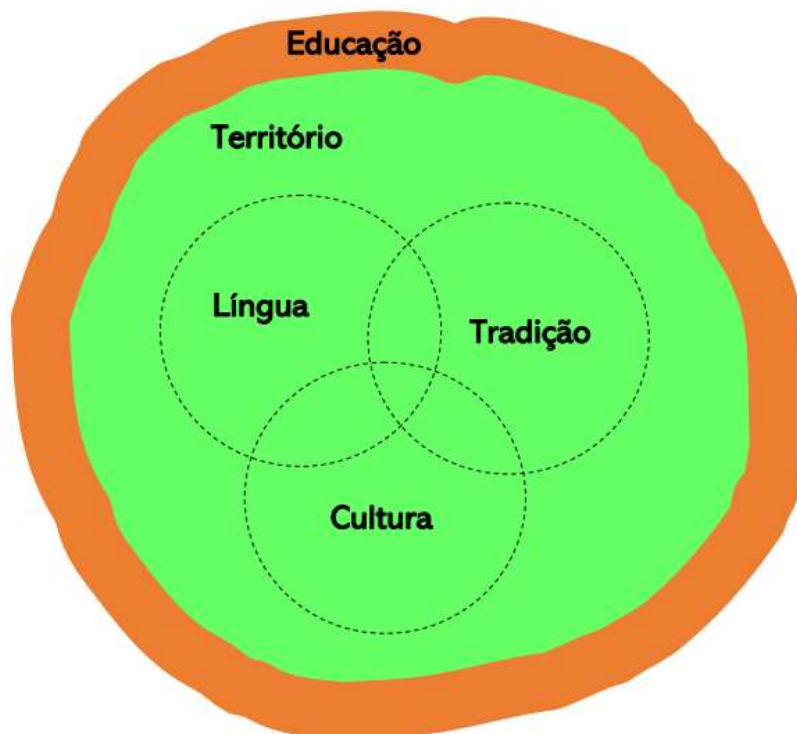
Os componentes curriculares deste Projeto Político-Pedagógico estão em conformidade com os princípios legais da educação escolar indígena, ou seja, sua especificidade, sua diferenciação, sua interculturalidade e seu bilinguismo. No entanto, recomendamos também que o trabalho pedagógico, na prática da sala de aula, seja pautado na pedagogia histórico-crítica de Demerval Saviani¹⁰.

Considerando essa pedagogia, é importante lembrar que o educador deve sempre procurar conhecer a realidade dos estudantes. Esse conhecimento, entendido como um mapeamento, facilita no entendimento acerca do prévio conhecimento sobre o assunto trabalhado.

¹⁰ Filósofo e pedagogo brasileiro, nascido em São Paulo.

O aluno, mesmo na condição de aprendiz, não chega à escola desprovido de conhecimento. Ele já tem um saber, fruto da vivência social, atentando-se para a ação pedagógica tradicional do nosso povo tem se firmado através de quatro pilares ou eixos centrais, que se relacionam entre si, a saber: Tradição, Cultura, Língua e Território.

Figura 1: Elementos constituintes e integradores da educação Tentehar-Guajajara

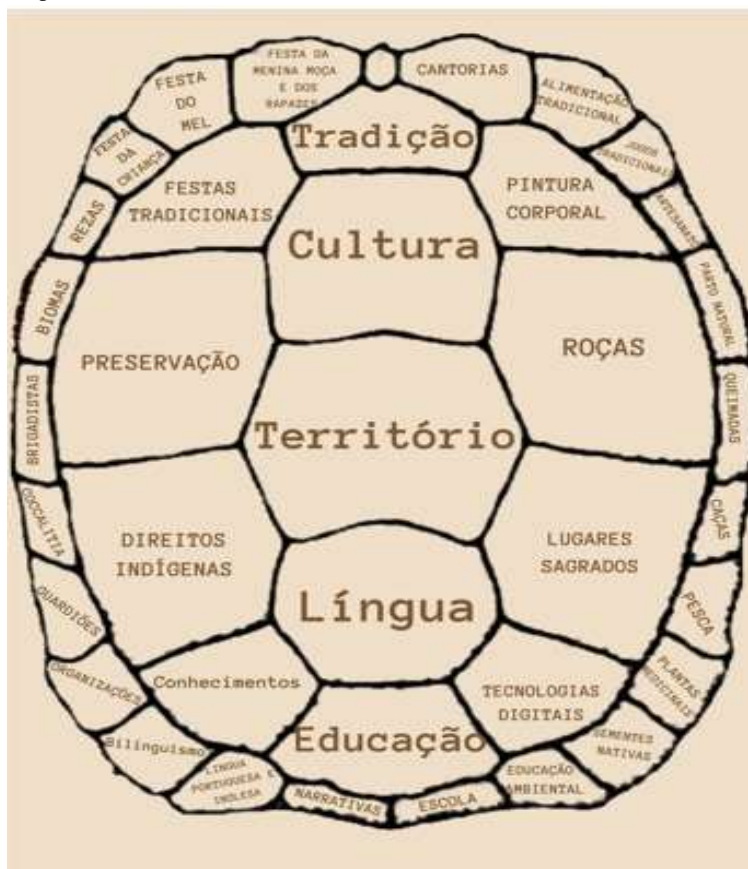


A matriz é organizada, como descrita anteriormente, em quatro grandes áreas ou pilares centrais que servem como eixo geradores que funcionam como ponto de partida para discutir os assuntos de interesse da comunidade, sempre visando o aprimoramento do modo de vida Tentehar-Guajajara, portanto não são estanques, ao contrário, são dinâmicos e frequentemente dialogando entre si e com os conhecimentos da ciência ocidental ou ocidentalizada, ditos; universais, transpostos em forma de componentes curriculares.

Cada pilar ou eixo contém em si uma gama de possibilidades, a divisão é meramente didática, pois todos os pilares - eixos dialogam com os outros campos. Portanto, é possível tratar da saúde tentehar através das narrativas históricas ou tratar de educação de jovens nos rituais de iniciação ou defesa do meio ambiente através do estudo de plantas nativas, entre outras composições possíveis. Nossa perspectiva é servir como pontos de compartilhamento dos

conhecimentos ancestrais e tradicionais, recebendo e devolvendo-os ao povo de forma a contribuir com o fortalecimento da autoestima, com uso da língua materna, com a tradição oral, com práticas tradicionais de cultivo, dentre outros.

Figura 2: Mandala Jabuti - Pilares centrais, eixos e temáticas



Fonte: Elaborado pelo NEABI – IFMA Porto Franco.

- **Pilar central – Tradição:**
Temáticas: educação tradicional, festas, rituais, narrativas míticas, arte material e imaterial, biografia de lideranças,
- **Pilar central – Cultura:**
Temática: saúde da mulher indígena, saúde da criança, saúde do idoso, praticas terapêuticas tradicionais, política de Saúde Indigenista, jogos e brincadeiras tradicionais,
- **Pilar central - Território:**
Temáticas: preservação ambiental, roças tradicionais, reflorestamento, riachos, guardiões, brigadistas, biomas, organizações, técnicas de caçadas

e pescarias, plantas medicinais, sementes nativas, Constituição brasileira, contexto político.

Pilar central – Língua:

Temática: bilinguismo tentehar-guajajra, tecnologias digitais, legislação indigenista, direito dos povos indígenas,

Na organização curricular foram elencados alguns pressupostos que se constituem como princípios norteadores das intenções educativas do Centro de 17 Educação Indígena Gianni Sartori que serão concretizadas através do currículo nos aspectos legais, psicológicos, sócio-econômico-culturais, afetivo, antropológicos e cognitivos. Esta proposta tem a intenção de reafirmar o valor social da escola como instituição que tem por responsabilidade ajudar seus alunos a desenvolverem determinadas capacidades importantes para o convívio social. Desta maneira, a escola precisa definir suas intenções educativas para que possa ter clareza do rumo a ser tomado, tendo em vista a finalidade para a qual existe que é a formação integral do ser humano, através de: 10.2. Plano Curricular da Educação Infantil (Pré-Escolar) Segundo a LDB em seu art. 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A educação infantil oferecida no Centro de Ensino Indígena Gianni Sartori visa atender o seguinte nível e faixa etária:

- ✓ Pré-escolas, para as crianças de quatro e cinco anos de idade.

Objetivos:

- Ter uma imagem positiva de si, ampliando sua autoconfiança, identificando cada vez mais suas limitações e possibilidades, e agindo de acordo com elas;
- Identificar e enfrentar situações de conflito, utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos e exigindo reciprocidade;
- Valorizar ações de cooperação e solidariedade, desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração e compartilhando suas vivências;
- Brincar;

- Adotar hábitos de autocuidado, valorizando as atitudes relacionadas com a higiene, alimentação, conforto, segurança, proteção do corpo e cuidados com a aparência; 18

- Identificar e compreender a sua pertinência aos diversos grupos dos quais participam, respeitando suas regras básicas de convívio social e a diversidade que os compõe. 10.2.1. Eixos para o desenvolvimento e aprimoramento dos Conhecimentos de Mundo

✓ Movimento

Objetivos:

- Ampliar as possibilidades expressivas do próprio movimento, utilizando gestos diversos e o ritmo corporal nas suas brincadeiras, danças, jogos e demais situações de interação;

- Explorar diferentes qualidades e dinâmicas do movimento, como força, velocidade, resistência e flexibilidade, conhecendo gradativamente os limites e as possibilidades de seu corpo;

- Controlar gradualmente o próprio movimento, aperfeiçoando seus recursos de deslocamento e ajustando suas habilidades motoras para utilização em jogos, brincadeiras, danças e demais situações;

- Utilizar os movimentos de preensão, encaixe, lançamento, etc., para ampliar suas possibilidades de manuseio dos diferentes materiais e objetos;

- Apropriar-se progressivamente da imagem global de seu corpo, conhecendo e identificando seus segmentos e elementos e desenvolvendo cada vez mais uma atitude de interesse e cuidado com o próprio corpo.

Conteúdos:

- Expressividade;
- Equilíbrio e coordenação.

Metodologia:

- Utilizar intencionalmente expressões de movimento nas situações cotidianas e em suas brincadeiras;

- Apropriar-se progressivamente de estrutura rítmicas para expressar-se corporalmente por meio da dança, brincadeiras e de outros movimentos; 19

- Valorizar e ampliar as possibilidades estéticas do movimento pelo conhecimento e utilização de diferentes modalidades de dança;
- Participar em brincadeiras e jogos que envolvam correr, subir, descer, escorregar, pendurar-se, movimentar-se, dançar etc., para ampliar gradualmente o conhecimento e controle sobre o corpo e o movimento;
- Utilizar recursos de deslocamento e das habilidades de força, velocidade, resistência e flexibilidade nos jogos e brincadeiras dos quais participa;
- Manipular materiais, objetos e brinquedos diversos para aperfeiçoamento de suas habilidades manuais.

Música

Objetivos:

- Explorar e identificar elementos da música para se expressar, interagir com os outros e ampliar seu conhecimento de mundo;
- Perceber e expressar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio de improvisações, composições e interpretações musicais;
- Incentivar o interesse pela musicalidade indígena, cantando e exercitando as cantorias tradicionais.

Conteúdos:

- O fazer musical;
- Apreciação musical;
- As fontes sonoras;
- O registro musical.

Metodologia:

- Reconhecimento e utilização expressiva, em contextos musicais das diferentes características geradas pelo silêncio e pelos sons: altura (graves ou agudos), duração (curtos ou longos), intensidade (fracos ou fortes) e timbre (característica que distingue e “personaliza” cada som);
- Participação em jogos e brincadeiras que envolvam a dança e/ou a improvisação musical;
- Repertório de canções para desenvolver a memória musical;
- Escutar obras musicais de diversos gêneros, estilos, épocas e culturas, da produção musical brasileira e de outros povos e países; 20

- Reconhecimento de elementos musicais básicos: frases, partes, elementos que se repetem etc. (formas);
- Informações sobre as obras ouvidas e sobre seus compositores para iniciar seus conhecimentos sobre a produção musical Desenvolver recursos técnicos para a confecção de instrumentos musicais típicos da aldeia.

✓ Artes Visuais

Objetivos:

- Interessar-se pelas próprias produções, pelas de outras crianças e pelas diversas obras artísticas (regionais, nacionais ou internacionais) com as quais entrem em contato, ampliando seu conhecimento do mundo e da cultura;
- Produzir trabalhos de arte, utilizando a linguagem do desenho, da pintura, da modelagem, da colagem da construção, desenvolvendo o gosto, o cuidado e o respeito pelo processo de produção e criação.

Conteúdos:

- O fazer artístico; • Apreciação em artes visuais. Metodologia: • Exploração e manipulação de materiais, como lápis e pinceis de diferentes texturas e espessuras, brochas, carvão, carimbo etc.; de meios, como tintas, água, areia, terra, argila etc.; e de variados suportes gráficos, como jornal, papel, papelão, parede, chão, caixas, madeiras etc.;
- Exploração e reconhecimento de diferentes movimentos gestuais, visando a produção de marcas gráficas;
- Criação de desenhos, pinturas, colagem, modelagens a partir de seu próprio repertório e da utilização dos elementos da linguagem das Artes Visuais: ponto, linha, forma, cor, volume, espaço, textura etc;
- Exploração e aprofundamento das possibilidades oferecidas pelos diversos materiais, instrumentos e suportes necessários para o fazer artístico;
- Valorização de suas próprias produções, e de outras crianças e da produção de arte em geral;
- Conhecimento da diversidade de produções artísticas, como desenhos, pinturas, esculturas, construções, fotografias, colagem, ilustrações, cinema etc.; 21
- Leitura de obras de arte a partir da observação, narração, descrição e interpretação de imagens e objetos;

- Apreciação das Artes Visuais e estabelecimento de correlação com as experiências pessoais.

✓ Linguagem Oral e Escrita

Objetivos:

- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;

- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livro revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;

- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;

- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;

- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;

- Escolher os livros para ler e apreciar.

Conteúdos:

- Falar e escutar;

- Práticas de leitura;

- Práticas de escrita.

Metodologia:

- Uso de linguagem oral para conversar na Língua Portuguesa e Língua Indígena, brincar, comunicar e expressar desejos, necessidades, opiniões, ideias, preferências e sentimentos e relatar suas vivências nas diversas situações de interação presentes no cotidiano;

- Elaboração de perguntas e respostas de acordo com os diversos contextos de que participa;

- Participação em situações que envolvem a necessidade de explicar e argumentar suas ideias e pontos de vista;

- Relatos de experiências vividas e narração de fatos em sequência temporal e causal; 22

- Reconto de histórias conhecidas com aproximação às características da história original no que se refere à descrição de personagens, cenários e objetos, com ou sem a ajuda do professor;
- Conhecimento e reprodução de jogos verbais, como trava-línguas, parlendas, adivinhas, quadrinhas, poemas canções;
- Participação nas situações em que os adultos lêem textos de diferentes gêneros, como contos, poemas, notícia de jornal, informativos, parlendas trava-línguas etc;
- Participação em situações em que as crianças leiam, ainda que não o façam de maneira convencional;
- Reconhecimento do próprio nome dentro do conjunto de nomes do grupo nas situações em que isso se fizer necessário;
- Observação e manuseio de materiais impressos, como livros, revistas histórias em quadrinhos etc., previamente apresentados em grupo;
- Valorização de leitura como fonte de prazer e entretenimento;
- Propor situações em que as crianças estabeleçam uma relação entre o que é falado e o que está escrito (embora ainda não saibam ler convencionalmente);
- Propor situações em que as crianças precisam descobrir o sentido do texto apoiando-se nos mais diversos elementos, como nas figuras que o acompanham, em seus conhecimentos prévios sobre o assunto, no conhecimento que tem sobre algumas características próprias do gênero etc;
- Organizar momentos de leitura livre, possibilitando às crianças a escolha de suas leituras e o contato com os livros, de forma que possam manuseá-los, por exemplo, nos momentos de atividades diversificadas;
- Participação em situações cotidianas nas quais se faz necessário o uso da escrita;
- Escrita do próprio nome em situações em que isso é necessário;
- Produção de textos individuais e/ou coletivos ditados oralmente ao professor para diversos fins;
- Prática de escrita de próprio punho, utilizando o conhecimento de que dispõe, no momento, sobre o sistema de escrita em língua materna;
- Respeito pela produção própria e alheia;
- Considerar o destinatário ausente e a necessidade da clareza do texto para que ele possa compreender a mensagem;

23 • Realizar várias versões do texto sobre o qual se trabalha, produzindo alterações que podem afetar tanto o conteúdo como a forma em que foi escrito.

✓ **Natureza e Sociedade**

Objetivos:

- Interessar-se e demonstrar curiosidade pelo mundo social, formulando perguntas, imaginando situações para compreendê-lo, manifestando opiniões próprias sobre os acontecimentos, buscando informações e confrontando ideias;

- Estabelecer algumas relações entre o modo de vida característico de seu grupo social e de outros grupos;

- Estabelecer algumas relações entre o meio ambiente e as formas de vida que ali se estabelecem, valorizando sua importância para a preservação das espécies e para a qualidade da vida humana.

Conteúdos:

- Organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar;

- Os lugares e suas paisagens;

- Objetos e processos de transformação;

- Os seres vivos; • Os fenômenos da natureza. Metodologia:

- Participação em atividades que envolvam histórias, brincadeiras, jogos e canções que digam respeito às tradições culturais de sua comunidade e de outras;

- Conhecimento de modos de ser, viver e trabalhar de alguns grupos sociais do presente e do passado;

- Identificação de alguns papéis sociais existentes em seus grupos de convívio, dentro e fora da instituição;

- Valorização do patrimônio cultural do seu grupo social e interesse por conhecer diferentes formas de expressão cultural;

- Observação da paisagem local (rios, vegetação, construções, florestas, campos, dunas, açudes, mar, montanhas etc.);

- Utilização, com a ajuda de adultos, de fotos, relatos e outros registros para a observação de mudanças ocorridas nas paisagens ao longo do tempo;

- Valorização de atitudes de manutenção e preservação dos espaços coletivos e do meio ambiente;

- Participação em atividades que envolvam processos de confecção de objetos;
- Reconhecimento de algumas características de objetos produzidos em diferentes épocas e por diferentes grupos sociais;
- Conhecimento de algumas propriedades dos objetos: refletir, ampliar ou inverter as imagens, produzir, transmitir ou ampliar sons, propriedades ferromagnéticas etc.;
- Cuidados no uso dos objetos do cotidiano, relacionados à segurança e prevenção de acidentes, e à sua conservação;
- Estabelecimento de algumas relações entre diferentes espécies de seres vivos, suas características e suas necessidades vitais;
- Conhecimento dos cuidados básicos de pequenos animais e vegetais por meio da sua criação e cultivo;
- Conhecimento de algumas espécies da fauna e da flora brasileira e mundial;
- Percepção dos cuidados necessários à preservação da vida e do ambiente;
- Valorização da vida nas situações que impliquem cuidados prestados a animais e plantas;
- Percepção dos cuidados com o corpo, à preservação de acidentes e à saúde de forma geral;
- Valorização de atitudes relacionadas à saúde e ao bem-estar individual e coletivo;
- Estabelecimentos de relações entre os fenômenos da natureza de diferentes regiões (relevo, rios, chuvas, secas etc.) e as formas de vida dos grupos sociais que ali vivem;
- Participação em diferentes atividades envolvendo a observação e a pesquisa sobre a ação de luz, calor, som, força e movimento.

✓ **Matemática**

Objetivos:

- Reconhecer e valorizar os números, as operações numéricas, as contagens orais e as noções espaciais como ferramentas necessárias no seu cotidiano;

- Comunicar ideias matemáticas, hipóteses, processos utilizados e resultados encontrados em situações-problema relativos a quantidade, espaço físico e medida, utilizando a linguagem oral e a linguagem matemática;

- Ter confiança em suas próprias estratégias e na sua capacidade para lidar com situações matemáticas novas, utilizando seus conhecimentos prévios

Conteúdos:

- Números e sistema de numeração;
- Contagem;
- Notação e escrita numéricas;
- Operações;
- Grandezas e medidas;
- Espaço e forma.

Metodologia:

Utilização da contagem oral nas brincadeiras e em situações nas quais as crianças reconheçam sua necessidade;

Utilização de noções simples de cálculo mental como ferramenta para resolver problemas;

Comunicação de quantidades, utilizando a linguagem oral, a notação numérica e/ou registros não convencionais;

Identificação da posição de um objeto ou número numa série, explicitando a noção de sucessor e antecessor;

Identificação de números nos diferentes contextos em que se encontram;

Comparação de escritas numéricas, identificando algumas regularidades;

Jogos de esconder ou de pegar, nos quais um dos participantes deve contar, enquanto esperam os outros se posicionarem; Brincadeiras e cantigas que incluem diferentes formas de contagem;

Exploração de diferentes procedimentos para comparar grandezas; Introdução às noções de medida de comprimento, peso, volume e tempo, pela utilização de unidades convencionais e não convencionais;

Marcação do tempo por meio de calendários;

Experiências com dinheiro em brincadeiras ou situações de interesses das crianças;

Explicação e/ou representação da posição de pessoas e objetos, utilizando vocabulários pertinentes nos jogos, nas brincadeiras e nas diversas situações nas quais as crianças considerarem necessário essa ação;

Exploração e identificação de propriedades geométricas de objetos e figuras, tipos de contornos, bidimensionalidade, tridimensionalidade, faces planas, lados retos etc;

Representar por meio de desenhos objetos bidimensionais e tridimensionais;

Identificação de pontos de referência para situar-se e deslocar-se no espaço;

Descrição e representação de pequenos percursos e trajetos, observando pontos de referência.

✓ Avaliação da Educação Infantil

Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

As atividades serão desenvolvidas tendo como parâmetro o quadro abaixo:

ATIVIDADES	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES
1.Chegada	1. Disposição do material nos lugares. Cantos indígenas.
2.Atividades em conjunto	2. Saudação, agradecimento, chamada, cumprimento aos colegas e à professora, etc.
3.Atividades criativas individuais	3. Modelagem, artesanato, desenho, pintura, escultura, etc. Utilizar formas, modelos indígenas.
4.Atividades lúdicas e respiratórias	4. Jogos ao ar livre (arco e flecha, etc.), educação física. Brincadeira com bolas, e outros materiais, passeios nas imediações da comunidade, momentos de alimentação coletiva e compartilhada.
5.Atividades de higiene corporal. Alimentação escolar.	5. Banheiro: preparo para a alimentação escolar, Higiene dentária e outros cuidados higiênicos: lavar mãos, etc. Boas maneiras à mesa. Bons hábitos de nutrição.
6.Repouso	6. Deitados sobre almofadas, esteiras, etc.
7.Recreio dirigido	7. Jogos dirigidos, roda, pega-pega, uso de brinquedos, cantoria indígena, etc.
8.Informática Educacional e Atividades estéticas	8. Conhecimentos elementares. Música, canto, dança, estória e história, dramatização.

9. Comunicação e Expressão	9. Língua indígena. Figuras, desenhos, pintura corporal, Vídeos.
10. Avaliação das atividades. Preparação para a saída.	10. Arrumação do material e da sala. Canto indígena.

13.2 Componentes Curriculares do Ensino Fundamental - 1º ao 5º Ano

Esta primeira fase do Ensino Fundamental (anos iniciais) é de fundamental importância, pois aqui começa a expressão dos conhecimentos consolidados na fase anterior, a da Educação Infantil. Os alunos ainda são tratados como crianças, no entanto, nesta fase, as habilidades adquiridas já lhes garantem a resolução de alguns problemas. Já usam com mais domínio o comando da coordenação motora, grossa e fina.

Aqui, o ensino já é trabalhado no âmbito de disciplinas, cada uma com sua especificidade e complexidade. Os conceitos são outros. As habilidades e competências começam a ser expressas de forma mais notória. As aptidões de forma ainda bem elementar, também já se mostram. O trabalho docente, portanto, também já ganha outro desenho.

Na Segunda fase, o ensino já obtém outra característica. O grau de complexidade aumenta, e já se experimenta uma maior expressão das habilidades e competências. A oralidade é mais expressiva, e a compreensão de alguns conceitos é dominada com mais facilidade. A capacidade de abstração também é mais notória, sobretudo no âmbito do conhecimento da matemática.

Nessa fase, surgem novas disciplinas, que vão trabalhar mais no nível do pensamento mais aprofundado, da concentração, da ponderação, dando suporte para o exercício do pensamento crítico.

Inicialmente relacionaremos os componentes curriculares da primeira fase do Ensino Fundamental, ou seja, do 1º ao 5º ano, demonstrados no quadro abaixo:

Estrutura Curricular de Ensino Fundamental, Regular – Anos Iniciais

COMPONENTES CURRICULARES	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano		TOTAL
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
Base Nacional Comum											

Língua Portuguesa	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	600
História	03	120	03	120	03	120	03	120	03	120	600
Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
Arte	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
Educação Física	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
Parte Diversificada											
Língua Indígena	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1.000
TOTAL	25	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000	5.000

CHS = Carga Horária Semanal

CHA = Carga Horária Anual

Língua Portuguesa.

Objetivos:

- Compreender que o uso da linguagem verbal é meio de comunicação e de manifestação dos pensamentos e sentimentos das pessoas e dos povos.
- Usar a língua no seu repertório linguístico para expressar-se oralmente, de forma eficiente e adequada às diferentes situações e contextos comunicativos.
- Compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas do português falado, entendendo as peculiaridades linguísticas regionais do Brasil.
- Utilizar a linguagem com instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos: identificar aspectos relevantes; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas etc.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Oferecer textos escritos impressos de boa qualidade que possam servir de referência de escrita para os alunos.

- Propor situações de produção de textos, em pequenos grupos, nas quais os alunos compartilhem as atividades, embora realizando diferentes tarefas: escrever e revisar.
- Organizar diferentes momentos e espaços de leitura: leitura oral feita pelo professor, leitura livre realizada pelo aluno, leitura em voz alta (individual ou em grupo), leitura silenciosa, entre outras; como por exemplo, o “cantinho da leitura”
- Fazer atividades de leitura e escrita na biblioteca da escola.
- Dar o começo de um texto para os alunos continuarem (ou o fim, para que escrevam o início e o meio).
- Desenvolver o comportamento leitor através de atividades que estimulem o gosto pela leitura. Recomendar leitura de textos, livros, revistas, jornais, cujos assuntos sejam referentes aos Povos Indígenas, e em especial ao Povo Tentehar (Guajajara).
- Explorar a escrita com temas, assuntos, contextos referentes ao espaço da Terra Indígena Rio Pindaré.

Matemática.

É importante conduzir essa disciplina, de modo que os primeiros ensinamentos sejam completamente atrativos. Ainda hoje é presente a noção de que a matemática é uma disciplina difícil. No senso comum ela ainda é vista como um “bicho de sete cabeças”. Para desconstruir essa noção, é fundamental que o docente se aproprie de variadas metodologias, objetivando despertar o interesse pela disciplina, como também demonstrar a possibilidade de todos se apropriarem do conteúdo. Faz-se necessário também, ratificar a importância da matemática e sua aplicabilidade no dia a dia.

Outro ponto a ressaltar, é fazer um percurso acerca da história da Matemática. Esse percurso deixará claro que esta ciência é uma invenção humana. Como invenção humana, ela está presente em todas as diferentes culturas, dos mais diferentes povos. Essa compreensão desmistifica a ideia de que a Matemática é uma criação de povos ditos evoluídos. É nessa perspectiva que se insere os pressupostos da Etnomatemática, apontado para questões ligadas ao saber matemático intrínseco aos Povos e suas culturas.

Objetivos:

- Selecionar, organizar e produzir informações relevantes, sempre utilizando como exemplos, situações, fatos ou objetos do cotidiano dos estudantes, para corretamente interpretá-los, resolvê-los e avaliá-los de forma crítica.

- Sentir segurança na própria capacidade de construir conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a capacidade para resolver questões, não se importando com a possibilidade de erros iniciais, e assim desenvolver a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
- Interagir com os colegas de sala de aula, sempre de forma cooperativa, objetivando o trabalho coletivo na busca de soluções para problemas propostos, com a intermediação do professor. Nessa atividade cooperativa, deve-se sempre respeitar o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.
- Saber transmitir ideias matemáticas fazendo uso da linguagem oral (em Língua Portuguesa e também em Indígena) e saber relacionar enunciados com representações matemáticas.
- Desenvolver a compreensão de que a matemática está presente em diversas áreas, como História, Geografia, Linguística e Ciências, entre outras.
- Interagir com os colegas de forma cooperativa, trabalhando coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando sempre o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;
- Sentir-se seguro da sua capacidade de construir conhecimentos matemáticos e ser capaz de resolver os problemas que se apresentam relacionados a esse tipo de conhecimento no seu mundo social.

Conteúdos:

- Números e quantificações em Língua Portuguesa, em outras línguas e também em Língua Tentehar.
- Números naturais e Sistema de Numeração Decimal;
- Operação com Números naturais;
- Espaço e Forma;
- Grandezas e medidas;
- Geometria.
- Porcentagem.
- Fração decimal.
- Noções de Etnomatemática

Metodologia:

É de suma importância o entendimento da matemática, utilizando-se de variados recursos, sobretudo os que de alguma forma expressem a ludicidade. Quanto mais atrativa, envolvente e fascinante for a disciplina, mais resultados serão obtidos, sob o ponto de vista da aprendizagem. Os

procedimentos, as estratégias metodológicas para o ensino da matemática estão assim elencadas:

- Utilização de jogos, que incluam os numerais, e as quatro operações iniciais.
- Utilização de vídeos educativos, em especial com desenhos animados, que contemplem histórias com numerais, quantidade, altura, comprimento, peso, volume etc.
- Desenvolver atividades em grupo, oportunizando o aprendizado coletivo, sempre com a intermediação do docente, e desenvolver também o respeito ao ritmo e capacidade de aprendizagem dos outros colegas.
- Utilizar sempre que possíveis materiais e outros recursos que estejam disponíveis e ao alcance dos alunos e alunas, priorizando os do espaço da aldeia.
- Reconhecimento de números no contexto diário e a utilização de diferentes estratégias para qualificar elementos de uma coleção: contagem, estimativa, e correspondência de agrupamentos;
- Contagem em escalas ascendentes e descendentes de um em um, de dois em dois, de cinco em cinco, de dez em dez etc., a partir de qualquer número dado;
- Utilização de calculadora para produzir e comparar escritas numéricas e para o entendimento do avanço das técnicas científicas da matemática.
- Análise, interpretação, resolução e formulação de situações-problema, compreendendo alguns dos significados das operações, em especial da adição e da subtração;
- Cálculos de adição e subtração, por meio de estratégias pessoais e algumas técnicas convencionais; e cálculo de multiplicação e divisão por meio de estratégias pessoais;
- Comparação de grandezas de mesma natureza, por meio de estratégias pessoais e uso de instrumentos de medida conhecidos – fita métrica, balança, recipientes de um litro.
- Identificar outras medidas, ou outros termos usados para as mesmas medidas, sobretudo aquelas utilizadas no contexto da comunidade indígena do Pindaré.
- Identificação de unidades de tempo – dia, semana, mês, bimestre, semestre, ano, século, milênio.
- Reconhecimento de cédulas e moedas que circulam no Brasil e de possíveis trocas entre cédulas e moedas em função de seus valores.
- Aula expositiva, com ênfase no diálogo permanente com os alunos e alunas. Utilização frequente do quadro para explicação e constantemente a utilização do data-show.

- Atividades práticas em sala de aula relacionando com os estudos teóricos de assuntos trabalhados.
- Atividades de situações problemas, e outras questões pertinentes ao assunto trabalhado, buscando sempre exemplificar com elementos do cotidiano da comunidade indígena.
- Dinâmicas de grupo que promovam a interação, respeito mútuo e participação no coletivo retomando conhecimentos estudados nas disciplinas, priorizando sempre aqueles que mais dificuldades os estudantes manifestaram.
- Seminários, oficinas ou relatórios das atividades desenvolvidas, articuladas, sempre que possível, com elementos, materiais, ou qualquer outro objeto da cultura material dos indígenas.
- Exibição de filmes e documentários que expressem outras dimensões da matemática, sua história e seus principais expoentes.

Ciências.

Objetivos:

- Compreender que a Ciência é um tipo de conhecimento, e que existe outros, cuja diferença está em torno de procedimentos teóricos e metodológicos, resultado de técnicas utilizadas.
- Ser capaz de observar, comparar, experimentar, interpretar e discutir fenômenos que ocorrem à sua volta;
- Reconhecer e valorizar os conhecimentos do Povo Tentehar, que mesmo se não tiver o status de conhecimento científico, sua validade e importância não pode ser diminuída, pois tal conhecimento também pode ter validade, experimentado, testado, podendo ter o status de científico também.
- Identificar as criações técnicas presentes nas máquinas, ferramentas e utensílios desenvolvidos e empregados pela sua comunidade;
- Saber identificar, descrever e explicar o funcionamento das criações técnicas indígenas.
- Identificar e utilizar os conhecimentos obtidos para apoiar a autonomia econômica, social e política do Povo Tentehar, podendo gerar qualidade de vida, e o bem viver dos Povos Indígenas.
- Compreender a natureza como um todo dinâmico, sendo o ser humano parte integrante e agente de transformações do mundo em que vive.
- Saber utilizar conceitos científicos básicos, associados a energia, matéria, transformação, espaço, tempo, sistema, equilíbrio e vida;

- Compreender a saúde como bem individual e comum que deve ser desenvolvido pela ação coletiva;
- Compreender a tecnologia como meio para suprir necessidades humanas, distinguindo usos corretos e necessários daqueles prejudiciais ao equilíbrio da natureza e ao homem.

Conteúdos:

- Os seres vivos no ambiente – Fauna e Flora.
- Saúde – Qualidade de vida. Doenças e enfermidades.
- Ciência e tecnologia.
- O universo.
- Mares e rios.

Metodologia:

- Observar, registrar e comunicar algumas semelhanças e diferenças entre diversos ambientes, identificando a presença comum de água, seres vivos, ar, luz, calor, solo e características específicas dos ambientes diferentes;
- Identificar a paisagem da aldeia, observando seus principais componentes, incluindo os seres humanos, os animais (domésticos e outros), rios e lagos, objetivando o levantamento de questões para diálogo e discussões, e possíveis atividades de pesquisa;
- Observar e identificar algumas características do corpo humano e alguns comportamentos nas diferentes fases da vida, no homem e na mulher, aproximando-se à noção de ciclo vital dos seres humanos e respeitando as diferenças individuais;
- Realizar experimentos simples sobre materiais e objetos do ambiente para investigar a características e propriedades dos materiais e de algumas formas de energia;
- Formular perguntas e suposições sobre o assunto em estudo;
- Organizar e registrar informações por meio de desenhos, quadros, esquemas, listas e pequenos textos, sobre orientação do professor;

História.

Objetivos:

- Identificar algumas características do modo de vida do Povo Tentehar, identificando artefatos materiais e não materiais (imateriais).

- Identificar alguns possíveis marcadores e medidas de tempo utilizados por sua comunidade e suas diferenças e semelhanças com os utilizados por outros povos.
- Identificar, e reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais, destacando as principais conquistas, tanto no âmbito do Povo Tentehar, quanto de outros Povos Indígenas do Maranhão.
- Refletir criticamente sobre algumas das relações – do presente e do passado – entre povos indígenas, Estado e sociedade no Brasil.
- Reconhecer algumas fontes de informação para estudos históricos, saber extrair delas alguns dados significativos e identificar suas linguagens, bem como identificar os principais métodos da busca dos dados e informações no estudo da História.

Conteúdos:

- A História e suas transformações. Todos têm história. Processo de ocupação e construção do espaço social. As relações sociais de produção. As Sociedades antigas e medievais. Sociedades do mundo antigo.
- As versões indígenas da história. Modos de viver dos povos indígenas. A História do Povo Tentehar (Guajajara). O direito à terra e à cidadania. A história dos outros povos.
- Transição dos tempos medievais: a Europa entre o feudalismo e o capitalismo: séc. XIV/XV ao XVIII/ XIX.
- As Américas e a formação do antigo Sistema Colonial.
- A era das revoluções.
- O processo de formação dos Estados Unidos da América: a expansão territorial, A Guerra de Secessão e a Consolidação do Capitalismo.
- O processo de formação dos Estados Nacionais e Liberais na América Latina: A fragmentação e as disputas Internacionais.
- Independência política do Brasil.
- O Maranhão: de Colônia a Província.
- O mundo em confronto. A 2ª Revolução Industrial e o Imperialismo na Ásia, na África e na América Latina. Crise da sociedade liberal.
- Brasil Republicano: República Velha; do movimento de trinta ao populismo; da crise do populismo à ditadura militar.

Metodologia:

- Utilização de atividades em grupo, através de pesquisa, objetivando a realização de seminários, encontros etc.
- Pesquisa em documentos identificando alguns fatos e dados, acerca da história do Povo Tentehar.
- Identificação do grupo indígena da região e estudo do seu modo de vida social, econômico, cultural, político, religioso e artístico, tanto em documentos, quanto através de entrevista.
- Identificação de semelhanças e diferenças entre o modo de vida da localidade, do entorno das aldeias e do modo de vida dos indígenas.
- Utilização de filmes e documentários acerca da história do Brasil, do Maranhão e dos Povos Indígenas, em especial do Povo Tentehar (Guajajara).
- Pesquisa em Universidades ou faculdades da região, acerca dos trabalhos acadêmicos sobre os Povos Indígenas, dando atenção ao Povo Tentehar (Guajajara) do Pindaré.

Geografia.

Objetivos:

- Identificar e organizar seu próprio conhecimento sobre o espaço geográfico, apontando as transformações que de imediato se percebe, tanto no contexto mais local (aldeia), quanto no mais amplo – da Terra Indígena como um todo.
- Problematizar, ampliar, aprofundar esse conhecimento de modo a torná-lo instrumento para ações sobre espaço geográfico, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida de seu povo.
- Organizar os modelos de representação e orientação no espaço geográfico, construindo a linguagem cartográfica da área de vivência do Povo Tentehar.
- Identificar, conhecer e dominar o modelo de representação e orientação da linguagem cartográfica não indígena.
- Reconhecer o seu conhecimento geográfico como também o de outros povos indígenas do Brasil e do mundo e respeitar a diversidade étnica e cultural da sociedade.
- Conhecer os aspectos básicos da lógica da organização e apropriação do espaço geográfico do não-índio e comparar com sua lógica, e estabelecer bem a diferença, ressaltando os princípios, e valores.
- Ter como base para estudo de sua aldeia/território os principais problemas vividos por seu povo e poder formular questões, buscar informações em diferentes fontes (os mais velhos, livros, arquivos históricos, assessores,

técnicos, vídeos etc.), processar e analisar essas informações no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida do Povo Tentehar.

Conteúdos:

- A Natureza e suas transformações.
- A percepção do espaço vivido. Os lugares as paisagens.
- O trabalho e a modificação da natureza. A organização da sociedade e a atuação coletiva.
- A compreensão do mundo através da geografia. A cartografia aproximando os lugares.
- O Brasil, suas múltiplas paisagens e a integração com outros centros administrativos.
- O trabalho e a tecnologia modificando e integrando diferentes espaços.
- A diversidade do espaço geográfico no mundo.

Metodologia:

- Utilização de aula expositiva objetivando levar o aluno a compreender o tema estudado / Debates sobre o tema / Exercícios de fixação. Resumo da Aula.
- Atividade de pesquisa, utilizando o próprio ambiente da aldeia, e outros espaços que tenham maior abrangência, dentro da Terra Indígena e possivelmente fora dela, objetivando um trabalho comparativo, visando identificar os impactos e devastação do meio ambiente.
- Utilizar e compreender os procedimentos de pesquisa da Geografia para compreender o espaço, a paisagem, o território e o lugar, seus processos de construção, identificando suas relações, problemas e contradições.
- Reconhecer por meio da observação da paisagem local e de outras paisagens as diferentes manifestações da natureza e a apropriação e transformação, tencionando um estudo comparativo das realidades espaciais, podendo ser próximas ou distantes da aldeia.
- Realizar leitura de mapas políticos, Atlas, mapas e globos terrestres.
- Produzir roteiros e mapas simples da escola, da aldeia, da Terra Indígena, e do seu município e outras localidades como forma de compreender as relações de distância e direção, e o sistema de cores e legendas.

Arte.

Objetivos:

- Conhecer e valorizar as expressões artísticas da sua cultura, compreendendo como um dos aspectos formadores da identidade étnica.

- Compreender o sentido da arte como algo que propicia o desenvolvimento da imaginação, da percepção, do fazer, e que permite ampliar a dimensão da realidade cotidiana, passando a ter uma participação mais ativa nos processos culturais, em especial os criativos, necessários à construção de outros conhecimentos.
- Desenvolver habilidades e capacidades individuais em relação às diferentes modalidades artísticas, tais como música, artes visuais, teatros e outras.
- Conhecer as tantas formas de artes existentes entre outros povos, compreendendo por intermédio delas a questão da diversidade racial.

Conteúdos:

- Leitura das imagens do cotidiano: cultura local, convívio diário, natureza, e imagens artísticas.
- Manifestações populares e religiosas do Maranhão; estudo sobre as manifestações populares maranhenses e suas influências: religiosas, raciais e étnicas.
- Conhecimento da arte indígena, destacando suas principais expressões. Destacar também seus principais expoentes, e as variadas formas e estilos artísticos.
- Manifestações culturais e religiosas dos povos indígenas no Maranhão e no Brasil, dando atenção ao Povo Tentehar (Guajajara).
- Identificação e interpretação de estilos musicais, em diferentes épocas, povos e culturas.
- Aspectos elementares da história do teatro.
- Artes visuais na vida do homem e sua importância.
- Tipos de comunicação visual: propagandas, televisão, jornais, entre outras.
- Pintura: temas, estilos, técnicas e pintores.
- Interpretação e dramatização de textos.
- Os artistas e suas obras – local, regional, nacional e internacional.

Metodologia:

- Uso de diversos materiais: pincéis, lápis, giz de cera, papéis, tintas, argila, sementes, penas de animais, raízes, galhos, folhas secas e outros existentes na localidade;
- Realizar variados movimentos corporais básicas utilizando diferentes ritmos;
- Improvisação corporal, com ritmos sonoros, inventando, imitando, registrando, recriando e repetindo sequência de movimentos;

- Interpretar por meio de gestos cantigas de roda, histórias, músicas, poesias e outros;
- Brincadeiras, jogos, danças, atividades diversas em articulação com o ritmo;
- Produzir tapeçarias, cestarias, adereços, artes em barro, outros;
- Criar roteiros a partir de histórias e textos para encenação em grupos.
- Incentivar a produção de artesanato indígena, tanto os que já são produzidos, como fomentar a produção de outras peças, formas, modelos, de artesanato.

Educação Física.

Objetivos:

- Contribuir para a educação corporal de uma vida mais saudável.
- Revitalizar aspectos da cultura corporal de movimento indígena, visando conhecer, divulgar e incentivar a prática entre os estudantes e outras pessoas da aldeia.
- Estimular a troca de conhecimentos e técnicas dos povos indígenas entre si.
- Adotar atitude de respeito mútuo, dignidade e solidariedade em situações lúdicas e esportivas, repudiando qualquer espécie de violência.

Conteúdos:

- A cultura corporal do Povo Tentehar (Guajajara).
- A cultura corporal de movimento de outros povos indígenas.
- A cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).
- Conhecimentos sobre o corpo.
- Saúde corporal.
- Jogos, danças, lutas, brincadeiras, técnicas de confecção de utensílios, técnicas de caça, pesca, plantio, entre outras.

Metodologia:

- Através da pesquisa, aprender sobre a cultura corporal do Povo Tentehar, por meio de atividades de prática desportivas, danças, lutas, brincadeiras, entre outras.
- Conhecer e vivenciar a cultura corporal de movimento de outros povos indígenas, por meio da experimentação de diferentes práticas culturais.
- Conhecer e experimentar a cultura corporal de movimento da sociedade envolvente (brasileira e internacional).
- Praticar outras modalidades esportivas, sobretudo as que estão em voga nos dias de hoje.

- Identificar e conhecer as principais regras das práticas desportivas que mais interessarem os indígenas.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas, o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

14.1. Componentes Curriculares Ensino Fundamental: 6º ao 9º Ano.

Os componentes curriculares da segunda fase do Ensino Fundamental (6º ao 9º Ano), e conseqüentemente o ensino, como dito anteriormente, tem outra característica. Uma das tais é o maior grau de complexidade. No entanto, tal complexidade está plenamente ao alcance do domínio e do pleno conhecimento dos estudantes.

A atenção maior que o docente deve dedicar diz respeito às mudanças físicas, emocionais, cognitivas, sociais e psicológicas que os estudantes nessa fase do ensino manifestam. Esse período é de significativas transformações.

Os Tentehar (Guajajara), de acordo com sua cultura, identificam somente duas fases fundamentais no processo de desenvolvimento da vida humana: a infância e a vida adulta. O que pode atestar isso é a celebração da festa do moqueado, quando a menina entra na menarca. É exatamente esse fato biológico, que demarca a passagem da infância para a vida adulta na mulher.

Todavia, as transformações e modificações no âmbito das emoções, e do corpo físico, ocorrem como em todo o ser humano. Os indígenas, por sua vez, dão outro tratamento às alterações que ocorrem na vida dos seus jovens.

Os docentes, no exercício de suas atividades, devem fazer adequações necessárias para que suas abordagens metodológicas, tenham como objetivo garantir que a aprendizagem seja diferenciada e significativa. Nessa perspectiva é a partir do 6º ano, que os componentes curriculares e a organização escolar se alteram. Essa alteração serve para instigar as novas demandas e capacidades que surgem. O trabalho pedagógico é feito agora por professores especialistas. O aprofundamento dos conteúdos e a formalização das atividades é mais evidente, pois envolve várias áreas do conhecimento.

Dentre os componentes curriculares desta fase final do Ensino Fundamental, três componentes merecem um destaque especial. São eles: Língua Indígena, Legislação Indigenista e Educação Ambiental. Esses componentes integram a parte diversificada dos outros integrantes curriculares.

A distinção a essas três disciplinas deve-se ao fato de que elas dão um tom maior ao aspecto da especificidade, da diferenciação e do bilinguismo, princípios da educação escolar indígena. Outro fato, refere-se à ministração das mesmas, que é feita por docentes indígenas. Vale ressaltar, no entanto, que Educação Ambiental, se apresenta como um novo componente curricular, em decorrência disso, ainda não tem docente definido para a disciplina. Esses

componentes curriculares, portanto, estão demonstrados de forma mais detalhada, objetivando ser um guia, cujas orientações sejam mais detalhadas para o docente.

Segue abaixo a relação dos componentes curriculares dos anos finais do Ensino Fundamental, com seus respectivos conteúdos.

Estrutura Curricular de Ensino Fundamental, Regular – Anos Finais

COMPONENTES CURRICULARES	6º ano		7º ano		8º ano		9º ano		TOTAL
	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	
Base Nacional Comum									
Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120	480
História	03	120	03	120	03	120	03	120	480
Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Arte	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Educação Física	01	40	01	40	01	40	01	40	160
Parte Diversificada									
Língua Indígena	04	160	04	160	04	160	04	160	640
Direitos Indígena	02	80	02	80	02	80	02	80	320
Educação Ambiental	01	40	01	40	01	40	01	40	160
TOTAL	28	1.120	28	1.120	28	1.120	28	1.120	4.480

CHS = Carga Horária Semanal; **CHA** = Carga Horária Anual

6º Ano.

Língua Portuguesa.

A disciplina tem como objetivo que os estudantes leiam e produzam textos de qualidade, utilizando adequadamente as primeiras noções das regras gramaticais, além também de desenvolver a oralidade. É ainda objetivo aprimorar na prática dos exercícios as modalidades escrita e oral, bem como refletir criticamente sobre o que leem e escrevem.

Pretende-se, portanto, que os estudantes desta disciplina, saibam argumentar, fazendo as relações entre os textos lidos, adotando uma atitude crítica diante do que leem.

Conteúdo:

- Meu universo, minhas linguagens: enfatizar o ambiente linguístico, ressaltando como importante o bilinguismo: Língua Portuguesa e Língua Indígena.
- Gêneros textuais.
- Linguagem e língua; destacar as duas línguas faladas na aldeia.
- Linguagem verbal, linguagem não verbal e língua.
- Onomatopeia (reprodução de sons ou ruídos naturais), neologismo. Explorar termos da língua indígena e sons do ambiente da aldeia e da Terra Indígena.
- Minha língua é múltipla, influência de outras línguas na Língua Portuguesa.
- Gêneros textuais.
- Variedades linguísticas.
- Oralidade e escrita.
- Oralidade: caso. Explorar casos indígenas.

Matemática.

Esta disciplina objetiva despertar no aluno o hábito de fazer uso de seu raciocínio, bem como o de cultivar o gosto pela resolução de problemas. É importante que o aluno aprenda a validar estratégias, sempre verificando os resultados, no processo de desenvolvimento das formas de raciocínio matemático.

É de fundamental importância a interação com os colegas de forma cooperativa e coletiva, desenvolvendo a autoestima e perseverança na busca de soluções para problemas propostos, sempre com a intermediação e o incentivo do docente.

Conteúdo:

- Fatores e divisores de um número natural;
- Números primos e números compostos;
- Decomposição de um número natural em fatores primos;
- Determinação dos divisores naturais de um número natural;
- Múltiplos de um número natural;
- Critérios de divisibilidade;
- Máximo divisor comum (mdc);
- Números primos entre si;
- Mínimo múltiplo comum (mmc);
- Análise de informações representadas em gráficos e tabelas;

- Números naturais;
- Números decimais;
- Ideias associadas à adição e à subtração de números naturais e decimais;
- Propriedades;
- Ideias associadas à multiplicação e à divisão de números naturais e decimais;
- Propriedades;
- Expressões numéricas com as quatro operações;
- Potenciação de números naturais;
- Algumas propriedades da potenciação;
- Radiciação de números;
- Expressões numéricas envolvendo potenciação e radiciação.

Ciências.

O objetivo da disciplina é incentivar o aluno a criar a prática da observação, como primeiro passo da pesquisa. Além da observação importante também: o registro e os questionamentos, também como procedimento de pesquisa. Para isso, diversas fontes devem ser consultadas.

Nessa fase as crianças utilizam muito o “por que?” Elas têm curiosidade em saber a origem e as causas de quase tudo. Os fenômenos da natureza, por exemplo, chamam muito a atenção. Esta disciplina, se for bem trabalhada, pode contribuir para encontrar respostas para muitas questões. Pode também ajudar para que eles estejam em permanente exercício de questionamentos e raciocínio.

Conteúdo:

- A ciência e o Universo;
- Modelos do nosso Universo; o Universo e o mundo na perspectiva indígena.
- A Terra;
- Um problema sobre o nosso planeta;
- A Terra é redonda;
- A força que mantém a Lua e tudo o que conhecemos presos à Terra;
- A força gravitacional;
- Movimentos da Terra;
- Movimentos da Lua; as fases da Lua;
- O mar, as marés; os rios; os lagos.
- O ar e suas propriedades; o ar exerce pressão;

- Hidrosfera; por dentro da Terra; Biosfera;
- A integração dos sistemas terrestres;
- Como os seres vivos modificam o meio ambiente; exemplificar a partir da realidade indígena: Terra Indígena Rio Pindaré.
- O ciclo da água; a formação dos solos.

História.

Este componente curricular objetiva desenvolver nos alunos a compreensão de conceitos fundamentais para a aprendizagem e compreensão da História. Nesse sentido, o foco inicial será direcionado principalmente acerca da História como Ciência, e isso inclui a compreensão da dimensão humana, como sujeito da história, a importância das fontes históricas, o papel do profissional da História, ou seja, do historiador na produção histórica. Inclui também os conceitos dos tempos históricos (a anterioridade, posterioridade, simultaneidade, mudança e permanência).

É de suma importância que o aluno compreenda que todos somos sujeitos da História, pois somos nós os seus autores. É importante compreender também a diversidade das fontes no estudo da História e a importância delas na constituição do conhecimento histórico.

Conteúdo:

- Tecnologia e técnica são a mesma coisa?
- Com pedra, pau e fogo: técnicas para dominar a natureza;
- De caçadores e coletores a criadores e agricultores;
- Das representações rupestres à escrita;
- Como o ser humano lida com o sobrenatural. Diferentes formas de crenças.
- Só o ser humano tem religião: as primeiras manifestações religiosas. A religiosidade indígena antes da chegada dos europeus;
- A marcação e a contagem do tempo;
- O povoamento inicial das terras brasileiras. Histórico da ocupação das Terras Indígenas – os índios estavam aqui primeiro.
- Os caçadores e os coletores. Ainda existem no Brasil, povos caçadores e coletores: os Awá (Guajá)
- Os agricultores e os ceramistas.

Geografia.

A meta da disciplina é preparar os estudantes para aprender a se localizar no mundo, compreender o local onde vive, identificando potencialidades e vulnerabilidades, e as relações estabelecidas entre natureza e sociedade. Estimular e incentivar o aluno na aquisição da capacidade para desenvolver o raciocínio espacial.

O trabalho pedagógico, portanto, deve contemplar conteúdos que permitam ao estudante compreender a posição que ocupa no espaço e no tempo, bem como entender as interações da sociedade em que vive com a natureza. As questões locais, e regionais devem ser priorizadas, no entanto, deve-se sempre relacioná-las com as globais.

Conteúdo:

- O homem e a construção do espaço geográfico;
- A organização do espaço rural;
- A organização do espaço urbano;
- O espaço indígena, a Terra Indígena: outra concepção de ocupação da terra;
- O planeta Terra no universo, Sistema solar.
- A Terra: Movimentos, posição e forma da Terra.
- Cartografia: a origem da cartografia, sistema de orientação, coordenadas geográficas.
- A cartografia da Terra Indígena Rio Pindaré.

Arte.

Este componente curricular tem como objetivo o desenvolvimento e aprimoramento da reflexão e apreciação das produções artísticas em: artes visuais, dança, teatro e música. Dentro dessas quatro linguagens da arte, será dado ênfase à produção artística indígena.

Será também dado oportunidade para as produções individuais e coletivas dos estudantes, a partir do que mais ele (s) se interessarem.

Conteúdo:

- Conceitos prévios de “Arte”.
- Movimentos Artísticos.
- Cultura popular, Cultura de Massa e Alta cultura.
- As linguagens artísticas.
- A arte indígena.

Educação Física.

O docente desta disciplina deverá orientar-se a partir do entendimento acerca das questões inerentes às transformações corporais dos adolescentes. Nesse sentido, atentar para as diferenças de postura, comportamento, objetivando proporcionar oportunidades iguais de participação. É nessa fase que alguns demonstram naturalmente vontade de exhibir-se. Por outro lado, outros demonstram vergonha de expor seu corpo e seu desempenho.

Os conteúdos da disciplina devem contemplar um olhar especial para as produções de cultura corporal indígena: o jogo, o esporte, a dança, a ginástica e a luta. Ela também deve caminhar no sentido de expor outras práticas desportivas, além do incentivo ao desporto e uma boa qualidade de vida, com os devidos cuidados com o corpo.

Conteúdo:

- Coordenação motora global e fina, coordenação visio motora.
- Iniciação esportiva (handebol, voleibol, futsal, basquetebol, xadrez, tênis de mesa).
- Posicionamento ofensivo e defensivo nas diferentes modalidades esportivas.
- Exercícios de equilíbrio e controle do corpo (como pular corda).
- Amostra de danças tipicamente brasileiras e danças indígenas.
- Atividades que envolvem habilidades básicas como as de equilíbrio, de correr, saltar, lançar, agarrar, todas envolvendo o lúdico e a fantasia.

Língua inglesa.

O Inglês é uma das línguas mais faladas no mundo, portanto, esse idioma se constitui como uma chave mágica que pode abrir vários os horizontes profissionais e pessoais. Na Internet, o idioma está em primeiro lugar com milhões de usuários que escrevem e falam. É a língua oficial de mais de 75 países do planeta.

Aprender uma nova língua, traz muitos benefícios para o cérebro e para a memória. Esses benefícios podem ocorrer em qualquer idade. No contexto atual da educação escolar indígena, é muito importante o estudo da Língua Inglesa. Esse aprendizado pode servir também como incentivo para o empenho e aprimoração da Língua Indígena.

Conteúdo:

- Ortografia das palavras ensinadas e pronunciadas em sala de aula.
- Pronúncia adequada das palavras ensinadas em sala de aula.
- Vocabulário: Objetos escolares, cores, instruções, itens pessoais, países, nacionalidades, línguas, termos e objetos da Língua Tentehar.
- Gramática: Simple Present of be, subject pronouns, Imperatives, Possessive adjectives e pronouns, Question words.
- Escrita de frases simples, que contenha: (sujeito, verbo, complemento); e textos curtos.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as diferentes variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;

- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional e estadual.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
 - Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas. Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
 - Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
 - Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia.
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena;

- Pesquisa.

Educação Ambiental:

"Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade."¹¹ É nesse entendimento que este componente curricular vai apresentar os conteúdos para serem ministrados a partir do 6º ano até o 9º ano do Ensino Fundamental.

Não se pretende com esse componente ensinar Meio Ambiente aos indígenas, na perspectiva de sua preservação, ou manutenção. Segundo a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), "*As Terras Indígenas apresentam o menor número de desmatamento na Amazônia Legal*¹²". Essa informação por si só, já ensina muito. O que queremos, é aprender. Queremos estabelecer um diálogo, um aprendizado, um canal de sintonia entre esta escola e a comunidade, intermediado por seus principais representantes. Estes podem ser: lideranças, sábios e conhecedores da mata, professores, além de integrantes das instituições indígenas que lidam com a proteção e preservação da Terra.

Porém, para efeito deste Projeto Pedagógico, esta disciplina (Educação Ambiental), obedecerá aos mesmos padrões e critérios das outras, como avaliações, frequência, atividades, trabalhos. Todavia, apresentará um procedimento que valorize a atividade prática. Nesse sentido, suas ações pedagógicas estarão voltadas para atividades extra sala de aula, exatamente nos pressupostos de Célestin Freinet¹³.

Os conteúdos a serem discutidos e avaliados, para o 6º Ano, estão elencados abaixo:

- Conteúdo:

- Educação Ambiental – Uma Introdução acerca do histórico:

- Os primeiros movimentos ambientais e sociais (ecológicos / ambientalistas):

a) No Brasil.

¹¹ Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>

¹² Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/2914-terras-indigenas-apresentam-o-menor-indice-de-desmatamento-na-amazonia-legal>

¹³ Ver Item 6 – ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

- b) No Maranhão.
- Procedimento Metodológico – (Sugestão): Pesquisa Documental.
- Introdução à Sociedade Sustentável: Promover a compreensão da necessidade de ser sustentável.
 - a) Conceito de Sustentabilidade (Sociedade Sustentável).
 - b) Lugares Autossustentáveis.
- Procedimento Metodológico (Atividade) – (Sugestão): Visitas a locais que utilizam técnicas sustentáveis.
- Estudar (observar) os impactos ambientais provocados pelas cidades e sociedades que não são sustentáveis.
- Os Resíduos Humanos: Informação acerca dos resíduos recicláveis e a compostagem dos resíduos orgânicos.
 - Atividades Humanas e o Lixo.
 - Lixo, Saúde e meio ambiente.
 - O destino do lixo é o aterro sanitário?
 - A reciclagem dos resíduos sólidos.
 - A reutilização de resíduos sólidos.
 - O que é coleta seletiva do lixo.
- Procedimento Metodológico (Atividade) – (Sugestões):
 - a) Construção de uma caixa de compostagem.
 - b) Caracterização e quantificação dos resíduos gerados nas residências e na escola.
 - c) Visita a um Aterro Sanitário Municipal.
 - d) Implantação da coleta seletiva de resíduos, primeiramente na escola.
- Meio Ambiente e Vida Humana – Como equilibrar?
 - a) Os outros animais: domésticos e selvagens – variedade da fauna.
 - b) A flora – fonte de recursos – não são inesgotáveis.
 - c) O Ar, o Clima: sol, chuva, calor, frio. Pode mudar?
- Procedimento Metodológico (Atividade) - Entrevista (Conversa) – Palestra: com alguém da comunidade (pode ser mais de uma pessoa), para falar das condições da Terra Indígena Rio Pindaré de ontem. Considerar: clima, animais (fauna), mata (flora), rio, comparando com os dias de hoje. Buscar alternativa de intervenção.

7º Ano.

Língua Portuguesa.

- Gêneros textuais.
- Leitura e produção de sentido;
- Multimodalidade.
- Interjeição.
- Sistematização do gênero biografia;
- Verbo (noções gerais).
- Verbo formas nominais, estrutura, tempos do modo indicativo, conjugação verbal.
- Tópico de ortografia: grafia de formas verbais em -ão / -am.

Matemática.

- Proporcionalidade.
- Razão.
- Razões especiais.
- Proporção.
- Porcentagem.
- Médias.
- A necessidade dos números negativos.
- O conjunto dos números inteiros.
- Os números indígenas.
- Operações matemáticas com grandezas indígenas: fração, medida, comprimento, peso, etc...
- Representação geométrica do conjunto dos números inteiros.
- Subconjuntos especiais do conjunto dos números inteiros.
- Módulo ou valor absoluto de um número inteiro.
- Simetria.
- Comparação de números inteiros.
- Operações com números inteiros.

Ciências.

- Darwinismo, competição e seleção natural.
- Especiação (surgimento de novas espécies).
- Os reinos dos seres vivos.
- Auto-organização dos seres vivos.

- Auto-organização celular.
- A vida no planeta Terra.
- A origem da vida.
- Processos de validação de uma teoria científica.
- Os conhecimentos indígenas também podem ser científicos.
- A classificação dos seres vivos, reinos dos seres vivos e suas subdivisões.
- A classificação indígena para os animais (fauna) e a classificação para a flora.
- Levantamento da Flora e da Fauna da Terra Indígena Rio Pindaré.

História.

- O ser humano e o tempo do trabalho;
- Da dominação pela terra à força do capital.
- Explorações ao mundo indígena.
- Relações de trabalho: servidão e assalariamento. Como o indígena é inserido nesse processo de trabalho.
- O poder da imagem: da religiosidade medieval ao mundo da propaganda.
- Esse tal “mercado” e o valor das coisas.
- Revoluções comerciais: mercado local e mercado global.
- Mercadores, banqueiros e burgueses: o mundo dos negócios ontem e hoje.
- A tecnologia das navegações: mares e rios.
- Representações europeias do mundo: medo, realidade e fantasia.

Geografia.

- Brasil: localização geográfica.
- A organização do território nacional.
- As Regiões Brasileiras.
- As Terras Indígenas Brasileiras.
- As Terras Indígenas do Maranhão
- O povo brasileiro.
- Os Povos Indígenas no Brasil.
- Os Povos indígenas no Maranhão.

Arte.

- O Homem na Pré-História
- A Arte nos ritos primitivos.

- A pintura rupestre e o teatro primitivo.
- A dança e a música nos diferentes povos. A dança e a música entre os Povos Indígenas no Brasil.
- Os diferentes sentidos de beleza nas culturas.
- O corpo como suporte musical.
- Performances musical.

Educação Física.

- História da Educação Física.
- Introdução à Educação Física – o corpo humano e os movimentos. Os jogos, os esportes.
- A importância da Educação Física.
- Finalidades e objetivos da Educação Física.
- Educação Física: Conceitos e Fundamentação.
- A importância das Atividades Físicas.
- A atividade física e os Povos Indígenas – Os movimentos Indígenas.
- Pesquisa sobre a cultura do movimento com objetivos de organizar um evento esportivo na escola, estimular o conhecimento teórico, a prática e a disseminação das atividades físicas e esportivas pelos alunos.

Língua inglesa.

- Apresentar pessoas e a si mesmo.
- Profissões.
- Uso de adjetivos.
- Demonstrar objetos por meio de pronomes.
- Fornecer informações pessoais utilizando o presente simples do Verbo to Be, nas formas afirmativa, negativa e interrogativa.
- Pronomes demonstrativos: this is / that is / these are / those are.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar e, sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do

estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.

- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social.
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento.
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados.
- Desenvolve a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.

- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito.
- Direitos indígenas na Constituição Federal.
- Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas. Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação.
- Trabalho em grupos.
- Leitura e interpretação de textos.
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena.
- Pesquisa.

Educação Ambiental.

- O Estudo das Águas - Limnologia

Objetivo: Promover a reeducação dos hábitos poluidores da água.

Conteúdo:

- a) Água na Natureza.
- b) As águas superficiais, subsuperficiais, subterrâneas e oceânicas;
- c) Importância da água;
- d) Os Ecossistemas Aquáticos;

- e) Águas Lênticas (água parada, pântano) / Eutrofização (excesso de nutrientes na água sobrecarga de matéria orgânica que compromete a qualidade da água).
- f) Águas Lóticas (água corrente).
- g) Ciclo da Água.
- h) Água nos seres vivos.
- i) A relação água X terra.
- j) Importância da mata ciliar.
- k) Distribuição global da vegetação conforme a água.
- l) Introdução à Hidrologia.
- m) Poluição das águas.
- n) Saneamento básico.

Metodologia: – (Atividades). Pesquisa:

- a) Identificar o método, os procedimentos de purificação da água. Que elementos adicionar? Tais elementos purificam mesmo? Nos prejudicam?
- b) As fontes de água mineral? São de confiança? Como é recolhida a água?

- O Estudo da Terra – Geologia.

Objetivo: Promover a compreensão da formação, preservação e recuperação do solo.

Conteúdo:

- a) A Terra.
- b) Regiões da Terra.
- c) A Terra Brasileira
- d) As Terras Indígenas no Brasil.
- e) As Terras Indígenas no Maranhão.
- f) A Terra Indígena Rio Pindaré (Componentes do solo/tipos de solo).
Modificações naturais e artificiais
- g) Estrutura da Terra.
- h) Constituição da Terra.
- i) Formação dos solos.

Metodologia: (Atividade) - Identificar o solo da Terra Indígena em diferentes partes. Próximo da escola. Próximo das casas. Próximo do rio. Na Mata.

- Estudo do Clima – Climatologia.

Objetivo: Promover a conscientização da necessidade do clima para a manutenção do meio ambiente.

Conteúdo:

- a) Atmosfera.
- b) Os gases componentes do ar.
- c) A influência das florestas na temperatura da atmosfera.
- d) Mudança na atmosfera pelos seres vivos (Respiração, Transpiração e Fotossíntese).
- e) Altitude e pressão.
- f) Ventos.
- g) Previsão do Tempo.
- h) Poluição do ar e seus efeitos no meio ambiente.

Metodologia: (Atividade) – Pesquisa: Como é feita a previsão do tempo? Que instrumentos utilizam? Qual o percentual de acerto, no que se refere às previsões?

- Classificação dos Seres Vivos – Taxonomia.

Objetivo: Conhecer os critérios de classificação dos seres vivos.

Conteúdo:

- a) Características dos seres vivos.
- b) Critérios para classificação dos seres vivos.
- c) Classificação dos animais da Terra Indígena Rio Pindaré.

Metodologia: (Atividade) – Pesquisa:

- a) Quantificar as diversas formas de seres em seu habitat, levando em consideração os encontrados na Terra Indígena Rio Pindaré.
- b) Como é feita a elaboração de chaves de identificação de seres vivos?

8º Ano.

Língua Portuguesa.

- Gêneros textuais.
- Parágrafo.
- Coesão textual.
- Coesão referencial.
- Frase, oração, período.

- Sujeito e predicado.
- Tipos de sujeito.
- Tipos de predicado.
- Pontuação.
- Tópico de ortografia: abreviaturas.
- Sistematização do gênero memórias.
- Predicado nominal.
- Predicativo do sujeito.
- Sistematização do gênero autobiografia.
- Predicado verbal.
- Transitividade verbal.
- Objeto direto.
- Objeto indireto.

Matemática.

- A reta e suas partes.
- Distância entre os dois pontos e medida de um segmento de reta.
- Segmentos congruentes e ponto médio de um segmento.
- Posições relativas de duas retas de um plano.
- Distância entre um ponto e uma reta.
- Distância entre duas retas paralelas.
- Mediatrix de um segmento.
- Ângulos.
- Bissetriz de um ângulo.
- Operações com medidas de ângulos.
- Ângulos complementares e ângulos suplementares.
- Ângulos opostos pelo vértice.
- Ângulos formados por duas retas paralelas cortadas por uma transversal.
- Retas paralelas, paralelogramos e trapézios.
- Ângulos e triângulos.
- Relações entre os ângulos de um triângulo.
- Relações entre os ângulos e os lados de um triângulo.

Ciências.

- As diferentes dimensões do ser humano.
- As origens biológicas do ser humano.
- O ser humano – uma abordagem filogenética.
- Paleontologia e a genética em parceria.
- Um ancestral comum entre chimpanzés, bonobos e humanos.
- Indivíduo – Biologia e cultura.
- As diferentes culturas humanas – As culturas indígenas.
- A integração do ser humano com o meio.
- Adaptação dos indígenas com o Meio Ambiente
- Os sentidos.
- Ossos e músculos.
- O fechamento operacional do sistema nervoso.
- As emoções e as ações.

História.

- Cidadania e política: o exercício de todo o dia – ser cidadão.
- Direitos e deveres hoje: o que são?
- Direitos naturais: de onde vem essa história?
- Inglaterra no século XVII: Começo de uma nova era?
- Liberdade e igualdade: ideias de ontem e de hoje.
- Iluminismo e noções de liberdade.
- Direitos Humanos e Direitos Indígenas.
- Uma revolução contra o absolutismo ou contra a miséria?
- A reinvenção da cidadania: novo conceito para um novo tempo.
- Da intenção ao gesto, liberdade e terror.
- Em nome da liberdade e da igualdade, mais uma vez.
- Napoleão, o imperador que virou mito.
- Mudanças e manutenção na ordem: a contrarrevolução e as revoluções liberais.
- Socialismos: entre a teoria e a prática, de Marx ao movimento operário.

Geografia.

- A Geografia e a compreensão do espaço mundial.
- Representação e regionalização do espaço mundial.
- As regionalizações do território americano.

- As Américas: do Norte, Central e do Sul.
- América: continente colônia.
- Américas: características naturais.
- América em partes: regionalização.

Arte.

- A arte nos espaços urbanos.
- A Arte Urbana e o Graffiti.
- A Cultura Hip Hop – O Rap, Breakdance e DJs;
- O empoderamento urbano do movimento negro.
- Expressões artísticas indígenas: Pintura? Escultura? Música? Dança?

Educação Física.

- Alongamento e Flexibilidade.
- Aquecimento (específico e recreativo).
- Condicionamento Físico.
- Voleibol: fundamentos, tática e técnica.
- Handebol: fundamentos, tática e técnica.
- Futsal: fundamentos, tática e técnica.
- Basquetebol: fundamentos, tática e técnica.
- Jogos Indígenas.
- Jogos de recreação e integração.
- Dinâmica esportiva – Em que o aluno compartilha seus dons esportivos com o restante do grupo.
- Atletismo.
- Instrumentos e apetrechos utilizados no lazer indígena.

Língua inglesa.

- Famous destinations (Destinos Famosos):
- Descrever lugares, povo, atividades rotineiras, momentâneas e de turismo.
- Empregar adjetivos para descrever lugares. Usar como referência lugares indígenas.
- Reconhecer e empregar o vocabulário referente aos meios de transportes.
- Presente simple / presente contínuo / Wh-questions.
- Meios de transportes.
- Uso do sufixo – ing.

- Reconhecer verbos que indicam preferências e que exigem a forma –ing.
- Expressão “I would like / I’d like”.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio à língua indígena, objetivando contribuir para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a ela. Como consequência, espera-se diminuir os riscos de perdas linguísticas, garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.
- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social.
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento.
- Atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados.
- Desenvolve a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas.
- Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia.
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito a terra e a dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos.
- Leitura e interpretação de textos.
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena.

- Pesquisa.

Educação Ambiental

- O Estudo da Botânica.

Objetivo: Inserir no conhecimento, a prática da observação, para identificação das espécies nativas da Terra Indígena Rio Pindaré e dos Municípios de Bom Jardim e Santa Inês.

Conteúdo:

- a) Introdução aos Fungos.
- b) A Fotossíntese.
- c) A diversidade do Reino Vegetal.
- d) A diversidade da flora da Terra Indígena Rio Pindaré (incluindo a aquática).
- e) Plantas inferiores (algas, briófitas, líquens, pteridófitas).
- f) Plantas superiores (gimnospermas e angiospermas).
- g) O estudo da Flora Urbana.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa:

- a) Conhecendo a vegetação do rio Pindaré.
- b) “Vai vegetação, vem erosão”. Identificar pontos na Terra Indígena e em outros lugares do município.

- Zoologia – Identificando os animais.

Objetivos: Inserir no conhecimento, a prática da observação, para identificação dos animais nativos da Terra Indígena Rio Pindaré e dos Municípios de Bom Jardim e Santa Inês.

Conteúdo:

- a) Invertebrados.
- b) Vertebrados de sangue frio.
- c) Vertebrados de sangue quente.
- d) O estudo da Fauna Urbana.

Metodológico: (Atividades) – Pesquisa:

- a) Quais os animais da fauna urbana, que vivem na aldeia Januária?
- b) Os animais da Fauna Urbana são os mesmos domésticos?

- Ecologia e Qualidade de Vida.

Objetivos: Fomentar o estudo prático do meio ambiente local (na Aldeia). O que pode ser modificado, pra melhorar mais a qualidade de vida?

Conteúdo:

- a) Meio Ambiente em debate: as condições da Terra Indígena. As condições da aldeia – o clima. A paisagem. Os recursos. Os espaços. O potencial. As vulnerabilidades.
- b) O que é Ecologia. Como associar a ecologia e o espaço da aldeia.
- c) Como manter em equilíbrio o nosso ambiente?
- d) Os impactos ambientais. Como eles nos atingem.

Metodologia: (Atividades) – Debate. Seminário. Congresso. Para discussão acerca do conteúdo do item a), com a participação de toda a comunidade da Terra Indígena Rio Pindaré.

9º Ano.

Língua Portuguesa

- Gêneros textuais.
- Variedades linguísticas.
- A língua portuguesa no mundo.
- Oralidade: anedota.
- Intertextualidade.
- Sistematização do gênero e-mail.
- Período simples.
- Processo de formação das palavras.
- Orações reduzidas.
- Emprego do infinitivo.
- Conceitos complementares sobre o gênero do substantivo.
- Concordância verbal.
- Regência verbal, termos regentes x regidos.
- Revisão geral.

Matemática

- Segmentos proporcionais.
- Teorema de Tales e suas aplicações.
- Polígonos semelhantes.
- Triângulos semelhantes.

- Potências.
- Propriedades das potências.
- Notação científica.
- Raízes.
- Radicais.
- Operações com radicais.
- Racionalização de denominadores.
- Equações do 2º grau. Identificar seus coeficientes. Completas e incompletas.
- Fórmula geral.
- Resolução.
- Relação entre seus coeficientes e suas raízes.
- Resolução mental.

Ciências.

- O homem e a Ciência.
- A Ciência dos Povos Indígenas
- Evoluções e revoluções.
- Astronomia.
- Astronomia Indígena.
- O movimento.
- A mecânica de Newton.
- A Química e a sociedade.
- A Química dos Povos Indígenas.
- Modelos de partículas.
- A especificidade das partículas- os átomos.
- As ligações entre os átomos.
- Reações químicas.
- Temperatura e Calor. Processo de transmissão de calor.
- Óptica - Conceitos fundamentais.

História.

- Progresso e prosperidade.
- A cultura da prosperidade na Europa, o eurocentrismo.
- Disputas, armas e nacionalismos: a Europa a caminho da guerra.
- As ilusões desfeitas no palco da guerra.

- A imposição da paz e o pós-guerra.
- Revolução: na teoria e na prática.
- A Rússia czarista: entre a miséria social e a prosperidade do capital.
- Da guerra externa à guerra civil.
- Os arranjos de um sistema em implantação.
- Em nome do progresso.
- Do império à República: mudar para permanecer.
- Em nome do progresso: as primeiras realizações da República brasileira.
- A República Brasileira e os Povos Indígenas.
- É do município e do estado que se governa a República: a força dos coronéis.
- A força e o poder do café na Primeira República.
- A República dos excluídos.

Geografia.

- População Mundial.
- Evolução da população mundial.
- Os Povos Indígenas e a população mundial.
- Os fluxos populacionais no mundo.
- Geopolítica e Economia Mundial.
- Do mundo bipolar à Nova Ordem Mundial.
- Uma visão geral da atualidade.
- Questões sociais: a globalização da desigualdade social e econômica.
- Questões ambientais.
- O mundo que queremos.

Arte.

- A história e técnicas da Fotografia.
- A arte digital.
- Os instrumentos musicais acústicos, elétricos e eletrônicos.
- Criatividade e Originalidade.
- A instalação, a performance e o teatro interativo.
- A história e a arte cinematográfica.
- Gêneros cinematográficos.
- Cinema como fusão artística.

Educação Física.

- Práticas Corporais.
- Controle da respiração (textos).
- Importância dos alongamentos.
- Onze razões para correr e malhar.
- Atividade física regular e controle de peso.
- Aquecimento nas atividades físicas.
- Saúde e atividades Físicas.

Língua inglesa.

- Passado com verbos regulares e irregulares: afirmativa, negativa e interrogativa.
- Passado contínuo.
- Expressar e identificar ações ou situações no passado que demandam certo período de duração.
- Did/didn't.
- Verbos regulares + ed.
- Uso do verbo to have: have/has ever questions.
- Expressões I've never / have or has + past participle.
- Presente perfeito.
- Passado simples.
- Realizar comparações usando substantivos contáveis e incontáveis.
- Too many. Too much. Not enough.

Língua Indígena.

Objetivos:

- Atribuir prestígio às línguas indígenas o que contribui para que seus falantes desenvolvam atitudes positivas em relação a elas, diminuindo, assim, os riscos de perdas linguísticas e garantindo a manutenção e preservação da Língua Indígena Tentehar.
- Conhecer e respeitar as variedades linguísticas da língua Tentehar, e sempre que possível, interagir com os falantes da língua Tentehar de outras regiões do estado do Maranhão e do País, tanto as do Tronco Tupi, quanto de outros troncos linguísticos.

- Favorecer o desenvolvimento das línguas indígenas no nível oral e escrito, e no âmbito da escrita, estimular a produção textual, para o aumento da literatura em língua indígena Tentehar.

Conteúdos:

- Leitura.
- Expressão Oral.
- Expressão Escrita.
- Conhecimentos linguísticos e gramaticais.

Metodologia:

- Usar a língua indígena como ferramenta que o capacite para conviver e compreender as relações socioculturais do seu povo, interagindo ativamente no contexto social;
- Estudar a língua indígena de modo interdisciplinar, como forma de pensar o contexto local e global na própria língua, por meio de um diálogo com as outras áreas de conhecimento;
- Realizar atividades em grupos que envolvem a realização de pesquisas, a tomada de decisões, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- Desenvolver a leitura e a escrita de pequenos textos na língua indígena, com diferentes propósitos e nos mais variados gêneros.

Direitos Indígena.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos de seus direitos, bem como de seus deveres enquanto indígena e cidadão brasileiro.
- Reconhecer a importância das lutas dos povos indígenas por direitos sociais, políticos e territoriais.
- Levar os alunos a conhecer a documentação legal que trata dos direitos indígenas e da educação escolar indígena, em âmbito nacional, estadual e municipal.
- Desenvolver a consciência crítica e o sentido de cidadania por meio do acesso às informações contidas nas respectivas legislações.
- Promover nos alunos o desenvolvimento do espírito de coletividade e responsabilidade com a comunidade da qual faz parte.
- Fazer com que os alunos desenvolvam sua consciência com relação ao seu papel social, político e cultural em relação à comunidade a qual pertencem.

Conteúdos:

- Definição de direito. Direitos indígenas na Constituição Federal. Da organização do Estado. Da organização dos poderes.
- Da ordem econômica e financeira. Da ordem social. Novas perspectivas.
- Escravização e massacres. Remoção e confinamento. Violência e exploração sexual das mulheres indígenas.
- Luta contra o etnocídio. Luta contra o genocídio brasileiro.
- Direito à saúde. Movimentos indígenas. Lutas pela vida: A saga para defender e reconquistar território tradicional. Repressão cultural e religiosa.
- O domínio da escrita: resistência e apropriação na educação escolar. Educação escolar: um instrumento a serviço da autonomia
- Lutas indígenas: uma homenagem aos heróis, aos líderes e mártires da resistência. Direito à terra e à dignidade.
- História do Movimento Indígena. As principais lideranças indígenas em âmbito nacional.

Metodologia:

- Estabelecer relações entre o presente e o passado à luz da legislação;
- Trabalho em grupos;
- Leitura e interpretação de textos;
- Comparar a evolução da legislação no que diz respeito à evolução do direito indígena;
- Pesquisa.

Educação Ambiental.

- Ecologia e Ciência:

Objetivo: Promover a compreensão da importância do equilíbrio ecológico, fazendo uso, das descobertas científicas, para maior compreensão e entendimento do processo.

Conteúdo:

- a) Níveis de organização da Ecologia.
- b) Conceitos básicos de Ecologia.
- c) Fatores Ecológicos.
- d) Principais descobertas científicas no âmbito da ecologia.

- e) Aquecimento global.
- f) Lei da Tolerância.
- g) Lei do Mínimo.
- h) Fatores Abióticos (físicos, químicos e edáficos).
- i) Conceito de ecossistema.
- j) Os ciclos Biogeoquímicos.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa. Como recuperar uma área degradada? Como recuperar uma mata devastada? Como barrar os efeitos do aquecimento global?

- Ecologia Urbana:

Objetivos: Como inserir as diversas questões ambientais, no âmbito da poluição (do ar, sonora) no contexto urbano, no sentido de mitigar os efeitos?

Conteúdo:

- a) Ecologia da cidade.
- b) A cidade como um meio ambiente.
- c) Cidade e o clima.
- d) A cidade e as águas.
- e) O ar da cidade.
- f) Os sons da cidade.
- g) O solo e a paisagem da cidade.
- h) Saúde na cidade.

Metodologia: (Atividades) – Pesquisa: A cidade e a aldeia são diferentes? Em que consiste a diferença? Pode ser mais diferente?

- Turismo Ecológico:

Objetivo: Pensar em uma atividade no âmbito do Turismo Ecológico na Terra Indígena Rio Pindaré.

Conteúdo:

- a) Recursos naturais e atrativos turísticos.
- b) Turismo ecológico.
- c) Interpretação do meio ambiente.
- d) Trilhas interpretativas.
- e) Planejamento e elaboração de trilhas autoguiadas na Terra Indígena Rio Pindaré.
- f) Planejamento e elaboração de trilhas guiadas na Terra Indígena Rio Pindaré.

Metodologia: (Atividades) – Elaborar um Projeto de Turismo Ecológico para a Terra Indígena Arariboia

REFERÊNCIAS

A Temática Indígena na Escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Org.: Aracy Lopes da Silva e Luís Donisete Benzi Grupione – Brasília, MEC/MARI/Unesco, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura – MEC. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto Presidencial de nº 26 de fevereiro de 1991. Brasília, DF, 1991: transfere as ações de educação da Funai, para o MEC.

BRASIL. Decreto presidencial de nº 87.846 de 24/11/1982. Brasília, DF, Homologa a demarcação da área Indígena Rio Pindaré, no Estado do Maranhão.

BRASIL. Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio.

BRASIL. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 05, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 35, de 05 de novembro de 2003. Assunto: Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 1, DE 21 DE JANEIRO DE 2004 Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. A Política Indigenista no Maranhão Provincial. São Luís: SIOGE, 1990.

COLLET, Célia. Interculturalidade e educação escolar indígena; um breve histórico. IN: GRUPIONI, Luís Donisete (org). Formação de professores indígenas: repensando trajetórias. Brasília, MEC/UNESCO, 2006

FREINET, Célestin. Pedagogia do bom-senso. Trad. J. Batista. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOMES, Mércio Pereira. O Índio na História – O Povo Tenetehara em busca da liberdade. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

MARANHÃO. Decreto Estadual nº 32.685, de 8 de março de 2017. Dispõe sobre o regulamento do processo de Estágio Não-Obrigatório para estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Ensino Médio Regular e nas suas Modalidades das Escolas da Rede Pública Estadual do Maranhão.

MARANHÃO. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Adjunta de Ensino. Avaliação da aprendizagem: orientações para a prática escolar. Coordenação Silvana Maria Machado Bastos – São Luís, 2018.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Adjunta de Ensino, Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais, Supervisão de Educação de Jovens e Adultos. Informativo EJA. São Luís, 2019.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2005.

OIT. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Convenção no 169 de 7 de junho de 1989 - sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes.

PINTO, Rogério Tavares. “Escola pra quê?” Perspectivas e possibilidades: um olhar sobre a Escola da Aldeia Januária, dos índios Tentehar (Guajajara) do Pindaré. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Maranhão – Uema. São Luís, 2012.

REFERENCIAIS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DO ESTADO DO MARANHÃO. Governo do Estado do Maranhão. 2017.

REGIMENTO INTERNO DO CENTRO DE ENSINO INDÍGENA JANUÁRIA, (Aldeia Januária – Bom Jardim/MA – 2007).



SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker. Freinet: evolução histórica e atualidades. São Paulo: Editora Scipione, 1989.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 2 ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1991.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (org) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 14a edição Papyrus, 2002.

ZANNONI, Claudio. Conflito e Coesão: O Dinamismo Tenetehara. Brasília: Conselho Indigenista Missionário, 1999.

APÊNDICE B




AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS

DECLARAÇÃO

Eu, José Amorim Filho Guajajara, residente e domiciliado à aldeia Juçara - Terra Indígena Arariboia, município de Amarante do Maranhão - MA, inscrito no RG:015258012000-9 e CPF: 012.110.013-85, Gestor do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori, declaro para os devidos fins que sou ciente e de acordo com a pesquisa **EDUCAÇÃO ESCOLAR TENTEHAR/GUAJAJARA:** interculturalidade e o projeto político-pedagógico do Centro de Educação Escolar Indígena Geanni Sartori, em Amarante do Maranhão-MA, sob a orientação do Prof. Dr. Witemberg Gomes Zaparoli e co-orientação da Profa. Dra Ilma Maria de Oliveira Silva. Autorizando a realização da pesquisa pelo discente Cleidson Pereira Marinho, acadêmico do Programa de Mestrado Profissional em Formação Docente em Práticas Educativas - PPGFOPRED/UFMA, da linha de pesquisa Pluralidade, Interculturalidade e Práticas Educativas Interdisciplinares e Pedagogo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA. Sendo assim, permito que se façam as análises necessárias ao desenvolvimento da pesquisa para a produção da dissertação de mestrado a ser publicada a partir do processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Escolar Indígena Geanni Sartori.

Aldeia Juçara, Amarante do Maranhão -MA 08 de junho de 2022.


José Amorim Filho Guajajara
Gestor do Centro de Ensino Escolar indígena Geanni Sartori